RELAÇÕES EXTERIORES DO BRASIL
1939-1950

Mudanças na natureza das relações Brasil-Estados Unidos durante e após a Segunda Guerra Mundial

Ministério das Relações Exteriores

Ministro de Estado Embaixador Antonio de Aguiar Patriota
Secretário-Geral Embaixador Ruy Nunes Pinto Nogueira

Fundação Alexandre de Gusmão

FUNDAÇÃO ALEXANDRE DE GUSMÃO

Presidente Embaixador José Vicente de Sá Pimentel

Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais

Centro de História e Documentação Diplomática

Diretor Embaixador Maurício E. Cortes Costa

A *Fundação Alexandre de Gusmão*, instituída em 1971, é uma fundação pública vinculada ao Ministério das Relações Exteriores e tem a finalidade de levar à sociedade civil informações sobre a realidade internacional e sobre aspectos da pauta diplomática brasileira. Sua missão é promover a sensibilização da opinião pública nacional para os temas de relações internacionais e para a política externa brasileira.

Ministério das Relações Exteriores
Esplanada dos Ministérios, Bloco H
Anexo II, Térreo, Sala 1
70170-900 Brasília, DF
Telefones: (61) 2030-6033/6034
Fax: (61) 2030-9125
Site: www.funag.gov.br

Gerson Moura

RELAÇÕES EXTERIORES DO BRASIL
1939-1950

Mudanças na natureza das relações Brasil-Estados Unidos durante e após a Segunda Guerra Mundial

FUNDAÇÃO ALEXANDRE DE GUSMÃO

Brasília, 2012

Direitos de publicação reservados à
Fundação Alexandre de Gusmão
Ministério das Relações Exteriores
Esplanada dos Ministérios, Bloco H
Anexo II, Térreo
70170-900 Brasília – DF
Telefones: (61) 2030-6033/6034
Fax: (61) 2030-9125
Site: www.funag.gov.br
E-mail: funag@itamaraty.gov.br

Equipe Técnica:
Eliane Miranda Paiva
Fernanda Antunes Siqueira
Gabriela Del Rio de Rezende
Jessé Nóbrega Cardoso
Rafael Ramos da Luz
Wellington Solon de Souza Lima de Araújo

Capa: "Encontro em Natal", de Raymond P. R. Neilson. 1943. Acervo Museu da República/Ibram

Programação Visual e Diagramação:
Gráfica e Editora Ideal

Tradução e revisão:
Leandro Moura
Priscila Moura
Margarida Maria Moura

Impresso no Brasil 2012

M929

MOURA, Gerson.
Relações exteriores do Brasil : 1939-1915 : mudanças na natureza das relações Brasil-Estados Unidos durante e após a Segunda Guerra Mundial / Gerson Moura; apresentação de Letícia Pinheiro; prefácio à nova edição de Leslie Bethell.— Brasília: FUNAG, 2012.
277 p.; 23 cm.

Título original: Brazilian foreign relations : 1939-1650 : the changing nature of Brazil-United States relations during and after the Second World War.
Originalmente apresentado como tese do autor (doutorado – University College London).

ISBN: 978-85-7631-403-5

1. Política internacional da América Latina. 2. Relações Brasil-Estados Unidos. 3. Segunda Guerra Mundial. I. Fundação Alexandre de Gusmão.

Ficha catalográfica elaborada pela bibliotecária Talita Daemon James – CRB-7/6078

Depósito Legal na Fundação Biblioteca Nacional conforme Lei n° 10.994, de 14/12/2004.

Agradecimentos

Muitos professores e amigos contribuíram em diferentes momentos e de diferentes modos para a conclusão deste trabalho.

Richard Shaull e Francisco Penha Alves me ensinaram a olhar para o mundo com uma mente questionadora e a lutar por uma nova vida no presente e no futuro, ao invés de recriminar o passado.

Devo o gosto pelo estudo da história aos muitos professores da antiga Faculdade Nacional de Filosofia do Rio de Janeiro. Aqui mencionarei apenas os nomes de Manoel Mauricio de Albuquerque e Hugo Weiss, ambos ausentes deste mundo, mas vividamente recordados por seus amigos.

Francisco Falcón e Ilmar R. de Mattos do Departamento de História e Geografia da PUC-RJ me lembraram da solidariedade acadêmica durante períodos obscuros de nossa vida política, quando o ensino da história era atividade perigosa.

Meu curso de pós-graduação no Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ) foi oportunidade única para meu crescimento intelectual e foi durante este período que se desenvolveu minha vocação para a pesquisa. Já que é impossível agradecer a todo mundo, gostaria de expressar minha gratidão a todos os meus professores através de Maria Regina Soares de Lima, professora e colega na área de relações internacionais.

Celina Moreira Franco, Aspásia de Alcântara Camargo e Alzira Alves de Abreu estimularam meu trabalho em muitas ocasiões. Gostaria

de agradecê-las e também a meus colegas do CPDOC – em especial as equipes dos arquivos, do audiovisual, da biblioteca, da história oral e dos dicionários – pelas suas contribuições. Um grande estímulo à conclusão desta tese proveio de uma troca constante de ideias com o grupo de pesquisa do CPDOC, principalmente com Monica Hirst, que comparte comigo as alegrias e dificuldades de se trabalhar com uma área praticamente nova nas ciências sociais brasileiras. Leticia Pinheiro e Adriana Bendikt me ajudaram imensamente com a coleta de documentos em 1982.

Leslie Bethell orientou meu trabalho cuidadosamente por um período de quase quatro anos. Graças a seu interesse e crítica pude me aprofundar e esclarecer os conceitos e explicações que utilizei. Seu encorajamento me ajudou a terminar o texto a tempo.

A ajuda financeira para o programa de doutorado foi fornecida pela Fundação Ford através de seus representantes no Rio de Janeiro. A Fundação Ford financiou duas idas à Inglaterra, a primeira com minha mulher e filhos, e também patrocinou as anuidades da UCL e forneceu duas bolsas de estudo, uma no verão de 1980 e outra no outono de 1982. A pesquisa de arquivo e a coleta de documentos nos arquivos e bibliotecas dos Estados Unidos em janeiro/fevereiro de 1980 também foram patrocinadas pela Fundação Ford.

Minhas estadias na Grã-Bretanha, de abril de 1979 a junho de 1980 e de setembro a novembro de 1982, foram viabilizadas pela ajuda financeira da Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro. A compra das cópias dos documentos nos National Archives de Washington em maio de 1981 também foi patrocinada pela Fundação Getúlio Vargas através de um contrato financeiro com a Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP).

Como coordenador de um projeto de pesquisa sobre a política externa brasileira entre 1946 e 1950, financiado pelo Itamaraty, tomei conhecimento de uma bibliografia e documentação adicionais deste período. Também sou grato aos diretores e ao pessoal do Public Record Office (Kew, Londres), dos National Archives (Washington), do Arquivo Histórico do Itamaraty e do Arquivo Nacional (Rio de Janeiro), da Princeton University Library (Princeton), da Houghton Library (Cambridge, Massachussets) e do Columbia Oral History Program (Nova Iorque), cujos arquivos consultei.

Muitos amigos me deram maior ou menor assistência, incentivo e companheirismo, tanto no Brasil como na Inglaterra nas etapas finais de meu trabalho. Agradeço a todos eles, mas gostaria de mencionar

principalmente Judy Perle, que fez este texto ficar mais agradável para o leitor de língua inglesa, Sylvia Greenwood e Frances Brownrigg, que datilografaram esta tese tão competentemente e Leandro, Priscila e Margarida Maria Moura, que encararam minha ausência com coragem e bom senso. Minha mulher, Margarida Maria, foi a força vital que me ajudou a trabalhar neste projeto em muitos momentos difíceis.

University College London, novembro de 1982.

Apresentação

Letícia Pinheiro

Num encontro com o embaixador Gelson Fonseca Jr., há cerca de um ano atrás, conversamos sobre a possibilidade de o Ministério das Relações Exteriores apoiar a reedição de um dos livros de autoria de Gerson Moura - *Autonomia na Dependência: a política externa brasileira de 1935 a 1942* (Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1980) -, um clássico do campo de estudos da Política Externa Brasileira, cuja única edição encontrava-se esgotada. Seu entusiasmo com essa possibilidade fez com que ele não demorasse a me enviar um *e-mail* falando da grande simpatia com que o embaixador José Vicente Pimentel, presidente da Fundação Alexandre de Gusmão, recebera a sugestão. Foi assim que, em seguida, o embaixador José Vicente estabeleceu contato com a família de Gerson e daí surgiu a proposta de publicar sua tese de doutorado.

A publicação desta tese em seu formato integral finalmente traz a público os resultados de uma investigação que integrava um programa de pesquisa desenvolvido por Gerson Moura e alguns de seus contemporâneos que pode ser visto como um divisor de águas na área de estudos da Política Externa Brasileira. Uma de suas principais características era a interpretação de nossa política externa sublinhando o poder da escolha dos homens públicos do país, ainda que sob condições especiais, algumas vezes especialmente adversas. A tese defendida por Gerson Moura neste trabalho em particular, que também aparece em outros trabalhos do autor, resgata a ação política como um dos vetores explicativos centrais da inserção internacional do Brasil. Embora sem

desconhecer o poder das estruturas, sua tese possui o mérito de sublinhar a existência de escolhas. Num certo sentido esta hipótese de trabalho com que Gerson desenvolveu tão intensamente suas pesquisas sobre períodos pretéritos possuía forte interface com o próprio momento histórico em que essas mesmas reflexões eram feitas. Sem cair em anacronismos que tendem a ver o passado com as lentes do presente, diplomatas, políticos e principalmente acadêmicos também buscavam, neste momento - meados da década de 1970 e fins da década de 1980 -, as explicações para o comportamento mais autônomo do Brasil no tempo do *pragmatismo responsável* e da política externa *universalista* – como assim batizaram seus próprios formuladores – num período em que ainda vigiam fortes limitações da Guerra Fria e da economia internacional para os países periféricos.

A relevância científica e mesmo política de interpretações apoiadas em densa argumentação teórica e empírica que Gerson Moura nos ofereceu com seus livros e artigos, sem dúvida já seriam razão suficiente para nos convidar à leitura desta tese. Mas não se deve esquecer que essas interpretações foram igualmente construídas e refinadas por meio de uma aguçada curiosidade e uma grande paixão sobre a área das relações internacionais e, em particular sobre a política externa brasileira que, mesmo reconhecendo o valor científico que encontramos nas páginas dos livros de Gerson Moura, certamente o ultrapassa. Explico.

Aqueles que já cursaram a disciplina de Política Externa Brasileira que costumo oferecer nos cursos de Graduação em Relações Internacionais da PUC-Rio seguramente perceberam o prazer com que inicio o módulo *Anos de Guerra no Brasil*. A riqueza e complexidade do período seriam, por si só, excelentes motivos para entusiasmar todo professor da área a compartilhar suas leituras com os alunos e a fomentar o debate acerca das escolhas feitas por nossos governantes. Mas algo mais me mobiliza e me entusiasma nessas aulas. É que ao longo deste módulo tenho a oportunidade de reviver os bons tempos em que como aluna, estagiária, assistente ou finalmente como colega de pesquisa de Gerson – juntamente com tantos outros colegas, hoje renomados pesquisadores da área - , tive a grata oportunidade de "viver" o período da história da política externa brasileira sobre o qual Gerson estava pesquisando. Como professor, orientador ou parceiro num projeto, Gerson nos falava dos cenários internacionais, da política doméstica, dos processos de decisão – suas tragédias e comédias - como quem tivesse sido, ele próprio, uma testemunha dos mesmos. Sem nunca perder seu refinado senso crítico – com um ferino e igualmente muito elegante bom humor - Gerson trazia

à luz a documentação histórica dando-lhe vida, ao mesmo tempo em que destrinchava suas tramas por meio de sua excelente formação teórica e rigor conceitual.

Era com idêntico entusiasmo e senso crítico que ele assim nos ensinava, estagiários ou assistentes de pesquisa, a encontrar nos arquivos privados do CPDOC/FGV, nos Maços do Arquivo Histórico do Itamaraty ou na farta documentação que, junto com sua então colega Monica Hirst, fotocopiara de arquivos públicos e privados nos Estados Unidos, aquilo que não estava explícito, mas apenas sugerido, esboçado. Gerson, enfim, nos ensinava a ler nas entrelinhas e a buscar no cruzamento de fontes aquilo que a documentação oficial guardava em segredo. Nesses momentos, a desconfiança mineira que Gerson orgulhosamente trazia consigo ajudava-lhe a questionar e a ir além das aparências.

Era também com seu jeito manso que nos ensinava "a levar o leitor pela mão" – conselho que tantos de nós hoje reproduzimos para nossos orientandos. Mas era preciso fazer isso sem nunca desmerecer a inteligência de nossos leitores. Ao contrário, devíamos convidá-los a se tornar nossos companheiros de viagem, nossos parceiros na busca de interpretações sobre a política externa brasileira. E seria, afinal, o nosso argumento, o uso adequado da teoria, das evidências empíricas trazidas pelas pesquisas, seriam enfim essas as ferramentas a nos eximir de adjetivações desnecessárias sobre os atos e os fatos da História, pois ao formarem um argumento consistente, elas se encarregariam de levar o leitor a compartilhar conosco das qualificações não ditas.

Todas essas características podemos encontrar em seus muitos artigos e livros já publicados - *O tratado comercial Brasil-EUA de 1935 e os interesses industriais brasileiros*, *Autonomia na Dependência*, *Tio Sam Chega ao Brasil*, *Sucessos e Ilusões, Avanços e Recuos, ...* Finalmente chegou a hora de relembrar - para uns - e conhecer - para outros – os ensinamentos de Gerson Moura, por meio da leitura dessa tese cujo acesso até hoje estava restrito aos leitores de língua inglesa. Com a bem-vinda publicação de *Relações Exteriores do Brasil, 1939-1950: mudanças na natureza das relações Brasil-Estados Unidos durante e após a Segunda Guerra Mundial* que a Funag hoje nos oferece, podemos novamente "ouvir" o nosso querido Gerson, aprender com ele e perceber que a Política Externa Brasileira não é para amadores.

Outubro de 2012.

Sumário

Prefácio - Gerson Moura (1939-1992) **15**
Leslie Bethell

Prefácio **25**
Gerson Moura

Notas explicativas **29**

Capítulo I – Introdução **33**
A América Latina e a política internacional na década de 1930 ..... **34**
O Brasil na década de 1930 ..... **47**

Capítulo II – Os anos de neutralidade (1939-1941) **57**
Iniciativas dos Estados Unidos contra o Eixo **59**
A colaboração econômica EUA-Brasil **62**
A colaboração política e militar EUA-Brasil **67**
Iniciativas culturais dos Estados Unidos **75**

Capítulo III – Da neutralidade à guerra (janeiro a agosto de 1942) **81**

A Conferência do Rio **82**

A barganha difícil **93**

O fim do equilíbrio pragmático **116**

Capítulo IV – Os anos da guerra (agosto de 1942-1945) **119**

Parte 1: O Brasil em guerra (setembro de 1942-1944) **119**

O período de preparação **123**

O período de participação **142**

O Brasil em guerra: uma avaliação **153**

Parte 2: Paz (1945) **157**

Estados Unidos, potência mundial **157**

A queda de Vargas **170**

Capítulo V – Os anos pós-guerra (1946-1950) **177**

O Brasil e as Nações Unidas **182**

O Brasil e o sistema interamericano **194**

O Brasil e os Estados Unidos **206**

Relações britânico-brasileiras **224**

Ascensão e queda das relações Brasil-URSS **230**

Epílogo: o fim da década **238**

Conclusões **247**

Bibliografia **259**

Prefácio
Gerson Moura (1939-1992)

Leslie Bethell[1]

Gerson Moura nasceu em Itajubá, Minas Gerais, em 24 de maio de 1939. Seus pais eram operários presbiterianos: o pai, um metalúrgico; a mãe, empregada na indústria têxtil. Eles se separaram quando Gerson era muito jovem (mais tarde se reconciliariam) e ele foi criado pelo pai e por algumas tias solteiras, das quais pelo menos duas eram professoras. Disso resultou que ele lia e escrevia muito antes de ir à escola pública primária municipal. Lá, ele ganhou uma bolsa de estudos em uma escola particular de Ensino Secundário. Em 1957, ele se tornou estudante no Seminário Presbiteriano do Sul, em Campinas, onde, mais tarde ele recordaria, foi bastante influenciado pelo progressismo das ideias políticas e sociais do teólogo norte-americano Richard Schaull. Ao se graduar em 1960, contudo, em vez de se tornar pastor presbiteriano, como esperado, ele decidiu trabalhar na Associação Cristã dos Estudantes do Brasil (ACEB), em São Paulo.

Em 1963, Gerson se matriculou na Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil (mais tarde UFRJ), no Rio de Janeiro. Ele decidiu cursar História e os professores que mais o influenciaram foram Manoel Maurício de Albuquerque e Hugo Weiss. Ele era um estudante no Rio, em 1964, quando ocorreu o *golpe*, ao qual ele se opôs fortemente e acabou por

[1] Professor Emérito de História da América Latina na Universidade de Londres; *Fellow* Emérito do St. Antony's College, Oxford; ex-diretor do Instituto de Estudos Latino-Americanos da Universidade de Londres (1987-1992) e Diretor Fundador do Centro de Estudos Brasileiros da Universidade de Oxford (1997-2007). É membro da Academia Brasileira de Ciências e sócio (um dos vinte membros estrangeiros) da Academia Brasileira de Letras.

desempenhar papel central na reconstrução do diretório dos estudantes depois que a liderança pré-1964 foi deposta. Depois de se graduar em 1967, Gerson se mudou para São Paulo como dirigente da ACEB, mas com a promulgação do AI-5 em dezembro de 1968 e o fechamento da Associação, retornou para o Rio de Janeiro. Lá, em 1969, casou-se com a antropóloga Margarida Maria Pourchet Passos, com quem logo teve dois filhos, Leandro (nascido em 1971) e Priscila (nascida em 1973) – e mais tarde uma terceira, Marília (nascida em 1985). Ele ganhou a vida no Rio como professor de um curso pré-vestibular até ser incorporado ao Departamento de História e Geografia da Pontifícia Universidade Católica (PUC), onde se revelou ser um talentoso e popular professor de História Contemporânea. Em 1972, Gerson foi preso, sem explicações, por policiais civis da Política Civil, encarcerado no quartel da Polícia do Exército na Tijuca e mantido na maior parte em confinamento solitário por 17 dias antes de ser libertado. Um de seus colegas na PUC-Rio foi Francisco Falcón, com quem escreveu *A formação do mundo contemporâneo* (Rio de Janeiro: Campus, 1974 e várias reedições) que foi amplamente lido por estudantes de História e Ciências Sociais nas décadas de 1970 e 1980.

Em 1975, com uma bolsa da CAPES, Gerson entrou para o programa de mestrado do Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ). Fundado em 1969, o IUPERJ era um centro de pós-graduação em Ciências Sociais da Universidade Cândido Mendes. Durante a ditadura militar, era o mais próximo, no Rio de Janeiro, ao CEBRAP, um centro de pesquisa independente de São Paulo, financiado pela Fundação Ford. O IUPERJ se especializou em Ciência Política e Sociologia, mas uma de suas professoras adjuntas, Maria Regina Soares de Lima, oferecia cursos sobre Relações Internacionais e Política Externa Brasileira, dos quais Gerson participou.

Pouco depois de entrar no IUPERJ, Gerson também aceitou um cargo no Centro de Pesquisa e Documentação da História Contemporânea do Brasil (CPDOC) da Fundação Getulio Vargas, criado em 1973. Sua principal tarefa consistia em organizar os documentos pessoais de Oswaldo Aranha, embaixador brasileiro em Washington de 1934 a 1938 e ministro das Relações Exteriores de 1938 a 1944, enquanto outros pesquisadores estavam trabalhando com os documentos do próprio Getúlio Vargas e de Artur de Souza Costa, ministro da Fazenda (1934-45). Seu primeiro artigo, "O tratado comercial Brasil-EUA de 1935 e os interesses industriais brasileiros" (*Revista de Ciência Política*, v. 21, n. 1, 1978), foi escrito em colaboração com Maria Celina D'Araújo, assim como ele, pesquisadora do CPDOC e mestranda do IUPERJ.

Como assunto de sua dissertação de mestrado, Gerson escolheu a política externa brasileira desde a assinatura do tratado comercial com os Estados Unidos, em 1935, até a declaração de guerra do Brasil contra as potências do Eixo, em agosto de 1942. Sua dissertação foi orientada por Aspásia Alcântara de Camargo, uma de suas colegas no CPDOC que tinha laços estreitos com o IUPERJ. Ele também se aconselhou com Maria Regina Soares de Lima e com Celso Lafer, que era professor de Direito na Universidade de São Paulo (USP) na época e tinha escrito um artigo importante e pioneiro sobre relações internacionais: "Uma interpretação do sistema de relações internacionais do Brasil" (*Revista Brasileira de Política Internacional*, ano X, n. 39-40, 1967). Gerson terminou seu mestrado em 1979, aos 40 anos, e sua dissertação foi publicada no ano seguinte com o título *Autonomia na dependência. A política externa brasileira de 1935 a 1942* (Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1980).

Sob certos "sistemas de poder" e sob certas condições internacionais favoráveis, Gerson argumentava, era possível a um aliado subordinado reter um grau de autonomia e negociar com uma grande potência (*autonomia na dependência*). Embora a relação com os Estados Unidos tenha sido um pilar central na política externa brasileira desde a proclamação da República em 1889, o alinhamento do Brasil com os Estados Unidos na década de 1930 não foi automático. O poder crescente da Alemanha no mundo, a ameaça potencial que os alemães representavam à hegemonia dos EUA na América do Sul, os laços econômicos e militares do Brasil com a Alemanha e, igualmente importante, a existência de afinidades ideológicas e pessoais com o nazismo alemão em alguns setores da sociedade e do governo brasileiros forneceram a Getúlio Vargas a oportunidade de perseguir uma política de *equidistância pragmática* entre os Estados Unidos e a Alemanha. Havia, no entanto, limites às possibilidades de barganha com os Estados Unidos e os benefícios econômicos e militares a serem ganhos. Nunca se duvidou, principalmente desde o início da guerra na Europa, em setembro de 1939, e especialmente desde a ocupação da França em junho de 1940, que o Brasil seria levado por realidades políticas e econômicas a consolidar sua relação com Estados Unidos. Como os títulos dos capítulos da dissertação sugerem, *equidistância pragmática* era *possível* em 1935-37, *difícil* em 1938-39, *rompida* em 1939-41 e essencialmente descartada entre a Reunião de Consulta dos Ministros das Relações Exteriores das Repúblicas Americanas, no Rio, em janeiro de 1942, após o ataque japonês a Pearl Harbor e a declaração de guerra dos EUA aos países do Eixo, e a declaração do próprio Brasil em agosto de 1942.

Quando *Autonomia na dependência* foi publicado, Gerson já estava trabalhando em seu doutorado na Universidade de Londres. Sua intenção era estender a pesquisa anterior sobre a política externa brasileira para o período em que o Brasil estava em guerra com as potências do Eixo (1942-45) e o imediato pós-Guerra, o governo Dutra (1946-50). Eu era Professor Associado em História do Brasil e da América Hispânica na *University College London* na época, e me tornei seu orientador. Gerson sabia que eu estava interessado no período, ainda que mais no impacto da Segunda Guerra Mundial e do começo da Guerra Fria sobre a política doméstica do que nas relações internacionais do Brasil *per se*. De fato, eu tinha lecionado um curso sobre o assunto no IUPERJ em 1979 e, mais tarde, organizei com Ian Roxborough o livro *Latin America between the Second World War and the Cold War, 1944-48* (Cambridge University Press, 1992; tradução para o português, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996). Gerson também estava ciente de que meu colega sênior no Departamento da História na *University College*, R. A. Humphreys, Professor Titular de História da América Latina, estava concluindo sua própria pesquisa sobre América Latina nesse período, publicada em dois volumes: *Latin America and the Second World War*, *Vol. I: 1939-1942*, *Vol. II: 1942-1945* (London: University of London Press, 1981-82).

Gerson e sua família moraram em Great Shelford, Cambridgeshire, de abril de 1979 a junho de 1980, período durante o qual, além de se deslocar para Londres para trabalhar nas bibliotecas e nos arquivos, ele também visitou bibliotecas e arquivos nos Estados Unidos, com apoio financeiro da FGV e da FINEP. Ele tornou a morar em Londres de setembro a dezembro de 1982. No intervalo entre essas duas temporadas na Inglaterra, continuou a trabalhar em seu doutorado no Rio de Janeiro e, ao mesmo tempo, preparou e publicou o longo artigo "Brasil-Argentina: fontes bibliográficas" (*Revista Interamericana de Bibliografía*, vol. XXXII, n.º 3-4, 1982) e outros dois em colaboração com Maria Regina Soares de Lima: "Relações internacionais e política externa brasileira: uma resenha bibliográfica" (*BIB/ANPOCS*, n. 13, 1º semestre, 1982) e "A trajetória do pragmatismo: uma análise da política externa brasileira" (*Dados*, vol. 25, n. 3, 1982). Sua tese de doutorado, intitulada "*Brazilian foreign relations 1939-1950. The changing nature of Brazil-United States relations during and after the Second World War*", foi aprovada em novembro de 1982.

As Relações Internacionais praticamente eram um assunto novo nas universidades e centros de pesquisa brasileiros e Gerson Moura foi um pioneiro no estudo da política externa brasileira, especialmente das relações entre Brasil e Estados Unidos nos períodos imediatamente

anterior, de duração e imediatamente posterior da Segunda Guerra Mundial. Na época, apenas dois outros pesquisadores brasileiros estavam trabalhando nessa mesma área: Mônica Hirst, ex-aluna de Gerson, com quem ele foi um dos fundadores do Instituto de Relações Internacionais (IRI), na PUC-Rio, em 1979, com quem ele estabeleceu um Programa de Relações Internacionais no CPDOC, em 1980, e que completou sua própria dissertação de mestrado "O processo de alinhamento da relações Brasil-Estados Unidos, 1942-45", no IUPERJ, em 1982; e Ricardo Antônio Silva Seitenfus que, sob orientação de José Honório Rodrigues, cujos vários volumes de ensaios históricos incluíam *Interesse nacional e política externa* (1966), estava trabalhando independentemente no Rio Grande do Sul no que se tornou *O Brasil de Getúlio Vargas e a formação dos blocos: 1930--1942. O processo do desenvolvimento brasileiro na II Guerra Mundial* (Rio de Janeiro: Companhia Editora Nacional, 1985).

Nos Estados Unidos, Lawrence F. Hill (*Diplomatic relations between the United States and Brazil*, Durham: Duke University Press, 1932) e E. Bradford Burns (*The unwritten alliance: Rio Branco and Brazilian--American relations*, New York: Columbia University Press, 1966) trataram das relações Brasil-Estados Unidos em períodos anteriores. Em meio à primeira onda de jovens "brasilianistas" nas décadas de 1960 e de 1970, dois enfocaram a política externa brasileira sob Getúlio Vargas: Frank D. McCann Jr. em *The Brazilian-American alliance, 1937-1945* (Princeton: Princeton University Press, 1974) e Stanley E. Hilton em *Brazil and the great powers, 1930-1939: the politics of trade rivalry* (Austin: University of Texas Press, 1975; tradução para o português, 1977) e *Brasil e a crise internacional, 1930-45* (Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977). Daí seguiu-se uma troca de visões entre McCann e Hilton sobre as relações Brasil-EUA durante a Segunda Guerra Mundial que foi amplamente lida e debatida: McCann, "Brazil, the United States and World War II: a commentary" (*Diplomatic History*, vol. 3, n. 1, 1979); Hilton, "Brazilian diplomacy and the Washington-Rio de Janeiro 'axis' during the World War II era" (*Hispanic American Historical Review*, vol. 59, n. 2, May 1979); e McCann, "Critique [of Hilton´s article]" (*HAHR*, vol. 59, n. 4, November 1979). Hilton prosseguiu publicando *Hitler´s secret war in South America, 1939-1945: German military espionage and allied counter--espionage in Brazil* (Baton Rouge: Louisiana State University Press, 1981) e o artigo "The United States, Brazil, and the Cold War, 1945-1960: end of the special relationship" (*Journal of American History*, vol. 68, n. 3, 1981) que representou uma primeira tentativa de examinar as relações Brasil--EUA no período posterior à Segunda Guerra Mundial.

Gerações anteriores de historiadores brasileiros escreveram sobre diplomacia brasileira de forma geral, e principalmente sobre a diplomacia brasileira no Rio da Prata no século XIX e a diplomacia do barão do Rio Branco na solução de disputas sobre limites do Brasil com seus vizinhos na América do Sul no final do século XIX e começo do século XX. Mas apenas Moniz Bandeira (*Presença dos Estados Unidos no Brasil: dois séculos da história,* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1973) e Victor V. Valla (*A penetração norte-americana na economia brasileira, 1898-1928,* Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1978) haviam publicado livros sobre as relações do Brasil com os Estados Unidos.

Sobre a década de 1930 e a Segunda Guerra Mundial, à exceção dos volumes de Hélio Silva sobre *O ciclo de Vargas* (Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, vol. XI *1939, véspera da guerra*, 1972; vol. XII *1942, guerra no continente*, 1972; vol. XIII *1944, o Brasil na Guerra*, 1974; vol. XIV *1945, Por que depuseram Vargas*, 1976) e a obra de Roberto Gambini, *O duplo jogo de Getúlio Vargas: influência americana e alemã no Estado Novo* (São Paulo: Editora Símbolo, 1977), historiadores brasileiros tinham estudado apenas as relações internacionais financeiras e comerciais e seu impacto no desenvolvimento econômico do Brasil, com destaque para Luciano Martins em sua tese de doutorado "*Pouvoir et développement économique. Formation et évolution des structures politiques au Brésil*" (Université de Paris V, 1973; publicada em Paris, 1976), Marcelo de Paiva Abreu em sua tese de doutorado fundamental, "*Brazil and the world economy, 1930-1945. Aspects of foreign economic policies and international economic relations under Vargas*" (Cambridge University, 1977; inédita em português até 1999), e Pedro S. Malan, Regis Bonelli, Marcelo de P. Abreu e José Eduardo de C. Pereira em *Política externa e industrialização no Brasil (1939/52)* (Rio de Janeiro: IPEA,1977). Praticamente nada havia sido escrito sobre as relações internacionais do Brasil nos primeiros anos da Guerra Fria.

A tese de doutorado de Gerson Moura foi o primeiro estudo sistemático de um acadêmico brasileiro sobre as relações internacionais do Brasil, especificamente das relações com os Estados Unidos, durante a Segunda Guerra Mundial e os anos do imediato pós-guerra. Em vista da ausência de literatura secundária, com notáveis exceções, pelo menos para os anos de guerra (Abreu, McCann, Hilton, Humphreys), era baseada quase inteiramente no uso intensivo de fontes primárias: os documentos pessoais de Vargas, Aranha e Souza Costa no CPDOC, de Góes Monteiro no Arquivo Nacional, de Estevão Leitão da Cunha no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e a correspondência diplomática no Arquivo Histórico do Itamaraty, todos no Rio de Janeiro; a correspondência

diplomática do *Foreign Office*, documentos do *Public Record Office* em Kew, Londres, e do *State Department* nos *National Archives* em Washington, D.C.; e documentos pessoais dos presidentes Roosevelt e Truman em suas respectivas bibliotecas presidenciais.

Depois do capítulo introdutório sobre América Latina, Brasil e a política internacional da década de 1930, Gerson revisita nos Capítulos II e III o período de neutralidade brasileira na Guerra (1939-42), que foi objeto da parte final de sua dissertação de mestrado. Enquanto a política de *equidistância pragmática* entre Estados Unidos e Alemanha (que Roberto Gambini chamava de "jogo duplo") não fosse considerada mais uma opção realista (se é que alguma vez o fora), era possível para Getúlio Vargas extrair dos Estados Unidos benefícios militares e econômicos significativos, principalmente na forma de assistência financeira e técnica para construção da grande usina siderúrgica de Volta Redonda, tida como essencial para a futura industrialização do Brasil, e do reequipamento das forças armadas brasileiras por meio do *Lend-Lease*, em troca de apoio político do Brasil (e de ajuda para garantir o apoio de outros países latino-americanos), do fornecimento das bases aéreas e navais no Nordeste brasileiro, que foram essenciais para a vitória no Norte da África, e do suprimento garantido de matérias-primas estratégicas brasileiras para o esforço de guerra norte-americano.

O Capítulo IV examina os anos de guerra (1942-45). A declaração de guerra do Brasil contra as potências do Eixo, em agosto de 1942, selou o alinhamento com os Estados Unidos. O Brasil se tornou o aliado mais próximo na América Latina, mas à medida que continuava a se beneficiar econômica e estrategicamente dessa relação, as possibilidades de barganha diminuíam. A Força Expedicionária Brasileira (FEB) de 25 mil homens foi enviada para a Europa em 1944, em parte com o objetivo de assegurar para o Brasil um papel significativo na conferência de paz e no reordenamento do mundo no pós-Guerra. Ao tratar o Brasil como uma "potência associada" na guerra, o governo norte-americano estimulou as ambições e expectativas brasileiras. O Brasil, contudo, não foi convidado para Dumbarton Oaks e, apesar de algum apoio inicial dos Estados Unidos, não adquiriu um assento permanente no Conselho de Segurança da então recém-criada Organização das Nações Unidas.

O Capítulo V, o mais longo e original da tese, trata dos anos do pós-Guerra. O governo Dutra (1946-50) continuou a política de alinhamento com os Estados Unidos, por exemplo, oferecendo-lhe apoio incondicional na ONU e rompendo relações com a União Soviética nos primeiros anos da Guerra Fria. Mas agora foi o que Gerson denominou de *alinhamento*

sem recompensa: não havia barganha nem ganhos políticos, econômicos ou militares a serem obtidos. Os Estados Unidos emergiram da guerra como uma potência global. Seus interesses geopolíticos, econômicos e ideológicos residiam primordialmente na reconstrução da Europa e na contenção do expansionismo soviético na Europa, no Oriente Médio e na Ásia. O Brasil não era mais um aliado vital para os interesses norte-americanos; nos círculos políticos de Washington, ele se tornara uma, ainda que a mais importante, das mais de vinte repúblicas da América Latina, uma região na qual a hegemonia norte-americana não estava sob ameaça soviética e que poderia assim ser relativamente negligenciada. O Brasil não era mais um "aliado especial" e suas esperanças de que os Estados Unidos iriam apoiar substancialmente o desenvolvimento econômico e a modernização militar do país se revelaram enganosas.

A frustração e o desencanto que o Brasil sentiu com os Estados Unidos na época afetaram profundamente a política externa do segundo governo de Getúlio Vargas (1951-54) e do governo Juscelino Kubitscheck (1956-61). Tais sentimentos podem ser diretamente relacionada à *política externa independente* promovida pelos governos de Jânio Quadros e João Goulart (1961-64) e, depois de outro período de *alinhamento automático* com os Estados Unidos após o golpe de 1964, pelos governos militares da década de 1970 – e mesmo a alguns aspectos da política externa de hoje.

Diferentemente de sua dissertação de mestrado, a tese doutoral de Gerson não foi publicada. Entretanto, partes dela apareceram em português nos anos seguintes: "As razões do alinhamento: a política externa brasileira no pós-guerra (1946-50)" (*Revista Brasileira de Política Internacional,* vol. 27, n. 109-110, 1985); "O alinhamento sem recompensa: a política externa do governo Dutra" (CPDOC/FGV, mimeo., 1990); *Sucessos e ilusões: relações internacionais do Brasil durante e após a Segunda Guerra Mundial* (Rio de Janeiro: FGV, 1991); "Neutralidade dependente: o caso do Brasil, 1939-42" (*Estudos Históricos*, vol. 6, n. 12, 1993); "O Brasil na Segunda Guerra Mundial: 1942-1945" e "A segurança coletiva continental: o sistema interamericano, o TIAR e a Guerra Fria" (in José Augusto Guilhon de Albuquerque, org., *Sessenta anos de política externa brasileira (1930-1990)*, Vol. 1, São Paulo: Cultura Editores – NUPRI/USP, 1996).

Apesar de escrita há trinta anos, a tese doutoral de Gerson Moura permanece fundamental para a compreensão da política externa brasileira na Segunda Guerra Mundial e nos anos do imediato pós-Guerra. Relativamente pouco tem sido escrito pelos historiadores brasileiros

sobre os anos de guerra desde então e virtualmente nada sobre os anos do pós-Guerra[2].

O período que se segue ao retorno de Londres para o Brasil no fim de 1982 foi extremamente produtivo para Gerson. No CPDOC, ele se tornou coeditor da revista *Estudos Históricos*, com Angela de Castro Gomes e Lúcia Lippi, e trabalhou no *Dicionário histórico-biográfico brasileiro pós-1930*, editado por Alzira Alves de Abreu e Israel Beloch e publicado em 1984. Na PUC-Rio, com Mônica Hirst, ele criou o Programa de Estudos Americanos (ou seja, um programa para estudo dos Estados Unidos, o primeiro no Brasil). Ele deu aulas e orientou teses na PUC-Rio e na Universidade Federal Fluminense (UFF). Assistiu seminários e colóquios não apenas no Brasil, mas também nos Estados Unidos e a América Latina que ampliaram seu interesse sobre história e política dos Estados Unidos e da América Latina.

Suas publicações sobre o Brasil nesse período incluem um capítulo "A revolução de 1930 e a política exterior brasileira: ruptura ou continuidade?" (in CPDOC, *A revolução de 30: seminário internacional*. Brasília: Editora UnB, 1983) e dois volumes na série "Tudo é História": *Tio Sam chega ao Brasil: a penetração cultural americana* (São Paulo: Brasiliense, 1984), sobre as relações culturais entre Brasil e Estados Unidos durante o período da política de Boa Vizinhança do presidente Franklin D. Roosevelt para a América Latina na década de 1930 e durante a Segunda Guerra Mundial, e *A campanha do petróleo* (São Paulo: Brasiliense, 1986), sobre a campanha nacionalista pela estatização da indústria petroleira do Brasil no começo da década de 1950. Ele também escreveu artigos sobre os Estados Unidos e a América Latina, por exemplo, "Distância e diálogo: história e ciências sociais nos EUA" (*Estudos Históricos*, vol. 3, n. 5, 1990) e "América Latina às vésperas do século XXI" (in Paulo G. F. Vizentini, org., *A grande crise: a nova (des)ordem internacional dos anos 80 aos 90.* Petrópolis: Vozes, 1992), além de um livro sobre a história das relações dos Estados Unidos com a América Latina para a Coleção "Repensando a História": *Estados Unidos e América Latina: as relações políticas no século XX, xerifes e cowboys, um povo eleito e o continente selvagem* (São Paulo: Contexto, 1990).

[2] Sobre o Brasil e a Segunda Guerra Mundial, ver Francisco Luiz Corsi, *Estado Novo: política externa e projeto nacional*. São Paulo: Editora UNESP, 1999; Antônio Pedro Tota, *O imperialismo sedutor. A americanização do Brasil na época da Segunda Guerra*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000; Vágner Camilo Alves, *O Brasil e a Segunda Guerra Mundial. História de um envolvimento forçado*. Rio de Janeiro: Editora PUC, 2002; Francisco Carlos Teixeira da Silva et al. (orgs.), *O Brasil e a Segunda Guerra Mundial*. Rio de Janeiro: Editora Multifoco, 2010; Eugênio Vargas Garcia, *O sexto membro permanente. O Brasil e a criação da ONU*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2012. Sobre o imediato pós Guerra, o tópico que tem atraído maior atenção da academia são as relações Brasil-Argentina: por exemplo, Raymundo Siepe, "Perón e a integração latino-americana: o Brasil e a Terceira Posição peronista (1946-55)", in Rafael D. Villa & Suzely Kalil (orgs.), *Ensaios latino-americanos de política internacional*. São Paulo: Hucitec, 2007 e Iuri Cavlak, *A política externa brasileira e a Argentina peronista (1946-55)* (São Paulo: Annablume, 2008).

História de uma História: rumos da historiografia norte-americana no século XX foi publicado postumamente (São Paulo: EDUSP, 1995).

Com sua pesquisa sobre a história das relações internacionais do Brasil em andamento, Gerson estava cada vez mais interessado pela década de 1950. Sua amiga e colega Monica Hirst havia voltado a atenção para a política externa brasileira durante o segundo governo Vargas. Ela produziu alguns textos para o CPDOC/FGV, a FLACSO em Buenos Aires e a Funag-Itamaraty que foram consultados por outros pesquisadores, mas, infelizmente, nunca publicados. Gerson então decidiu concentrar sua pesquisa sobre política externa brasileira no governo Kubitscheck. "Avanços e recuos: a política exterior de JK" (in Angela de Castro Gomes (org.), *O Brasil de JK*, Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, 1991) foi sua primeira contribuição publicada no assunto.

De julho de 1988 a fevereiro de 1989, Gerson realizou um pós-doutorado como pesquisador visitante (*Research Fellow*) no Instituto de Estudos Latino-Americanos da Universidade de Londres, para a qual eu havia sido nomeado diretor um ano antes. Depois, Gerson e sua família se mudaram para São Paulo. Enquanto ainda estava vinculado ao IRI/PUC-Rio e ao CPDOC/FGV, e, portanto, frequentemente se deslocando para o Rio de Janeiro, Gerson deu aulas no Departamento de História da Universidade de São Paulo. Mas depois de ter fracassado, em circunstâncias um tanto humilhantes, em obter um cargo permanente lá, ele aceitou um convite para se tronar chefe de pesquisa no CPDOC. O retorno ao Rio de Janeiro, planejado para o final de 1992, significava um recomeço tanto para si como para sua família, mas infelizmente, súbita e inesperadamente, Gerson, que tinha apenas 53 anos, morreu de ataque do coração em 7 de dezembro de 1992.

Gerson Moura foi um marido, pai, amigo, colega e professor muito querido e um historiador pioneiro da história das relações internacionais do Brasil muito admirado. Foi uma honra e um prazer escrever esta apresentação para primeira publicação em português da tese de doutorado que ele defendeu sob minha orientação na Universidade de Londres, trinta anos atrás, em tradução de seu filho Leandro, sua filha Priscila e sua esposa Margarida Maria. *Relações Exteriores do Brasil, 1939-1950: Mudanças na natureza das relações Brasil-Estados Unidos durante e após a Segunda Guerra Mundial* é publicado pela Fundação Alexandre de Gusmão, do Ministério das Relações Exteriores, em memória de sua morte prematura, há vinte anos.

Prefácio

Gerson Moura

Durante a última década, o Brasil tem buscado novos parceiros econômicos e políticos em suas relações internacionais a fim de seguir uma política externa mais independente. O autoproclamado "não alinhamento" do Itamaraty deve ser visto em relação e em oposição ao firme compromisso anterior com os Estados Unidos – uma política estabelecida durante os anos 1939-1945 e consolidada entre 1946 e 1950, e que perdurou ao longo das duas décadas seguintes com a exceção do breve período 1961-1964. Espera-se aqui fazer uma contribuição para a compreensão da política externa do Brasil durante a após a Segunda Guerra Mundial, quando as relações do Brasil com os Estados Unidos se tornaram o foco e a linha-mestra de todas as relações exteriores do Brasil.

Não se abordaram sistematicamente as relações exteriores do Brasil no período 1939-1950, que deve ser tratado como um todo, e que recebe uma certa unidade devido ao crescente alinhamento do Brasil com os Estados Unidos na política internacional. Há, sim, estudos históricos sobre as relações exteriores do Brasil antes da guerra. Entre os mais importantes estão: S. Hilton, *Brazil and the Great Powers, 1934-1939* (Austin, 1975); R. Gambini, *O Duplo Jogo de Getúlio Vargas* (São Paulo, 1977); e R. Seitenfus, *O Brasil de Getúlio Vargas e a Formação dos Blocos, 1930-1942* (no prelo). Há um estudo sobre o período da guerra, F. McCann, *The Brazilian-American Alliance* (Princeton, 1973), que é valioso, mas que oferece poucas análises políticas amplas sobre o período, se é que oferece alguma. Não existe estudo abrangente dos anos pós-guerra.

É verdade que tem havido muita pesquisa aprofundada sobre problemas específicos com repercussões nas relações exteriores, como o processo de tomada de decisões sobre assuntos econômicos. Ver, por exemplo, L. Martins, *Pouvoir et Développement Économique* (Paris, 1976); J. Wirth, *The Politics of Brazilian Development, 1930-1945* (Stanford, 1970); M. Abreu, "Brazil and the World Economy, 1930-1945" (Tese de doutorado, Universidade de Cambridge, 1977); P. Malan et al., *Política Econômica Externa e Industrialização no Brasil* (Rio de Janeiro, 1977) e P. Malan, "Relações Econômicas Internacionais do Brasil, 1945-1964", *História Geral da Civilização Brasileira* (Volume XI) (São Paulo, 1984). Houve também a publicação de extensas coleções de documentos: H. Silva, *1942, Guerra no Continente* (Rio de Janeiro, 1972), *1944, O Brasil na Guerra* (Rio de Janeiro, 1974), e *1945, Por que Depuseram Vargas* (Rio de Janeiro, 1976). Entretanto, não existe uma interpretação equilibrada dos anos da guerra e do pós-guerra que leve em consideração os aspectos políticos, econômicos, militares e ideológicos inter-relacionados das relações exteriores do Brasil, e esta tese pretende preencher esta lacuna.

Em segundo lugar, pretende-se aqui avaliar o papel do Brasil na política internacional durante a guerra e no período pós-guerra. Em geral, as interpretações atuais da política brasileira durante a guerra tendem a enfatizar o oportunismo do Brasil na obtenção junto aos Estados Unidos de tudo do que precisava naqueles tempos difíceis (ver, por exemplo, S. Hilton, "Brazilian Diplomacy and the Washington-Rio de Janeiro 'Axis' during the World War II Era", *HAHR*, maio de 1979) ou a imposição da dominação econômica e hegemonia política dos Estados Unidos ao Brasil (ver F. McCann, "Critique of Stanley Hilton's 'Brazilian Diplomacy and the Washington-Rio de Janeiro 'Axis' during the World War II Era'", *HAHR*, novembro de 1979). Do meu ponto de vista, a hegemonia estadunidense sobre o continente não impediu o Brasil de influenciar suas relações exteriores de acordo com suas próprias necessidades. Pelo contrário: esses dois fenômenos estavam intimamente relacionados. É fato que uma Grande Potência pode fazer uso de diversos recursos para estabelecer um sistema de alianças com seus aliados subordinados, e esta tese dedicará atenção especial aos vários mecanismos econômicos, políticos, militares, ideológicos e culturais ativados pelos Estados Unidos de modo a garantir o alinhamento brasileiro com suas políticas. Por outro lado, enfatizarei que mesmo uma potência de nível médio como o Brasil pode desfrutar de uma certa margem de ação em suas tentativas de determinar suas próprias direções nas relações exteriores, dentro dos limites postos pela hegemonia estadunidense, é claro. Esta possibilidade de ação autônoma foi criada não

apenas pela situação internacional como também pelo equilíbrio político interno e a capacidade do governo brasileiro de lidar com situações complexas. Uma abordagem metodologicamente semelhante àquela adotada nesta tese foi usada por minha colega M. Hirst, "O Processo de Alinhamento nas Relações Brasil-Estados Unidos, 1942-1945" (Dissertação de mestrado, IUPERJ, Rio de Janeiro, 1982), embora ela tenha se debruçado apenas sobre um curto período e estivesse mais interessada em enfocar a política dos Estados Unidos para o Brasil.

As interpretações atuais da política brasileira após a guerra são fragmentadas e tendem a encarar as relações exteriores do Brasil como mero reflexo da orientação dos Estados Unidos. Entretanto, embora o Itamaraty seguisse de perto a orientação internacional dos Estados Unidos, ele foi muito além das ações estadunidenses ao romper relações com a União Soviética, para citar um único exemplo. Uma avaliação deste período demonstrará o poder de barganha do Brasil diminuindo rapidamente, com a dificuldade de conduzir uma política autônoma sendo explicada tanto pela situação internacional quanto pelo equilíbrio político interno. Os planejadores brasileiros acreditavam que a contribuição do país ao esforço de guerra dos Estados Unidos havia criado certas obrigações morais para o governo estadunidense, e o Brasil poderia ser recompensado por tal contribuição. Eles previam para o Brasil a condição de aliado especial dos Estados Unidos, habilitado a desempenhar um papel importante na política internacional. Porém, a mudança nos objetivos estratégicos dos Estados Unidos, que se voltaram à Europa e à Ásia, negou um papel importante na política externa estadunidense à América Latina, já que esta era uma área de hegemonia pacífica. Por outro lado, as classes dirigentes brasileiras aceitaram esta mudança de interesse por parte dos Estados Unidos em nome da luta contra o comunismo internacional. Elas digeriram rapidamente os novos valores disseminados pelas Grandes Potências Ocidentais e traduziram as proposições do "mundo livre", do "livre comércio" e assim por diante para o contexto nacional. Tendo aceitado as prioridades dos Estados Unidos na política internacional, os recursos de barganha do Brasil haviam sido reduzidos drasticamente, e o governo brasileiro não tinha meios para extrair benefícios especiais de seu alinhamento com os Estados Unidos. Na época de Vargas, o alinhamento com os Estados Unidos havia sido um instrumento da política externa brasileira. No governo Dutra ele se torna apenas seu objetivo. Neste sentido, é importante analisar tanto a continuidade quanto a descontinuidade entre os períodos 1939-1945 e 1946-1950.

As fontes nas quais a tese em grande medida se baseia incluem material contemporâneo relevante, bem como estudos recentes, publicados

ou não, que tratam direta ou indiretamente das questões sob consideração. Livros, artigos, teses, *papers* e comunicações, todos foram utilizados ao longo da pesquisa. Entretanto, a maior parte do material veio de fontes primárias (tanto impressas quanto manuscritas). É também importante observar que a pesquisa se deu em três países diferentes – Brasil, Reino Unido e EUA – de modo a oferecer uma visão mais equilibrada dos acontecimentos, e foi realizada em arquivos públicos e particulares, muitos dos quais disponibilizados para consulta apenas recentemente.

No caso brasileiro, permanece difícil obter acesso aos registros públicos, embora muitos arquivos particulares tenham sido abertos aos pesquisadores. Alguns ainda não foram organizados e para outros não existem ainda regulamentos adequados para a classificação dos documentos. No meu caso, a fonte mais importante – a correspondência política do Itamaraty referente à década de 1940 – não pôde ser consultada, já que é classificada como confidencial. A correspondência geral do Itamaraty sobre assuntos rotineiros se mostrou útil, mas insuficiente para os propósitos da pesquisa. Os arquivos privados do CPDOC – um centro de documentação e pesquisa sobre a história contemporânea do Brasil, no Rio de Janeiro – se revelaram uma fonte preciosa de informação. Para os propósitos desta tese, os mais importantes foram os de Getúlio Vargas, Oswaldo Aranha e Souza Costa. Também valiosas foram as entrevistas concedidas ao Programa de História Oral do CPDOC.

Os documentos britânicos foram importantes na medida em que forneceram uma "terceira posição" – frequentemente muito objetiva – sobre as relações Brasil-EUA. A pesquisa se concentrou nos documentos do Ministério das Relações Exteriores, o Foreign Office, especialmente a correspondência geral: os relatórios anuais do embaixador britânico foram uma fonte valiosa de informação, entre outras. Além da correspondência geral, também foram explorados os arquivos da embaixada e consulares, o Confidential Print e os Avon Papers.

Do outro lado do Oceano Atlântico, os volumosos arquivos dos Estados Unidos também foram de grande importância como fonte de informação com relação a muitas questões políticas e militares. Naturalmente, o mais importante de todos foi The National Archives em Washington, onde se dedicou atenção especial a documentos das seções Diplomatic Branch e Modern Military Branch, além do Birô do Coordenador de Assuntos Interamericanos. Além do arquivo nacional, foram consultadas as bibliotecas presidenciais, assim como outras bibliotecas que possuíam documentos particulares.

Notas explicativas

Notas de rodapé

A utilização de tantas fontes diferentes demanda uma explicação sobre a apresentação das notas de pé de página. No caso dos documentos britânicos, a anotação é sempre FO, seguida por um código numérico (ex. FO 371 = correspondência geral), um número de referência (ex. FO 371 81250 = Notas sobre o Brasil) e o número do item entre parênteses. No caso dos documentos dos Estados Unidos, a anotação é antecedida pela instituição: as mais comuns são NA (The National Archives) ou uma biblioteca presidencial. Os documentos de The National Archives são divididos em grandes séries chamadas de Record Groups (RG). A maior parte dos documentos veio do Departamento de Estado (RG 59), mas alguns vieram do Birô do Coordenador de Assuntos Interamericanos (RG 229); todos os outros são documentos militares (RG 165, RG 226 etc.). Cada RG tem sua própria classificação interna. As datas são dadas em todas as referências estadunidenses, exceto nos documentos RG 59 de 1944 em diante, cujos códigos já incluem a data (ex. RG 59 832.00/5-2449, isto é, 24 de maio de 1949). Referências a documentos das bibliotecas presidenciais indicam a série na qual o documento se encontra (ex. FRL/PSF = Franklin Roosevelt Library, President's Secretary's File).

Os principais documentos públicos brasileiros consultados foram do Arquivo Histórico do Itamaraty (AHI). Foram consultadas duas grandes divisões: a correspondência geral e os maços. A correspondência geral é

organizada de acordo com grandes séries (DE, MDB, RE, DI), com a origem do material (ONU, Washington, Londres etc.) e com o tipo de material (telegramas recebidos etc.). Os maços são organizados por assunto, cada qual com seu número. Os documentos particulares do CPDOC usam as iniciais do titular (ex. GV = Getúlio Vargas, OA = Oswaldo Aranha etc.) e geralmente incluem uma indicação da data no próprio documento, por exemplo, GV 45.10.29 indica ano (1945), mês (outubro) e dia (29). Esta indicação se refere à correspondência geral. Em outras séries, certas letras são adicionadas ao código principal – por exemplo, em AO 42.01.27pi, pi indica *produção intelectual* (discursos, relatórios etc.).

Abreviações

AN	=	Arquivo Nacional, Rio de Janeiro
AN/GM	=	Documentos de Góes Monteiro
AHI	=	Arquivo Histórico do Itamaraty, Rio de Janeiro
AHI/RE	=	Representações Estrangeiras
AHI/DE	=	Diversos no Exterior
AHI/MDB	=	Missões Diplomáticas Brasileiras
AHI/DI	=	Diversos no Interior
AHI/DI/PR	=	Presidência da República
AHI/DI/MG	=	Ministério da Guerra
AMEMBASSY	=	Embaixada dos Estados Unidos
BRASEMB	=	Embaixada do Brasil
BLAR	=	Birô de Pesquisa Latino-Americana, Departamento de Estado, EUA
CFCE	=	Conselho Federal de Comércio Exterior
CPDOC	=	Centro de Pesquisa e Documentação em História Contemporânea do Brasil, Rio de Janeiro
DASP	=	Departamento Administrativo do Serviço Público
DIP	=	Departamento de Imprensa e Propaganda
DS	=	Departamento de Estado, Washington
DELBRASONU	=	Delegação Brasileira na ONU
EUA	=	Estados Unidos da América
EW	=	Guerra Europeia
FEB	=	Força Expedicionária Brasileira
FGV	=	Fundação Getúlio Vargas
FO	=	*Foreign Office*, Ministério das Relações Exteriores do Reino Unido
FRL	=	Biblioteca Franklin Roosevelt

FRL/OF	=	Arquivo Oficial
FRL/PPF	=	Arquivo Pessoal do Presidente
FRL/PSF	=	Arquivo do Secretário do Presidente
FRL/BC	=	Coleção Berle
FRL/MC	=	Coleção Morgenthau
FRUS	=	Relações Exteriores dos Estados Unidos, Departamento de Estado
GV	=	Documentos de Getúlio Vargas, CPDOC
HAHR	=	Hispanic American Historical Review (publicação)
HL	=	Biblioteca Houghton, Universidade de Harvard
HO	=	História Oral, CPDOC
HTL	=	Biblioteca Harry Truman
HTL/OF	=	Arquivo Oficial
HTL/CF	=	Arquivo Confidencial
HTL/PSF	=	Arquivo do Secretário do Presidente
HTL/WHCF	=	Arquivo Central da Casa Branca
IHGB	=	Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Rio de Janeiro
JBUSDC	=	Comissão Mista de Defesa Brasil-Estados Unidos (CMDBEU)
JBUSMC	=	Comissão Mista Militar Brasil-Estados Unidos (CMMBEU)
JCS	=	Estado-Maior Conjunto, EUA
MRE	=	Ministério das Relações Exteriores, Rio de Janeiro
NA	=	Arquivo Nacional, Washington
OA	=	Documentos de Oswaldo Aranha, CPDOC
OCIAA	=	Birô do Coordenador de Assuntos Interamericanos
OH	=	História Oral, Universidade de Columbia, Nova York
ONU	=	Organização das Nações Unidas (= NU, Nações Unidas)
OSD	=	Gabinete do Secretário da Defesa, EUA
OSS	=	Gabinete de Serviços Estratégicos, EUA
PAU	=	União Pan-Americana (= OPA, Organização Pan-Americana)
PUL	=	Biblioteca da Universidade de Princeton
SC	=	Documentos de Souza Costa, CPDOC
UNRRA	=	Administração das Nações Unidas para o Auxílio e Restabelecimento
USP	=	Universidade de São Paulo
WD	=	Departamento da Guerra, EUA

Capítulo I

Introdução

O Brasil ficou independente em 1822, no contexto de uma vasta luta que imediatamente após as Guerras Napoleônicas opôs o velho sistema colonial europeu e os grandes interesses da nova economia e sociedade industriais da Grã-Bretanha. O governo colonial português na América do Sul foi derrubado com auxílio político e militar britânico, e o Brasil ficou firmemente vinculado à Grã-Bretanha em termos econômicos e políticos ao longo do século XIX. O comércio, as finanças e os investimentos britânicos forneceram os estímulos necessários à economia brasileira exportadora de café, enquanto as relações exteriores do Brasil imperial eram bem ajustadas aos interesses e direcionamentos das potências europeias, particularmente da Grã-Bretanha. Embora adaptados às condições locais, o liberalismo britânico e as ideias revolucionárias francesas já formavam o modelo ideológico das instituições brasileiras.[3]

A posição econômica dos britânicos no Brasil foi dominante até a década de 1880, quando novos concorrentes, principalmente estadunidenses, alemães e franceses, passaram a chegar. A influência econômica dos recém-chegados cresceu constantemente até a Primeira

[3] Existe uma extensa bibliografia sobre a preeminência britânica no Brasil durante o século XIX. Sobre o processo de independência, ver E. Viotti da Costa, "Introdução ao Estudo da Emancipação Política", in C. G. Motta (org.), *Brasil em Perspectiva* (São Paulo, 1967); J. H. Rodrigues, *Independência, Revolução: A Política Internacional* (Rio de Janeiro, 1975); e C. Freitas, *George Canning e o Brasil* (São Paulo, 1958). Sobre questões econômicas e sociais, ver A. Manchester, *British Pre-eminence in Brazil: Its Rise and Decline* (Chapel Hill, 1933); L. Bethell, *The Abolition of the Brazilian Slave Trade* (Cambridge, 1970); R. Graham, *Britain and the Onset of Modernization in Brazil* (Cambridge, 1968); e A. C. Castro, *As Empresas Estrangeiras no Brasil* (Rio de Janeiro, 1979).

Guerra Mundial, quando a influência alemã ruiu. A partir de então, os interesses dos Estados Unidos gradativamente substituíram o comércio e os investimentos britânicos, que estavam em declínio contínuo. Já em 1929, os Estados Unidos eram o principal parceiro comercial do Brasil, e assumiam um papel de liderança no financiamento de outros aspectos da economia cafeeira de exportação. Do ponto de vista político, o governo brasileiro tentou contrabalançar a influência britânica nos seus assuntos exteriores por meio de uma política proposital de aproximação com os Estados Unidos. Esta política, levada a cabo pelo Barão do Rio Branco, ministro das Relações Exteriores do Brasil nos primeiros anos do século XX, não era de mera adesão às políticas estadunidenses, mas pretendia ajudar o Brasil a reduzir a influência europeia. A participação brasileira na Primeira Guerra Mundial indicou que já nesta época os Estados Unidos desempenhavam um papel importante na definição da política externa brasileira.[4]

A turbulência que abalou os alicerces das estruturas econômicas, sociais e políticas ocidentais, da crise de 1929 até irromper a Segunda Guerra Mundial, teve efeitos semelhantemente radicais no Brasil: depressão econômica, revolução política, o crescimento de movimentos sociais organizados em moldes socialistas e fascistas, e competição entre as Grandes Potências para aumentar sua presença no Brasil. Enquanto a Grã-Bretanha permanecia numa posição de recuo defensivo, a Alemanha novamente entrou na corrida por influência econômica e política contra os Estados Unidos. O Brasil teve que responder ao novo desafio e redefinir todos os aspectos de sua vida, inclusive a política externa.

A América Latina e a política internacional na década de 1930

A crise econômica de 1929 perturbou o funcionamento do sistema capitalista, tanto no âmbito das economias nacionais quanto no da interação financeira e comercial que alimentava a economia internacional, baseada no princípio geral da divisão de trabalho entre países industrializados e não industrializados. Embora as respostas dadas à crise pelos estados

[4] A substituição da influência econômica britânica no Brasil pelos interesses dos Estados Unidos foi estudada por V. Valla, *A Penetração Norte-Americana na Economia Brasileira* (Rio de Janeiro, 1979), e P. Singer, "O Brasil no Contexto do Capitalismo Internacional", in B. Fausto (org.), *História Geral da Civilização Brasileira*, v. 8 (São Paulo, 1975). D. Platt defende a ideia de que a retirada britânica da América Latina ao final do século XIX não era sintoma de um declínio geral do poder de concorrência britânico, mas de um esforço deliberado de se concentrar nos mercados interno e do Império e mudar o caráter da indústria britânica; ver *Latin America and British Trade, 1806-1914* (Londres, 1972). O esforço deliberado do Brasil de reduzir a influência política europeia foi estudado por B. Burns, *The Unwritten Alliance* (Nova York, 1968). Ver também C. Lafer, "Uma interpretação do sistema de relações internacionais do Brasil", *Revista Brasileira de Política Internacional*, n. 39/40, 1967.

capitalistas não fossem idênticas, elas tinham certas características em comum, em particular uma intervenção estatal mais decisiva na economia nacional, seja na forma de legislação, controle ou até investimento direto. Ao mesmo tempo, na esfera internacional, medidas de proteção econômica foram tomadas de modo a obter ou reter mercados exclusivos, assim rompendo com o padrão vigente de livre comércio. Alguns países, Grã-Bretanha e França em especial, foram capazes de enfrentar o período de depressão econômica com relativo êxito graças a suas moedas fortes e impérios coloniais. As potências "excluídas" (Alemanha, Japão e Itália) se viam diante de uma situação econômica mais difícil e tendiam a estabelecer alguma forma de "autossuficiência" econômica. Não obstante, as alianças políticas que apoiavam governos fascistas exigiam políticas sociais e econômicas que reforçavam os oligopólios e reduziam os salários, assim agravando, ao invés de resolver, problemas tais como o desenvolvimento de mercados internos.[5] Como estes eram países que precisavam importar matérias-primas industriais e exportar seus produtos, eles tinham que garantir a existência de mercados externos. Por outro lado, o caráter vingativo de seus planos políticos levou os estados fascistas a tentar adquirir colônias ou áreas de influência e a começar campanhas nesse sentido. Sua resposta política à crise econômica e social era a rota mais curta rumo à guerra.[6]

O fascismo era uma das expressões da crise política que permeou a década de 1930. Sob o fardo de problemas sociais pavorosos, para os quais não possuíam soluções nem meios de implantá-las, os Estados liberais se tornaram alvos fáceis para os ataques da esquerda e da direita, que os acusavam – por diferentes razões – de serem ultrapassados. Os partidos de centro perdiam terreno a cada eleição, e o espectro político se tornava cada vez mais polarizado, com a direita representando movimentos nacionalistas e fascistas, e a esquerda representando movimentos socialistas e comunistas. A década foi de governos autoritários – até as democracias parlamentares experimentaram alterar o equilíbrio de poder, com a intenção de fortalecer o poder executivo.

A mesma crise ocorreu no âmbito ideológico. As frustrações que haviam se acumulado desde a Primeira Guerra Mundial e os problemas não resolvidos na esfera social e econômica produziram uma crítica

[5] Especialistas em economias fascistas já enfatizaram esta questão; ver C. Bettelheim, *L'Économie Allemande sous le Nazisme* (Paris, 1971), v. II, pp. 101-116; e D. Guérin, *Fascisme & Grand Capital* (Paris, 1971), cap. 9. Algum desacordo com relação a estas determinações econômicas se encontra em J. Duroselle, *L'Europe de 1815 à Nos Jours* (Paris, 1970) e P. Renouvin, *Historia de las Relaciones Internacionales - Las Crises del Siglo XX* (Madrid, 1970), v. VIII.

[6] A relação entre guerra e crise econômica e social foi mencionada por M. Crouzet, *Histoire Générale des Civilizations: L'Époque Contemporaine* (Paris, 1958), parte I, tomo 2, cap. II.

aguda à racionalidade liberal. O liberalismo era atacado pela esquerda em nome da tradição radical materialista e de uma reorganização geral da sociedade. O liberalismo era atacado pela direita em nome dos valores tradicionais, tais como religião, ordem, hierarquia e disciplina. O fascismo – revolucionário na aparência, autoritário nas práticas – foi o mais exitoso destes movimentos.[7]

As mudanças nas relações internacionais durante este período foram substanciais. Até a Primeira Guerra Mundial, as relações internacionais eram governadas pela noção de "equilíbrio de poder" – a regulação das relações internacionais por umas poucas Grandes Potências localizadas na Europa. Este "Pacto Europeu" havia construído uma ordem internacional baseada numa visão comum do que era aceitável ou inaceitável às Grandes Potências e seus interesses. A guerra destruiu esta concepção, e a tentativa de criar uma nova ordem internacional baseada na cooperação (a Liga das Nações) fracassou. Portanto, o período entre guerras representou um desafio crescente, pois as novas Potências, na Europa e fora dela, buscavam aumentar suas áreas de influência, enquanto as antigas e bem estabelecidas Potências buscavam frear seu próprio declínio.[8]

Na América Latina o interregno de 1919-1939 se caracterizou por um declínio na influência britânica e um crescimento na influência alemã e estadunidense. Do ponto de vista ideológico, três correntes principais – liberalismo, fascismo e socialismo – lutavam pelos corações e mentes dos povos latino-americanos. Mas do ponto de vista da influência política e econômica, a Grã-Bretanha defendia sua posição, enquanto Estados Unidos e Alemanha eram relevantes na medida em que o crescimento de seu *sistema de poder* os colocava em posições antagônicas perante as nações latino-americanas. Os alemães enfatizavam o autoritarismo antiparlamentar, o protecionismo econômico e o nacionalismo militar, enquanto os estadunidenses enfatizavam a democracia liberal e o internacionalismo de livre comércio. A América Latina era não só palco de uma guerra comercial, mas também de disputa política e ideológica, justamente quando formas autoritárias de governo e o nacionalismo econômico estavam florescendo na parte sul do continente. Embora o nacionalismo dos países da América Latina não pudesse ser confundido com uma adesão ao fascismo ou ao nacional-socialismo, seus oponentes tentavam fazer tal identificação. Em outras palavras, numa época de

[7] Há um guia recente de análises, interpretações e bibliografia sobre o assunto. Trata-se de W. Laqueur, *Fascism* (Londres, 1979).

[8] Esta questão é levantada por um especialista brasileiro em direito internacional, C. Lafer, no livro *Paradoxos e Possibilidades* (Rio de Janeiro, 1982), pp. 72-74. Ver também G. Barraclough, *An Introduction to Contemporary History* (Londres, 1964) e "The End of European History", em *History in a Changing World* (Oxford, 1956).

polarização política radical, afinidades ideológicas ou políticas econômicas semelhantes tendiam a ser vistas como alinhamentos políticos no cenário internacional.

A presença alemã na América Latina

A consolidação do regime nazista na Alemanha devolveu ao país uma presença no cenário internacional. Embora sua política externa demonstrasse uma orientação europeia bem demarcada, o que sugeria a tentativa de criar um império europeu, seu objetivo era rivalizar com as Grandes Potências.[9]

Os planos alemães para com a América Latina (especialmente o Brasil) eram principalmente de natureza comercial. A Alemanha buscava novos clientes avidamente para melhorar suas condições econômicas internas. Suas importações consistiam principalmente de alimentos e matérias-primas industriais, ao passo que suas exportações se compunham em grande medida por bens industrializados. Ela detinha moeda estrangeira em quantias insuficientes para operar nos mercados internacionais com base no livre comércio. A partir do "Novo Plano" (ou "Schacht Plan") de 1934, o governo alemão adotou uma série de medidas de proteção, incluindo a criação de uma moeda especial, *dumping* e acordos bilaterais de escambo (troca de produtos sob um sistema de quotas). O "protecionismo econômico" não era uma regra doutrinária, mas uma solução ditada pelas circunstâncias. Entretanto, ele se ajustava bem à formulação racionalista do fascismo.[10]

Naqueles países latino-americanos envolvidos com esta política, os efeitos foram de grande importância, já que ela gerava opções para um reforço no comércio exterior, o setor de suas economias mais afetado pela crise e depressão da década de 1930. É bem verdade que os acordos econômicos oferecidos pela Alemanha não geravam divisas e estimulavam uma nova dependência: quanto mais se vendia à Alemanha, mais se era obrigado a comprar dela. Por outro lado, o sistema trazia, sim, vantagens devido ao fato de que estes países não possuíam moeda forte suficiente para financiar o pagamento imediato de importações, o que era uma condição dos tratados de livre comércio. Assim, a parte excedente de sua

[9] Como afirma G. Barraclough, *An Introduction...*, cap. IV.

[10] E. Wageman, um importante servidor público alemão, apresenta um interessante testemunho disto em *La Stratégie Économique* (Paris, 1938). Ele considerava a desorganização dos mercados internacionais responsável pela política protecionista alemã. Ver também H. Friedlander e J. Oser, *Economic History of Modern Europe* (Nova York, 1953), parte 3, cap. 26; e C. Bettelheim, *op. cit.*, v. II, pp. 117-125, 153-161.

produção era vendida a compradores externos e certos produtos eram obtidos com as receitas.

Outra dimensão da presença alemã na América Latina era sua tentativa de exercer influência política e ideológica. Isto se dava por meio dos canais habituais e um tanto indefinidos, de natureza diplomática e econômica – embaixadas, consulados, escolas, empreendimentos comerciais, as altas finanças, transporte aéreo, serviços de informação e propaganda – que criavam uma rede de interesses e boa vontade com relação à causa alemã. Ao mesmo tempo, ações paralelas e diretas eram levadas a cabo pelo partido nazista, que tentava congregar as populações alemãs ou de ascendência alemã em diversos países do continente.

No sul do Brasil, por exemplo, a atividade do partido nazista gerou medo entre os brasileiros e autoridades dos Estados Unidos, embora as evidências sugiram que o seu papel nos planos alemães foi sempre subordinado às atividades comerciais do país. Não valia a pena sacrificar uma fonte vital de alimentos e matérias-primas em nome de ideais políticos. Quando prejuízos políticos eram necessários para reter uma participação crescente no comércio exterior brasileiro, o governo alemão não hesitava. É ilustrativo o caso de K. Ritter, embaixador alemão no Rio de Janeiro declarado *persona non grata* pelo governo brasileiro em 1938 devido à sua atividade partidária junto a cidadãos brasileiros de origem alemã.[11] Sobre a questão da adesão às leis voltadas à nacionalização do ensino primário implantadas pelo governo brasileiro em 1938, Berlim não se dispôs a encorajar a resistência à aplicação de tais leis por parte de simpatizantes nazistas.[12] Não obstante, as políticas e a propaganda nazistas foram implementadas na América Latina na medida do possível, e o NSDAP até aplicou ao Brasil a regra da "proteção aos cidadãos alemães" então em vigor na Europa.[13]

A influência exercida pelo *establishment* militar alemão sobre as forças armadas da América Latina não deve ser subestimada. Influências que remontam ao começo do século XX se efetivaram devido à presença de missões militares para treinar exércitos latino-americanos, além da atividade mais pragmática do nascente comércio de armamentos na década de 1930, baseado nos acordos de trocas comerciais.[14] No caso brasileiro,

[11] A descrição mais recente deste incidente encontra-se em R. A. Humphreys, *Latin America and the Second World War* (Londres, 1981), p. 38.

[12] Como observa I. Gellman, *Good Neighbor Diplomacy* (Baltimore, 1979), p. 115.

[13] Um relato geral destas atividades no Brasil pode ser encontrado em R. Seitenfus, *O Brasil de Getúlio Vargas e a Formação dos Blocos, 1930-1942* (no prelo). G. Seyferth apresenta uma análise detalhada dos resultados da propaganda política entre alemães e brasileiros de ascendência alemã no sul do Brasil em "Nacionalismo e Identidade Étnica" (Tese de doutorado, Universidade de São Paulo, 1976).

[14] Especialistas no período têm tendido a concentrar suas análises em questões militares. Ver F. McCann, *The Brazilian-American Alliance, 1937-45* (Princeton, 1973), especialmente caps. 4 e 5; e *A Influência Estrangeira e o Exército Brasileiro,*

era notória a admiração por parte de integrantes da cúpula militar – e boa parte da tropa – pela eficiência da máquina de guerra alemã. Este conjunto de atividades militares, culturais, políticas e econômicas alemãs na América Latina inquietou as autoridades estadunidenses. Estas, em meados da década de 1930, começaram uma série de iniciativas para reduzir ou eliminar sua influência.

A política dos Estados Unidos para a América Latina

Conhecida como a política da "Boa Vizinhança", a ação política do presidente Roosevelt dirigida ao restante do continente envolvia vários tipos de iniciativa, mas faltava-lhe um padrão definido e coerente. Era apresentada como uma política baseada nos seguintes novos pressupostos: os Estados Unidos poderiam abandonar sua política de interferência e, principalmente, de intervenção militar; a igualdade jurídica de todas as nações americanas poderia ser reconhecida na prática além de na teoria; havia a necessidade de consultas interamericanas sempre que problemas no interior de uma república ameaçassem se tornar fonte de perigo para as outras; precisava-se chegar a um acordo para cooperar de todas as maneiras praticáveis, de modo a fazer avançar o bem-estar dos povos das Américas.[15]

Já se observou que o fim do intervencionismo constituiu uma evolução natural da política estadunidense da década de 1920. Por um lado, a ameaça da influência europeia havia diminuído após a Primeira Guerra Mundial e "dentro dos Estados Unidos o apoio ao fardo das políticas intervencionistas começou a declinar".[16] Por outro, os latino-americanos "começaram a pressioná-los a abrir mão desse direito e aceitar o princípio da não intervenção em suas relações com eles".[17] Estas pressões culminaram na Sexta Conferência Internacional dos Estados Americanos realizada em Havana em janeiro e fevereiro de 1928, e na Sétima Conferência Internacional dos Estados Americanos realizada em Montevidéu em dezembro de 1933. Durante esta última, o secretário de Estado Cordell Hull teve que aceitar a Convenção sobre Direitos e Deveres dos Estados, que formulava claramente a política do não intervencionismo.

1905-1945 (Rio de Janeiro, 1980). O comércio de armamentos é bem documentado em S. Hilton, *Brazil and the Great Powers, 1930-39* (Austin, 1975), caps. 4 e 6.

[15] As afirmações do Secretário de Estado Cordell Hull se encontram em *The Memoirs of Cordell Hull* (Nova York, 1948), v. I, parte 2, caps. 23, 24 e 25; as do Subsecretário Sumner Welles, em *The Time for Decision* (Nova York, 1944), cap. V, e *Where Are We Heading* (Nova York, 1946), cap. 4.

[16] R. H. Wagner, *United States Policy Toward Latin America* (Stanford, 1970), p. 13.

[17] G. Connell-Smith, *The United States and Latin America* (Londres, 1974), p. 150.

Historiadores mais recentes da política da "Boa Vizinhança" concordam que o governo Roosevelt conseguiu se livrar dos elementos obsoletos do intervencionismo, ao mesmo tempo retendo aqueles aspectos considerados vitais para a segurança dos Estados Unidos. Washington não empregou a força contra países latino-americanos no forma do "big stick" ou da "dollar diplomacy", mas usou outros instrumentos de pressão política e econômica para atingir seus objetivos. O intervencionismo "suave" dos Estados Unidos contra o governo Grau em Cuba no começo da década de 1930 é o melhor exemplo de como a política da "Boa Vizinhança" tratava tais questões.[18] Outros exemplos incluem a manutenção de contingentes militares dos Estados Unidos no Panamá e em Guantánamo (Cuba).

Embora alguns métodos houvessem mudado, os objetivos da política externa dos Estados Unidos permaneciam os mesmos. Ela almejava minimizar a influência europeia na América Latina por meio da manutenção da liderança dos Estados Unidos no hemisfério e estímulo à estabilidade política nos países do continente.[19]

Uma interpretação um tanto diferente nos é oferecida pelo historiador estadunidense D. Green, para quem a política da "Boa Vizinhança" constituiu uma resposta a necessidades econômicas. A recuperação dos Estados Unidos da depressão econômica durante a década de 1930 exigia mercados externos em expansão para os bens manufaturados do país, além de uma oferta crescente de matérias-primas e de novas avenidas para investimentos. A política da "Boa Vizinhança" respondia a estas demandas e representava uma tentativa de ampliar o comércio interamericano como um todo.[20]

Não resta dúvida de que a economia dos Estados Unidos precisava de tal ampliação comercial de forma a superar os efeitos da depressão. Por outro lado, parece duvidoso que esta fosse a motivação principal da política da "Boa Vizinhança". As medidas tomadas pelo governo Roosevelt nos anos trinta relativas à América Latina sugerem uma grande preocupação com *questões políticas e estratégicas*. Os objetivos eram, na medida do possível, garantir a colaboração política e o alinhamento das nações latino-americanas à liderança dos Estados Unidos. Embora a manutenção dos mercados da América Latina fosse parte vital desta estratégia, ela tinha caráter predominantemente instrumental. Em contraste com as políticas

[18] O desafio apresentado pelo caso cubano à nova política da "Boa Vizinhança" foi estudado por D. Green, *The Containment of Latin America* (Chicago, 1971), cap. 1; B. Wood, *The Making of the Good Neighbor Policy* (Nova York, 1961), caps. 2 e 3; I. Gellman, *op. cit.*, pp. 38-39; e G. Connell-Smith, *op. cit.*, pp. 160-162.

[19] Ver G. P. Atkins, *Latin America in the International Political System* (Nova York, 1977), pp. 97-101.

[20] D. Green, *op. cit.*, pp. 18-20. Ver também R. Gambini, *O Jogo Duplo de Getúlio Vargas* (São Paulo, 1977), pp. 37-42.

alemãs, Washington não hesitava em sacrificar interesses econômicos menores em nome de grandes metas políticas.

Por outro lado, a América Latina indubitavelmente desempenhou um papel importante na recuperação da economia estadunidense, pois era fonte crucial de alimentos e insumos para a indústria, bem como mercado para exportações de produtos industriais. O governo dos Estados Unidos agiu diferentemente de outros países industriais, já que adotou um programa de livre comércio com vistas a acelerar a recuperação da economia internacional em geral e de seus mercados externos em particular.

No marco da política da "Boa Vizinhança", os Estados Unidos tinham que tomar certas iniciativas para assistir a recuperação das economias latino-americanas. Portanto, a solidariedade do hemisfério demandava um programa de assistência econômica voltado ao resto do continente. No final da década de 1930 não havia consenso claro sobre como tal assistência deveria ser concedida, e distintos departamentos e órgãos do governo estadunidense (Departamento de Estado, Tesouro, Eximbank) tinham ideias diferentes e frequentemente conflitantes a respeito do tema. Alguns eram favoráveis ao que se poderia chamar de "abordagem agroexportadora", que enfatizava questões comerciais e políticas cambiais. Uma segunda tendência, que se poderia chamar "abordagem de industrialização limitada", enfatizava questões ligadas ao desenvolvimento industrial.[21]

A primeira atitude era mais comumente encontrada no Departamento de Estado. A proposta era que os Estados Unidos encorajassem a recuperação comercial e financeira do continente por meio de cooperação técnica e empréstimos que financiassem produtos complementares, tais como minerais estratégicos. Defensores desta abordagem achavam-na suficiente para estimular a produção de bens primários, que por sua vez ativaria o livre comércio e assistiria a manutenção de relações econômicas tradicionais. Medidas financeiras garantiriam a estabilidade da moeda e o crescimento seria assegurado.

A "abordagem de industrialização limitada" criticava a primeira, insistindo que a assistência estadunidense para a América Latina deveria se concentrar em empréstimos de longo prazo para investimentos produtivos. O aumento da produtividade industrial resultaria em mais exportações e no cumprimento dos deveres externos tanto financeiros

[21] Muitos autores já apontaram esta controvérsia. Um documento interessante da Biblioteca Franklin Roosevelt resume a divergência em 1939. Ver "Basis of discussion with Minister Aranha", 1º de fevereiro de 1939, e comunicação de Mr. Taylor para Mr. White, Departamento do Tesouro, 6 de fevereiro de 1939, FRL/MC 39.01.12.

quanto comerciais, além de incrementar o escopo das relações comerciais com os Estados Unidos. Embora esta abordagem postulasse uma série de instrumentos técnicos e financeiros aos quais os países latino-americanos poderiam recorrer, ela estabelecia limites estreitos para o desenvolvimento industrial destes países. A possibilidade de se substituir produtos importados não deveria afetar o fluxo normal de bens manufaturados dos Estados Unidos para o continente. Esta visão, mais progressista que a do Departamento de Estado, foi adotada pelas comissões interamericanas ligadas a questões do desenvolvimento.

O programa de assistência econômica do governo estadunidense tentou adquirir um perfil interamericano. Por esta razão, a Conferência do Panamá, realizada em setembro e outubro de 1939, criou uma Comissão Consultiva Interamericana Financeira e Econômica, cujo primeiro presidente foi Sumner Welles. Os objetivos da Comissão eram atacar as desarticulações econômicas previsíveis em tempos de guerra e explorar métodos de longo prazo para aumentar o comércio interamericano e promover o crescimento econômico da América Latina. Esta comissão, por sua vez, criou a Comissão Interamericana de Desenvolvimento, sob a presidência de Nelson Rockefeller. O órgão tinha a responsabilidade de patrocinar estudos, compilar informações e estabelecer os contatos necessários ao desenvolvimento das vinte e uma repúblicas. Tinha-se a compreensão de que o "desenvolvimento interamericano" envolvesse: a) o estímulo às exportações não competitivas de todas as repúblicas latino-americanas para os Estados Unidos e ao comércio entre as repúblicas latino-americanas; e b) o estímulo à indústria em todas as repúblicas latino-americanas.[22]

O propósito do primeiro item era aumentar as reservas de moeda estrangeira das repúblicas sul-americanas de modo a fortalecer suas economias enfraquecidas. Os Estados Unidos comprariam produtos como óleos vegetais, alimentos, fármacos e materiais estratégicos. É claro que esta boa vontade estadunidense deve ser vista à luz de um problema pavoroso: a perda de fontes não americanas destes produtos primários devido à guerra. Esta linha de ação tinha resultados previsíveis: o fortalecimento das relações econômicas tradicionais entre os Estados Unidos e seus vizinhos continentais.

O item b) era mais interessante no sentido de esclarecer a compreensão que a Comissão tinha do significado da industrialização da América Latina. Ele não propunha a criação de indústrias que

[22] Inter-American Development Commission. NA/RG 229.10 – Records of the Immediate Office of the Coordinator, Minutes of Meetings and Conferences.

produzissem bens de capital, já que estas se mostrariam "não econômicas em sua operação". A alternativa proposta era a criação de indústrias que fabricassem produtos de consumo, para que certas repúblicas americanas possam se libertar da dependência da Europa e da Ásia para [obter] artigos que consomem no cotidiano.[23]

Este item revela com clareza a intenção da Comissão de encorajar indústrias que permitiriam aos países da América Latina reduzir as importações de produtos previamente obtidos na Europa e na Ásia, ao mesmo tempo deixando intocadas as importações oriundas dos Estados Unidos. Em outras palavras, a Comissão Interamericana de Desenvolvimento propunha um padrão de industrialização para a América Latina firmemente subordinado aos interesses econômicos estadunidenses, e que sustentasse a complementaridade assimétrica entre as partes. Em tal padrão, não havia espaço para projetos de industrialização de largo alcance.[24]

O aspecto mais dramático destes acontecimentos diz respeito ao fato de que mesmo esta diretriz restrita para o desenvolvimento latino-americano não foi posta em ação. Ademais, o esforço de guerra dos Estados Unidos bloqueou certas iniciativas desenvolvimentistas e causou o retorno das economias latino-americanas ao seu *status* anterior de fornecedoras de matérias-primas.[25] Modestas tentativas interamericanas de criar projetos de desenvolvimento, como o Serviço Consultivo Latino-Americano (cujo objetivo era aumentar as vendas de produtos de varejo e de consumo latino-americanos nos Estados Unidos) e um cartel interamericano de commodities (uma espécie de câmara de compensação para a compra e distribuição de excedentes) foram bloqueados por considerações políticas ou prioridades do esforço de guerra.

Com a aceleração dos preparativos estadunidenses para a guerra no final dos anos trinta, o Departamento de Estado começou a avaliar a política da "Boa Vizinhança" em termos militares. Se consultas e ação comum entre as repúblicas americanas eram o âmago do Pan-Americanismo, a colaboração militar deveria ter um formato multilateral. Consequentemente formou-se um Conselho Interamericano de Defesa para promover a coordenação de medidas necessárias à "defesa hemisférica".

Os planejadores do exército e da marinha estadunidenses discordavam completamente da abordagem do Departamento de Estado,

[23] Idem, p. 4. A ideia de que indústrias que produziam bens de capital na América Latina não eram econômicas recorre em muitos documentos do governo estadunidense. Ver, por exemplo, NA/RG 229.12 – Post War Planning.

[24] Esta também é a conclusão de Gellman, para quem os projetos econômicos de Roosevelt para a América Latina respondiam a pressões imediatas. O planejamento de longo prazo não recebia consideração séria. I. Gellman, *op. cit.*, p. 167.

[25] Pode-se encontrar um estudo completo do impacto econômico da guerra na Europa e do envolvimento estadunidense nas economias latino-americanas em D. Green, *op. cit.*, cap. IV.

como afirmado recentemente por J. Child, especialista em relações militares EUA-América Latina. Para eles o Conselho Interamericano de Defesa era meramente uma fachada militar necessária à ação multilateral do Departamento de Estado, e não tinha qualquer papel a desempenhar no verdadeiro planejamento de guerra. Os planejadores militares se dispunham apenas a pôr em prática com as nações latino-americanas planos de colaboração eminentemente bilaterais.[26]

A razão para tal se encontra na concepção estratégica dos Estados Unidos, baseada no princípio da defesa nacional. No começo do século, considerava-se que os perímetros desta defesa nacional incluíam o território continental do país, além do Caribe (o "Lago Americano"). Na década de 1930, estas fronteiras se estenderam para incluir o Alasca e Newfoundland (Terra Nova) ao norte, e o Nordeste brasileiro e as Ilhas Galápagos ao sul. Esta ampliação foi feita devido à possibilidade de um ataque japonês vindo do Pacífico e de um ataque alemão ao nordeste brasileiro vindo do norte da África.

Se havia ou não a possibilidade de um ataque alemão ao território americano a partir do norte da África permanece uma questão polêmica, que na realidade faz parte de uma questão mais geral: o governo nazista tinha intenções hostis com relação aos Estados Unidos? E, se tinha, estas representavam ameaça a sua segurança? Alguns historiadores falam da hostilidade de Hitler para com os Estados Unidos, mas não conseguem encontrar evidências diretas de reais agressões nazistas ao território estadunidense.[27] Outros sugerem que embora a ameaça fosse real, ela não era territorial, mas representada pelo desafio alemão à supremacia econômica estadunidense.[28] Há ainda aqueles que simplesmente sugerem que Hitler queria os Estados Unidos fora da guerra europeia.[29] Fossem reais ou ilusórias as ameaças nazistas aos Estados Unidos, o fator político decisivo era a percepção de uma ameaça por parte do governo Roosevelt, o que ditava o perfil principal de sua política, isto é, que o papel defensivo do país abarcava todo o continente.

Consequentemente, as estratégias dos Estados Unidos exigiam mais bases em países chave do "Lago Americano". Como a política da "Boa Vizinhança" obstava ação militar unilateral, era necessário criar

[26] J. Child, *Unequal Alliance: The Inter-American Military System, 1938-1978* (Boulder, 1980). A análise de Child foi desenvolvida originalmente em "From 'color' to 'rainbow': US strategic planning for Latin America, 1919-45", *Journal of Inter-American Studies and World Affairs*, v. 21, n. 2, 1979. Ver também I. Gellman, *op. cit.*, cap. 10.

[27] Ver A. Frye, *Nazi Germany and the American Hemisphere* (New Haven, 1967); J. V. Compton, *The Swastika and the Eagle* (Boston, 1967); R. Dallek, *Franklin D. Roosevelt and American Foreign Policy* (Oxford, 1979); e I. Gellman, *op. cit.*.

[28] Ver L. C. Gardner, *Economic Aspects of New Deal Diplomacy* (Madison, 1964).

[29] Ver S. Friedlander, *Prelude to Downfall* (Nova York, 1967). Encontra-se uma discussão da bibliografia relevante em R. Divine (org.), *Causes and Consequences of World War II* (Chicago, 1969).

tratados bilaterais especiais com estes países. (Além disso, os planejadores militares estadunidenses prepararam planos de invasão dos países em questão, caso as abordagens bilaterais fracassassem.[30])

A estratégia elaborada para o continente inteiro não era projetada para permitir a participação conjunta de forças estadunidenses e latino-americanas. As forças armadas dos Estados Unidos ficariam encarregadas da defesa do continente e cada uma das outras nações contribuiria para o sucesso da estratégia global de acordo com sua capacidade. Em termos gerais, isto envolvia a cessão de bases aéreas e/ou navais, bem como a manutenção da ordem política e social interna.[31]

De qualquer forma, os planos dos Estados Unidos não tinham a expectativa de participação direta de forças latino-americanas no conflito. A "defesa hemisférica", como definida nas conferências interamericanas e nos discursos políticos, era meramente a contrapartida retórica dos esforços multilaterais que o Departamento de Estado empreendia na esfera da cooperação política, econômica e cultural.

Desde o final da década de 1880, o governo estadunidense fazia esforços para coordenar todas as nações da América por intermédio de Conferências Pan-Americanas periódicas, às quais compareciam representantes dos vários governos. Se estas conferências demonstravam a "determinação [dos Estados Unidos] de estabelecer [sua] hegemonia sobre a América Latina"[32] ou meramente seu desejo de "atenuar o mal-estar criado por sua prática de intervenção na América Latina",[33] o fato é que tais esforços não tiveram êxito antes da década de 1930. Para além das enormes diferenças e conflitos entre os próprios países latino-americanos, ao longo das três primeiras décadas do século XX havia um ressentimento agudo do intervencionismo dos Estados Unidos, fosse ele rotulado de "big stick diplomacy", "dollar diplomacy" ou qualquer outro nome.

Mesmo nos anos trinta, dizer que havia um desejo real de ação comum estava longe de ser verdade, tanto entre os próprios países latino-americanos, quanto entre os Estados Unidos e a América Latina, como observaram os historiadores estadunidenses Charles e Mary Beard.[34]

Assim, alcançar a colaboração política com vistas a objetivos comuns no hemisfério exigia esforços vigorosos por parte do Departamento de Estado. A partir de meados da década de 1930, foi realizada uma série

[30] No caso brasileiro, o plano era intitulado "Operation Plan of North-east Brazil Theater" (Code name: Lilac). NA/RG 407, Operations Branch A.G. n. 29.

[31] Ver G. K. Haines, "Under the eagle's wing: The Franklin Roosevelt administration forges an American hemisphere", *Diplomatic History*, v. 1, n. 4, 1977.

[32] G. Connell-Smith, *op.cit.*, p. 107.

[33] J. L. Mecham, *op. cit.*, p. 72.

[34] C. & M. Beard, *America in Mid-passage* (Londres, 1939), pp. 496-497.

de Conferências Interamericanas, numa tentativa de forjar esta "unidade" exigida pelas intenções estadunidenses de liderar o continente. Destas resultaram os seguintes passos.[35]

Na Conferência de Buenos Aires, realizada em dezembro de 1936, os Estados Unidos conseguiram obter um acordo sobre uma proposta que criava um mecanismo de consulta entre os países americanos, capacitando-os a agir imediatamente em situações críticas. Esta conferência estabeleceu o princípio de que uma ameaça à segurança de uma nação americana seria considerada uma ameaça a todas elas.

Na Conferência de Lima em novembro de 1938, o governo dos Estados Unidos decidiu ampliar o sistema de consultas e propôs o estabelecimento de algum tipo de pacto continental de segurança. Entretanto, os Estados Unidos enfrentavam a firme oposição da delegação argentina, para a qual a ideia de tal tratado de segurança coletiva envolvia o conceito de aliança militar, e isto limitaria a liberdade de ação dos países da América Latina.

A Primeira Reunião de Ministros do Exterior das Repúblicas Americanas, realizada no Panamá em setembro de 1939, foi um subproduto dos problemas criados pela guerra europeia, e votou-se pela neutralidade do continente. Ela também estabeleceu o princípio da neutralidade das águas territoriais. Estas decisões unânimes reforçaram a liderança estadunidense, e Roosevelt começou a usar esta neutralidade de forma a ajudar os britânicos.[36]

A Conferência de Havana, em julho de 1942, deu um passo além da neutralidade formal. Como observou o Professor Humphreys, se a Conferência do Panamá havia se reunido sob a insígnia da neutralidade, a Conferência de Havana se reuniu sob a insígnia da defesa, pois ficou decidido que qualquer tentativa de um estado não americano de violar a integridade, inviolabilidade territorial, soberania ou independência política de um estado americano seria considerada um ato de agressão contra todos os estados americanos.[37] Àquela altura, a Alemanha já invadira a Holanda e a França, o que já representava risco com relação às Guianas. Por esta razão a conferência estabeleceu o princípio do não reconhecimento de qualquer tentativa de transferir qualquer região geográfica do continente de uma potência não americana para outra.[38]

---

[35] G. Connell-Smith, *op.cit.*, cap. 5, e J. L. Mecham, *op. cit.*, caps. V e VI, relatam cuidadosamente os debates havidos nestas conferências e seus resultados. As conferências realizadas após 1939 foram estudadas em R. A. Humphreys, *op. cit.*.

[36] Gellman nos lembra que a neutralidade tornava intocáveis as possessões britânicas no continente americano. Isto aliviava os problemas enfrentados pelo governo da Grã-Bretanha para garantir sua segurança. Ver I. Gellman, *op. cit.*, p. 104.

[37] R. A. Humphreys, *op. cit.*, p. 70.

[38] O uso da declaração de "não transferência" feita por Roosevelt em sua política com relação aos britânicos é também analisada em I. Gellman, *op. cit.*, cap. 7.

Assim, a neutralidade estabelecida pelos Estados Unidos no hemisfério tinha uma natureza claramente anti-Eixo. Tratava-se de um instrumento tático empregado por Roosevelt como parte de sua política voltada a construir os Estados Unidos como Grande Potência, face a um rival que detinha aspirações semelhantes. Ações adicionais de "solidariedade hemisférica" tinham um propósito similar. Impedido pela opinião pública estadunidense e pela atitude do Congresso de desempenhar um papel na política europeia durante os anos trinta, Roosevelt abriu avenidas de ação na América Latina e forjou a unidade do continente sob sua liderança. Quando a guerra chegou às Américas, os estados latino-americanos "puderam deslizar suave e naturalmente para seus papéis predeterminados de cobeligerantes".[39]

O Brasil na década de 1930

A década de 1930 é considerada um marco na história contemporânea devido à emergência de novas forças políticas na forma de um movimento nacional que derrubou a "república oligárquica" e levou Getúlio Vargas ao poder em outubro de 1930. Os debates entre historiadores e cientistas sociais sobre a Revolução de 1930 têm se concentrado na natureza conservadora ou revolucionária do novo equilíbrio de poder estabelecido.[40] Alguns autores enfatizam o conservadorismo na estrutura social brasileira, disfarçado sob novos rótulos e por trás de um conjunto de reformas que foram mais aparentes que reais.[41] Outros enfatizam as mudanças econômicas e sociais, apontando especificamente o papel do Estado na reorientação da economia exportadora de café rumo a um novo padrão ligado ao setor industrial urbano.[42] Estas categorias de conservação e transformação têm sido também aplicadas à compreensão da política externa brasileira nos anos trinta. A verdade é que a revolução de outubro no Brasil não levou nem a uma ruptura radical, nem a uma continuidade perfeita com o passado. "Redefinição" parece ser o termo mais apropriado para descrever as questões internas e as relações exteriores brasileiras.[43]

---

[39] Nas palavras de J. L. Mecham, *op. cit.*, p. 208.

[40] Muitos estudos especificamente sobre esta questão estão sendo produzidos atualmente. Eu avalio a bibliografia recente em "A Revolução de 1930, 50 anos depois", *O Estado de São Paulo*, 5 de outubro de 1980.

[41] Ver L. Martins, *Pouvoir et Développement Économique* (Paris, 1976) e O. Velho, *Capitalismo Autoritário e Campesinato* (São Paulo, 1976). Velho usa a definição de E. Hobsbawm em *Industry and Empire* (Nova York, 1968) da tendência britânica de manter a forma de antigas instituições com um conteúdo radicalmente novo ("velhos rótulos em novas garrafas") para descrever a tendência brasileira a pôr "novos rótulos em velhas garrafas".

[42] Ver C. Furtado, *Formação Econômica do Brasil* (São Paulo, 1967) e A. A. Camargo, "Brésil Nord-Est: Mouvements Paysans et Crise Populiste" (Tese de doutorado, Universidade de Paris II, 1974), cap. 1.

[43] Eu discuto esta questão mais detalhadamente em "A Revolução de 1930 e a política externa brasileira: ruptura ou continuidade?", CPDOC (Rio de Janeiro, 1980).

Mudanças institucionais

A assunção do poder em 1930 por Getúlio Vargas, ex-deputado, ex-ministro da Fazenda e governador do Rio Grande do Sul, resultava de uma aliança peculiar. Certos grupos dissidentes "oligárquicos" (expressão política das classes dominantes agrárias) se juntaram aos tenentes (jovens oficiais revolucionários) para derrubar a facção "oligárquica" dominante, representada pelo presidente Washington Luiz.[44] O programa dos tenentes incluía eleições democráticas, reformas sociais, a nacionalização da terra e dos recursos do subsolo, e a eliminação da máquina política oligárquica. Após a vitória, eles se concentraram em fortalecer o estado, sem eleições de imediato, de modo a avançar em outros itens de seu programa. Os grupos "oligárquicos", agora no poder, temiam a disposição reformista dos tenentes e consequentemente fizeram certas concessões à classe trabalhadora de forma a evitar transformações substanciais da ordem social. Algumas leis foram promulgadas entre 1930 e 1934 em resposta às reivindicações dos trabalhadores quanto a temas como sindicatos, salário mínimo, a regulamentação do trabalho feminino e infantil, acordos coletivos, férias e seguridade social.[45]

O Governo Provisório (1930-1934) foi marcado pelo conflito entre os tenentes e as "oligarquias" regionais. Estas levantavam a bandeira das eleições democráticas para minar o poder revolucionário dos tenentes. Este conflito culminou no movimento constitucionalista iniciado em 1932 pela oligarquia paulista. A revolta foi derrotada militarmente, mas foi vitoriosa na esfera política. Os tenentes perderam influência, num momento em que se expandia o poder tanto da hierarquia militar mais conservadora quanto das oligarquias no governo central. A nova Constituição de 1934 ampliou a representação política e descentralizou a estrutura de poder, permitindo assim a incorporação de novos grupos, além daqueles excluídos em 1930, ao jogo político. Tipicamente, a política era feita à base de acordos.[46]

O Governo Constitucional (1934-1937) foi um período de mobilização política extraordinária, bem como de polarização ideológica.[47] Entre os movimentos políticos mais exitosos de então, havia a Ação Integralista Brasileira (AIB) e a Aliança Nacional Libertadora (ANL).

---

[44] Para uma análise desta aliança, ver A. A. Camargo, *A Questão Agrária: Crise de Poder e Reformas de Base, 1930-1964*, CPDOC (Rio de Janeiro, 1979).

[45] Um estudo detalhado da legislação social brasileira na década de 1930 foi feito em A. M. C. Gomes, *Burguesia e Trabalho* (Rio de Janeiro, 1979), cap. VI. Ver também L. W. Vianna, *Liberalismo e Sindicato no Brasil* (Rio de Janeiro, 1976).

[46] Uma análise do debate parlamentar que antecedeu a promulgação da Constituição de 1934, e da política geral de conciliação entre o Estado e as oligarquias regionais, encontra-se em A. M. C. Gomes et al, *Regionalismo e Centralização Política* (Rio de Janeiro, 1980).

[47] Para um estudo do período como um todo, ver R. Levine, *The Vargas Regime* (Nova York, 1970).

O primeiro buscava nutrir uma mobilização reacionária e exibia certos elementos simbólicos semelhantes aos movimentos fascistas europeus, embora suas ideias e ações políticas não pudessem ser identificadas com tais movimentos.[48] Em oposição à AIB, foi criada uma ampla frente antifascista e anti-imperialista. A ANL congregava partidos e movimentos liberais e de esquerda, com um programa de reforma social.[49]

O governo reagiu a esta polarização política, evidente a partir de 1935, com um aumento na repressão, o que por sua vez permitiu o estabelecimento de um estado autoritário. Foi aprovada uma lei de segurança nacional, a ANL foi fechada e muitos sindicatos foram atacados. Após uma tentativa de levante comunista em novembro de 1935, o governo estendeu a repressão para incluir seguidores da ANL, reforçou os poderes estatais e, por fim, declarou "estado de guerra". Esta escalação culminou no golpe de estado de novembro de 1937 e no estabelecimento da ditadura Vargas com o apoio das forças armadas. Era o começo do Estado Novo, que durou de 1937 a 1945.[50]

O Congresso Nacional foi fechado, assim como os partidos políticos. Uma nova constituição outorgada pelo governo reforçava diversos princípios corporativistas e nacionalistas. Ela concedia plenos poderes executivos e legislativos ao presidente. Foi instituído o estado de emergência, por meio do qual os direitos políticos e civis ficavam suspensos e a censura da imprensa estabelecida. O Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) foi criado como principal instrumento da consolidação do novo regime.

A centralização política permitia ao presidente nomear os governadores estaduais (interventores), também com poderes executivos e legislativos, mas não eliminou as áreas de influência política oligárquica. A tomada de decisões era centralizada por um órgão burocrático chamado Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP), cuja função era a unificação dos serviços públicos estatais. Assim, durante o Estado Novo o processo de tomada de decisões ficou restringido a certos

[48] Para um estudo detalhado do movimento Integralista, ver H. Trindade, *Integralismo* (São Paulo, 1974). Alguns autores chamam atenção para o programa nacionalista e autoritário do movimento – ver M. Chauí, *Ideologia e Mobilização Popular* (Rio de Janeiro, 1978); outros, para a sua concepção catastrófica da realidade e um programa socialmente regressivo – ver J. Chasin, *O Integralismo de Plínio Salgado* (São Paulo, 1978); outros ainda, para sua natureza específica com relação ao fascismo europeu – ver R. B. Araújo, "As classificações de Plínio", *Revista Ciência Política*, v. 21, n. 3, 1978.

[49] Neste ponto, todos os livros introdutórios sobre o "Estado Novo" são úteis, bem como R. Levine, *op. cit.*, cap. 3. Ver também H. Silva, *1935, A Revolução Vermelha* (Rio de Janeiro, 1969).

[50] Estudos gerais do Estado Novo incluem E. Carone, *O Estado Novo* (São Paulo, 1976) e *A Terceira República* (São Paulo, 1976). A organização do golpe é discutida em H. Silva, *A Ameaça Vermelha: O Plano Cohen* (Porto Alegre, 1980). A busca por apoio político para a ditadura foi estudada por H. Bomeny, "A política de mobilização da juventude no Estado Novo", CPDOC (Rio de Janeiro, 1980), e suas dimensões ideológicas por L. L. Oliveira, M. P. Veloso e A. M. C. Gomes, *Estado Novo: Ideologia e Poder* (Rio de Janeiro, 1982). Um relato da estrutura político-administrativa do Estado Novo encontra-se em L. Sola, "O Golpe de 37 e o Estado Novo", in C. G. Motta (org.), *Brasil em Perspectiva* (São Paulo, 1976).

órgãos estatais de alto nível (ministérios, burocracias ou órgão técnicos interministeriais). Na realidade, as etapas finais, "políticas" da tomada de decisões eram poucas, mas as etapas intermediárias, "técnicas" envolviam a representação direta de vários interesses, especialmente interesses econômicos.

Se olharmos à década como um todo, vemos que a "revolução de 1930" produziu algumas mudanças muito significativas na economia e sociedade brasileiras, embora não tenha alterado a estrutura de dominação social. Enquanto as massas continuaram excluídas da vida política, certos novos segmentos sociais passaram, sim, a participar direta ou indiretamente do processo de tomada de decisões.[51] A "revolução" nasceu de um sistema político. Mas nenhuma classe ou setor de classe conseguia desempenhar um papel dominante no novo sistema político. O "Estado de compromisso" que foi estabelecido se tornou cada vez mais forte e autônomo. Ao mesmo tempo, ele possibilitou a participação simultânea tanto das velhas facções políticas (oligarquias regionais de origem rural), quanto das novas (setores de classe ligados à industrialização, à urbanização e ao crescimento do Estado).

A política econômica do governo Vargas na década de 1930 era coerente com estas características: ela defendia o setor exportador, recusando a adoção de proteções para a indústria. Não obstante, ele iniciou uma política cambial que criou condições melhores para a industrialização. Ao mesmo tempo, o próprio Estado se envolveu diretamente com a industrialização devido a certos impasses internos e externos.

Era inevitável que a definição da "melhor política econômica para o país" se tornasse uma questão polêmica. Distintos setores de classe tinham interesses diferentes, bem como percepções diferentes do que era a economia brasileira, de quais eram seus vínculos com a economia internacional e do papel do Estado. Estas diferenças produziam conflitos nas arenas de tomada de decisões.

Política externa

Conflitos quanto a questões econômicas estavam claramente presentes no processo de tomada de decisões da política externa, já que as diferentes concepções de política econômica tendiam a corresponder com alinhamentos preferenciais nos negócios internacionais. Assuntos

[51] Uma análise deste tema se encontra em E. Diniz, *Empresário, Estado e Capitalismo no Brasil: 1930-1945* (Rio de Janeiro, 1978).

financeiros, industriais e de comércio exterior estavam todos eles sujeitos a tais conflitos. Além disso, assuntos militares como a compra ou reposição de armamentos e munições, a vigilância das fronteiras, estudos estratégicos e o treinamento das forças armadas eram claramente ligados a fornecedores estrangeiros e *know-how* estrangeiro, e envolviam decisões políticas.

Durante o período de governo constitucional (1934-7), decisões de grande envergadura poderiam se originar no poder executivo, mas tinham que ser aprovadas pelos órgãos legislativos. Durante o Estado Novo, o processo de tomada de decisões passou a se restringir a certos órgãos estatais de alto nível, como já vimos. Um dos mais altos, naturalmente, era o ministério, que refletia as divisões políticas do momento. O surgimento de divisões entre posições "liberais" e "nacionalistas", ou "pró-Eixo" e "pró-EUA" dependia da situação política prevalente ou até da questão específica sob discussão. Já nesta época, o Ministério das Relações Exteriores, ou Itamaraty, era organizado em moldes liberais tradicionais, o que o aliava intimamente com as posições estadunidenses e britânicas na política internacional. O estreitamento dos círculos decisórios combinado com as profundas divisões políticas no interior de todo o aparato estatal, e particularmente no ministério, frequentemente faziam de Vargas juiz supremo das relações exteriores e um ator ativo na tomada das principais decisões de política externa. Assim, a palavra final em muitos casos era a do presidente.[52]

O resultado destas divisões e do papel preeminente desempenhado por Vargas no processo decisório durante os anos trinta era uma disposição permanente de explorar as melhores oportunidades criadas pela concorrência entre EUA e Alemanha por influência no Brasil. Em geral, a melhor maneira de descrever a política externa do Brasil na década de 1930 é como uma oscilação entre uma grande potência e a outra em termos comerciais, políticos e militares. Esta política de equilíbrio pragmático[53] entre a Alemanha e os Estados Unidos produziu uma série de benefícios comerciais e aumentou o poder de barganha do Brasil nos anos vindouros.

Para o Brasil, cuja economia começou a ser reorientada na década de 1930, da produção de bens primários para um processo de industrialização e urbanização, o comércio exterior era de importância econômica e política suprema. Ele era vital para garantir uma recuperação substancial da depressão e para assegurar às classes dominantes as

[52] Sobre a personalização do processo de tomada de decisões no Estado Novo e o papel de Vargas, ver L. Martins, *op. cit.*, pp. 234-245.

[53] Eu explico esta concepção mais detalhadamente em *Autonomia na Dependência* (Rio de Janeiro, 1980), cap. 2.

melhores condições para sua reprodução. Também era questão crucial para o Estado, já que dependiam do comércio exterior os recursos materiais e políticos para os programas governamentais, bem como a possibilidade de manter a estabilidade interna e de desempenhar um papel significativo nos assuntos internacionais.

A Grã-Bretanha foi o principal parceiro econômico e financeiro do Brasil a partir de sua independência em 1822. Comércio exterior, empréstimos, investimentos em serviços públicos, empresas de exportação e importação – em todos estes campos o capital britânico desempenhara um papel central na economia brasileira. Porém, durante o período entre guerras (1919-1939) houve um claro recuo britânico com relação à economia brasileira,[54] embora na década de 1920, Londres ainda fosse importante fonte alternativa de recursos para o Brasil, especialmente para a manutenção da política de valorização do café.[55]

A "Missão Niemeyer" de 1931 sugeriu que esta influência poderia se reavivar durante o início dos anos trinta, mas a força dos Estados Unidos como parceiro comercial e fornecedor de divisas produziu efeitos substanciais rapidamente. Incapaz de desempenhar um papel mais agressivo na economia brasileira, a Grã-Bretanha, durante a década de 1930 e a guerra, almejava principalmente proteger seus interesses financeiros. As questões comerciais passaram para o segundo plano.[56]

Este movimento voltado à economia dos Estados Unidos não reduziu a dependência econômica brasileira na medida em que o novo parceiro era ele próprio produtor de alimentos e matérias-primas industriais. A complementaridade econômica havia, a essa altura, sido reduzida e a dependência econômica brasileira se aprofundou. Os avanços da Alemanha na América Latina durante os anos trinta aliviaram a situação, já que o país buscava fontes de alimentos e matérias-primas industriais.

Como já vimos, EUA e Alemanha propunham tipos diferentes de comércio exterior. Por esta razão, no Brasil o debate doméstico sobre a questão tinha sérias implicações políticas, tanto internas quanto externas. Dentro do país, polêmicas dividiam classes, grupos de interesse e até órgãos estatais, de maneira que não se pode falar de uma visão unitária das classes dominantes a respeito da economia brasileira. Estes interesses

[54] Um estudo muito detalhado da transferência destas posições para mãos estadunidenses foi feito por V. Valla, *A Penetração Norte-Americana na Economia Brasileira, 1898-1928* (Rio de Janeiro, 1979).

[55] Segundo M. Abreu, "Brazil and the World Economy, 1930-1945" (Tese de doutorado, Universidade de Cambridge, 1977).

[56] Sobre a "Missão Niemeyer", ver M. Abreu, "The Niemeyer Mission" (Cambridge, 1970). As dificuldades britânicas para atingir uma recuperação comercial no Brasil são apresentadas em M. Abreu, "Brazil and the World Economy, 1930-1945", pp. 221-224.

e demandas contraditórios convergiam nos órgãos do Estado, nas etapas decisórias mais altas, bem como nas intermediárias. As vantagens e desvantagens do livre comércio (i.e., relações comerciais com os Estados Unidos) e do comércio de compensação (i.e., relações comerciais com a Alemanha) eram os principais assuntos das polêmicas. Nessas circunstâncias, o governo Vargas optou por uma política de adesão ao livre comércio de acordo com a vontade do governo estadunidense, sem abrir mão dos benefícios derivados das trocas propostas pela Alemanha.[57] Em 1935, o governo brasileiro firmou um acordo comercial com os Estados Unidos que mantinha ou baixava as tarifas aduaneiras para produtos dos dois países.[58] Já no ano seguinte, o Brasil acordava com a Alemanha um sistema comercial de trocas, que previa a exportação de grandes quantidades de algodão, café, laranjas, couro, tabaco e carne enlatada.[59]

O comércio entre Brasil e Alemanha cresceu constantemente até o final da década de 1930. O governo Roosevelt vigiou de perto esse arranjo e pressionou o governo brasileiro a terminá-lo ou ao menos a limitar os seus efeitos. Curiosamente, o governo estadunidense evitou qualquer retaliação contra a Brasil. Washington frequentemente era conivente com a continuação do comércio de compensação Brasil-Alemanha, e chegou até a oferecer ajuda financeira para saldar a dívida pública brasileira e criar um banco central.

Esta política de aceder ao Brasil ficou evidenciada em muitas ocasiões: a visita de Sumner Welles ao Rio de Janeiro em 1936, a Missão Souza Costa aos Estados Unidos em 1937 e a Missão Aranha ao mesmo país em 1939.[60] Em tais ocasiões, o governo Roosevelt não deu ouvido a pressões domésticas vindas de grupos financeiros, de investimentos e exportadores, mas se orientou por atitudes de Estado mais amplas com relação ao Brasil. É claro, o governo estadunidense se interessava em incrementar o comércio Brasil-EUA e eliminar a concorrência econômica alemã no Brasil. Esta última, porém, era uma meta secundária e subordinada a um objetivo mais amplo, qual seja, garantir apoio político brasileiro – uma aliança completa, se possível – aos Estados Unidos. Como parte deste objetivo principal, o governo Roosevelt também empreendeu grandes esforços para evitar que o Brasil firmasse alianças com nações

[57] Esta política dupla foi elaborada no Conselho Federal de Comércio Exterior. Para uma síntese da discussão no Conselho, ver J. Wirth, *The Politics of Brazilian Development, 1930-1954* (Stanford, 1970), pp. 27-35.

[58] Este tratado foi estudado detalhadamente em M. C. D'Araújo e G. Moura, "O tratado comercial Brasil-EUA de 1935 e os interesses industriais brasileiros", *Revista Ciência Política*, v. 21, n. 1, 1978.

[59] O duelo entre EUA e Alemanha pelo comércio exterior brasileiro já foi estudado por muitos "Brazilianists". Ver S. Hilton, *Brazil and the Great Powers, 1934-1939* (Austin, 1975); F. McCann, *The Brazilian-American Alliance* (Princeton, 1973); e D. Giffin, "The Normal Years: Brazilian-American Relations, 1930-1939" (Tese de doutorado, Universidade Vanderbilt, 1972).

[60] Eu examino cada um destes episódios em *Autonomia na Dependência*, caps. 3 e 4.

europeias (especialmente com a Alemanha) ou adotasse uma orientação nacionalista radical. Foi por esta razão que o governo estadunidense não retaliou contra as políticas comerciais brasileiras na década de 1930.

A partir de 1937, dois grandes problemas internos ocupavam o governo Vargas: reequipar as forças armadas brasileiras e a necessidade de investimentos, especialmente com vistas a obter uma grande siderúrgica. Por estas razões, a política externa brasileira se pautava pelo *equilíbrio pragmático*, particularmente nos últimos anos da década.

Durante estes anos, a piora da situação internacional e a crescente influência dos militares nos núcleos decisórios realçavam a necessidade de reequipar as forças armadas brasileiras, particularmente o exército. Grandes compras de suprimentos navais foram feitas – ou tentadas – na Grã-Bretanha e nos Estados Unidos, ao passo que encomendas expressivas de material bélico alemão foram feitas pelo exército em 1938 e 1939. Mesmo depois do começo da guerra, o governo brasileiro tentou estrenuamente receber materiais alemães, ao mesmo tempo tentando comprar equipamentos e munições dos Estados Unidos.

As questões militares estavam intimamente ligadas a questões políticas. O general Eurico Dutra, ministro da Guerra, e o general Góes Monteiro, chefe do Estado-Maior do Exército, sabidamente tinham sentimentos pró-Eixo. Ambos haviam entrado na vida política por intermédio de sua participação na Revolução de 1930. Góes Monteiro era amigo pessoal de Vargas. Tanto ele quanto Dutra haviam permanecido leais ao presidente durante períodos de crise política ao longo dos anos trinta. Ambos inspiraram e lideraram, no âmbito militar, o golpe de estado de novembro de 1937 e eram facilmente identificados como apoiadores de governos fascistas europeus. Ademais, eles admiravam a eficiente máquina de guerra alemã e pareciam crer que a Alemanha seria a potência vitoriosa na guerra. Ambos também se encantavam com a possibilidade de equipar o exército brasileiro via o comércio de trocas com a Alemanha.

Como chefe do Estado-Maior do Exército, Góes Monteiro foi convidado a visitar a Itália e a Alemanha em 1939. Esforços diplomáticos cuidadosos foram necessários para evitar situações politicamente constrangedoras em meio às conversações militares de alto nível. Não surpreendentemente, o governo brasileiro aceitou imediatamente a sugestão estadunidense de que o chefe do Estado-Maior de seu exército, general Marshall, visitasse o Brasil e em seguida recebesse Góes Monteiro nos Estados Unidos.

Este esforço de aproximar os exércitos brasileiro e estadunidense se deu durante a Missão Aranha aos Estados Unidos, no começo de 1939.

Oswaldo Aranha também era um político gaúcho, e era considerado líder da Revolução de 1930 no plano político. De 1930 a 1934, ele integrou o gabinete do Governo Provisório, como ministro da Justiça e ministro da Fazenda. Em 1934, ele foi mandado a Washington como embaixador do Brasil. Imediatamente após o golpe de 1937, Vargas o trouxe de volta para ser ministro das Relações Exteriores, não somente para contrabalançar o poder militar no seio do governo, mas também para agradar as forças anti-Eixo (incluído aí o governo Roosevelt) que temiam que Vargas se voltasse decisivamente para o Eixo. Era sabido que Aranha nutria grande admiração pela civilização estadunidense e tinha relações muito boas com o governo Roosevelt.

Para todos os efeitos, a visita do ministro das Relações Exteriores Oswaldo Aranha aos Estados Unidos em fevereiro e março de 1939 visava regulamentar os laços comerciais e financeiros entre os dois países. Na verdade, ela era uma iniciativa mais ambiciosa. Roosevelt discutiu a situação internacional com Aranha e revelou que os Estados Unidos estavam se preparando para um eventual conflito, e seus planos navais abarcavam a defesa da América do Sul.[61] Em troca, ele requisitava uma colaboração mais íntima do governo brasileiro. Aranha evitou compromissos políticos ou militares, e sublinhou a necessidade de haver uma "cooperação continental" por meio da qual o Brasil pudesse se defender com ajuda estadunidense.[62]

A troca de visitas – a vinda de Marshall ao Brasil e a ida de Góes Monteiro aos Estados Unidos – assentou as bases para a colaboração militar subsequente entre os dois países. Marshall via sua visita ao Brasil como um sucesso total.[63] Góes Monteiro foi bem recebido pelas autoridades militares e civis dos Estados Unidos, e ficou maravilhado com sua visita ao país.[64]

Durante a visita, Góes Monteiro fez algumas propostas ligadas à construção de bases aéreas e navais e à instalação de defesas costeiras e de armas antiaéreas no Nordeste do Brasil. O pessoal envolvido neste projeto seria brasileiro, com assistência financeira e técnica e armamento vindos dos Estados Unidos. Historiadores militares observaram que o fator crucial na implementação do plano de Góes Monteiro para defender o Nordeste

[61] Aranha para Vargas, OA 39.01.09 – dossiê.
[62] Aranha para Vargas, OA 39.03.27; GV 39.01.09.
[63] Marshall para Aranha, OA 39.06.08/1.
[64] Correspondência entre Goés Monteiro e Aranha: OA 39.06.21/1; Aranha e Carlos Martin, embaixador do Brasil em Washington: OA 39.06.21/2; OA 39.07.13. Os comandantes de bases estadunidenses foram instruídos pelo Departamento da Guerra a receber o Chefe do Estado-Maior brasileiro com toda a honra e hospitalidade possíveis, e a mostrar-lhe a força militar dos Estados Unidos. FO 371 22726 (A5729/4058/6).

seria o fornecimento de munições.[65] Havia, porém, restrições legais que impediam que o exército estadunidense provesse os tipos de material que o Brasil queria para os seus arsenais, e as propostas de Góes Monteiro não puderam ser aceitas. Uma oferta de equipamentos de defesa costeira excedentes, feita em 1939, foi considerada inaceitável pelos militares brasileiros. A despeito da suposta boa vontade dos Estados Unidos, as autoridades do exército brasileiro tinham boas razões para considerar a Alemanha uma fonte mais segura de material bélico.

Então, às vésperas da guerra, não havia uma definição clara de um parceiro militar para o Brasil. Enquanto a marinha se mantinha fiel aos seus fornecedores britânicos, o exército se dividia entre as vantagens e desvantagens da parceria com a Alemanha ou com os Estados Unidos.

[65] S. Conn & B. Fairchild, *The Framework of Hemisphere Defense* (Washington, 1960), p. 268.

Capítulo II

Os anos de neutralidade (1939 – 1941)

As nações, como os indivíduos, atravessam momentos especiais,
nos quais é necessário enfrentar o Destino.
(Getúlio Vargas, discurso em 10 de novembro de 1941.)

Assim como a maioria das outras repúblicas latino-americanas, o Brasil se deparou com novos problemas políticos e econômicos como resultado da guerra europeia. Além de enfrentar o deslocamento econômico do comércio exterior, escassez de combustível e de bens de consumo, especulação, inflação e agitação social, o governo Vargas também teve que definir sua atitude política para com os beligerantes. Para lidar com esses problemas, o governo lançou mão de uma série de medidas desde o controle de bens importados e restrições sobre o consumo cada vez maiores, à regulação de navios beligerantes e uma definição clara da posição do país em relação à guerra.

É particularmente relevante notar que, em meio a todas as consequências econômicas, sociais e políticas imediatas da guerra europeia, o governo brasileiro manteve determinadamente suas principais metas estratégicas: a industrialização do país, começando pela construção de uma grande siderúrgica e o reequipamento das forças armadas para fortalecer as defesas do país durante este período perigoso.

O impacto da eclosão da guerra europeia em setembro de 1939 sobre a economia brasileira foi enorme, já que o Brasil basicamente dependia do setor de exportação. Em 1940, o bloqueio naval britânico contra a Alemanha removeu a América Latina da esfera de ação comercial alemã com um golpe só. Desta maneira, o problema quase insolúvel − anteriormente enfrentado pelos Estados Unidos − de compensar o comércio entre Brasil e Alemanha foi resolvido pelo Reino Unido. Porém,

ao mesmo tempo, o bloqueio britânico causou um novo problema no suprimento de bens manufaturados aos países latino-americanos, já que nem os Estados Unidos nem o Reino Unido podiam repor imediatamente as fontes alemãs perdidas.

Ao final de 1939, o ministro da Fazenda brasileiro, Souza Costa, reconheceu que o interesse do Brasil no comércio alemão, especialmente aquele ligado aos bens de importação, havia sido gravemente afetado. Por sua vez, isto também havia afetado sua capacidade de exportar. De acordo com as regras do sistema de compensação, um dependia do outro.[66] Em 1940, o volume de comércio entre o Brasil e a Alemanha já havia caído a um décimo de seu nível em 1939. Assim, o Reino Unido não só encontrou uma solução para as preocupações estadunidenses, mas também removeu um dos apoios da política brasileira de *equilíbrio pragmático*.

O fato que a Alemanha já não era influente no comércio exterior brasileiro não quer dizer que sua influência política tivesse decaído. As vitórias do Eixo de 1939 a 1941 geraram um poderoso império alemão na Europa e um poderoso império japonês no Extremo Oriente e no Sudeste Asiático. As vitórias da Alemanha encorajaram aqueles que a apoiavam nas Américas e aumentaram o apoio político de que ela gozava. Tais vitórias tinham que ser levadas a sério pelos líderes dos países neutros em seus planos para o futuro.

No Brasil, a divisão entre os elementos pró e anti-Eixo estava presente em todos os setores da sociedade: na opinião pública, na imprensa e nos órgãos civis e militares do Estado. Esta divisão já era claramente evidente, por exemplo, na reunião de julho de 1939 do Conselho Nacional de Segurança, que analisou as possibilidades de uma guerra na Europa. Naquela ocasião, houve total consenso sobre a neutralidade brasileira em caso de guerra, mas surgiram preferências políticas sobre a questão de onde o Brasil deveria comprar os armamentos necessários para a sua própria defesa. Getúlio Vargas queria descartar os fornecedores europeus. O general Francisco José Pinto, ministro-chefe da Casa Civil, preferia comprá-los dos Estados Unidos. O general Eurico Dutra, ministro da Guerra, queria comprá-los da Alemanha. Aristides Guillen, ministro da Marinha, era fiel aos fornecedores britânicos. O Conselho finalmente decidiu continuar com a política de comprar na Europa.[67]

O governo brasileiro cautelosamente adotou uma posição de neutralidade com relação à guerra europeia e continuou a buscar manter seu *equilíbrio pragmático* entre as Grandes Potências na medida do possível.

[66] Souza Costa para Vargas, 5 de dezembro de 1939. GV 39.12.04 – Confidencial.
[67] O relatório desta reunião se encontra em GV 39.06.00 – Confidencial.

Ainda que as relações comerciais com a Alemanha tivessem decaído rapidamente entre 1939-1941, os canais de comunicação política e militar entre o Brasil e a Alemanha permaneceram abertos. Consequentemente, o bloqueio naval britânico produziu efeitos políticos imprevisíveis e gerou uma onda de sentimentos antibritânicos nos círculos militares brasileiras, como discutiremos mais tarde. A Alemanha ainda era vista como fornecedora de armas ou possível parceira para a construção da siderúrgica. Acima de tudo, a capacidade do Brasil de dizer "não" às Grandes Potências nos anos anteriores havia aumentado o peso do Brasil nos assuntos interamericanos.

Do lado estadunidense, a guerra europeia fez o governo dos Estados Unidos intensificar seus esforços por uma coordenação política global na América Latina para reduzir ou eliminar a influência do Eixo e assegurar sua própria liderança no continente. Em 1940, uma ofensiva econômica, política e cultural maciça foi lançada pelos Estados Unidos na América Latina, e o Brasil se tornou um dos principais alvos desta ofensiva.[68]

Iniciativas dos Estados Unidos contra o Eixo

Uma vez iniciada a guerra europeia, Washington compreendeu o tamanho do "problema" latino-americano. Sua interpretação das conjunturas políticas foi baseada nos seguintes pontos. As Américas Central e do Sul já tinham sido relevantes de diversas maneiras para o projeto nazista de dominação mundial. Elas eram um campo para colonização em potencial devido a considerável população de ascendência alemã. Além disso, eram muito úteis ao projeto de rearmamento alemão, já que eram produtoras de matérias-primas que a Alemanha comprava por meio do comércio de compensação. As forças armadas de muitos países latino-americanos haviam sido treinadas por missões militares alemãs e eram alvo de propaganda sistemática, projetada para despertar antagonismo em relação aos Estados Unidos, difundida através de estações de radio, centros culturais, clubes esportivos e filmes controlados pelos alemães.[69] O volume de exportações latino-americanas estava caindo e os Estados

[68] Sir George Knox, embaixador britânico no Brasil, anteviu claramente o início da ofensiva estadunidense, mas achava que seria uma iniciativa puramente *econômica*, já que para ele os EUA não estavam particularmente preocupados com a penetração ideológica Nazista na América do Sul. FO 371 A794 – Brazilian Political Review for 1939. Na verdade, a ofensiva estadunidense tinha objetivos mais amplos.

[69] US Government Printing Office, *History of the Office of the Co-ordinator of Inter-American Affairs* (Washington, 1957), cap.1.

Unidos podiam comprar grande quantidades de matéria-prima com facilidade, assim fornecendo moeda estrangeira para seus vizinhos. Esta política podia resolver um problema estadunidense, que era o fato de que muitos materiais estratégicos já não podiam ser obtidos pelos Estados Unidos de áreas que estavam sob o controle do Eixo. Todas estas questões requeriam maiores esforços de coordenação dos vários ramos do governo no contexto da política da "Boa Vizinhança".

Por todas essas razões, em 16 de agosto de 1940, após muitas semanas de discussão, o presidente Roosevelt criou um órgão separado para lidar com os assuntos econômicos e culturais interamericanos dos Estados Unidos. Sob a liderança de Nelson Rockefeller, este órgão foi denominada o Birô de Coordenação das Relações Comerciais e Culturais entre as Repúblicas Americanas (*Office for the Coordination of Commercial and Cultural Relations between the American Republics*). Apenas um ano mais tarde, seu nome mudou para Birô do Coordenador de Assuntos Interamericanos (OCIAA − *Office of the Coordinator of Inter-American Affairs*) e assim ficou conhecido até o final da guerra.

De acordo com as definições oficiais, o propósito do OCIAA era "formular e executar um programa para aumentar a solidariedade hemisférica e avançar o espírito de cooperação interamericana".[70] Esta era a "mensagem" que o OCIAA comunicava por todos os meios possíveis à América Latina durante sua existência. Na prática, o programa de cooperação e a solidariedade hemisférica eram um meio de se alcançar outros fins: os programas eram um instrumento utilizado pelos Estados Unidos para enfrentar o desafio do eixo na esfera internacional e consolidar seu próprio poder como Grande Potência.

Em 1940, o governo estadunidense já estava convencido de que precisava proteger sua posição internacional nas Américas. O que estava em jogo era a *segurança da nação* e sua *posição econômica* no hemisfério, e ambos deveriam estar salvaguardados dentro de um quadro de solidariedade hemisférica. Achava-se necessário introduzir medidas tanto de emergência quanto de longo prazo para ajudar a recuperação das economias latino-americanas afetadas, através da compra de seus produtos minerais e agrícolas, e promover programas educacionais, culturais e de informação vigorosos para enfrentar o desafio nazista.[71]

O OCIAA não era uma mera extensão dos programas de colaboração interamericanos já em existência, mas um órgão de coordenação ligado à segurança nacional estadunidense. Por esse motivo, o OCIAA foi

[70] US National Archives and Records Service, *Records of the Office of Inter-American Affairs*, (Washington, 1973).
[71] History of the OCIAA, *op. cit.*, pp. 4-5.

criado como parte dos programas de *defesa nacional* dos Estados Unidos e, portanto, estava subordinado ao Conselho de Defesa Nacional. De fato, o OCIAA foi estabelecido por ordem executiva do Conselho. As instruções para o coordenador eram:

> estabelecer e manter uma ligação entre a Comissão Consultiva do Conselho de Defesa Nacional, os muitos departamentos e estabelecimentos do governo e outras órgãos, públicos ou privados, conforme ele achar necessário ou desejável, para assegurar a coordenação, com economia e eficiência, das atividades do governo em relação à defesa correta do hemisfério, com referência especial aos aspectos comerciais e culturais do problema.[72]

O OCIAA era, portanto, parte integral da preparação do governo estadunidense para a guerra. A mesma ordem executiva que havia estabelecido o OCIAA admitiu que "ele podia usar instalações privadas e governamentais em áreas como as artes e ciências, educação e turismo, rádio, imprensa e cinema...".

Até mesmo antes dos Estados Unidos entrarem na guerra, em dezembro de 1941, o OCIAA estava trabalhando a plena capacidade para eliminar a influência do Eixo e assegurar a "posição internacional" dos Estados Unidos nas Américas. Ao longo de seus poucos anos de existência, o OCIAA coordenou a compra dos excedentes de agricultura e materiais estratégicos latino-americanos por entes privados e públicos. Com a Comissão de Guerra Econômica, participou de amplas iniciativas econômicas no continente e participou de programas de saúde e saneamento, e abastecimento alimentar. Por fim, concentrou seus esforços na promoção de uma presença estadunidense maciça nas comunicações de massa, inclusive no rádio, na imprensa e em filmes.

Em seus seis anos de existência, o OCIAA gastou em torno de 140 milhões de dólares. Em seus períodos de mais movimento, empregou 1100 pessoas em suas operações nos Estados Unidos e 330 cidadãos estadunidenses, além de milhares de latino-americanos no exterior, sem contar a ajuda de comitês voluntários de cidadãos estadunidenses em mais de vinte países americanos. O OCIAA apelava ao mundo dos negócios para colaborar com a política de Roosevelt em relação à América Latina e ao mesmo tempo usava suas ferramentas técnicas para manter-se informado sobre as melhores oportunidades para negócios na América Latina. O conjunto de atividades do OCIAA deve ser visto como um

[72] Idem, p. 7. O "Report on US Information Services" do OCIAA admitiu em 14 de março de 1942 que os esforços para fortalecer a solidariedade hemisférica haviam sido feitos no interesse da defesa nacional estadunidense. FO 371 A2487/2487/45.

verdadeiro *front* na dimensão econômica, política e "psicológica" da guerra. O objetivo desta batalha específica era obter o apoio das nações latino-americanas para a causa dos Estados Unidos.[73] Atuando sozinho, mas em estreita relação com a embaixada e empresas privadas estadunidenses, o OCIAA esteve envolvido em muitas ocasiões nos esforços dos Estados Unidos pela colaboração econômica, cultural e técnica com o Brasil.

A colaboração econômica EUA-Brasil

Assim como em outros países latino-americanos, as exportações brasileiras caíram drasticamente após o início da guerra europeia em 1939. Os Estados Unidos não conseguiam absorver os excedentes de produtos de exportação tradicionais, mas requeriam outros tipos de matéria-prima essenciais para sua própria indústria bélica, que cresceu rapidamente a partir de 1939.

A principal preocupação econômica do governo estadunidense em suas relações com o Brasil neste período não era de assegurar que os bens manufaturados produzidos nos Estados Unidos tivessem um mercado ou de melhorar as condições de investimento. Tratava-se de eliminar a influência alemã na economia brasileira (ver capítulo seguinte) e fornecer às indústrias de guerra estadunidenses matérias-primas estratégicas essenciais e/ou raras.

A partir de 1940, Washington tomou medidas para estimular a produção brasileira de certos tipos de matéria-prima essenciais.[74] Já no outono de 1941, o rápido crescimento do programa de defesa dos Estados Unidos havia gerado escassez de muitos minerais, especialmente alumínio, zinco, níquel, cobre, estanho e tungstênio. Em março de 1941, o governo dos Estados Unidos ofereceu "fornecer ao governo brasileiro 100 milhões de dólares em equipamento militar e naval segundo as disposições do *Lend Lease Bill*" (Lei de Empréstimo e Arrendamento). Um empréstimo imediato de 12 milhões de dólares seria feito pelo Eximbank "desde que o governo brasileiro assine um contrato abrangente para a venda de materiais estratégicos aos Estados Unidos."[75] Por esse motivo, Warren Pierson, presidente do Export

[73] A dimensão política e "psicológica" da atividade do OCIAA está bem documentada. Ver o Memorandum on Interdepartmental Committee for Political Warfare, 2 de fevereiro de 1942, NA RG 229.1.2 – Committees and Meetings.

[74] Memorandos da embaixada estadunidense para o Itamaraty em 19 de março e 19 de abril de 1941, em AHI/RE/EUA/Notas Recebidas.

[75] Um contrato de venda de materiais estratégicos como condição dos Estados Unidos fornecerem armamentos ao Brasil foi anunciado pela embaixada estadunidense em 29 de março de 1941, AHI/RE/EUA/Notas Recebidas.

Import Bank, foi mandado ao Rio de Janeiro para firmar contratos sobre a compra de produtos estratégicos do Brasil.

O acordo assinado pelos dois países em 14 de maio de 1941 declarava:

> 1. O governo brasileiro está incumbido, pela emissão de licenças de exportação e outros regulamentos de controle adequados, por um período de dois anos, de restringir aos Estados Unidos da América a exportação dos materiais estratégicos aqui estipulados, e conforme as especificações aqui feitas.
>
> 2. O governo dos Estados Unidos está incumbido de continuar a facilitar, como o faz agora, o envio de materiais essenciais à indústria brasileira, a exportação dos quais depende de permissões de governo e outras formalidades.
>
> 3. No caso das compras por indústrias privadas estadunidenses não absorverem toda a mercadoria coberta pelo parágrafo um (acima), a Metals Reserve Company e a Rubber Reserve Company se incumbem de adquirir os excedentes do Brasil, a preços a serem acordados entre essas empresas e o Banco do Brasil.[76]

Pelo acordo, o Brasil se comprometia a vender sua produção total de bauxita, berilo, cromita, ferro-níquel, diamantes industriais, minério de manganês, mica, cristais de quartzo, borracha, titânio e zircônio exclusivamente aos Estados Unidos. Especificações de qualidade detalhadas para cada material também foram incluídas no acordo.[77] Ao mesmo tempo, o governo estadunidense se comprometia a facilitar o envio dos Estados Unidos ao Brasil de certos materiais necessários para a indústria brasileira, apesar de que esses envios seriam "facilitados se isto fosse compatível com o programa de defesa nacional dos Estados Unidos."[78] Ou seja, os esforços de guerra dos Estados Unidos eram mais importantes.

O governo estadunidense também usou a oportunidade para insistir sobre uma pesquisa dos minerais no Brasil para estudar depósitos de materiais raros, como o manganês, muito necessário para as indústrias estadunidenses.[79] Além disso, a US Rubber Corporation negociou, em 1941, um contrato exclusivo de compra de borracha brasileira.

---

[76] Troca de notas entre os dois governos, 14 de maio de 1941, AHI/RE/EUA/ Notas recebidas. Especificações sobre cada material estratégico foram firmadas nos meses seguintes, OA 41.05.14/5. Ver também GV 41.05.20/3 – Confidencial.

[77] "Anexo A", apêndice à troca de notas, nota 76.

[78] Caffery para Aranha, 14 de maio de 1941, AH/RE/EUA/ Notas recebidas. Rígidas restrições sobre alguns produtos de exportação que afetavam a indústria brasileira já haviam sido determinadas pela embaixada estadunidense, Rio de Janeiro, 18 de abril de 1941, AHI/RE/EUA/ Notas recebidas.

[79] Caffery para Aranha, 28 de maio de 1941; AMEMBASSY para Aranha, 29 de junho de 1941; AMEMBASSY para Aranha, 26 de novembro de 1941. Todas em AHI/RE/EUA/Notas Recebidas.

Apesar destes esforços, porém, as compras feitas pelas indústrias estadunidenses foram bastante baixas nos meses seguintes e só começaram a aumentar depois de Pearl Harbour. Parece que antes dos Estados Unidos entrarem na guerra, sua política não era tanto de assegurar um fluxo de materiais para si, mas de impedir a compra de materiais estratégicos brasileiros por "nações inamistosas", isto é, a Alemanha. Isto explicaria o rígido controle das exportações brasileiras para outras nações naquele ano.[80]

A essa altura, a colaboração econômica entre EUA e Brasil era mais determinada pelas necessidades econômicas e políticas dos esforços de guerra dos Estados Unidos do que por sua determinação de fomentar o desenvolvimento econômico brasileiro. A única exceção foi o financiamento da siderúrgica de Volta Redonda, acordado em 1940. De acordo com a política econômica estadunidense, a siderúrgica pertencia ao grupo de empresas "não econômicas" e não deveria ter sido estimulada. Para os brasileiros, porém, o setor siderúrgico era crucial para o desenvolvimento econômico. O assunto foi levantado nas negociações por causa de iniciativas brasileiras, e não foi deixado de lado até que a insistência do Brasil levasse a sua resolução. A ação do governo estadunidense neste caso se deveu a uma preocupação com a qualidade de suas relações políticas com o Brasil.

O governo brasileiro tinha, por algum tempo, tentado resolver este "problema crucial de nosso desenvolvimento econômico", para usar as palavras de Vargas.[81] Na década de 1930, muitos projetos haviam sido propostos, por empresários nacionais como por estrangeiros, mas todos haviam se demonstrado financeiramente irrealistas.[82]

Desde a instalação do Estado Novo, o presidente Vargas aventara a hipótese de se reabrir o projeto siderúrgico mediante colaboração entre o governo brasileiro e corporações estrangeiras. A possibilidade surgiu em 1939, quando especialistas da United States Steel Company estudaram a viabilidade estratégica e econômica se de construir uma siderúrgica no Brasil. Baseado no tom otimista do relatório, junto com indicações não oficiais de que a US Steel estaria interessada em operar tal siderúrgica, Getúlio anunciou que a construção na mesma se iniciaria em 1940.[83] Apenas algumas semanas mais tarde, a US Steel decidiu retirar a proposta, sob a alegação de que seria "insatisfatório investir na empresa" e que "nem mesmo seria factível celebrar um contrato de gestão". Ou seja, a

[80] Caffery para Aranha, 25 de junho de 1941; AMEMBASSY para Aranha, 13 de outubro de 1941, 21 de outubro de 1941, 4 de novembro de 1941, 1º de dezembro de 1941. Todas em AHI/RE/EUA/Notas Recebidas.

[81] G. Vargas, *A Nova Política do Brasil* (Rio de Janeiro, 1939), v. 5 (discursos de 1938), p. 177.

[82] Ver uma revisão histórica da questão siderúrgica brasileira no século XX em L. Martins, *Pouvoir et Développement Économique* (Paris, 1976), cap. V.

[83] Caffery para o Secretário de Estado, 26 de janeiro de 1940, 24 de julho de 1940, NA/RG 59 832.6511/49, 127.

US Steel aparentemente não estava disposta a assumir um compromisso que requeresse seus recursos financeiros porque tinha medo de se encontrar "sob ataque" (provavelmente dos setores nacionalistas do Brasil) no futuro, e considerava que a grande incerteza nos assuntos brasileiros era "um risco grande demais comparado com o lucro possível."[84]

Até este momento, o governo Roosevelt havia cuidadosamente evitado um compromisso com o assunto e havia seguido uma política de conversas diretas entre o Rio de Janeiro e as empresas privadas estadunidenses.[85] Porém, Jefferson Caffery, o embaixador estadunidense no Rio, calculou em janeiro de 1940 que o fracasso das negociações poderia ter repercussões infelizes nas relações Brasil-EUA, porque o projeto da siderúrgica tinha "precedência sobre todas as outras propostas de cooperação econômica entre os dois países."[86] A retirada da US Steel ocorreu no momento exato em que o governo dos Estados Unidos tentava melhorar suas relações políticas e militares com o Brasil para assegurar sua colaboração na defesa do hemisfério, um assunto que incluía a possibilidade de utilizar bases aéreas e navais brasileiras e de despachar tropas estadunidenses para o território brasileiro. Assim, a política de Washington de atender as necessidades estratégicas estadunidenses teve que lidar com duas reivindicações brasileiras bem definidas: a construção da siderúrgica e o reequipamento do exército brasileiro. O problema siderúrgico agora já estava se tornando um assunto político, ao invés de econômico, na relação entre os dois países.

Apesar do governo estadunidense não querer assumir nenhum compromisso com relação à siderúrgica, o desejo firme do Brasil de construí-la a qualquer custo levou o Departamento de Estado a continuar a envolver outras empresas estadunidenses para conseguir o "desenvolvimento da siderurgia brasileira com a cooperação de capital americano, ao invés de capital europeu."[87]

Em fevereiro de 1940, o Departamento de Estado levantou pela primeira vez a possibilidade de uma participação financeira de agências

[84] Memorando de Feis, D.S., 17 de janeiro de 1940; memorando de uma conversa (D.S.), 25 de janeiro de 1942, ambos em NA/RG 59 832.6511/51, 62. Memorandos (D.S.), 25 janeiro de 1940, NA/RG 59 832.611/62. W. Baer, *Siderurgia e Desenvolvimento Brasileiro* (Rio de Janeiro, 1970), pp. 94-106, dá uma interpretação curiosa da retirada da US Steel e sugere que apesar da empresa em si ter estado interessada, os setores nacionalistas brasileiros (principalmente o exército) tinham criado obstáculos para os seus planos.

[85] Duggan para o Secretário de Estado, 20 de janeiro de 1940; memorando de conversa (D.S.) 24 de janeiro de 1940, NA/RG 59 832.6511/44, 47.

[86] Caffery para o Secretário de Estado, 27 de janeiro de 1940; memorando de Duggan (D.S.), 27 de janeiro de 1940; memorando de Walmsley (D.S.), 6 de fevereiro de 1940, NA/RG 59 832.6511/56.

[87] Memorando de conversa (D.S.), 25 de janeiro de 1940; memorando de Duggan, 27 de janeiro de 1940; Welles para Colt (Bankers Trust Co.), 10 de fevereiro de 1940, NA/RG 59 832.6511/62, 46, 65A. Sobre a decisão do Brasil de seguir adiante com seus planos para a siderúrgica, ver memorando de Feis, 7 de fevereiro de 1940; Burdett para o Secretário de Estado, 19 de fevereiro de 1940, NA/RG 59 832.6511/68, 69.

governamentais estadunidenses numa empresa estatal brasileira, conforme o governo Vargas planejava naquela época.[88] Nesta altura, o secretário Hull aceitou argumento brasileiro de que a siderúrgica era um assunto político crítico: teria de se conseguir um progresso real nesta questão se as reivindicações estadunidenses de políticas coordenadas com o Brasil quisessem ser vistas favoravelmente pelo governo Vargas.[89] O Departamento de Estado apresentou o caso a Morgenthau Jr. (Tesouro) e Jesse Jones (Administração Federal de Crédito), ressaltando as reivindicações feitas pelos Estados Unidos ao governo brasileiro e a conexão entre estas reivindicações e a questão da siderúrgica.[90]

No final de maio, Jones concordou em "emprestar os recursos necessários à compra, nos Estados Unidos, de equipamento para a instalação e operação de uma siderúrgica no Brasil." Contudo, o Administrador insistia na participação de uma empresa siderúrgica estadunidense no projeto, e manteve o empréstimo num nível relativamente baixo, de 10 milhões de dólares.[91]

No contexto dessas conversas frustrantes, Getúlio fez um discurso vigoroso no dia 11 de junho, no qual declarou a adesão brasileira à causa Pan-Americana, enquanto apontava vários problemas urgentes que precisavam ser resolvidos. De acordo com o presidente, o governo brasileiro pretendia firmemente promover a industrialização do país (isto é, construir a siderúrgica) e reequipar as forças armadas. Com esse propósito em mente, o governo estava disposto a "olhar para a organização política dos povos fortes" (isto é, a Alemanha). As mesmas ideias foram repetidas num segundo discurso alguns dias mais tarde.[92] Ambos os discursos enfatizavam que o Pan-Americanismo tinha que se comprometer com a economia brasileira e o fortalecimento das suas forças armadas. Ou seja, a colaboração desejada pelos Estados Unidos, a descontinuação da "neutralidade" do Brasil, tinha um preço.

Os discursos de Vargas produziram muito debate, tanto nos Estados Unidos como no Brasil. Popularmente, pensava-se que o Brasil se aproximava do modelo fascista e rejeitava o padrão liberal-democrata de Estado e sociedade. Discussões no governo Roosevelt fizeram o Administrador Federal de Crédito mudar os termos de suas propostas anteriores e remover os limites do crédito necessário para a construção

[88] Hull para Morgenthau Jr., 24 de fevereiro de 1940; memorando de Duggan, 27 de fevereiro de 1940; ver também Caffery para Hull, 22 de maio de 1940, NA/RG 59 832.6511/68A, 76, 105.
[89] Hull para Caffery, 25 de maio de 1940, NA/RG 59 832.6511/105.
[90] Morgenthau Jr. para Hull; 5 de março de 1940; memorando de Feis, 29 de maio de 1940, NA/RG 59 832.6511/78, 112.
[91] Feis para Welles, 30 de maio de 1940; Hull para Caffery, 31 de maio de 1940, NA/RG 59 832.6511/109.
[92] G. Vargas, *A Nova Política do Brasil* (Rio de Janeiro, 1941) v. VII (discursos de 1940), pp. 327-335, 343-350. Analisei o significado desses discursos em *Autonomia na Dependência* (Rio de Janeiro, 1980), pp. 152-154.

da siderúrgica brasileira.[93] A embaixada estadunidense no Rio de Janeiro estava convencida que a ameaça de Getúlio de se voltar para a Alemanha era séria e poderia tornar-se realidade se as novas iniciativas do governo dos Estados Unidos fracassassem.[94]

Discussões foram realizadas em agosto de 1940 em Washington, e no final de setembro, chegou-se a um acordo. Segundo esse acordo, o governo brasileiro construiria a siderúrgica, a compra do maquinário seria realizada através de empréstimos do Eximbank e a assistência técnica fornecida por empresas privadas estadunidenses.[95] Em maio de 1941, um contrato foi assinado com o Eximbank. Este exerceu um controle rigoroso sobre o projeto durante os anos que se seguiram, pois alguns temiam que ele pudesse fortalecer os setores nacionalistas do Brasil que se opunham à política estadunidense.[96]

Apesar da construção da siderúrgica de Volta Redonda não estar alinhada com o "modelo" dos Estados Unidos para a América Latina, isto se justificava em termos políticos: a siderúrgica era o preço de assegurar a boa vontade brasileira para com as reivindicações estadunidenses. E, a essas alturas, a boa vontade brasileira era essencial ao planejamento estratégico dos Estados Unidos.[97]

A colaboração política e militar EUA-Brasil

A ofensiva política lançada pelos Estados Unidos visava a integração de todos os países latino-americanos em sua estratégia global para combater o Eixo. No caso brasileiro, isso envolvia a eliminação da influência do Eixo e a vigilância dos cidadãos do Eixo, com vistas a assegurar o fornecimento de materiais estratégicos para a indústria bélica dos Estados Unidos e bases militares para suas tropas.

Embora esta ofensiva ocorresse num período em que a política do Brasil era de neutralidade, o governo Roosevelt não considerou

[93] Welles para AMEMBASSY, 24 de julho de 1940, NA/RG 59 832.6511/126A. Sobre as reações ao primeiro discurso de Getúlio, ver GV 49.06.13 – Confidencial.

[94] Memorando de Walmsley (D.S.), 5 de agosto de 1940; Welles para Jones, 7 de agosto de 1940, NA/RG 59 832.6511/138, 136A.

[95] Hull para Caffery, 24 de setembro de 1940, FRUS, 1940, V, p. 611.

[96] D. Green, *The Containment of Latin America* (Chicago, 1971), pp. 44-45.

[97] Há controvérsias quanto à decisão dos Estados Unidos de financiar a siderúrgica. M. Abreu considerou-a expressão do "autointeresse esclarecido" estadunidense, não tendo relação com o poder de barganha do Brasil. Ver *Brazil and the World Economy, 1930-1945* (Cambridge, 1977), pp. 7-9, 215-220. Defendi a ideia de que o governo brasileiro sim exerceu pressão sobre o governo Roosevelt em *Autonomia na Dependência*, pp. 150-155. L. Martins, *op. cit.*, cap. V, enfatizou a habilidade política de Getúlio para obter a siderúrgica. D. Green, *op. cit.*, pp. 44-46, 90-91, também insiste na dimensão política da ajuda estadunidense ao Brasil. A siderúrgica como exceção nas relações econômicas Brasil-Estados Unidos é afirmada também por Hirst em "O Processo de Alinhamento nas Relações Brasil-Estados Unidos, 1942-1945" (Rio de Janeiro, 1981), pp. 102-107.

isto um problema. Sua compreensão da neutralidade brasileira estava subordinada às necessidades do planejamento estratégico estadunidense. Por essa razão, os Estados Unidos entendiam e tratavam a neutralidade brasileira em termos do *conflito europeu vigente*, sem referência ao *conflito em potencial* com a Alemanha ou e à sua rivalidade com esta. Deste ponto de vista, a neutralidade brasileira não era incompatível com atividades pró-EUA. Então, em 1940, Washington achou que podia exigir que o Brasil eliminasse a influência alemã e pediu permissão para a presença de tropas estadunidenses em território brasileiro.

Pelo mesmo motivo, quase todas as iniciativas políticas do governo dos Estados Unidos em relação ao Brasil durante esse período foram claramente de natureza militar e constituíram esforços – tanto diplomáticos quanto militares – para assegurar a defesa do Nordeste do Brasil, considerado essencial pelos planejadores estadunidenses. Na área diplomática, as iniciativas estadunidenses foram bem vistas, já que o ministro Oswaldo Aranha era um conhecido defensor do Pan-Americanismo e militante anti-Eixo. Ele colaborava de toda maneira possível com os representantes dos Estados Unidos no Brasil. Na área militar, porém, a situação era profundamente diferente, já que os líderes das forças armadas brasileiras tinham suas dúvidas sobre a força militar estadunidense comparada com a máquina de guerra alemã.

Conforme discutimos anteriormente, a política militar estadunidense para a América Latina era essencialmente bilateral, e o papel que seus parceiros continentais deveriam representar era definido em cada caso particular. No caso do Brasil, planejadores do exército e da marinha dos Estados Unidos se dedicaram durante os últimos meses de 1939 e o começo de 1940 a planos para despachar uma força expedicionária para o Nordeste. Quando as forças alemãs se voltaram para os países da Europa ocidental em 1940, esses esforços foram acelerados, e até meados de junho de 1940 os planejadores militares estadunidenses já consideravam que o Nordeste brasileiro estava pronto para se tornar uma relevante área de operação, caso da Grã-Bretanha fosse derrotada pelas forças alemãs.[98]

Naturalmente, esses planos exigiam a "colaboração mais próxima possível" do Brasil. Para assegurar essa colaboração, foram firmados contratos com o governo brasileiro criando a Missão Naval e a Missão de Aviação Militar estadunidenses ao Brasil.[99] Em outubro de 1940, uma Comissão Mista Brasil-Estados Unidos foi estabelecida para melhorar as

[98] S. Conn & B. Fairchild, *The Framework Hemisphere Defense* (Washington, 1960), pp. 272-274. Os planejadores militares estadunidenses buscavam instalações para bases desde julho de 1939, segundo K. Hagan, *In Peace and War* (Westport/Londres, 1978), p. 246.

[99] AMEMBASSY para Aranha, 25 de junho de 1940, AHI/RE/EVA/Notas Recebidas.

medidas de defesa comuns. Quando chegou ao Brasil, o tenente-coronel Lehman Miller, chefe da Missão Militar estadunidense, reuniu-se com chefes militares brasileiros que duvidavam da capacidade dos Estados Unidos de proteger o Brasil. Por esse motivo, eles lhe apresentaram uma lista de armamentos, no valor estimado de 180 milhões de dólares, necessários para defender o país, e insistiram que antes de qualquer discussão sobre defesa mútua ocorrer, a questão do fornecimento de armas deveria ser resolvida. Os planejadores estadunidenses começaram a compreender o quão crucial para os seus vizinhos era a questão do fornecimento de armas.[100]

Em meados de 1940, o governo Roosevelt tentava resolver o problema do fornecimento de armas em volumes suficientes para a América Latina. A possibilidade de vender armas estadunidenses foi levantada pela primeira vez em 1º de agosto e, como resultado, o tenente-coronel Miller apresentou à liderança militar brasileira algumas exigências: a) manter os estrangeiros (cidadãos do Eixo) sob vigilância para manter a ordem interna; b) fornecer instalações militares aos Estados Unidos, como acesso a portos e aeroportos, e permitir que tropas estadunidenses passassem por território brasileiro.[101]

O chefe do Estado-Maior do exército brasileiro, Góes Monteiro, respondeu insistindo que houvesse conversas diretas. Estas conversas, que se deram em outubro durante uma reunião interamericana de chefes de estado-maior, concluiu com algumas promessas vagas de ambos os lados. Os Estados Unidos ajudariam o Brasil no caso de um ataque externo, e lhe forneceriam armas e recursos para sua indústria bélica e sua rede ferroviária, na medida em que os programas e as restrições legais estadunidenses permitissem.

Em 1941, discussões Brasil-EUA sobre o acordo incluíram a questão do fornecimento de armas. Durante a visita de Warren Pierson ao Rio de Janeiro em maio, o Eximbank concedeu um crédito de 12 milhões de dólares ao Brasil para comprar suprimentos bélicos. O representante brasileiro encarregado destas operações, o general Amaro Bittencourt, enfrentou grandes dificuldades. O general Marshall afirmou francamente que era quase impossível para os Estados Unidos fornecerem novos armamentos para o Brasil porque sua indústria bélica já estava abastecendo seus aliados na guerra.[102]

---

[100] Nas palavras do General Matthew Ridgway: "De nossa disposição em fornecer, ou de nossa firme promessa de fornecer este armamento no futuro próximo, parecem depender nossas futuras relações com o Brasil". S. Conn & B. Fairchild, *op. cit.*, p. 276. O tom é o mesmo na correspondência entre Hull e Caffery, 7, 17 e 18 de junho de 1940, e 16 de julho de 1940, FRUS, 1940, V, pp. 45-49.

[101] Miller para Góes Monteiro, GV 40.09.20/1.

[102] S. Conn & B. Fairchild, *op. cit.*, p. 278.

Em 1941, criaram-se novas perspectivas sobre a questão do abastecimento de armas como resultado da *Lend-Lease Bill*, que propunha fornecer materiais bélicos aos países latino-americanos a preços excepcionalmente baixos e com condições favoráveis de pagamento. Contudo, os acordos *Lend-Lease* acarretavam condições políticas muito definidas. Fora as implicações de uma futura dependência de munições e peças de reposição, o acordo oferecido ao governo brasileiro era claramente assimétrico. Por um lado, o Brasil era obrigado a fornecer artigos ou informações de defesa que ele tinha capacidade de obter. Mas por outro, os Estados Unidos se reservavam o direito de suspender, deferir ou cessar as entregas de materiais bélicos ao Brasil se, na opinião do presidente dos Estados Unidos, continuar com as entregas não fosse congruente com as necessidades de defesa dos Estados Unidos ou do hemisfério ocidental.[103]

O ministro da Guerra Eurico Gaspar Dutra protestou contra as condições destes acordos, dizendo que "a troco, enfim, de uma simples *promessa*, iríamos submeter-nos a um *ônus muito sério e de caráter definitivo*".[104] As autoridades militares brasileiras temiam as "ameaças claras e positivas" que a corrida armamentista argentina representava, de modo que a seu ver, era a Argentina que representava um perigo real para o Brasil, não uma hipotética invasão alemã. Seus objetivos, portanto, eram manter o equilíbrio militar na América do Sul e evitar a presença de tropas estadunidenses no Nordeste brasileiro. A única sugestão que eles podiam aceitar era a de "um sacrifício brasileiro em prol de sua situação militar".[105] Eles aceitavam o *Lend-Lease* com prazer, mas se queixavam de suas estipulações negativas, e não o aceitavam como condição para permitir tropas estadunidenses em território brasileiro.

O debate sobre esse assunto no seio do governo brasileiro foi intenso tanto antes quanto depois de o acordo ser firmado em outubro.[106] O governo estadunidense cedeu às queixas do Brasil sobre a questão de suspender, deferir ou cessar as entregas de materiais bélicos e acrescentou uma cláusula recíproca para aceitar a entrega de materiais bélicos. A estipulação sobre o fornecimento de artigos e informação de defesa aos

[103] Para documentação mais detalhada sobre as conversas a respeito do fornecimento de armas pelos acordos *Lend-Lease*, ver os documentos de Souza Costa, CPDOC, SC 41.05.14 cg. A versão final do acordo encontra-se em FRUS, 1941, VI, pp. 534-537.

[104] Dutra para Souza Costa, ministro da Fazenda, 21 de julho de 1941, SC 41.05.14 cg. Sublinhado no original.

[105] Dutra para Souza Costa, 14 de agosto de 1941 (SC 41.05.14 cg). As preocupações militares brasileiras com o poder militar argentino estão presentes ao longo da documentação e faz-se menção frequente ao reequipamento da marinha e à criação de uma força aérea. Ver a questão da marinha, por exemplo, nos documentos de Aranha, Documentos Oficiais, Forças Armadas II.

[106] Dutra para Souza Costa, 30 de agosto; carta de Souza Costa para Vargas, 16 de setembro; manuscrito de Souza Costa, 10 de outubro; carta de Aranha ao embaixador brasileiro em Washington, 7 de novembro; carta de Dutra para Souza Costa, 26 de novembro; todos em 1941. (SC 41.04.14 cg).

Estados Unidos não foi modificada até a segunda versão do acordo ser firmada em março de 1942.[107]

No campo diplomático, o governo estadunidense teve muito mais êxito. Desde 1940, o governo Roosevelt já havia melhorado suas relações políticas com o regime de Getúlio. Um exemplo notável é a maneira como mediou uma disputa com o Reino Unido. O problema surgiu em 1940 quando o governo brasileiro tentou transportar certos materiais bélicos comprados na Alemanha antes da guerra a bordo do navio brasileiro *Siqueira Campos*. Insistindo em manter seu bloqueio, o governo britânico impediu o navio de partir rumo ao Brasil. Dois outros incidentes puseram lenha na fogueira. Em 27 de novembro, o navio a vapor brasileiro *Buarque* foi inspecionado por naus britânicas e 70 caixotes foram removidos sob suspeita de serem de origem inimiga. Alguns dias mais tarde, 22 cidadãos alemães foram retirados do navio a vapor brasileiro *Itapé*, que transitava entre dois portos brasileiros.[108]

A liberação do *Siqueira Campos* em dezembro de 1940 foi resultado de pressão estadunidense sobre Londres, assim como da reavaliação por parte do governo britânico das consequências políticas de sua ação. Ele temia que o assunto tivesse consequências desastrosas para a posição de Oswaldo Aranha no governo brasileiro e que fortalecesse a posição de Dutra, algo que queria evitar. A política estadunidense em relação à América do Sul poderia ser solapada e as relações Brasil-Reino Unido poderiam ser irremediavelmente atingidas.[109] Um novo problema surgiu quando o navio a vapor brasileiro *Bagé,* também carregado de material bélico oriundo da Alemanha, chegou a Lisboa para transferir sua carga para o *Siqueira Campos*, quando este último já havia partido. Sob estas circunstâncias, o governo brasileiro considerou aconselhável que o *Bagé* permanecesse em Portugal até que se pudesse chegar a um acordo com o Reino Unido. Como consequência disso, houve um sério embate entre Oswaldo Aranha e Dutra. Este último exigia que fortes medidas fossem tomadas contra o Reino Unido, enquanto o primeiro favorecia uma resposta mais moderada: descarregar em Lisboa e esperar um momento

[107] O artigo IV afirmava: "Se houver circunstâncias em que os EUA, em defesa própria, ou em defesa das Américas, precisem de artigos ou informações de defesa que os Estados Unidos do Brasil estiverem em condições de fornecer, os Estados Unidos do Brasil disponibilizarão tais artigos ou informações de defesa para os Estados Unidos da América". A seguinte frase foi acrescentada no acordo de 1942: "na medida do possível, sem dano à sua economia e de acordo com termos a serem acordados".

[108] Sobre este incidente, há farta documentação nos documentos do Foreign Office: Annual Report on Brazil, FO 371 25807 (A3533); e Confidential Printing, FO 420 293, volume dedicado à captura e liberação do *Siqueira Campos*. Também no arquivo de Oswaldo Aranha: Aranha para Sir G. Knox, embaixador britânico no Rio de Janeiro, OA 40.08.30/1; Aranha para Nemésio Dutra, OA 40.11.05.

[109] British Ambassador's Annual Report on Brazil, FO 371 25807 (A3533). Hull para Caffery, 25 de novembro de 1940, AHI/RE/EUA/Notas Recebidas. Também Aranha para Vargas, OA 41.01.02/1; Hull para o Encarregado de Negócios britânico, 15 de dezembro de 1940; e Bendett para Hull, 21 de dezembro de 1940, FRUS, V, 1940.

mais oportuno para reabrir as negociações com Londres.[110] Prevaleceu a opinião de Aranha, mas o problema só foi finalmente resolvido em meados de 1941, mediante uma iniciativa do governo estadunidense junto ao governo de Sua Majestade.[111]

Apesar dessas mediações estadunidenses não terem mudado o estado das relações militares Brasil-EUA, elas abriram caminho para uma série de iniciativas estadunidenses, tais como o acordo de prospecção e compra de materiais estratégicos, que foi fechado em maio de 1941. Além desse começo de colaboração econômica, alguns sinais de mudança na arena política brasileira foram vistos pelos Estados Unidos como um passo positivo. Estes incluíram a criação do Ministério da Aeronáutica e a nomeação de Salgado Filho, político próximo de Aranha, como ministro, além de alguns sinais de maior liberdade de imprensa.[112]

As relações militares não correram sem percalços em 1941, ainda que o governo de Getúlio tivesse feito concessões, incluindo a construção de seis bases aéreas financiadas pelo governo estadunidense. Oficialmente, foi permitido à Panair do Brasil, uma subsidiária da Pan American, "construir, ampliar, equipar ou reequipar uma série de aeroportos na área crucial entre Belém e Salvador, embora se tenham adquirido os terrenos e iniciado a construção muito antes da publicação do decreto (julho de 1941), com seu consentimento (de Vargas) oral e em caráter privado, não público".[113] Esta concessão foi importante, pois esses aeroportos eram essenciais para o transporte, tanto de aeronaves quanto de suprimentos para assistir a campanha britânica no norte da África a partir de 1941.

Porém, uma série de outras iniciativas vitais dos Estados Unidos continuou a se deparar com firmes recusas da delegação brasileira na Comissão Mista. Uma breve história da Comissão, escrita pelo tenente-coronel Miller em agosto de 1941, continha duas queixas principais sobre as iniciativas bloqueadas:[114]

> 1. Os representantes estadunidenses propuseram um projeto de fotografia aérea para o Nordeste. Os representantes brasileiros estavam dispostos a aceitar a oferta de equipamento estadunidense, mas se recusavam a concordar com a presença de especialistas estrangeiros para supervisionar o projeto. Apesar dos Estados Unidos terem finalmente sido persuadidos a negociar sua posição, o projeto não teve êxito.

[110] Aranha para Vargas, OA 41.01.06/1, OA 41.01.13/2, OA 41.01.16/1. Também um dossiê em GV 41.01.08/1.
[111] Vargas para Carlos Martins, embaixador brasileiro em Washington, GV 41.01.11.
[112] Caffery para o Secretário de Estado, 10 de fevereiro de 1941, NA/RG 59 832.00/1338.
[113] R. A. Humphreys, *Latin America and the Second World War 1939-1942* (Londres, 1981), p. 139.
[114] Relatório de Miller ao Departamento da Guerra, GV 41.08.08/2.

> 2. O governo estadunidense tentou enviar técnicos para as bases nordestinas em junho de 1941 para efetuar manobras militares conjuntas Brasil-EUA. Aranha ficou muito alarmado com a perspectiva, e Dutra rejeitou o plano *in limine*.[115]

O fracasso dessa iniciativa levou o governo estadunidense a sugerir no mês seguinte que Estados Unidos e Brasil ocupassem conjuntamente Cabo Verde, Açores e Guiana Holandesa para assegurar a defesa do hemisfério.[116] Dutra se opunha intensamente a esta oferta, considerando-a evidente manobra política visando forçar o governo brasileiro a se comprometer com uma aventura militar.[117] Getúlio então prometeu cooperar com os representantes estadunidenses, mas deixou para a Comissão Mista a tarefa de definir a natureza desta cooperação. Como era de se esperar, os representantes brasileiros na Comissão bloquearam a iniciativa estadunidense.[118]

Em seu relatório de agosto de 1941, Miller afirmava que os líderes do exército brasileiro não admitiam a possibilidade de permitir tropas estadunidenses no território brasileiro. De acordo com sua avaliação, o governo estadunidense não deveria forçar o assunto, assim evitando reações inesperadas do governo brasileiro que poderiam fazer com que a política da "Boa Vizinhança" fracassasse. Foi uma atitude estarrecedora, já que fora o próprio Miller o encarregado pelos Estados Unidos com a tarefa de conseguir permissão para as tropas estadunidenses se estacionarem no Nordeste brasileiro. Sua avaliação certamente deu ao governo Roosevelt uma ideia muito clara das dificuldades a superar e das concessões a fazer se quisesse alcançar suas metas. Estas concessões envolviam equipar econômica e militarmente seu aliado em potencial.

Em setembro de 1941, avaliações estratégicas estadunidenses insistiam no perigo de uma invasão alemã do território brasileiro se o noroeste da África fosse ocupado por forças do Eixo. Achava-se que Natal muito provavelmente seria o ponto de desembarque de uma invasão por tropas alemãs. O chefe do Estado-Maior estadunidense foi lembrado por seus assessores que, em tais circunstâncias:

> O Brasil cooperará com os Estados Unidos nos planos e na preparação de uma defesa conjunta do país, mas se recusará a permitir que os Estados Unidos ocupem bases em território nacional enquanto não houver uma invasão do

[115] Caffery para Hull, GV 41.08.00.
[116] Roosevelt para Vargas, GV 41.07.02.
[117] Dutra expôs seus argumentos numa carta para Getúlio, GV 41.07.19.
[118] Vargas para Roosevelt, GV 41.07.26/1, e memorando do Coronel Miller, NA/RG 218 BDC 5700 (5740).

> país pelo Eixo. Uma cooperação completa com os Estados Unidos será mantida em suspenso pelo menos até que as reivindicações do Brasil por armamentos sejam atendidas.[119]

De fato, todas as tentativas dos Estados Unidos de obter qualquer concessão enfrentaram uma sólida barreira de rejeição do lado brasileiro.[120] Semelhantemente, os esforços estadunidenses de obter definições e planos claros para a defesa do Nordeste no âmbito da Comissão Mista no Rio de Janeiro enfrentaram a insistência brasileira em receber garantias concretas que os Estados Unidos providenciariam aeronaves e armamentos para que as forças brasileiras se preparassem para defender o Nordeste em caso de invasão.[121]

Um pequeno incidente entre o coronel Miller e o general Góes Monteiro esclarece o impasse a que haviam chegado as relações militares Brasil-Estados Unidos em setembro 1941. O chefe do Estado-Maior brasileiro relatou ao presidente Vargas que as discussões haviam sido muito francas de ambos os lados. O Departamento da Guerra não tinha certeza sobre o apoio do Brasil se os Estados Unidos entrassem na guerra, pois se acreditava que muitos oficiais brasileiros de alto escalão tinham opiniões pró-Eixo. Ao mesmo tempo, o Departamento considerava essencial proteger a saliência nordestina estacionando forças estadunidenses nas bases militares da região. Por estes motivos, os militares estadunidenses atrasaram as entregas de armamentos ao Brasil enquanto formulavam planos para ocupar as bases nordestinas.[122] Por outro lado, os militares brasileiros não entendiam estes atrasos por parte dos Estados Unidos e começavam a duvidar de sua intenção de mandar os armamentos necessários. Consequentemente, não estavam dispostos a fazer novas concessões aos Estados Unidos.[123]

Naquela época, fora da esfera militar, as relações Brasil-EUA melhoravam. O governo Vargas modificou certas leis nacionalistas que regulavam os bancos, em prol dos Estados Unidos. Ao mesmo tempo,

[119] Memorando para o Chefe do Estado-Maior, 15 de setembro de 1941, Tab. B, Brazilian Attitude, NA/RG 226 0SS 14301.

[120] Do mesmo modo, sobre a questão da permissão para aeronaves militares estadunidenses sobrevoarem o Brasil rumo à África, o Ministério da Aeronáutica brasileiro insistiu que os EUA prometessem fornecer aviões para a Força Aérea Brasileira. Caffery para Hull, 22 e 23 de setembro de 1941, NA/RG 226 OSS 221, 593, 323.

[121] Foi Góes Monteiro quem insistiu nisso na Comissão Mista. A falta de urgência na tomada de decisão exasperava os oficiais estadunidenses. Por exemplo, numa carta, Góes Monteiro diz que no caso de invasão, o governo brasileiro "pode decretar uma mobilização parcial (sic) e reforçar o Nordeste"; 25 de setembro de 1941, NA/RG 218 BDC 5700 (5740). S. Conn & B. Fairchild, *op. cit.*, p. 297.

[122] Para assegurar o sucesso de seus planos, os planejadores do exercito estadunidense sugeriram a seu governo demonstrar que "as medidas de cooperação solicitadas ao Brasil não fossem vistas como concessões feitas para nós, mas contribuições à defesa hemisférica". NA/RG 218 BDC 5700 (5740).

[123] Relatório de Góes Monteiro, GV 41.10.10. Já neste momento, o embaixador Caffery tinha a impressão de que Góes Monteiro cooperaria com os planos dos EUA, mas que queria estar seguro do fornecimento de armas pelos Estados Unidos.

com o apoio de Getúlio, crescia a influência de Oswaldo Aranha no governo. Além do mais, já no final de 1941, quando as relações Estados Unidos-Japão se deterioravam rapidamente, Vargas começava a falar mais claramente a favor do Pan-Americanismo. Em 10 de novembro, deu um discurso em que definia a missão do exército como sendo: 1) defender a nação contra qualquer inimigo estrangeiro; e 2) assegurar a ordem interna. O presidente também defendia uma política de franca solidariedade hemisférica.[124] Ou seja, o Brasil se uniria aos Estados Unidos pela causa da solidariedade hemisférica contanto que suas forças armadas estivessem suficientemente fortalecidas. A mesma questão e a mesma mensagem ao governo estadunidense foram assunto de um segundo discurso em 31 de dezembro de 1941. Nesse ínterim, porém, os japoneses haviam atacado Pearl Harbor, o que começou a eliminar o impasse na colaboração militar Brasil-Estados Unidos.

Iniciativas culturais dos Estados Unidos

Como as iniciativas militares estadunidenses no Brasil no final da década de 1930 e começo da década de 1940 tiveram inevitáveis dimensões políticas, elas foram conduzidas em conjunto por representantes militares e diplomáticos estadunidenses no Brasil. As iniciativas econômicas e culturais, porém, foram planejadas e executadas conjuntamente pela embaixada estadunidense no Rio de Janeiro e pela sucursal do OCIAA (Birô do Coordenador de Assuntos Interamericanos).

O OCIAA teve um papel decisivo nas iniciativas "culturais" estadunidenses no Brasil, isto é, na tentativa de formar (ou transformar) opinião não somente nos órgãos do Estado, mas na sociedade brasileira como um todo. O OCIAA estava convencido de que o Brasil era alvo importante da propaganda do Eixo e sabia que ele ocupava uma posição chave no planejamento político e estratégico estadunidense. Como resultado disso, um grande volume de recursos humanos e financeiros foi transferido ao *front* brasileiro.

O Birô era dirigido no Brasil por Berent Friele, com o apoio de uma Comissão de Coordenação composta principalmente de homens de negócios estadunidenses.[125] A Comissão definia suas funções como

[124] O governo dos EUA notou a mudança e Roosevelt expressou seu contentamento pessoal a Getúlio, 19 de novembro de 1941, FRL/PSF 41.11.19. Ver também a correspondência a respeito do discurso de Getúlio, GV 41.11.12, GV 41.00.00/1.

[125] Estes "voluntários" eram, na maioria, representantes do *big business*. O presidente da Comissão de Coordenação no Rio de Janeiro era Givens (General Electric), e os outros membros eram Anderson (Standard Oil), Covington (Cia. Expresso

> envolvendo cooperação ativa e organizada com a embaixada e com o Birô do Coordenador na concepção, promoção, coordenação e execução de atividades que possam contribuir com o desenvolvimento da confiança e compreensão mútuas entre o Brasil e os Estados Unidos ou, na medida do que for apropriado, com o combate à influência das potências do Eixo no Brasil.[126]

Devido à sua importância, São Paulo também teve uma sucursal do Birô, atuando em íntima ligação com a do Rio. Subcomitês de apoio ao trabalho das duas sucursais do OCIAA se localizavam em outras cidades como Belém, Fortaleza, Natal, Recife, Salvador, Belo Horizonte, Curitiba, Florianópolis e Porto Alegre.

As iniciativas culturais do OCIAA eram conduzidas por duas divisões – a divisão de informação, que incluía seções que lidavam com o rádio, a imprensa, o cinema e a análise de opinião pública – e a divisão de ciência e educação.

Por meio da seção de imprensa, o OCIAA enviava artigos e fotografias para centenas de revistas e jornais brasileiros. Dedicava-se muita atenção ao que se chamava de cobertura de imprensa de "mão dupla", ou seja, a veiculação de notícias sobre os Estados Unidos no Brasil e de notícias sobre o Brasil na imprensa estadunidense. Desde a sua criação, o OCIAA havia promovido negociações com as agências United Press e Associated Press para assegurar a apresentação de notícias atuais e favoráveis sobre os Estados Unidos.[127] Essa ação pervasiva preocupava os representantes diplomáticos britânicos no Rio de Janeiro, que previam uma drástica redução de sua influência na imprensa brasileira.[128] Além de formas tradicionais de subsidiar jornais e revistas, o OCIAA tinha à sua disposição uma arma poderosa para assegurar a boa vontade da imprensa brasileira. A escassez de papel de imprensa permitiu que o OCIAA assegurasse que jornais pró-EUA tivessem acesso fácil a suprimentos dos Estados Unidos. Naturalmente, jornais anti-EUA tiveram grandes dificuldades na obtenção de papel. Neste contexto assimétrico, a noção de "cooperação Brasil-EUA" adquiriu um sabor um tanto irônico.

A seção de rádio do OCIAA era encarregada de produzir programas para estações de rádio brasileiras. Estes eram geralmente

Federal), Wiseley (The National City Bank of New York), Montgomery (Leon Israel AS) e Kincaid (advogado). Annual Report 1943, NA/RG 229.99 – General Records – Brazil.

[126] Ata aprovada da Reunião Inicial, 1º de setembro de 1941, NA/RG 229.100 – Minutes of Meetings of the Coordinator's Committee.

[127] Reunião de 4 e 5 de setembro de 1941. Minutes of Meetings of the Coordinator's Committee, NA/RG 229.100.

[128] "Agora que a organização Rockefeller está começando a funcionar no Rio de Janeiro, devemos estar preparados para perder terreno porque tememos que até nossos melhores amigos aqui sucumbirão ao todo-poderoso dólar." Wilson-Young para Gallop (*Foreign Office*), 17 de novembro de 1942, FO 371 (A11218/11218/6).

obras dramáticas ou programas culturais que tentavam contrabalançar a propaganda alemã e transmitir uma imagem favorável da vida na sociedade estadunidense. Muita atenção era dada aos noticiários, que focavam o poderio militar estadunidense e o progresso dos Aliados na guerra.[129] As dificuldades de transporte e comunicação no Brasil de então transformaram o simples aparelho de rádio numa importante arma da guerra de propaganda.

Através da seção de cinema, o OCIAA tentou disseminar informação sobre a colaboração Brasil-Estados Unidos para vários públicos, incluindo pessoas seletas (por exemplo, governadores de estado, oficiais do exército e da marinha, funcionários do alto escalão do governo e membros de missões diplomáticas); e a massa da população (por exemplo, soldados, marinheiros, agricultores, mineiros, universitários, escolares e cidadãos em geral). O OCIAA era ativo em Hollywood e negociou a produção pelos Walt Disney Studios de desenhos animados que apresentavam personagens latino-americanos típicos. Um desses personagens era particularmente brasileiro: o papagaio Zé Carioca. Simultaneamente, o OCIAA tomou as medidas necessárias para evitar a distribuição de filmes que ridicularizavam instituições estadunidenses ou ofendiam sensibilidades latino-americanas.[130] Censuravam-se cenas tachadas de "inconvenientes" e fazia-se pressão para obter mudanças de roteiro para produzir filmes adequados para apresentação aos vizinhos do Sul. (Foi nesse período, por exemplo, que os bandidos mexicanos desapareceram dos filmes de bangue-bangue hollywoodianos.) À medida que crescia o *sistema de poder* estadunidense, o OCIAA se tornava um órgão de censura para toda a América Latina.

O objetivo central da Divisão de Ciência e Educação era inculcar técnicas, métodos e modelos estadunidenses na comunidade científica e educacional brasileira. Isto foi conseguido através da distribuição de livros descrevendo a vida nos Estados Unidos, além de literatura técnica. A divisão patrocinava viagens de brasileiros eminentes aos Estados Unidos e de especialistas estadunidenses ao Brasil, além de fornecer recursos para incentivar a colaboração entre instituições educacionais dos dois países. Também foi disponibilizado financiamento para enviar assessores estadunidenses ao Brasil, para assistir na fundação de escolas e cursos especiais. As atividades desta divisão do OCIAA começaram no Brasil em 1940.

[129] Ver Annual Report 1943, NA/RG 229.99 – General Records – Brazil. O "Repórter Esso", patrocinado pela Standard Oil, se tornou um dos programas de rádio mais populares do Brasil.

[130] Memorando de Robbins para Friels, 16 de setembro de 1941, NA/RG 229.99 – Minutes of Meetings of the Coordinator's Committee.

A partir de 1941, o Brasil foi literalmente invadido por missões de boa vontade. Os documentos de Aranha contêm centenas de comunicados de instituições e indivíduos estadunidenses que desejavam participar de intercâmbios culturais, científicos ou econômicos com suas contrapartes brasileiras. Entre as instituições estavam universidades, jornais, estações de rádio, fundações culturais e científicas, editoras, associações profissionais e empresas; entre os indivíduos constavam jornalistas, artistas, diretores de cinema, escritores, professores, cientistas, militares, diplomatas e empresários. O Birô era completamente pragmático e preferia enviar brasileiros aos Estados Unidos para que eles "tivessem uma impressão favorável dos Estados Unidos, voltando a seus países com uma sensação de amizade e boa vontade".[131]

Todas essas iniciativas variadas visavam apresentar aspectos positivos das instituições estadunidenses, assim como do poder militar. Até o intercâmbio de visitantes, que aparentemente envolvia a troca de experiências baseadas no "respeito mútuo" eram, na verdade, parte de uma estratégia de "mão única": brasileiros viajavam aos Estados Unidos para adquirir um melhor conhecimento da vida estadunidense e especialistas estadunidenses vinham ao Brasil ensinar métodos e técnicas estadunidenses.

Uma análise dos programas culturais do OCIAA no Brasil parece sugerir que sua meta básica era familiarizar a sociedade e o Estado brasileiros com os pontos de vista, conhecimentos, valores e métodos da civilização norte-americana. A informação, planejada detalhadamente e controlada pela Seção de Opinião Pública da Divisão de Informação, visava vencer a batalha ideológica contra o fascismo europeu, particularmente a versão alemã, e afirmar um modelo específico: o *American Way of Life*. No cerne destas mensagens estava o objetivo político de fomentar o alinhamento do Brasil não a estados liberais em geral, mas aos Estados Unidos da América em particular. Lado a lado com a assistência econômica que o Brasil recebia, o OCIAA lutou uma guerra de propaganda com o propósito de ganhar os corações e mentes de seus vizinhos continentais.

O coração da tarefa do OCIAA era passar para a América Latina a imagem da superioridade militar estadunidense e uma visão dos Estados Unidos como civilização a ser emulada por todos os países latino-americanos. A mensagem através da qual esta imagem positiva

[131] Este texto descreve o tom geral dos projetos de intercâmbio aprovados pelo OCIAA. Ver, por exemplo, o projeto de intercâmbio de estudantes (NA/RG 229.100 - Minutes of Meetings of the Coordinators's Committee, 4 e 5 de setembro de 1941). Sobre um projeto de levar 20 bispos católicos aos EUA, ver memorando de Robbins para Friele, 27 de agosto de 1941 (NA/RG 229.99 - Minutes of Meetings of the Coordinators's Committee – Brazil); e sobre o projeto de levar gerentes de todos os países latino-americanos aos EUA, ver NA/RG 229.1.2 – Communications.

era transmitida ao continente era a de "colaboração hemisférica", ou, em outras palavras, o "Pan-Americanismo". Neste campo em particular, os esforços estadunidenses na América Latina tiveram uma grande medida de êxito.

Comparado com a ideologia nazista, o Pan-Americanismo apresentava muitas vantagens. Ao invés de glorificar *uma* raça e *uma* nação, ele enfatizava a solidariedade entre nações. Ao invés de promover a criação de um novo partido político nos países subordinados, o Pan-Americanismo falava em respeito pela soberania nacional. Parecia uma política muito natural, em contraste com a natureza exótica das formulações nazistas. E, do ponto de vista político, era altamente eficiente para mobilizar as nações latino-americanas na guerra contra os fascistas. Mas no tocante aos assuntos internacionais, o Pan-Americanismo tinha apenas um objetivo: o fortalecimento de uma nova Grande Potência. Neste sentido, ele teve um papel fundamental na transformação da hegemonia dos Estados Unidos sobre a América Latina em solidariedade e cooperação continentais, e permitiu que a dominação política aparecesse disfarçada de respeito pela soberania nacional de cada república latino-americana.

O sucesso dos esforços estadunidenses foi claro. Em 1942, o Pan-Americanismo já era a pedra fundamental da política externa da maioria dos governos latino-americanos. O ministro Oswaldo Aranha expressou o que era praticamente um consenso em seu discurso na sessão de encerramento da terceira Conferência de Ministros das Relações Exteriores em janeiro de 1942, quando disse:

> Nenhuma nação fez sua a vontade de um outro povo, mas todas as Nações da América hoje só têm uma vontade. (...) Assentamos bases definitivas para a nossa defesa. (...) Iniciamos a construção de uma estrutura econômica americana que atravessará os tempos como afirmação concreta do valor dos ideais quando se transportam para o campo das realizações práticas.[132]

[132] Citado em H. Silva, *1942, Guerra no Continente* (Rio de Janeiro, 1972), pp. 212-214.

Capítulo III

Da neutralidade à guerra (janeiro a agosto de 1942)

Senhoras e senhores! 1942 vai ficar muito bem nos livros de história.
(Orson Welles, entrevista de rádio com Oswaldo Aranha,
14 de abril de 1942.)

O ano de 1942 foi crucial para a política externa brasileira. Em oito meses ela passou de uma política de declarações retóricas de solidariedade para uma firme aliança com os Estados Unidos. Por meio desta transformação, o *equilíbrio pragmático* que havia orientado as relações exteriores do Brasil até 1941 foi completamente descartado.

Esta grande transformação foi resultado de fatores externos além de pressões internas, e é significativo o fato de o governo Vargas ter podido controlar os acontecimentos em meio a tais pressões, fazendo concessões, mas também obtendo vantagens por meio de um processo contínuo de negociação.

Os acontecimentos mais significativos a afetar o processo decisório na política externa brasileira em 1942 foram os seguintes: a Conferência do Rio (janeiro), durante a qual o Brasil rompeu relações com as potências do Eixo; a missão do ministro da Fazenda Souza Costa a Washington (fevereiro/março), quando foram assinados com o governo estadunidense acordos militares e econômicos; o acordo secreto político-militar com os Estados Unidos (maio), que criou duas comissões militares mistas para planejar a defesa do território brasileiro; e a declaração de guerra contra Alemanha e Itália (agosto) após o afundamento de cinco navios mercantes brasileiros.

A Conferência do Rio

A III Reunião de Consulta dos Ministros das Relações Exteriores das Repúblicas Americanas representou o último capítulo de uma série de conferências interamericanas iniciada com a reunião de 1936 em Buenos Aires. Nesta reunião chegaram a seu ápice os esforços estadunidenses para coordenar políticas por todo o continente de forma a consolidar sua posição anti-Eixo nas relações internacionais.

Os principais acontecimentos que antecederam a Conferência, que se deu no Rio de Janeiro entre 15 e 28 de janeiro de 1942, são bem conhecidos. Durante 1941, o Departamento de Estado sentiu necessidade de uma nova reunião interamericana, e o ataque japonês a Pearl Harbor aumentou os esforços de Washington para preparar a conferência. Imediatamente após Pearl Harbor, foram discutidas maneiras de restringir as atividades do Eixo nas Repúblicas Americanas e de salvaguardar o fornecimento de recursos essenciais ao esforço de guerra dos Estados Unidos. As discussões foram transformadas em propostas de resolução a serem submetidas à Conferência. A mais importante destas exigia que fossem rompidas as relações entre as Repúblicas Americanas e os países do Eixo.[133]

Enquanto estas preparações estavam em andamento, vinte e seis membros das Nações Unidas assinaram em Washington uma declaração de guerra contra as potências do Eixo em 1º de janeiro de 1942. Entre os signatários havia nove repúblicas latino-americanas da América Central e do Caribe. Isto provocou um protesto argentino perante o governo estadunidense em 7 de janeiro, devido ao fato de que a decisão feria o princípio da "consulta prévia" estabelecido pela Declaração de Lima em 1938. A nota argentina afirmava:

> há uma certa contradição em nos convidar a participar do estudo e adoção de medidas de defesa comum ao mesmo tempo em que nove países procedem sem uma troca de ideias prévia a definir em forma absoluta sua dupla posição, intracontinental e extracontinental, com os consequentes riscos e responsabilidades de um estado de guerra.[134]

Deve-se lembrar que, a esta altura, as relações Argentina--EUA haviam se tornado extremamente delicadas. Em 1940, o governo

[133] Ver M. J. Francis, "The United States at Rio 1942: The strains of Pan-Americanism", *Journal of Latin American Studies*, v. 6, n. 1, 1974, p.78.
[134] Subsecretário para o embaixador dos EUA em Buenos Aires, FRUS, 1942, V, p. 24.

argentino havia sugerido que as Repúblicas Americanas deveriam descartar o conceito tradicional de neutralidade em favor de um conceito mais positivo de "não beligerância". Embora posteriormente muitos analistas tenham sugerido que esta proposta era favorável aos Aliados, ela assim mesmo foi rejeitada como inoportuna pelo governo dos Estados Unidos, apesar do fato de que o próprio presidente Roosevelt viria a fazer uma sugestão semelhante logo em seguida. Segundo o historiador estadunidense Joseph Tulchin, a proposta da não beligerância indicava que "a neutralidade da Argentina durante a guerra não era uma política pré-determinada ou inevitável", e que a Argentina poderia ter desempenhado o papel de colaborador fraterno ao invés do de *outsider* hostil caso sua sugestão tivesse sido aceita.[135] O equilíbrio político interno foi mudando ao longo de 1942. Crescentes influências nacionalistas nas forças armadas e no governo argentino empurravam a política externa do país na direção da neutralidade clássica, que poderia ser manipulada em favor dos interesses do Eixo.

Era evidente que a posição da Argentina na Conferência do Rio constrangeria o desejo dos Estados Unidos de obter um rompimento unânime e imediato das relações com as potências do Eixo. Ademais, a posição da Argentina afetava a posição de seus vizinhos – Brasil, Uruguai, Chile e Bolívia. Além disso, a influência do Eixo em diversos países latino-americanos permanecia considerável naquele momento, e era inevitável que os respectivos governos exigissem satisfações e garantias dos Estados Unidos em troca de aceitar resoluções claramente anti-Eixo na Conferência.

Portanto, o governo Roosevelt pôs grande ênfase na Conferência do Rio, como se vê pelos resultados que ela pôde alcançar, bem como pela composição da delegação estadunidense que contava com muitos quadros do alto nível de governo na condição de assessores.[136] O líder da delegação era o subsecretário de Estado Sumner Welles, homem tido como conhecedor dos problemas latino-americanos. Estavam ali reunidos especialistas em alta diplomacia, finanças, comércio e outras áreas, para ajudar os Estados Unidos a alcançar suas metas na Conferência.

---

[135] J. S. Tulchin, "The Argentine proposal for non-belligerancy, April 1949", *Journal of Latin American Studies*, v. VI, n. 4, 1969, p. 603. Esta posição argentina pró-Aliados é também analisada em S. Hilton, "Argentine neutrality, September 1939-June 1940: A re-examination", *The Americas*, 22 de janeiro de 1966, pp. 227-257. Outro historiador estadunidense, David Rudgers, expressa outra visão em "Challenge to the Hemisphere: Argentina Confronts the United States, 1938-1947" (Tese de doutorado, Universidade George Washington, 1972). Ele considera que o plano de não beligerância, se aceito, teria beneficiado somente os alemães.

[136] Estes incluíam pessoas como Warren Pierson, Presidente do Eximbank, Wayne Taylor, Subsecretário de Comércio, Carl Spaeth, Assistente do Secretário do Tesouro, Lawrence Smith, Chefe da Unidade Especial de Defesa do Departamento de Justiça, Leslie Wheeler, Diretor do Gabinete de Relações Agrícolas Exteriores, e William Peet Jr., Secretário da Comissão Marítima. Ver a lista anexada a uma carta de Welles para Roosevelt, Roosevelt papers, FRL/OF, 8 de janeiro de 1942.

Para compreender melhor o que se passou no Rio de Janeiro de 15 a 28 de janeiro, a apresentação será dividida em duas partes: a) os aspectos multilaterais da Conferência; b) relações Brasil-EUA durante a Conferência.

A batalha pela solidariedade latino-americana

A maior parte dos relatos da Conferência do Rio é quase totalmente dominada pela questão do rompimento de relações entre as Repúblicas Americanas e as potências do Eixo, e pelo duelo EUA--Argentina quanto à resolução a ser adotada pelos representantes do hemisfério. Não obstante, várias outras resoluções foram discutidas e adotadas, algumas delas de suma importância para o futuro das relações interamericanas.

É claro, a questão política central era o rompimento de relações com o Eixo. A delegação estadunidense havia preparado uma proposta de resolução que dizia que a Conferência concordava com o imediato rompimento de relações. A Argentina e o Chile ambos se opunham, de maneiras diferentes. Os argentinos não aceitavam a natureza imperativa da proposta porque seu governo dependia de um equilíbrio doméstico muito delicado e queria manter uma posição de neutralidade na guerra. O governo chileno, por sua vez, temia que o rompimento de relações fosse interpretado como um estado de guerra, uma situação que ele estava ansioso por evitar tendo em vista a possibilidade de ataques japoneses à costa chilena.

Depois de duas semanas de intensas negociações, os representantes dos países na Conferência acordaram uma fórmula que teria apoio unânime. A nova resolução recomendava – não decidia – que as Repúblicas Americanas rompessem relações diplomáticas com Japão, Alemanha e Itália.[137]

A redação revisada se tornou objeto de um debate acalorado sobre se os Estados Unidos haviam "ganhado" ou "perdido" na Conferência. O secretário de Estado Cordell Hull, que era a favor de uma resolução forte ainda que isto sacrificasse a unanimidade, considerava a fórmula uma mudança inaceitável à posição anterior do Departamento de Estado, e a história toda uma rendição à

[137] Uma avaliação recente do significado político da Conferência, juntamente com uma descrição detalhada de suas negociações, pode ser encontrada em R. A. Humphreys, *Latin America and the Second World War, 1939-1942* (Londres, 1981), cap. V. Ver também M. Francis, *op. cit.*.

Argentina.[138] Sumner Welles se defendia dizendo que mesmo antes da Conferência, os Estados Unidos consideravam que manter a unidade do hemisfério era tão importante quanto o rompimento das relações políticas, comerciais e financeiras com as potências do Eixo. Ademais, ao longo da Conferência ficou evidente que os representantes de Brasil, Uruguai e Bolívia se preocupavam muito com a possibilidade de uma ruptura entre seus países e a Argentina como resultado de um embate Argentina-EUA. Eles temiam ser forçados a assumir uma atitude abertamente antagônica com relação à Argentina. Welles concluiu que a unidade do hemisfério se tornara vital para os interesses dos Estados Unidos e concordou com a mudança na redação das resoluções.[139]

Um exame das quarenta outras resoluções aprovadas na Conferência mostra que a reunião como um todo foi uma vitória completa para os Estados Unidos. Uma série de resoluções de longo prazo, incluindo declarações políticas, coordenação econômica e jurídica, controle das polícias e políticas de saúde, abriu caminho para uma ampla coordenação de políticas interamericanas sob a liderança estadunidense.[140] A maior parte destas resoluções era consistente com definições anteriores, da parte estadunidense, do papel a ser desempenhado pelas nações latino-americanas em sua parceria com os Estados Unidos.

A resolução sobre a *produção de materiais estratégicos* ocupou o primeiro lugar no relatório final. Ela recomendava a mobilização econômica, de modo a garantir que os países do hemisfério, particularmente aqueles engajados ativamente na guerra, pudessem adquirir suprimentos de materiais básicos e estratégicos no prazo mais curto possível. Entre os países em guerra, somente os Estados Unidos podiam absorver grandes quantidades de materiais estratégicos devido à enormidade de sua indústria bélica. De forma a manter um arcabouço continental para estas atividades, a tarefa de elaborar a lista dos materiais básicos essenciais à defesa do hemisfério foi dada à Comissão de Orientação Financeira e Econômica Interamericana.

Resoluções sobre o *desenvolvimento da produção básica* e a *colaboração econômica* refletiam as políticas estadunidenses da época quanto à industrialização latino-americana. A primeira resolução estabeleceu que as nações americanas não deveriam criar indústrias fabricantes de

[138] C. Hull, *The Memoirs of Cordell Hull* (Nova York, 1948), v. II, p. 1149.

[139] Welles para Roosevelt, FRUS, 1942, V, p. 36. Uma avaliação desta controvérsia se encontra em J. Pratt, *The American Secretaries of State and Their Diplomacy* (Nova York, 1964), v. XIII sobre Cordell Hull. Para ele, a Conferência não foi nem o sucesso proclamado por Welles, nem o fracasso que Hull achou que foi.

[140] Ata Final da III Reunião de Consulta dos Ministros das Relações Exteriores das Repúblicas Americanas, GV 42.01.28.

produtos sintéticos que seriam "economicamente artificiais" e poderiam afetar o consumo de produtos naturais disponíveis em outros países americanos. A segunda resolução solicitava estímulo à exportação de produtos agrícolas e minerais, e recomendava que tais esforços fossem coordenados pela Comissão Interamericana de Desenvolvimento. Na visão da Conferência, a América Latina tinha que se especializar em produtos naturais, já que as indústrias que alguns países tentavam desenvolver eram "sem base econômica ou contrárias à solidariedade econômica da América".[141] A "solidariedade econômica da América" era a nova (velha) divisão internacional do trabalho proposta pelos Estados Unidos e aceita como meta hemisférica.

Resoluções sobre o *apoio às economias internas das nações americanas* e sobre a *utilização das matérias-primas* recomendavam, entre outras coisas, acesso equitativo ao comércio interamericano, com a exceção de tratamento preferencial para as "nações em guerra". A resolução número XIII deixava a tarefa de pôr em prática estas resoluções nas mãos da Comissão Interamericana de Desenvolvimento. Outra resolução (nº VIII) insistia na necessidade de todos os governos colaborarem com a Comissão.

Na questão da *mobilização dos meios de comunicação*, a Conferência fez recomendações detalhadas para a ampliação e coordenação de todos os sistemas de transporte e comunicação domésticos e interamericanos, com ênfase nos requisitos de defesa. Como a "defesa continental" era responsabilidade direta dos Estados Unidos, as medidas latino-americanas para melhorar as comunicações seriam integradas com o planejamento estadunidense, como veremos.

Quanto a *investimentos*, a Conferência recomendou a livre movimentação de capital entre todas as Repúblicas Americanas. Cada governo adotaria as medidas necessárias para garantir a mobilização e proteção de capitais. Deve-se observar que os Estados Unidos eram a única "República Americana" capaz de exportar capital. A Conferência tentou criar as melhores condições possíveis para as empresas estadunidenses, enquanto sutilmente excluía os países europeus, particularmente a Grã-Bretanha, dos arranjos recíprocos recomendados pela resolução.

A esta altura é interessante observar que a resolução referente ao Conselho Interamericano de Defesa ocupava o penúltimo lugar na lista de resoluções. É um tanto irônico que os Estados Unidos, envolvidos numa guerra real, tivessem encaminhado uma resolução propondo a criação

[141] Introdução da resolução "Desenvolvimento da produção básica", GV 42.01.28.

do Conselho Interamericano de Defesa para estudar (mas não planejar) a defesa do continente por insistência do Departamento de Estado. Aparentemente, tais questões militares eram de importância menor para a Conferência. Comissões bilaterais mistas viriam a desempenhar um papel bem mais importante, como será demonstrado. A Comissão Coordenadora [dos departamentos de] Estado-Guerra-Marinha percebia claramente que o Conselho foi criado somente para encorajar publicamente a "solidariedade hemisférica" no campo militar.[142] Se ele não tinha qualquer papel no planejamento da guerra real contra o inimigo externo, o Conselho mais tarde assumiu a função precisa de coordenar e difundir a política estadunidense sobre questões militares tocantes ao hemisfério.

A busca estadunidense por controle de todo o continente também ficava evidente nas resoluções ligadas a atividades subversivas, medidas policiais e judiciais, e sistemas de investigação. A resolução sobre *atividades subversivas* recomendava a criação de legislação semelhante e incremento nos sistemas de vigilância de cidadãos estrangeiros por todos os países americanos. Ela também recomendava a adoção de normas muito detalhadas concernentes ao controle, naturalização e atos de agressão cometidos por tais cidadãos, bem como regulamentos fronteiriços comuns.

A resolução referente à *coordenação de medidas policiais e judiciais* é de particular interesse, já que recomendava que o Convênio Policial Sul-Americano de 1920 fosse estendido para incluir "todos os países do continente", em outras palavras, os Estados Unidos. A resolução recomendava ainda que fosse criado um registro interamericano de arquivos policiais, o que permitiria a identificação de qualquer indivíduo processado ou condenado por atividades subversivas. Claro está que tal sistema integrado de controle político e social era de imensa importância para os esforços de guerra estadunidenses. O aprimoramento desta resolução em termos hemisféricos se provaria um tanto embaraçoso, já que a Argentina era vista como pró-Eixo e sua força policial era alvo de desconfiança por parte das autoridades estadunidenses. Por esta razão, a Conferência Interamericana de Autoridades Policiais e Judiciais, realizada em Buenos Aires entre 27 de maio e 9 de junho, não deu muito passos no sentido de uma coordenação policial imediata. Não obstante, as bases para a coordenação haviam sido estabelecidas.[143]

[142] "O Conselho Interamericano de Defesa sob sua atual Carta não está constituído adequadamente para assumir as funções que são consideradas desejáveis para a operação efetiva de um órgão militar interamericano". Memorando do representante interino do Departamento de Estado na State-War-Navy Coordinating Commitee, 1º de fevereiro de 1942, NA/RG 165 W.D. ABC 900.3295, sec. 1C.

[143] Com relação às atitudes dos Estados Unidos, ver FRUS, 1942, V, pp. 48-57.

De forma a fortalecer esta coordenação policial, uma outra resolução sobre a *coordenação de sistemas de investigação* recomendou que os países americanos coordenassem seus serviços de inteligência e investigação por meio do provimento de pessoal para a troca de informações em âmbito interamericano e da cooperação para prevenir, reprimir, punir e eliminar atividades subversivas, tais como espionagem, sabotagem e incitamento subversivo.

Oficialmente, estas resoluções foram adotadas por causa da guerra e dos inimigos que o continente enfrentava. Na realidade, eram decisões políticas de longo alcance que estabeleciam órgãos ou ao menos princípios de controle social *permanente* no continente. Após o fim da guerra, estes princípios e órgãos continuariam a funcionar de acordo como os objetivos de segurança de cada estado. Os mecanismos que estas resoluções criaram continuariam a reforçar a hegemonia estadunidense sobre o continente, com a vantagem de terem sido aprovados pela Conferência como necessários.[144]

A América Latina concordou em ser integrada ao esforço de guerra dos Estados Unidos e a controlar a situação interna de modo a evitar qualquer quebra futura de compromissos assumidos com os Estados Unidos. Welles falou muito francamente sobre a satisfação dos Estados Unidos com o resultado da Conferência do Rio:

> Será observado que muitos dos projetos apoiados pelos Estados Unidos receberam aprovação nos moldes acordados antes da partida da delegação, e que os restantes progrediram favoravelmente na medida em que a programação daqui permitiu.[145]

Em paralelo à Conferência, ocorreram no Rio de Janeiro negociações bilaterais sobre questões políticas, econômicas e militares. Estas conversações foram iniciadas pelos Estados Unidos de modo a garantir a aprovação de suas políticas, e foram possíveis devido à inclusão de altos funcionários do governo na delegação estadunidense. Diversos acordos sobre auxílio econômico e financeiro, fornecimento de armamentos e assistência militar foram fechados entre EUA e Bolívia, Brasil, Chile, Costa Rica, Equador, Honduras, Nicarágua e Uruguai.[146]

Impressionado com a dimensão das negociações, um observador comentou em 1943 que "os Estados Unidos precisavam de liberdade de

[144] A aceitação da liderança estadunidense pela Conferência era tão completa que a resolução nº XXII decidiu "transformar a política da 'Boa Vizinhança' em norma do Direito Internacional do continente"! Ata Final XXII, GV 42.01.28.
[145] Welles para Hull, 25 de janeiro de 1942, FRUS, V, pp. 40-41.
[146] Collado (D.S.) para o Subsecretário, 28 de fevereiro de 1942, FRUS, V, pp. 45-47.

ação, bases, e materiais estratégicos; as Repúblicas Latino-Americanas precisavam de proteção, assistência financeira e suprimentos. A Conferência possibilitou um intercâmbio mutuamente vantajoso."[147] Na realidade o intercâmbio não era assim tão mutuamente vantajoso, já que o processo decisório se caracterizou por múltiplas assimetrias e dificilmente poderia beneficiar os países latino-americanos tanto quanto sugerido. Nas palavras de um analista mais recente:

> Apesar da profusão de pronunciamentos sobre as glórias do Pan-Americanismo na reunião, não é difícil interpretar este encontro em termos de uma simples política de poder. A potência dominante queria preparar um esforço coordenado e se dispunha a pagar por isto com assistência econômica e militar. A maior parte dos estados tinha a lucrar de alguma maneira com a coordenação ou eram fracos demais para se opor às vontades de Washington (ou as duas coisas).[148]

A batalha pela aliança brasileira

Havia dois impasses nas relações Brasil-EUA ao final de 1941: a questão do fornecimento de armamento requisitado pelos militares brasileiros e a questão da defesa do Nordeste. Como vimos no Capítulo II, o Brasil já concedera uma série de privilégios aos Estados Unidos naquele ano. Estes incluíam permissão para a Força do Atlântico Sul, sob o comando do Almirante Jonas Ingram, usar os portos de Recife e Salvador, a construção ou ampliação de bases aéreas no Norte e Nordeste do Brasil, e permissão para transportar aviões e suprimentos via o Brasil para ajudar a campanha britânica no norte da África. Além disso, chegou um esquadrão de aviação naval dos Estados Unidos para conduzir patrulhas navais na "saliência" brasileira. No entanto, o objetivo principal dos militares estadunidenses – a presença de tropas suas no Nordeste – não havia sido atingido ainda.

Em dezembro, o governo dos Estados Unidos tomou uma iniciativa importante: usando a boa vontade de Carlos Martins, embaixador brasileiro em Washington e amigo pessoal de Vargas, o Departamento de Estado obteve autorização direta do presidente brasileiro para mandar um contingente de *marines* para vigiar os aeródromos de Belém, Natal e Recife. Como um pequeno número de técnicos estadunidenses já vinha

[147] G. H. Stuart, *Latin America and the United States* (Nova York, 1943), V, p. 36.
[148] M. J. Francis, *op. cit.*, p. 95.

trabalhando na construção e operação de bases militares no Brasil, estes *marines* também vieram à guisa de "técnicos", embora tenham chegado como uma tropa regular, uniformizada e armada, contra a vontade dos líderes militares brasileiros. Foi-lhes permitido ficar no Brasil, mas suas armas foram confiscadas e por algum tempo não tiveram meios para atuar efetivamente.[149]

Embora este truque pudesse ser justificado da perspectiva estadunidense tendo em vista a situação crítica enfrentada pelos Aliados no norte da África, a medida foi um incidente infeliz nas relações Brasil--EUA, já que fortaleceu a resistência dos militares brasileiros a qualquer envio adicional de tropas estadunidenses para o território brasileiro. Quando a delegação dos Estados Unidos chefiada por Welles chegou ao Rio de Janeiro em janeiro de 1942, não apenas permaneciam parcialmente não atingidos os objetivos militares estadunidenses no Brasil como também era imprevisível a atitude brasileira com relação à Conferência.

No discurso de abertura, o presidente Vargas deu as boas-vindas à Conferência do Rio e proclamou seu apoio à causa pan-americana sem fazer quaisquer promessas concretas aos Estados Unidos. Entretanto, Washington veio preparado, e o governo Vargas recebeu atenção especial dos planejadores e executivos estadunidenses ao longo da Conferência. Além da seleta equipe que os Estados Unidos mandaram à reunião, o presidente Roosevelt em pessoa manteve contato direto com o presidente Vargas. Os dois já mantinham contato direto desde o discurso de Vargas de 31 de dezembro de 1941, quando o presidente brasileiro falou com entusiasmo da solidariedade continental e relembrou seu público que um país do hemisfério ocidental havia sido atacado. Isto significava não ser necessário invocar obrigações acordadas em reuniões internacionais – não havia dúvida de que a atitude correta para o Brasil tomar era de solidariedade com os Estados Unidos. Ao mesmo tempo, alertou:

> Não falharemos nas nossas responsabilidades; estamos convencidos de que o elemento material de que necessitamos nos será entregue em tempo hábil, de modo que estaremos aptos a assumir nossa responsabilidade na defesa da integridade continental.[150]

[149] Os militares não estavam sozinhos em sua oposição a esta iniciativa. O próprio Aranha não aprovava os atos do embaixador brasileiro. Aranha para Martins, 24 de dezembro de 1941, AHI/MDB/Washington/Telegramas Expedidos. Ver também Aranha para Vargas, OA 42.02.16/1.

[150] G. Vargas, *A Nova Política do Brasil* (Rio de Janeiro, 1943), vol. IX, p. 190. Sir Noel Charles, embaixador britânico no Brasil, compreendeu este discurso como constituindo um claro recado aos militares brasileiros de que o governo pretendia permanecer abertamente do lado dos Estados Unidos. Charles para o *Foreign Office*, FO 371 30350 (A104/4/6). Eu enxergo a implicação oposta: o discurso alertava o governo estadunidense de que Vargas não podia ignorar os sentimentos da cúpula militar do Brasil.

Ao começar a III Conferência dos Ministros das Relações Exteriores, o presidente dos Estados Unidos enviou uma carta pessoal a Getúlio Vargas na qual declarava que se dispunha a pagar o preço estipulado pelo presidente do Brasil pelo apoio do país. Após elogiar o discurso de Vargas e agradecer o apoio brasileiro a ações dos Estados Unidos no Atlântico, Roosevelt disse compreender as referências de Vargas ao "elemento material de que necessitamos" feitas no discurso de dezembro de 1941. Roosevelt prometeu que, a despeito das necessidades das forças armadas estadunidenses decorrentes da ofensiva japonesa, seu governo sim despacharia os equipamentos que o Brasil esperava. Ele também relembrou a Vargas que a Conferência do Rio seria fator decisivo na segurança do hemisfério e apresentou seu pedido da seguinte maneira: "Alegra-me saber de sua disposição de apoiar o principal objetivo deste país (EUA) com relação à Conferência do Rio de Janeiro".[151]

A esta altura, o ministro das Relações Exteriores Aranha também era alvo da cortesia do presidente dos Estados Unidos. Roosevelt instou Aranha a "implementar rápida e definitivamente as promessas de solidariedade feitas em reuniões interamericanas anteriores".[152]

Ao longo da reunião, os embaixadores do Eixo no Brasil recorreram a manobras desesperadas para evitar o rompimento de relações.[153] Entretanto, eles não tiveram êxito simplesmente porque Vargas apenas aguardava o momento em que os Estados Unidos demonstrassem sua disposição em conceder as reivindicações brasileiras. Esta reunião deu-lhe a oportunidade de dizer a Sumner Welles exatamente quais eram estas reivindicações. Após sublinhar seu apoio à posição dos Estados Unidos e reclamar que nos últimos dezoito meses as promessas estadunidenses de fornecer material bélico não haviam sido cumpridas, o presidente brasileiro declarou que:

> obviamente o Brasil não podia ser tratado como uma pequena potência centro-americana que se satisfaria com a presença de tropas americanas em seu território. O Brasil tem o direito de ser considerado pelos Estados Unidos um amigo e aliado, e está habilitado a ser suprido sob o *Lend-Lease Act* [Lei de Empréstimo e Arrendamento] com aviões, tanques, e artilharia costeira suficientes para capacitar o exército brasileiro a defender ao menos em parte aquelas regiões do Nordeste brasileiro cuja defesa é tão vitalmente necessária para os Estados Unidos quanto para o próprio Brasil.[154]

[151] Roosevelt para Vargas, GV 42.01.07/2 e FRL/PPF, 7 de janeiro de 1942.
[152] Roosevelt para Aranha, OA 42.01.07/1.
[153] Ugo Sola (embaixador da Itália) para Oswaldo Aranha, e Itaro Ishii (embaixador do Japão) para Oswaldo Aranha e Eurico Gaspar Dutra, GV 42.01.16, GV 42.01.17.
[154] Welles para Hull, 18 de janeiro de 1942, FRUS, 1942, V, pp. 633-636.

Nas comunicações de Welles com Washington, esta questão era da maior importância e em consequência disto as reclamações de Vargas foram respondidas pessoalmente pelo presidente Roosevelt. Num telegrama a Welles, ele afirmou:

> Diga ao presidente Vargas que eu entendo completamente e compreendo as necessidades e posso assegurar-lhe que o fluxo do material começará de imediato.

Após mencionar que certos itens estavam em falta, ele continuou: "Quero sair o quanto antes de remessas simbólicas, e aumentá-las muito rapidamente para atender minimamente as necessidades brasileiras".[155]

É surpreendente que o presidente estivesse disposto a prometer a retomada imediata do fluxo de material bélico para o Brasil, num momento em que a cúpula militar estadunidense resistia muito a esta concessão. O presidente dos Estados Unidos tinha boas razões políticas para seus atos, já que a posição brasileira na Conferência não era em absoluto uma certeza. Por um lado, o Brasil temia um confronto com a Argentina caso divisões radicais se desenvolvessem na Conferência. Por outro, Vargas tinha que lidar com a resistência de sua cúpula militar.

O governo brasileiro não queria se opor à Argentina política ou militarmente. Vargas, Aranha e os outros representantes brasileiros na Conferência se esforçaram ao máximo para chegar a uma fórmula política na questão do rompimento de relações com o Eixo que também fosse aceitável aos representantes argentinos.

No âmbito militar, durante a Conferência, o general Dutra, ministro da Guerra, e o general Góes Monteiro, chefe do Estado-Maior do Exército, haviam argumentado pela continuidade das relações diplomáticas com as potências do Eixo, pois "nossas forças não estão preparadas para garantir a defesa do território no caso de consequências militares do rompimento de relações diplomáticas".[156] Claro está que esta resistência militar não advinha de princípios ou de uma orientação política – Dutra e Góes Monteiro falavam em termos profissionais apenas. Eles aceitavam o princípio da solidariedade continental, mas consideravam equivocada

[155] Roosevelt para Welles, GV 42.01.20. O recado foi passado para Vargas por Welles, FRUS, 1942, V, p. 636. Os esforços pessoais de Roosevelt foram enfatizados por S. Conn e B. Fairchild, *The Framework of Hemisphere Defense* (Washington, 1960), pp. 314-315.

[156] Ministro da Guerra para o Presidente, GV 42.01.24. Rumores de que Dutra e Monteiro pretendiam pedir demissão sublinhavam a resistência militar ao rompimento de relações. Caffery para o secretário de Estado, 16 de janeiro de 1942, NA/RG 59 832.00/1462. Além disso, líderes militares brasileiros estavam convencidos da superioridade militar da Alemanha. Ver entrevistas com Nelson de Mello, Aristides Leal e Alzira Vargas do Amaral Peixoto, todas em H.O. Depoimentos, CPDOC.

a decisão de romper relações, tendo em vista o estado de despreparo das forças armadas brasileiras. Pelo contrário: se as forças armadas pudessem obter recursos adequados, eles apoiariam com entusiasmo uma colaboração Brasil-EUA, inclusive a ponto de romper relações com o Eixo.

Assim, o governo dos Estados Unidos estava disposto a se comprometer não somente a fornecer armas, mas também outros tipos de equipamento de que o Brasil precisava. (Durante a Conferência, Donald Pierson, presidente do Eximbank, iniciou discussões com autoridades brasileiras sobre este assunto.) Ao final da reunião, Vargas obtivera asseverações suficientes dos Estados Unidos para neutralizar a oposição militar. No último dia da Conferência Vargas anunciou o rompimento de relações com o Eixo, e poucos dias mais tarde enviou a Washington o ministro da Fazenda Souza Costa para acelerar a aquisição e despacho de armamentos estadunidenses para o Brasil, e para finalizar certos acordos econômicos e financeiros.

Na III Reunião dos Ministros das Relações Exteriores, Brasil e EUA deram os primeiros passos rumo à íntima colaboração que viria a durar muitos anos no futuro. Tendo extraído do governo estadunidense um acordo para equipar suas forças armadas, o Brasil passou a ter uma parceria especial com os Estados Unidos. Não obstante, muitos problemas haviam ficado por resolver, entre os quais predominava o desejo dos Estados Unidos de enviar tropas para o Nordeste. A posição brasileira quanto à questão do rompimento de relações com o Eixo havia sido crucial para os propósitos estadunidenses, e logo após o fim da Conferência, Roosevelt elogiou calorosamente a decisão de Getúlio.[157]

A barganha difícil

Representante de uma terceira parte interessada na Conferência do Rio, o embaixador britânico no Brasil achava que os principais objetivos do governo brasileiro na Conferência eram econômicos. Em sua opinião, o governo estadunidense havia conseguido:

> ganhar o apoio entusiástico dos brasileiros oferecendo sugestões tentadoras quanto ao fornecimento de assistência monetária e técnica necessárias para incrementar a indústria brasileira e explorar os valiosos recursos do país.[158]

[157] Roosevelt para Vargas, 28 de janeiro de 1942, FRL/PPF.
[158] Relatório de Noel Charles para o *Foreign Office*, 17 de fevereiro de 1942, FO 371 30360 (A1688/555/6).

O embaixador Sir Noel Charles estava preocupado com até que ponto estes acontecimentos afetariam os interesses britânicos. A avaliação do *Foreign Office* (Ministério do Exterior Britânico) ia além dos aspectos econômicos das relações EUA-Brasil:

> Apesar dos altos princípios da solidariedade Pan-Americana, os resultados da Conferência do Rio foram na realidade um acordo pelo qual o governo estadunidense obteve a mobilização econômica e colaboração político-militar da América Latina para apoiar o esforço de guerra Aliado. Portanto, podemos esperar uma boa dose de negociações difíceis e alguma fricção. O preço que os Estados Unidos terão que pagar consiste de empréstimos, créditos, acordos de empréstimo-arrendamento para o fornecimento de material de defesa *inter alia*, e a promoção de medidas para estimular o comércio interamericano.[159]

Eram palavras proféticas: "uma boa dose de negociações difíceis e alguma fricção" foram de fato características das relações Brasil-EUA até agosto de 1942, tanto em termos econômicos quanto militares.

Relações militares Brasil-EUA

Com o propósito de concluir acordos concretos em questões militares e econômicas, o governo brasileiro enviou o ministro da Fazenda Souza Costa a Washington logo após a Conferência do Rio. Suas tarefas eram: a) tentar acelerar a entrega de material bélico e outros equipamentos ao Brasil; b) discutir assuntos econômicos e financeiros; c) criar condições melhores para o fluxo de matérias-primas para a indústria brasileira.[160]

O governo dos Estados Unidos ansiava por consolidar a aliança brasileira. Por esta razão, o secretário de Estado informou ao presidente Vargas que Washington atenderia rapidamente as requisições brasileiras de materiais de defesa. Ademais, após estudar as necessidades militares do Brasil, o governo estadunidense acrescentou cinquenta milhões ao crédito de cem milhões de dólares acordado na Conferência. O presidente Roosevelt também instruiu o Departamento de Estado a pedir ao Conselho de Alocação de Munição que prestasse atenção especial e priorizasse os pedidos brasileiros.[161]

[159] Anotações de funcionários do *Foreign Office* em resposta ao relatório de Sir Noel Charles. Ver nota 158.
[160] Vargas para Roosevelt, GV 42.01.30.
[161] Hull para Caffery, 5 de fevereiro de 1942, FRUS, 1942, V, pp. 639-641. Cordell Hull queria ser mantido pessoalmente informado sobre a questão para poder resolver quaisquer problemas à medida que surgissem. Ver também Hull para Caffery, 9 de fevereiro de 1942, FRUS, 1942, V, pp. 642-643.

Entretanto, as conversações entre as autoridades estadunidenses e a delegação brasileira se deram num clima de desconfiança. As autoridades militares estadunidenses relutavam em fornecer o material bélico que o Brasil pedia enquanto: 1) oficiais brasileiros como Dutra e Góes Monteiro, suspeitos de propensões pró-Eixo, permanecessem em controle do exército brasileiro; 2) continuassem a existir grandes entidades organizadas de alemães, italianos e japoneses, com que o exército brasileiro poderia ter dificuldade de lidar; 3) o Brasil impedisse os Estados Unidos de prover o pessoal militar para se encarregar das armas, tanques e aeronaves já fornecidos, e para proteger os aeródromos construídos por engenheiros estadunidenses e certos pontos estratégicos ao longo do litoral.[162]

No Rio de Janeiro, Jefferson Caffery, embaixador dos Estados Unidos, e o Coronel Miller, adido militar, tinham visões diferentes de qual seria o melhor método para lidar com o conflito com o governo brasileiro. O embaixador Caffery queria temporizar na esperança da chegar a uma solução diplomática, mas Miller pressionava continuamente por uma solução imediata. Ele previa que, caso se deixasse prevalecer o argumento brasileiro de que a defesa inicial do território deveria ser realizada apenas por forças nacionais, as forças aéreas e navais estadunidenses chegariam tarde demais para dar apoio eficaz no caso de uma invasão. Isto significaria que o material bélico pelo qual o Brasil clamava provavelmente seria desperdiçado.[163]

As autoridades militares estadunidenses insistiam que houvesse permissão para que soldados e pilotos viessem ao Brasil para defender as novas bases aéreas no Nordeste. Esta era a principal preocupação, já que as bases eram não apenas parte do sistema de defesa hemisférica, mas também elos nas rotas do Atlântico Sul em direção à África e ao Oriente Médio. Na realidade, esta era a única rota entre os hemisférios no começo de 1942.[164] Para além das suspeitas com relação aos líderes militares brasileiros, esta insistência advinha da falta de confiança na capacidade técnica do Brasil de lidar com o equipamento e defender o Nordeste.[165]

A esta altura, o QG do exército dos Estados Unidos havia preparado planos operacionais detalhados para a ocupação do Nordeste e do Rio de Janeiro caso houvesse uma invasão alemã ou

[162] N. Charles para o *Foreign Office*, 5 de fevereiro de 1942, FO 371 30360 (A1289/555/6). Sobre a desconfiança estadunidense dos chefes militares brasileiros, ver "Memorandum of US intellingence about Dutra's orientation for the Army", NA/RG 226 OSS 1291, 25 de fevereiro de 1942.

[163] Miller para Caffery, 29 de janeiro de 1942, NA/RG 226 OSS 14891.

[164] S. Conn & B. Fairchild, *op. cit.*, p. 304.

[165] O *Foreign Office* compartilhava esta falta de confiança. Os brasileiros "têm absolutamente nenhuma aptidão para organização técnica de qualquer tipo", "eles são o povo mais ineficiente que já conheci" – são expressões típicas encontradas nas anotações de funcionários encarregados da Seção Sul-Americana do *Foreign Office* nesta época. FO 371 30360 (A1289/555/6).

um movimento revolucionário assistido pelo Eixo. Estes planos demonstram o papel crucial desempenhado pela região de Natal na estratégia estadunidense:

> A região de Natal é não apenas o trampolim para operações ofensivas contra a região de Dacar na África, mas a característica do terreno, se mantido firmemente sob controle dos Estados Unidos, poderia efetivamente controlar as costas leste e norte da América do Sul e proteger de ataque do Eixo, a partir do Atlântico, a área vital do Caribe, inclusive o Canal do Panamá.[166]

O controle da região de Natal poderia não somente evitar uma invasão alemã vinda da África, mas também garantiria o controle estratégico da América do Sul por parte dos Estados Unidos. Por esta razão, já em fevereiro, os planejadores militares estadunidenses pediam concessões vitais do Brasil, incluindo permissão para enviar 750 militares para o Nordeste. Estas concessões tornariam "possível o rápido transporte de grandes números de aviões para o norte da África e o Extremo Oriente onde são crítica e urgentemente necessários".[167]

A posição intransigente dos militares estadunidenses se deparou com semelhante intransigência da parte dos brasileiros, que consideravam o envio de forças armadas e uniformizadas ao Brasil em dezembro de 1941 um insulto à soberania nacional. O governo brasileiro protestou energicamente e a cúpula militar se recusou a permitir que mais soldados fossem enviados ao Brasil.[168] As forças armadas queriam, acima de tudo, receber armamentos conforme as promessas feitas pelos Estados Unidos na Conferência do Rio. Vargas deixou bem claro que dava todo seu apoio a esta visão; ao longo da missão Souza Costa, ele pressionou seu ministro a obter o melhor possível para o Brasil dentro das condições do acordo.[169]

Concessões de parte a parte tinham que ser feitas para que acordos de longo prazo fossem concluídos entre os dois governos. Naturalmente, as concessões de uma parte e de outra eram de tipos muito diferentes, já

[166] Operations Plan of North-east Brazil Theater – Rio de Janeiro Sector, Annex 1, p. 18, Special Projects War Plans "Color", 20 de fevereiro de 1942, NA/RG 407 AG 29.

[167] Welles para Caffery, 21 de fevereiro de 1942, FRUS, 1942, V, pp. 648-651. Welles para Hopkins, 21 de fevereiro de 1942, NA/RG 218 OSS 400 3295.

[168] Sobre o envio do contingente armado estadunidense, ver nota 149. Sobre a recusa a permitir o envio de mais tropas, ver Caffery para Hull, FRL/PSF, 18 de fevereiro de 1942. Ver também Halifax (embaixador britânico nos Estados Unidos) para o *Foreign Office*, 25 de fevereiro de 1942, FO 371 30360 (A2245/555/6), e *Washington Chancery* para o *Foreign Office*, 27 de fevereiro de 1942 (A2654/555/6).

[169] Encontra-se evidência da pressão dos líderes militares sobre Vargas no memorando de Donovan para Roosevelt, FRL/PSF, 27 de fevereiro de 1942. Encontram-se conversas que se deram durante a Missão nos documentos de Vargas e Souza Costa. Durante a Missão, Vargas manteve contato constante com Souza Costa; suas cartas estão cheias de expressões como: "é necessário acelerar a entrega dos materiais" (8 de fevereiro), "a entrega dos materiais é muito urgente" (14 de fevereiro), "não perca tempo, agora é a hora de armar o Brasil" (25 de fevereiro), "não queremos que eles enviem muito, mas eles devem fazê-lo de imediato" (13 de março), GV 42.01.30, GV 42.03.13 – Confid. e SC 42.06.25 cg.

que a assimetria de poder entre elas era tão grande. As negociações foram duras. Welles descreveu o problema principal da seguinte maneira:

> Não tem sido fácil convencer nosso Exército de que tanques devam ser tirados de nossas tropas, que ainda estão muito insuficientemente supridas, para enviar ao Brasil... Entretanto, o presidente decidira que fossem dados ao Brasil por causa de considerações mais amplas que as puramente militares, que hoje exigem a relação de trabalho mais íntima entre os dois governos.[170]

Estas "considerações mais amplas" eram políticas. Era necessário assegurar a aliança mais forte possível com o Brasil, já que esta era a única maneira de convencer seus governantes a cooperar em termos econômicos, políticos e militares. Em troca de dar este material bélico para os militares brasileiros, o governo dos Estados Unidos podia solicitar ao governo brasileiro concessões vitais para o esforço de guerra dos Aliados.[171]

Um pacto selado entre os departamentos da Guerra e de Estado superou estas dificuldades e um novo acordo *Lend-Lease* foi firmado em 3 de março de 1942. Por ele, os Estados Unidos transfeririam ao Brasil armamento e munição no valor de US$ 200 milhões. O governo brasileiro pagaria 35% do custo em seis parcelas anuais, entre 1943 e 1948.[172] Por meio deste acordo ficaram satisfeitos os pleitos militares brasileiros e as forças armadas se fortaleceram significativamente. O presidente Roosevelt e o subsecretário Welles falaram do acordo com grande entusiasmo e até algum exagero. Para Welles ele era

> uma das respostas concretas do Brasil e dos Estados Unidos ao Hitlerismo e os outros inimigos declarados das liberdades das Américas, da civilização cristã e da própria humanidade.[173]

Roosevelt escreveu para Vargas usando o mesmo tom, lisonjeando Souza Costa e os oficiais e soldados brasileiros "cujas grandes qualidades haviam induzido o Governo dos Estados Unidos a assumir os compromissos dos acordos" e a entregar o material bélico ao Brasil.[174]

---

[170] Welles para Caffery, 21 de fevereiro de 1942, FRUS 1942, V, pp. 648-651. Desentendimentos no seio do governo estadunidense sobre a questão do "material bélico para a América Latina" vinham desde dezembro de 1941, quando os Estados Unidos declararam guerra contra o Eixo, FRUS 1941, V, pp. 138-141. A correspondência diplomática durante a Missão Souza Costa mostra que a questão do fornecimento de armas estava no centro do impasse militar entre Brasil e EUA. Caffery para Welles, FRL/PSF 18 de fevereiro de 1942; Welles para Roosevelt, FRL/PSF, 19 de fevereiro de 1942.

[171] O governo estadunidense reconhecia a relação entre o sucesso de Souza Costa em Washington e as chances de chegar a um acordo com o governo brasileiro quanto ao Nordeste. Welles para Caffery, 28 de fevereiro de 1942. NA/RG 59 832.24/723.

[172] Lend-Lease Agreement between the United States and Brazil, FRUS 1942, V, pp. 815-818.

[173] Citado por Halifax em Halifax para o *Foreign Office*, 11 de março de 1942, FO 371 30360 (A3269/555/6).

[174] Roosevelt para Vargas, GV 42.03.17.

Por sua vez, o governo brasileiro rapidamente sancionou os pedidos estadunidenses por mais instalações e pessoal no Nordeste. As forças armadas dos Estados Unidos receberam permissão para construir alojamentos e quartéis; para voar sem obter a aprovação de praxe, desde que num corredor aéreo prescrito; para construir instalações subterrâneas para estocagem de grandes volumes; e para aumentar a pista de pouso em Fernando de Noronha.

Apesar destes avanços, alguns elementos de desconfiança permaneciam. As lideranças militares estadunidenses reclamavam que a quinta coluna não fora eficientemente eliminada no Brasil, e desconfiavam abertamente de muitos oficiais brasileiros, inclusive de integrantes do Estado-Maior do Exército, que consideravam nutrir sentimentos pró-Eixo. Por esta razão eles não levavam a sério as garantias dadas pelas autoridades militares brasileiras de que medidas severas seriam tomadas contra agentes do Eixo no Brasil.[175] De sua parte, os militares brasileiros reclamavam que a entrega do material bélico continuava a atrasar, apesar de constantes garantias de boa vontade dos Estados Unidos. Nos dois meses que se seguiram, até Vargas ecoou a preocupação dos militares com as "muitas promessas e poucas realizações" dos Estados Unidos.[176]

A despeito da continuada desconfiança, os acordos de 3 de março abriram caminho para uma colaboração mais permanente entre os dois governos e respectivas forças armadas, por meio de um acordo *político--militar* em matérias de defesa. Este acordo secreto assinado em 23 de maio de 1942 previa a criação de duas comissões militares mistas, uma em Washington e outra no Rio de Janeiro. A primeira formularia planos conjuntos para a defesa do Nordeste e a segunda trabalharia para elevar os padrões das forças brasileiras.[177] A comissão de Washington começou a trabalhar em agosto (ver Capítulo IV), mas mesmo antes disto a colaboração militar entre os dois países já vinha ganhando corpo.[178]

A esta altura a estratégia estadunidense quanto ao Nordeste já passava por mudanças expressivas. Ao invés de insistir na localização de suas próprias forças terrestres e aéreas na área, o exército estadunidense estava começando a aceitar a ideia de medidas de defesa preparatórias

[175] Góes Monteiro para Marshall, 22 de abril de 1942; memorando do Coronel White (Gabinete do Chefe do Estado-Maior), 8 de maio de 1942; ambos em NA/RG 226 OSS 326.
[176] Carta de Vargas, GV 42.03.13 – Confidencial. Marshall para Góes Monteiro, OA 42.05.12/2.
[177] S. Conn & B. Fairchild, *op. cit.*, pp. 318-319.
[178] AMEMBASSY para Salgado Filho, Ministro da Aeronáutica, 15 de junho de 1942; Caffery para Aranha, 14 de julho de 1942; Caffery para Leão Velloso, 20 de julho de 1942 – todos em AHI/RE/EUA/Notas Recebidas.

a serem tomadas por forças brasileiras. Recomendações provenientes da Comissão Mista de Washington refletiam esta nova orientação.[179]

Relações econômicas Brasil-Estados Unidos

Após a Conferência do Rio, a mobilização econômica da América Latina foi conduzida pelos Estados Unidos por meio de dois programas, ambos concebidos para contribuir com a derrota das nações do Eixo. Estes programas podem ser descritos como "negativo" e "positivo". O programa "negativo" visava impedir qualquer atividade econômica pró-Eixo nas repúblicas americanas, por meio: da confecção de uma *proclaimed list* ("lista proclamada", "lista negra") de colaboradores do Eixo; da implementação de controles sobre integrantes desta lista; da proibição do uso de transportadoras estadunidenses por parte de pessoas indesejáveis; da adoção de medidas de controle das exportações por parte das repúblicas americanas; da eliminação das companhias aéreas do Eixo; do controle das telecomunicações e do fornecimento de petróleo; e da imobilização de embarcações do Eixo.

Estas medidas eram difíceis de implementar, já que costumavam parecer – e frequentemente constituíam de fato – interferências em assuntos nacionais. A "lista proclamada" dos Estados Unidos era particularmente vista como uma interferência, já que se aplicava não somente a cidadãos do Eixo no Brasil, mas a qualquer pessoa ou organização que aparentava se identificar com os interesses do Eixo.[180]

Esta abordagem da questão de forma "ideológica" e não "nacional" criou muitos problemas para os representantes dos Estados Unidos, que tiveram que enfrentar fortes protestos brasileiros quando a lista foi publicada.

Precisava-se chegar a algum tipo de acordo. O governo brasileiro criou sua própria lista consultando as autoridades estadunidenses e concordou em ir além de sua política anterior de controle e eventual intervenção em firmas suspeitas. Por sua vez, os órgãos estadunidenses concordaram em fornecer recursos financeiros e auxílio técnico se viesse a ser necessário reorganizar ou eliminar empresas "pró-Eixo".[181]

---

[179] Relatório Geral do Chefe da Delegação Brasileira à Comissão Mista de Defesa Brasil-Estados Unidos, Washington, 1945, Biblioteca IHGB, Arquivo Leitão de Carvalho, lata 506, man. 3.

[180] Caffery para Aranha, 19 de dezembro de 1941, e 6 de janeiro de 1942; Donnelly para Caffery, 7 de março de 1942; todos em AHI/RE/EUA/Notas Recebidas. Aranha para Caffery, 22 de dezembro de 1941, AHI/RE/EUA/Notas Expedidas.

[181] A "lista proclamada" incluía mais de 500 empresas brasileiras, algumas das quais tinham importância considerável para a economia brasileira. Ver relatório "Action taken by the United States Government in the Economic Field to Eliminate Axis Influence from the Other American Republics", maio de 1942, NA/RG 59 740.0011 E.W., 1939/15983-A Supp. Um

Os representantes dos Estados Unidos no Brasil tiveram bastante êxito na instituição de outros itens do programa "negativo". Estes incluíam a adoção de medidas de controle de exportações, a reorganização das companhias aéreas do Eixo no Brasil sobre novas bases, a vigilância total das telecomunicações brasileiras e medidas de controle do petróleo.[182]

Por outro lado, o objetivo do programa "positivo" era fortalecer as economias latino-americanas para impedir a penetração nazista. As medidas deste programa incluíam aumentar a oferta de materiais estratégicos, por meio da expansão de sistemas de transporte marítimo, fluvial, aéreo, ferroviário e rodoviário, e estender assistência financeira a vários países. Um relatório da OCIAA de maio de 1942 reconhecia com franqueza que este programa "positivo" era voltado não tanto para o verdadeiro desenvolvimento econômico das nações americanas e sim para os interesses estratégicos estadunidenses de então. Neste relatório, o fornecimento de materiais estratégicos pelo Brasil era considerado "essencial para o esforço de produção de guerra dos Estados Unidos"; os sistemas de transporte eram relacionados ao "transporte eficiente para os Estados Unidos de materiais estratégicos"; e a terceira medida era vista como necessária de modo a manter as economias domésticas "num nível essencial mínimo para evitar mal-estar econômico e circunstâncias favoráveis à penetração nazista e a atividades subversivas".[183]

Esta política econômica foi mantida consistentemente ao longo do ano. Quando Souza Costa foi a Washington logo após a Conferência do Rio, o Departamento de Comércio concordou em estender crédito ao Brasil no valor de cem milhões de dólares, sob condições cuidadosamente especificadas. Os projetos financiados por este crédito seriam "condicionados a uma cuidadosa investigação para determinar se contribuiriam de maneira importante para o progresso do *nosso esforço de guerra* e para a segurança do hemisfério".[184]

Era inevitável que a única área de atividade econômica em franco crescimento fosse aquela relacionada à compra e exportação de materiais estratégicos do Brasil para os Estados Unidos, que queria maximizar este

dossiê completo sobre as reclamações brasileiras contra a "lista negra" se encontra nos documentos de Oswaldo Aranha, OA 42.01.23/2. A reação brasileira à publicação da lista e medidas adicionais pode-se encontrar em "Black List", NA/RG 229.1.2, Central Files, Commercial and Financial. Ver também OA, Documentos Oficiais, Panamericanismo, 14 de agosto de 1942.

[182] Uma lista impressionante de êxitos estadunidenses nesses assuntos se encontra num relatório do embaixador Caffery de 27 de fevereiro de 1943. Caffery até se gabava de ter redigido uma lei sobre a importação de derivados do petróleo que foi aceita pelo presidente Vargas e aprovada em 27 de agosto de 1942. NA/RG 59 832.00 4361. A perda representada pela subordinação brasileira às regulamentações estadunidenses é expressa em M. Sarmanho (conselheiro comercial da embaixada brasileira em Washington) para J. Jobim (OA 42.04.06/1) e para Aranha (OA 42.05.12/1).

[183] Relatório "Action Taken..."; ver nota 181.

[184] Jesse Jones para Welles, fevereiro de 1942, NA/RG 59 711.32.111A. Grifo meu.

tipo de produção. Por exemplo, quando os Estados Unidos perderam suas fontes asiáticas de borracha para os japoneses, o Brasil se tornou seu maior fornecedor. O Brasil também detinha "uma das maiores jazidas do mundo de minério de ferro com baixo teor de fósforo".[185] Em 1942, o governo estadunidense adicionou novos itens à já extensa lista de materiais estratégicos acordada pelos dois países em 1941. Estes incluíam cobalto, tungstênio, minério de níquel, tantalita, columbita, mamona e óleo de mamona. Com os Estados Unidos em guerra de fato, foi exigido das autoridades brasileiras que aumentassem a produção o mais rapidamente possível.[186]

Como visto no Capítulo I, um primeiro acordo sobre materiais estratégicos fora assinado por EUA e Brasil em maio de 1941. Entretanto, o volume de materiais comprados naquele ano foi limitado, e mesmo o que houve foi objeto de frequentes mudanças na política de compras, o que tendia a desarranjar a economia brasileira.[187] Este acordo não teve um funcionamento tranquilo em grande medida porque os Estados Unidos ainda não estavam em guerra e ainda não precisavam de grandes quantidades de materiais estratégicos. A meta principal do acordo era fechar as portas destas fontes ao Eixo.

Porém, no começo de 1942 a situação havia mudado radicalmente. Os Estados Unidos precisavam urgentemente destes materiais, donde a crucial presença de Warren Pierson, presidente do Export-Import Bank, no Rio de Janeiro durante a III Reunião dos Ministros das Relações Exteriores. O secretário de Estado Cordell Hull considerava as negociações de Pierson com as autoridades brasileiras "da mais alta importância para o esforço de guerra britânico-americano".[188]

Pierson apresentou ao governo brasileiro um plano que contemplava: 1) a abertura da mina de minério de ferro de Itabira e melhorias à estrutura ferroviária para transportar o minério até Vitória; 2) um empréstimo para capacitar a Ferrovia Central do Brasil a transportar grandes quantidades de minério de manganês e de ferro até o porto do Rio de Janeiro, e para melhorar este porto.

---

[185] Hull para Caffery, 31 de janeiro de 1942, FRUS, 1942, V, pp. 678-679.

[186] AMEMBASSY para MRE, 21 de janeiro de 1942; memorando de Donnelly, 6 de fevereiro de 1942; memorando de AMEMBASSY, 13 de fevereiro de 1942; Donnelly para Santos Filho, 18 de fevereiro de 1942 – todos em AHI/RE/EUA/Notas Recebidas.

[187] Caffery para Hull, 30 de janeiro de 1942, FRUS, 1942, V, pp. 674-677. Pierson para Santos Filho, SC 41.03.08 cg.

[188] Hull para Caffery, 21 de janeiro de 1942, NA/RG 59 710 – Consultation. Vê-se o quão vitais eram os materiais estratégicos brasileiros para os EUA no relatório de outubro de 1943 de B. H. Namm para Caffery, OA, Documentos Oficiais, Brasil-Estados Unidos, p. II. A importância da questão aumentou ao longo do ano, como se pode ver num relatório do Ministério da Informação britânico: "O Brasil produz diversas matérias-primas estratégicas que estão se tornando cada vez mais essenciais para as indústrias bélicas americanas (...) principalmente borracha, manganês, tungstênio e minério de ferro". 1º de junho de 1942, FO 371 30368 (A5269/4880/6).

As autoridades brasileiras aceitaram as propostas de Pierson, mas condicionaram-nas ao sucesso da missão de Souza Costa, particularmente no que é tocante à compra de armamentos com o auxílio do *Lend-Lease*. Uma vez exitosas as negociações do *Lend-Lease*, Souza Costa e Cordell Hull firmaram acordos econômicos em 3 de março de 1942. Estes proviam crédito para a criação de uma empresa para financiar projetos de desenvolvimento, particularmente aqueles ligados à mina de Itabira e a ferrovia Vitória-Minas, além de um fundo para o desenvolvimento da produção de borracha. Ademais, acordou-se que a *Rubber Reserve Corporation* compraria a totalidade da produção de borracha bruta não necessária ao mercado interno, por um prazo de cinco anos.[189] Alguns dias mais tarde foram incluídos no acordo de 1941 o cobalto, o tungstênio e o minério de níquel, e foram estendidos também ao Reino Unido os benefícios da compra exclusiva.[190] Outros acordos referentes a café, cacau, castanhas do Pará e produtos de borracha também foram firmados.

Não obstante, implementar os acordos não era tarefa fácil. A borracha era exemplo típico dos procedimentos estadunidenses e da fricção produzida entre os dois países. A borracha bruta e os produtos de borracha industrializada brasileiros eram essenciais para muitos países da América Latina, mas os acordos haviam dado à *Rubber Reserve Corporation* controle completo da produção e comércio da borracha. Este controle se evidenciou de duas maneiras: na tentativa de limitar drasticamente a fabricação de produtos de borracha no Brasil e na tentativa de impedir que o governo brasileiro exportasse um pequeno carregamento de borracha para a Argentina em março de 1942. Ao explicar as razões por trás desta política, Welles afirmou claramente que "o fato de que as outras Repúblicas sul-americanas não conseguem obter pneus dos Estados Unidos não significa que elas devam poder obtê-los do Brasil".[191]

As pressões do Departamento de Estado sobre o governo brasileiro tiveram algum êxito em maio, quando Souza Costa instruiu o diretor do Departamento de Exportação e Importação do Banco do Brasil a proibir a exportação de pneus, câmaras e borracha bruta em qualquer forma para qualquer país que não os Estados Unidos. Algumas remessas para a Argentina forma permitidas porque as licenças haviam sido obtidas antes de 3 de março. Assim, a insistência estadunidense se

[189] Caffery para Hull, 2 de fevereiro de 1942, FRUS 1942, V, p. 679. Minuta do contrato Brasil-Reino Unido-Eximbank-Metals Reserve Co., OA, Documentos Oficiais, Brasil-Estados Unidos, p. II. As conversações também envolveram interesses britânicos (a mina de Itabira) e o embaixador britânico em Washington relatou o acordo ao *Foreign Office* em 7 de março de 1942, FO 371 30350 (9A224/555/6).

[190] Caffery para Aranha, 11 de março de 1942; AMEMBASSY para MRE, 26 de maio de 1942 – ambos em AHI/RE/EUA/Notas Recebidas.

[191] Welles para Caffery, 30 de março de 1942, FRUS 1942, V, pp. 697-698.

baseava no fato de que havia borracha insuficiente para atender a todos os requisitos essenciais dos Estados Unidos, do Reino Unido e das repúblicas americanas. O governo estadunidense assumiu as tarefas de julgar quais eram as necessidades sul-americanas e redistribuir a borracha brasileira entre os outros países americanos.[192]

Como havia passado completamente para as mãos dos Estados Unidos o controle da produção e distribuição da borracha brasileira, em agosto o Itamaraty enviou uma nota dura à embaixada estadunidense, argumentando que o acordo EUA-Brasil sobre borracha não pretendera permitir aos Estados Unidos que redistribuíssem borracha brasileira entre os outros países americanos. A nota também solicitava que

> pneus e câmaras a serem remetidos do Brasil para países americanos que não os Estados Unidos não sejam comprados pela Rubber Reserve mas sejam vendidos e remetidos pelo Brasil para tais países sob um acordo entre o Brasil e a Rubber Reserve por meio do qual o Brasil concordaria que remessas de pneus e câmaras do Brasil para cada tal país não excederia a quota estabelecida pelos Estados Unidos para as necessidades essenciais de cada tal país.[193]

Apesar dos conselhos da embaixada estadunidense no Rio ao seu governo, de que este evitasse parecer ditar ou impor controles arbitrários, o Departamento de Estado não mudou sua política, alegando que uma distribuição correta se atingiria "somente por meio do exercício de controles adequados".[194]

É claro, o controle adequado (i.e., completo) das matérias-primas estratégicas e de sua distribuição era uma grande arma para um Estado envolvido numa guerra de amplas proporções e que se tornava uma Grande Potência no cenário internacional. O mesmo significado político pode ser atribuído ao controle exercido sobre outras atividades econômicas, como o tratamento dado a ativos do Eixo no Brasil, problemas referentes à navegação, operações financeiras e mercados brasileiros para produtos manufaturados. Todos podiam ser considerados subordinados às necessidades do esforço de guerra dos Estados Unidos.

Outro êxito do programa "positivo" foi a "Missão Cooke", uma iniciativa estadunidense para estimular a industrialização brasileira. Ela se orientava pelas mesmas políticas, embora tenha, sim, tentado

[192] AMEMBASSY para MRE, 4 de julho de 1942, AHI/RE/EUA/Notas Recebidas.

[193] Hull para Caffery, 1º de agosto de 1942, FRUS 1942, V, pp. 707-708. "Controles adequados" eram preocupação constante dos EUA. Ver por exemplo sua recomendação ao governo brasileiro que restringisse as quantidades de cobre, estanho e zinco fornecidas à indústria brasileira. Caffery para Aranha, 1º de outubro de 1942, AHI/RE/EUA/Notas Recebidas.

[194] Hull para Caffery, 12 de agosto de 1942, FRUS 1942, V, pp. 709-712. O controle total da Rubber Reserve Corporation sobre a produção e distribuição da borracha brasileira durante a guerra foi recentemente analisado em M. Hirst, "O Processo de Alinhamento nas Relações Brasil-Estados Unidos, 1942-1945" (Dissertação de mestrado, IUPERJ, Rio de Janeiro, 1982).

introduzir algumas inovações. Oficialmente chamada "Missão Técnica Mista Brasil-Estados Unidos", esta equipe de especialistas em assuntos econômicos – industriais, especialmente – passou várias semanas no Brasil em 1942. Liderada por Morris Cooke, ela almejava estudar as condições da indústria brasileira e a possibilidade de melhorá-las, de acordo com instruções do *Board of Economic Warfare* (Conselho de Guerra Econômica).[195] Esta "declaração de intenções" presente nas instruções às vezes é considerada prova de uma mudança na política dos Estados Unidos para com a industrialização brasileira. Não era o caso. As motivações mais imediatas da Missão Cooke se vinculavam à possibilidade de encorajar a substituição de importações dos Estados Unidos para aliviar as carências estadunidenses em matéria de navegação mercante. Além disso, observou-se na época que melhorias na indústria brasileira poderiam absorver equipamentos obsoletos nos Estados Unidos, mas ainda úteis em países menos avançados.[196]

A Missão Cooke produziu um relatório extenso a respeito das condições industriais brasileiras, suas necessidades e potencialidades. A propósito, o relatório foi além dos assuntos econômicos e produziu um quadro bem preciso das condições dos trabalhadores no Brasil dos anos quarenta. O relatório final sugeria uma série de medidas de curto e de longo prazo voltadas para a melhora da indústria e da produção de guerra brasileiras.[197] A Missão foi muito além de seu escopo original. O governo estadunidense não estava disposto a aceitar e apoiar as medidas de longo prazo propostas nos relatórios da Missão – a opinião prevalente no Departamento de Estado era de que "parece ser um passo atrás".[198] Considerava-se que uma melhora expressiva da indústria brasileira envolveria "uma virada de 180 graus na política econômica externa dos Estados Unidos para o Brasil". No entanto, uma especialista brasileira em relações Brasil-EUA concluiu que a Missão Cooke se orientava pelo mesmo padrão de necessidades do esforço de guerra dos Estados Unidos: "Em termos concretos, a Missão não representou qualquer melhora na cooperação norte-americana com a industrialização brasileira".[199]

[195] P. Malan et al., *Política Econômica Externa e Industrialização no Brasil* (Rio de Janeiro, 1977), pp. 27-28.

[196] Taub para a Missão Cooke, 1º de setembro de 1942, FRL/BC. Também memorando do conselheiro comercial da embaixada britânica no Rio, FO 371 33666 (A3934/518/6). Vargas reconhecia que esta era a tarefa da Missão, Vargas para Roosevelt, GV 42.07.30/3.

[197] Summary of the Preliminary Report of the Joint Brazil-United States Technical Mission, 30 de novembro de 1942, NA/RG 59 832.60/57. Com base em sua experiência na Missão, Morris Cooke escreveu o livro *Brazil on the March* (Nova York, 1942).

[198] Como a proposta Promotion of New Brazilian Industries, feita por Frank Hodson, NA/RG 59 832.60/7-2044. Memorando de Chalmers, 31 de julho de 1944, NA/RG 59 832.60/7-3044.

[199] Ambas as citações de M. Hirst, *op. cit.*, pp. 85-86. Ver também as reações do Departamento de Estado às propostas de Cooke em Long View Economic Relations, NA/RG 59 832.60/75; também Collado para Welles, 15 de março de 1943, NA/RG 59 832.60/76. Ver também F. McCann, *The Brazilian-American Alliance* (Princeton, 1973), pp. 381-388.

Independentemente da boa vontade demonstrada pelos integrantes da Missão Cooke, os vínculos bem estabelecidos entre as duas economias não podiam ser modificados tão drasticamente.

Os problemas imediatos que serviram de inspiração para a Missão Cooke diziam respeito à oferta de produtos essenciais ao Brasil. Inevitavelmente, estas questões estavam sujeitas à mesma política econômica que colocava os interesses dos Estados Unidos antes daqueles de outros países. Mesmo as metas modestas de fornecimento estabelecidas pelas autoridades estadunidenses para atender às necessidades brasileiras de produtos essenciais geralmente não eram cumpridas devido a dificuldades de navegação.[200]

Estas dificuldades de navegação levaram à criação de uma escala de prioridades de embarque com base em sua contribuição ao esforço de guerra dos Estados Unidos. Inevitavelmente, a preeminência das necessidades estadunidenses sobre as brasileiras produziu carências de muitos produtos – particularmente petróleo e matérias-primas industriais – bem como uma queda no volume de exportações tradicionais ao longo do ano.

O mesmo ciclo vicioso obstava as tentativas de frear a diminuição das exportações de produtos brasileiros. Por exemplo, o governo estadunidense assumiu certas obrigações ligadas à venda de café brasileiro de modo a aumentar as exportações, mas alertou o governo brasileiro de que tais obrigações estavam "sujeitas a prioridades de navegação como definidas nos Estados Unidos".[201]

Reações britânicas

Em 1942, a embaixada de Sua Majestade no Rio de Janeiro se preocupava com até que ponto esta ofensiva econômica geral dos Estados Unidos afetaria os interesses britânicos no Brasil. O embaixador tinha a impressão de que

> embora desejem atender aos requisitos britânicos durante a guerra, os Estados Unidos podem tentar estabelecer um controle irrestrito sobre os recursos econômicos do Brasil, e esta guerra ofereceria uma oportunidade providencial para realizar este objetivo.[202]

[200] M. Abreu, "Brazil and the World Economy, 1930-1945" (Tese de doutorado, Universidade de Cambridge, 1977), p. 218.
[201] Caffery para Aranha com respeito ao Acordo Brasil-EUA para a venda de café, 3 de outubro de 1942, AHI/RE/EUA/Notas Recebidas.
[202] N. Charles para o *Foreign Office*, 17 de fevereiro de 1942, FO 371 30360 (A1688/555/6).

Na verdade os temores britânicos tinham duas facetas. Primeiramente, achava-se que a situação de guerra poderia levar a uma espécie de "autarquia" pan-americana, com mercados cativos para os produtos estadunidenses. Em segundo lugar, a América Latina poderia se tornar fornecedora permanente de certos produtos que o Império Britânico vendia para os Estados Unidos antes da guerra.[203]

A questão dos mercados no pós-guerra passou a ser causa de séria inquietação para os representantes britânicos no Rio de Janeiro. Eles se preocupavam com a presença de numerosos pesquisadores estadunidenses coletando informações sobre a atividade econômica brasileira, e tentavam apurar o efeito que isto poderia ter no futuro do comércio britânico-brasileiro.[204] Por intermédio de diplomatas estadunidenses no Brasil, os britânicos ficaram sabendo que as autoridades dos Estados Unidos achavam que seu país ocupava uma "posição especial" no Brasil e que o Reino Unido deveria "tirar as mãos do Brasil". Era uma situação desconfortável, e alguns funcionários do *Foreign Office* especulavam que os brasileiros "não querem se jogar inteiramente nos braços dos Estados Unidos, considerando a Grã-Bretanha um contrapeso desejável para a influência estadunidense".[205]

As relações entre as embaixadas dos Estados Unidos e do Reino Unido no Rio de Janeiro estavam tensionadas, o que refletia as diferentes visões do Departamento de Estado e do *Foreign Office* sobre seus respectivos papéis no Brasil. Um bom exemplo era a questão da "lista proclamada". Para o *Foreign Office* a política de *blacklisting* almejava "limitar os recursos líquidos dos quais o Eixo poderia dispor no Brasil", mas a política estadunidense "erradicaria todas as conexões e interesses do Eixo, mesmo aqueles genuinamente autóctones, com vistas à dominação comercial *após a guerra*".[206] O embaixador britânico no Rio tinha a mesma opinião e estava convencido do "desejo dos Estados Unidos de remover interesses econômicos não estadunidenses do Brasil na esperança de adquirir uma influência preponderante no país".[207]

[203] Era este o caso da borracha que os EUA compravam da Malaia britânica antes da guerra. N. Charles relatou a insistência do ministro Aranha de que o Brasil continuaria a fornecer matérias-primas aos EUA após a guerra, 17 de fevereiro de 1942, FO 371 30360 (A1688/555/6). O argumento de Aranha encontra-se também numa entrevista de rádio dada a Drew Pearson em 20 de janeiro de 1942, OA 42.01.20 pi.

[204] Vários dossiês britânicos podem ser consultados sobre este assunto em FO 371, números de referência 303 62, 65, 67 e 69. Alguns relatórios estadunidenses também reconheciam a situação – Memorando da Divisão de Inteligência Militar, 14 de março de 1942, NA/RG 226 088 326.

[205] N. Charles para o *Foreign Office*, 5 de fevereiro de 1942, FO 371 30365 (A2674/2674/6). Com referência ao mesmo tema, N. Charles para o *Foreign Office*, 13 de abril de 1942 (A3542/2674/6); Sir R. I. Campbell para Sir D. Scott, 25 de maio de 1942 (A5224/2674/6).

[206] *Foreign Office* para Ministério da Guerra Econômica, 14 de junho de 1942, FO 371 (A5693/5146/6). Grifo no original. A eliminação de todos os interesses pró-Eixo era uma clara política dos EUA – ver memorando Initial Meeting of Joint Committee on Elimination of Axis Interests, 22 de maio de 1942, NA/RG 229 1.2 – Committee and Meetings.

[207] N. Charles para o *Foreign Office*, 15 de julho de 1942, FO 371 30369 (A6136/5146/6).

Os termos da concorrência entre o Reino Unido e os Estados Unidos no Brasil foram definidos com clareza nas seguintes conclusões do *Foreign Office* a respeito das relações entre os três países:

> Os Estados Unidos veem a América do Sul em geral e o Brasil em particular como uma área em que devem ter uma posição especial. Eles têm esbanjado empréstimos, e esperariam e desejariam que os nossos interesses políticos e econômicos decaíssem. Em qualquer concorrência com eles na América do Sul nós precisamos reconhecer que ela é uma área onde eles se dispõem a pagar um ágio substancial pelo prestigio político.[208]

A resposta britânica tinha caráter completamente defensivo e visava manter sua posição econômica vigente. Não eram pequenas disputas econômicas que estavam em jogo; era a futura preeminência política e econômica no Brasil. O Reino Unido não tinha como concorrer com a ofensiva política, econômica e cultural dos Estados Unidos, já que a arma mais poderosa era o fornecimento de material bélico às forças armadas brasileiras. Por esta razão, o *Foreign Office* só podia torcer para que a situação mudasse após a guerra, em função de outros fatores fora do controle do Reino Unido e dos Estados Unidos.[209]

O **front** *interno*

Os acontecimentos políticos no Brasil durante 1942 foram mais fortemente afetados por assuntos internacionais que de costume. Durante aquele ano, tornou-se necessário descrever as alianças políticas como posições "pró-Aliados" ou "neutras", ao invés de pertencendo à "direita", "esquerda" ou ao "centro". Naturalmente, a posição pró-Aliados se fortaleceu com o rompimento das relações com o Eixo e a crescente colaboração com os Estados Unidos em assuntos econômicos e políticos. A estratégia pró-Aliados se concentrava em amplificar as áreas de colaboração e um consequente envolvimento – lento, porém em ascensão – com o esforço de guerra estadunidense.

A tendência pró-Eixo ficou mais quieta depois de janeiro, e se restringiu a tentar impedir ou postergar medidas anti-Eixo. Suas atividades

[208] Memorando do *Foreign Office*, 15 de julho de 1942, FO 371 30369 (A6565/5146/6). Ver também telegramas de N. Charles para o *Foreign Office*, 24 de julho de 1942, FO 371 30367 (A7404/4538/6) e de A. I. Bell (Marinha) para Gallop (F.O.), 21 de outubro de 1942, FO 371 30369 (A9735/5146/6).

[209] Algumas anotações de funcionários do *Foreign Office* esclarecem esta posição britânica defensiva com relação à América Latina: "Só podemos torcer para que a guerra não dure tempo suficiente para cristalizar estes arranjos"; "Nossa melhor esperança de preservar algo da nossa posição na América do Sul está na aversão que estes países têm pela dominação econômica e política ianque". N. Charles para o *Foreign Office*, 17 de fevereiro de 1942, FO 371 30360 (A1688/555/6).

eram clandestinas – espionagem e, eventualmente, sabotagem – ou de sutil propaganda e atrasos burocráticos (como no caso da polícia do Rio de Janeiro). Seu objetivo era manter a "neutralidade" brasileira, o que na realidade significava evitar a colaboração com os Estados Unidos.[210]

Assim, a colaboração com os Estados Unidos era estimulada por alguns órgãos do governo brasileiro e obstruída por outros. Foi por esta razão que os representantes dos Estados Unidos e do Reino Unido no Rio foram obrigados a tomar uma série de medidas concretas anti-Eixo. Um exemplo disto foi a prisão em março de 1942 de quarenta integrantes de grupos de espionagem como resultado de conselhos e informações passados pela embaixada dos Estados Unidos.[211] Tanto a representação diplomática estadunidense quanto a britânica conduziam seus programas de propaganda anti-Eixo no Brasil em colaboração com o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) do governo brasileiro. A colaboração entre o DIP e a embaixada dos Estados Unidos se tornou particularmente íntima.[212]

Tendo rompido relações com as potências do Eixo em nome de ideais pan-americanos, o regime de Vargas se deparava com o fato embaraçoso de que era uma ditadura. Assim, criou-se uma situação ambígua: o regime de Vargas, que de muitas maneiras se assemelhava às potências autoritárias do Eixo, tinha que combater os agentes do Eixo e manter os cidadãos do Eixo residentes no país sob vigilância. Por outro lado, tendo optado pelas democracias liberais, o regime tinha que evitar a participação política de seus opositores liberais ou de esquerda. Neste momento, o ministro da Guerra Dutra pressionava por um incremento na censura à imprensa para impedir a "propaganda comunista por meio dos temas do Pan-Americanismo". O ministro do Trabalho Marcondes Filho considerava o comunismo o inimigo do Estado brasileiro.[213]

Portanto, Vargas tinha que lidar com o problema de manter um equilíbrio delicado no seio de seu gabinete entre ministros "pró-Aliados" e "neutros". A facção "pró-Aliados" era liderada por Oswaldo Aranha, enquanto o ministro da Guerra Dutra e o chefe de Polícia do Distrito Federal Filinto Müller eram os principais defensores de uma posição "neutra".

[210] Para um relato completo da espionagem alemã no Brasil, ver S. Hilton, *Suástica sobre o Brasil* (Rio de Janeiro, 1977).

[211] Caffery para Secretário de Estado, 27 de fevereiro de 1943, pp. 18-19, NA/RG 59 832.00/4631. Halifax para o *Foreign Office*, 24 de março de 1942, FO 371 30361 (A3386/4880/6). Além disso, a localização de estações de rádio secretas do Eixo, perigosas para as rotas marítimas, foi possível graças a especialistas e equipamento dos EUA, FRL/PSF, 16 de março de 1942. Estes recursos eram eventualmente usados para identificar comunicações entre membros do governo brasileiro, Caffery para Secretário de Estado, 21 de outubro de 1942, NA/RG 59 832.00/4305.

[212] Caffery para Secretário de Estado, 27 de fevereiro de 1943, p. 30, NA/RG 59 832.00/4631. Ministério da Informação para o *Foreign Office*, 1º de junho de 1942, FO 371 30368 (A5269/4880/6); 4 de junho de 1942 (A5276/4880/6). N. Charles para o *Foreign Office*, 2 de setembro de 1942, FO 371 30369 (A8126/4880/6).

[213] Dutra para Vargas, GV 42.06.15. Relatório do Departamento de Estado, 13 de novembro de 1942, NA/RG 59 832.00/4344.

O grupo de Aranha era também composto pelo ministro da Justiça Francisco Campos, o ministro da Aeronáutica Salgado Filho e o diretor do DIP Lourival Fontes. Era necessário evitar fricção entre estes dois grupos e qualquer mudança que pudesse beneficiar um lado ou outro. Ademais, as derrotas dos Aliados durante os primeiros meses do ano haviam exacerbado as incertezas políticas e eram facilmente usadas pela máquina de propaganda do Eixo. A situação originou muitos rumores sobre levantes pró-nazistas no Brasil.[214] Assim, apesar do apoio de Vargas à causa Aliada, medidas pró-Aliados tinham que ser tomadas cautelosamente.

Estes problemas se tornaram particularmente graves quando as atividades de Vargas ficaram severamente limitadas devido a um acidente de carro em 1º de maio de 1942. Esta circunstância, chegado o meio do ano, já levara a muita especulação sobre o futuro do governo. Certos grupos se juntaram para agir contra Vargas, por meio de ataques indiretos a sua política externa e ao ministro Aranha. O grupo era composto de políticos exilados – sobretudo integralistas e nacionalistas – que buscavam envolver os chefes militares, muitos dos quais se opunham abertamente aos Estados Unidos, ao propor um programa "pró-europeu" para a política externa brasileira. Naturalmente, isto tenderia a enfraquecer a aliança Brasil-EUA e a minar a posição de Aranha no gabinete. Uma figura de destaque neste esforço foi José Eduardo Macedo Soares, que usava seu jornal, o Diário Carioca, para coordenar atividades anti-EUA.[215]

Apoio para este tipo de aliança política já existia entre grupos civis, bem como na hierarquia militar. A esta altura, os serviços de inteligência estadunidenses que atuavam no Brasil haviam conduzido um profundo estudo da posição política do exército brasileiro e concluído que 30% dos oficiais ainda eram pró-Eixo.[216] Em meados de 1942, a falta de vitórias Aliadas e os êxitos militares do Eixo permitiram a elementos anti-EUA nas forças armadas e no governo que se tornassem mais ativos, "instando Vargas a não se identificar com os Estados Unidos".[217] Por outro lado, apareceu nas ruas um movimento antifascista organizado por estudantes e trabalhadores. Em oposição a Filinto Müller, o chefe de polícia, o movimento ganhou o apoio de Amaral Peixoto, genro de Vargas e governador do estado do Rio de Janeiro. A esquerda apoiava fortemente

[214] Relatório de Miller, 4 de março de 1942, 832.00/4201. Mensagem recebida do Rio de Janeiro pelo Departamento da Guerra, 11 de março de 1942, 832.00/1458 1/2. Caffery para o Secretário de Estado, 18 de maio de 1942, 832.00/4187. Também N. Charles para o *Foreign Office*, 6 de fevereiro e 19 de março de 1942, FO 371 30361 (A1320/677/6) e 303562 (A3926/800/6); Halifax para o *Foreign Office*, 19 de março de 1942, FO 371 30361 (A1953/677/6).

[215] Caffery para Secretário de Estado, 23 de julho de 1942, 832.00/4222. Relatório de Inteligência, 14 de agosto de 1942, NA/RG 226 OSS 19691.

[216] Relatórios de Inteligência, NA/RG 226 XL, 3 e 13 de julho de 1942: OSS 20128, 20072.

[217] Caffery para Secretário de Estado, 15 de julho de 1942, NA/RG 59 71132/126.

a causa Aliada.[218] Havia também muita atividade por parte de oficiais liberais e de esquerda, que tentavam organizar uma "força pan-americana de voluntários para lutar pelos Estados Unidos".[219]

Um choque se deu, afinal, na mais alta esfera política, entre Vasco Leitão da Cunha, ministro interino da Justiça, e Filinto Müller. Leitão da Cunha ordenara um inquérito sobre o afundamento de navios brasileiros em março. Müller se recusou, alegando que ordenar tal inquérito estava fora da alçada do ministro interino. Leitão da Cunha então o demitiu. Após alguma hesitação, Vargas aprovou a ação, mas ao mesmo tempo pediu que entregassem os cargos Francisco Campos, ministro da justiça que apoiara Leitão da Cunha, e Lourival Fontes, diretor do DIP, ambos ativos partidários dos Estados Unidos à época.[220]

Em meados de julho, o DIP foi posto sob o comando do exército, com o capitão Coelho dos Reis no cargo de diretor. Vargas tentava assim satisfazer a cúpula militar de modo a evitar quaisquer reações adversas do exército.[221] A chefia da polícia passou para o Coronel Etchegoyen, um oficial pró-Aliados, e o ministro do Trabalho Marcondes Filho passou a acumular a pasta da Justiça. Com estas mexidas no tabuleiro, Vargas conseguiu manter o equilíbrio político dentro do governo. O resultado líquido do caso acabou sendo um ganho para a causa dos Estados Unidos, já que a luta contra os agentes do Eixo no Rio havia sido bloqueada por Müller no passado. Esta luta era crucial para a segurança marítima, tanto de embarcações mercantes quanto de guerra.[222]

O novo chefe de polícia foi instruído a manter contato estreito com a embaixada dos Estados Unidos de forma a desempenhar as atividades de contraespionagem com eficácia. A colaboração começou de imediato. A embaixada deu ao cel. Etchegoyen uma lista de membros pró-nazistas da polícia política, e recomendou quinze em quem confiava. Houve uma faxina geral da suspeita guarda pessoal de Filinto Müller e, então, pôde-se retomar a luta contra agentes do Eixo apesar dos obstáculos deixados por Müller.[223] O novo chefe de polícia deixou as atividades

[218] Caffery para Secretário de Estado, 23 e 30 de junho de 1942, NA/RG 59 832.00/4209, 4207. Wilton para UP, GV 42.07.01, GV 42.07.03, GV 42.07.06 – todos confidenciais.

[219] Miller para Chefe-Assistente do Estado-Maior, 14 de maio de 1942, NA/RG 165 WD OPD 336.6 Brazil Sec. I.

[220] Pode-se encontrar um dossiê completo da controvérsia entre Müller e Leitão da Cunha em OA 42.06.27/1. As hesitações de Vargas estão relatadas em Caffery para Subsecretário, 11 de julho de 1942, NA/RG 59 832.00/4214. Relatórios sobre os acontecimentos que levaram à demissão de Müller foram feitos à embaixada dos EUA, telegramas 2595, 2623, 2639, 2804, 17-30 de julho de 1942, NA/RG 59 711.32/128, 132, 133, 136, 140. Ver também GV 42.07.03/2.

[221] Caffery para Subsecretário, 20 de julho de 1942, NA/RG 59 711.32/132

[222] Walmsley para Welles, 18 de julho de 1942, NA/RG 59 832.00/4219. Memorando do Departamento de Estado, 18 de setembro de 1942, 832.00/4287.

[223] Caffery, 25 e 30 de julho de 1942, 832.105/46, 711.32/140. Relatório do Gabinete de Pesquisa Latino-Americana, 832.00/4344. De acordo com Caffery, "o pessoal do Müller empastelou a sede antes de sair, queimando documentos e até sabotando o sistema de rádio da polícia". Caffery para Departamento de Estado, 23 de julho de 1942, 711.32/136. De acordo com o embaixador do Reino Unido, Müller "levou embora consigo cada documento que pudesse comprometer os

de contraespionagem nas mãos dos Estados Unidos até que pudesse organizar seu próprio serviço.[224]

Embora os líderes militares tenham aceitado a demissão de Müller, Dutra o nomeou para um alto cargo no Ministério da Guerra logo depois. Eles também começaram a atacar Aranha, provavelmente sob a influência dos opositores de Vargas, pois suspeitavam que o ministro das Relações Exteriores instigara a demissão de Müller. Esta ofensiva se focou na acusação de que Aranha estava levando o país à guerra. Em meados de julho emergia um novo conflito, que ameaçava o delicado equilíbrio do governo.[225] Entretanto, desta vez o conflito não teve desdobramentos, já que foi superado pelos novos e trágicos acontecimentos dos dias 5 a 17 de agosto – o afundamento de cinco navios brasileiros por submarinos do Eixo – que levaram à entrada do Brasil na guerra.

A entrada na guerra

Desde a Conferência do Rio em janeiro, a contribuição brasileira para o esforço de guerra estadunidense vinha aumentando. Esta contribuição incluía a crescente produção e transporte de materiais estratégicos, permissão para os Estados Unidos usarem bases aéreas no Nordeste para fazer o transporte de alta prioridade de materiais e tropas para o norte da África, o Oriente Médio e o Extremo Oriente, e instalações para navios Aliados nos portos brasileiros.

Esta colaboração íntima com o esforço de guerra estadunidense atraiu a hostilidade do Eixo, e em março alguns navios mercantes brasileiros foram atacados e afundados por submarinos alemães. Patrulhas da Força Aérea Brasileira na costa norte do país começaram em maio com auxílio técnico dos Estados Unidos, e ao menos um submarino alemão foi afundado e outro, danificado.[226]

Em termos práticos, esta cooperação aberta com os Estados Unidos colocava o Brasil na posição de beligerante, mas ao mesmo tempo levava ao surgimento de uma amarga disputa no seio do governo sobre a extensão da colaboração com os Estados Unidos. Esta disputa cessou

seus amigos. Eles agora foram devolvidos ao seu sucessor como resultado de ameaças de natureza severa." N. Charles para o *Foreign Office*, 31 de agosto de 1942, FO 371 30352 (A8788/4/6).

[224] Caffery para Secretário de Estado, NA/RG 59 832.105/47. Caffery para Secretário de Estado, 26 de outubro de 1942, 832.00/4309.

[225] Caffery para Departamento de Estado, 27 e 28 de julho de 1942, 832.00/4224/26. N. Charles para o *Foreign Office*, FO 371 30369 (A6840/5146/6; A6984/6; A/5146/6).

[226] Hughes para Departamento da Guerra, 11 de março de 1942, NA/RG 59 832.00/4198; Hughes para Departamento de Estado, 12 de março de 1942, 832.00/4199; adido aéreo brasileiro para Ministério [britânico] do Ar, 28 de maio de 1942, FO 371 30351 (A5097/4/6).

quando, entre 5 e 17 de agosto, cinco navios brasileiros, a maior parte em trânsito interestadual, foram afundados por submarinos do Eixo. A perda de vidas foi pesada; em grande parte, os mortos eram civis, embora houvesse também pessoal militar entre as vítimas. A indignação popular logo surgiu, e manifestações anti-Eixo se deram em todas as grandes cidades do país, com ataques a firmas pertencentes a cidadãos do Eixo.[227]

Assim que se anunciou o afundamento dos navios em 17 de agosto, manifestações espontâneas irromperam em vários locais do Rio de Janeiro. Ao longo dos próximos dias, as manifestações foram encorajadas por grupos organizados de trabalhadores, estudantes (por meio da União Nacional dos Estudantes – UNE), grupos profissionais e partidos de esquerda, além de indivíduos pró-Estados Unidos. De modo geral, estas passeatas não foram violentas. Em uma ocasião, o chefe de Polícia do Distrito Federal, Cel. Etchegoyen, conduziu os manifestantes ao Palácio da Guanabara, a residência presidencial.[228] Os jornais ecoaram os sentimentos populares ao longo da semana, exigindo que o governo adotasse uma posição firme quanto à questão.

Até então, o Ministério da Guerra se opusera à entrada do Brasil na guerra; ele culpou os Estados Unidos e a Grã-Bretanha pelo afundamento dos navios, já que estes países não haviam garantido as defesas brasileiras por meio do fornecimento de material bélico ou de proteção à navegação. O fato era que as rotas dos navios que levavam tropas do sul para o norte do país haviam sido planejadas pelas autoridades militares brasileiras. Estas chegaram a publicar tabelas de horários no Diário Oficial.[229]

Durante aqueles dias cruciais, todos os ministros concordaram com a necessidade de ações drásticas contra o Eixo. A única controvérsia se centrava na questão de que fosse ou não proclamado o "estado de guerra" entre o Brasil e as potências do Eixo. Embora Dutra preferisse não proclamar explicitamente o "estado de guerra", o sentimento popular por todo o país contra a Alemanha era tão intenso que a resistência foi sendo minada e acabou-se por chegar a um consenso em poucos dias.[230] Em 22 de agosto o governo brasileiro declarou guerra a Alemanha e Itália.[231]

---

[227] Esta intensa mobilização se refletiu nos documentos diplomáticos. Embaixada dos EUA no Rio para Departamento de Estado, 18 a 28 de agosto de 1942, NA/RG 59 832.00/4238, 4242, 23, 44, 47, 48, 49, 55, 57, 58, 59, 63, 65, 68. Também 832.57/93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105 – de 18 a 21 de agosto de 1942.

[228] Relatório de Inteligência, 4 de setembro de 1942, NA/RG 226 OSS 21451.

[229] O General Mascarenhas de Moraes classificou as atitudes das autoridades militares neste episódio como "ingenuidade criminosa". J. B. M. de Moraes, *Memórias* (Rio de Janeiro, 1969), v. 1, p. 111. De acordo com N. W. Sodré, *Memórias de um Soldado* (Rio de Janeiro, 1967), pp. 206-208, foi um acontecimento anormal, até hoje não explicado.

[230] N. Charles para o *Foreign Office*, 20 de agosto de 1942, FO 371 30351 (A7703/4/6).

[231] Sobre as dificuldades de se chegar a uma decisão unânime, ver Aranha para Carlos Martins (embaixador brasileiro nos EUA), OA 42.08.23/2 e Caffery para Subsecretário, 28 de agosto de 1942, NA/RG 59 832.00/4268. O Japão não foi incluído na declaração de guerra por causa da situação enfrentada pelo Chile.

A situação se modificara tão drasticamente que as posições pessoais e institucionais tiveram que ser revistas rapidamente. O ministro Dutra deve ter percebido que "era melhor obter a estima popular por meio de ação imediata que esperar mais insultos do Eixo que o forçassem a agir".[232] Políticos próximos a Dutra, como Macedo Soares, que anteriormente haviam liderado a oposição a Aranha em círculos civis e militares, tentavam apresentar a decisão de última hora de Dutra como uma "iniciativa magnífica". Escrevendo no Diário Carioca, Macedo Soares alegou que o exército havia assumido "espontaneamente sua posição, lealmente se identificando com os sentimentos populares, estabelecendo uma coesão definitiva entre o poder civil e militar".[233]

Era de se esperar que as divisões no seio do governo seriam superadas por força da indignação popular, e que aquele seria forçado a declarar guerra a Alemanha e Itália. Entretanto, deve-se manter em mente que o antagonismo interno não poderia ter se sustentado por muito mais tempo já que este, claramente, era prejudicial aos interesses do país. Nas palavras de um alto funcionário do *Foreign Office* britânico:

> O governo brasileiro poderia muito bem ter argumentado que como as coisas estavam eles ficavam com o pior dos dois mundos: fazendo muito pelas Nações Unidas [os Aliados] e recebendo tratamento bruto da Alemanha, sem quaisquer das vantagens que poderiam advir do status de beligerante.[234]

Declarar guerra oficialmente permitiria ao Brasil exigir mais suprimentos militares e uma fatia mais avantajada de seus próprios recursos estratégicos. Na mesma semana em que houve a declaração de guerra, o Departamento de Estado percebeu que se depararia com "demandas embaraçosas por uma extensa proteção costeira e pelo fornecimento de armamentos ao Brasil".[235] Isto se confirmou. Poucas semanas mais tarde, um oficial estadunidense se referia a "demandas muito extensas de vários tipos que o governo brasileiro estava fazendo junto aos Estados Unidos". O Brasil "esperava todo tipo de armamento, de encouraçado para baixo".[236]

O apoio popular maciço à declaração de guerra permitiu que o governo brasileiro fosse ainda mais ambicioso, para além de

[232] Palavras do embaixador britânico no Rio, 31 de agosto de 1942, FO 371 30352 (A8788/4/6). Havia também rumores de que se ele resistisse à pressão popular seria demitido e substituído por Leitão de Carvalho, de acordo com o relatório de N. Charles de agosto de 1942, FO 371 30351 (A7703/4/6).
[233] Relatório de Inteligência, 4 de setembro de 1942, NA/RG 226 OSS 21451.
[234] Perowne (*Foreign Office*) para Sir Orme Sargent, 23 de agosto de 1942, FO 371 30351 (A7811/4/6).
[235] Lord Halifax para o *Foreign Office*, 25 de setembro de 1942, FO 371 30351 (A7960/4/6).
[236] *Washington Chancery* para o *Foreign Office*, 29 de setembro de 1942, FO 371 30360 (A9195/555/6).

simplesmente solicitar mais armamentos aos Estados Unidos. Os planejadores brasileiros logo começaram a tocar no assunto de qual papel o Brasil desempenharia na guerra, isto é, qual seria o novo papel político do país na política internacional.[237]

O envolvimento dos Aliados

A questão de quanta pressão foi aplicada ao governo Vargas para produzir a declaração é interessante. As evidências sugerem que na verdade pouca pressão foi aplicada, pois nem os Estados Unidos, nem o Reino Unido queriam o Brasil na guerra.

Durante a crise política de julho quando Filinto Müller foi demitido, um funcionário britânico inconscientemente deu apoio àqueles que argumentavam que as forças armadas brasileiras não estavam preparadas para a guerra. Ele deixou clara a posição britânica: "Não queremos que o Brasil declare guerra".[238] A razão era que os recursos do Brasil já estavam inteiramente ocupados, dando apoio aos Aliados em seu próprio esforço de guerra. O Reino Unido estava satisfeito com a benevolente neutralidade brasileira, que oferecia instalações para reparos de vasos de guerra britânicos nas docas do Rio de Janeiro. O governo de Sua Majestade não acreditava que derivaria mais algum benefício como resultado da beligerância brasileira de fato. Pelo contrário, os Aliados poderiam até ter a perder se o Brasil reduzisse os embarques de materiais estratégicos de modo a atender às suas necessidades.[239]

Assim, embora o governo britânico oficialmente expressasse profunda satisfação com a decisão brasileira, em particular seus representantes consideravam a decisão "um tanto inesperada à luz dos conselhos dados anteriormente por Sir Noel Charles". Quando o governo brasileiro começou a fazer "solicitações excessivas" de material bélico aos Estados Unidos, um funcionário do *Foreign Office* escreveu: "É por isso que nós queremos que os países latino-americanos apenas rompam relações e não declarem guerra".[240] Levando-se em consideração este sentimento geral britânico, não é difícil entender por que a delegação da Real Força Aérea britânica em Washington se opôs

[237] Caffery para Secretário de Estado, 27 de agosto de 1942, NA/RG 59 740.001 E.W. 1939/23853.

[238] Anotações feitas por funcionários do *Foreign Office* sobre telegrama de N. Charles para o *Foreign Office*, 2 de agosto de 1942, FO 371 30362 (A7161/800/6).

[239] Memorando do *Foreign Office*, 20 de agosto de 1942, FO 371 30351 (A7938/4/6) e Perowne para Sargent, 23 de agosto de 1942, FO 371 30351 (A7811/4/6).

[240] Documento do *Foreign Office*, 24 de agosto de 1942, FO 371 30351 (A7780/4/6) e nota da *Washington Chancery* para o *Foreign Office*, 16 de setembro de 1942, FO 371 30351 (A7811/4/6).

veementemente à alocação de aeronaves ao governo brasileiro logo após a declaração de guerra.[241]

O governo Roosevelt respondeu discretamente e acolheu muito calorosamente a decisão brasileira.[242] A administração estadunidense não estava preocupada com a mudança da posição brasileira de "não beligerância", e queria somente garantir a boa vontade com relação às operações de transporte, bem como às patrulhas aéreas e navais do Atlântico sul.[243] Em outras palavras, os Estados Unidos apenas queriam que o Brasil *mantivesse* seu papel no esforço de guerra. Por esta razão, o Estado-Maior estadunidense considerava que a declaração de guerra brasileira não mudava a situação, meramente transformando a cooperação anteriormente oculta entre Brasil e EUA numa cooperação aberta.[244]

A manutenção do papel do Brasil no esforço de guerra era absolutamente coerente com a estratégia mais ampla dos Estados Unidos, que não pressionou qualquer país latino-americano a participar na guerra. Em Yalta, Roosevelt descreveu ao primeiro-ministro Churchill e ao marechal Stalin a política estadunidense para a América Latina em 1942 nos seguintes termos: "O Sr. Welles disse às repúblicas sul-americanas que não era necessário declarar guerra à Alemanha, mas que era necessário romper relações diplomáticas".[245]

A declaração de guerra do Brasil foi inesperada e provável fonte de novos problemas via renovadas demandas por equipamentos e material bélico. Entretanto, ela também trazia vantagens, já que garantiria a lealdade do exército brasileiro e esforços genuínos para eliminar do país a quinta coluna. Ademais, dificultaria a continuidade da política de neutralidade da Argentina e do Chile, e provavelmente influenciaria a atitude portuguesa com relação aos países Aliados.[246]

A declaração de guerra também gerou novos problemas para o Brasil e seu governo. Havia que se decidir como conduzir a guerra contra Alemanha e Itália. Quais os próximos passos a serem tomados, além da cooperação com o esforço de guerra dos Estados Unidos? De setembro em diante, o governo Vargas tentou definir a consequência do novo *status*

[241] Hopkins para Foster, 14 de setembro de 1942, NA/RG 218 CCS 400 3259–Brazil.

[242] Roosevelt para Vargas, GV 42.08.20/1. Também recado do embaixador interino dos EUA no Rio, 24 de agosto de 1942, NA/RG 59 740.0011 E.W. 1939/23694.

[243] Duggan para MacLeigh, 15 de agosto de 1942, 832.00/4240.

[244] S. Conn & B. Fairchild, *op. cit.*, p. 324. As comunicações da embaixada brasileira em Washington sobre as reações do governo estadunidense à declaração de guerra do Brasil sublinhavam o valor *estratégico* (i.e., as bases aéreas) da participação brasileira. Carlos Martins para Aranha, 28 de agosto de 1942, AHI/MDB/Washington/Ofícios recebidos.

[245] J. Byrnes, *Speaking Frankly* (Londres, 1947), p. 39.

[246] N. Charles para o *Foreign Office*, 31 de agosto de 1942, FO 371 30352 (A8788/4/6). Perowne para Sargent, 23 de agosto de 1942, FO 371 30351 (A7811/4/6). Anotações sobre telegrama de Halifax para o *Foreign Office*, 25 de agosto de 1942, FO 371 30351 (A7960/4/6). Também memorando do Major V. Strong para o comandante assistente do Estado-Maior, 20 de agosto de 1942, NA/RG 165, CPD, 336.2, Brazil Section I.

do Brasil como beligerante. Ao menos uma coisa estava clara para os planejadores brasileiros: a declaração de guerra tinha que ampliar o escopo da ação político-militar brasileira tanto no continente quanto para além dele.

O fim do equilíbrio pragmático

Um levantamento superficial da situação latino-americana em 1942 poderia sugerir que o peso das iniciativas dos Estados Unidos foi suficiente para produzir o alinhamento completo do continente à causa daquele país. Somente quando se aborda mais detidamente a política externa brasileira fica claro que a força dos Estados Unidos foi limitada por um processo contínuo de barganha, por meio do qual o governo Vargas teve relativo êxito na obtenção de vantagens políticas e econômicas em troca de um alinhamento inequívoco.

A III Reunião dos Ministros das Relações Exteriores em janeiro representou um passo decisivo rumo à hegemonia estadunidense. Além de recomendar o rompimento das relações diplomáticas e comerciais com o Eixo, a Reunião assegurou aos Estados Unidos a compra exclusiva de materiais estratégicos e controle absoluto de sua distribuição no continente nos anos seguintes. A Reunião também garantiu aos Estados Unidos tratamento preferencial no comércio interamericano e proteção aos seus investimentos. Em nome do esforço de guerra, ela subordinou os projetos econômicos do continente aos interesses dos Estados Unidos e dedicou pouca atenção ao verdadeiro desenvolvimento industrial da América Latina. Ela assentou as bases para o estabelecimento de coordenação policial e militar por todo o continente sob a liderança estadunidense. E, por último, todas estas decisões foram implementadas não como resultado de pressões explícitas dos Estados Unidos, mas como parte de um esforço na direção da "colaboração hemisférica".

Apesar de limitado por iniciativas dos Estados Unidos, o governo brasileiro conseguiu extrair do processo uma série de vantagens, ainda que as pressões internas permitissem apenas movimentos cuidadosos. O governo Vargas continuou a seguir uma política geral de apoio aos Estados Unidos, mas barganhou sobre a amplitude deste apoio. Durante e após a Conferência do Rio, ele obteve dos Estados Unidos promessas solenes de que as forças armadas brasileiras (especialmente o exército) seriam equipadas e certos setores de atividade econômica seriam apoiados.

A pressão popular interna contra a hesitação de certas lideranças brasileiras imediatamente após o afundamento dos cinco navios brasileiros em agosto levou à declaração de guerra contra a Alemanha e a Itália. Esta decisão não se deu como resultado da estratégia estadunidense, sendo que a nova situação gerou alguns problemas inesperados nas relações Brasil-EUA. Novas demandas e negociações ocorreram após a declaração de guerra, e ao final de 1942, os planejadores políticos e militares brasileiros já haviam desenhado que forma concreta tomaria a entrada do Brasil na guerra. Porém, o destino da participação brasileira seria selado do lado estadunidense da relação.

A aliança Brasil-EUA não era nem um resultado "natural" de elos históricos comuns entre os dois países, nem exemplo de uma "boa vontade" unilateral. A aliança era resultado de um processo de negociações continuadas e duras entre os dois países. Naturalmente, a posição desigual das partes na política internacional dava capacidades totalmente diferentes a cada uma, e levava-as a fazer reivindicações diferentes. Se o fornecimento de armas ao Brasil *fortaleceria suas forças armadas*, o controle militar estadunidense tanto das bases militares no Nordeste quando do tráfego costeiro brasileiro permitira o *controle estratégico da América do Sul como um todo*.

Apesar da força dos Estados Unidos, seus líderes precisavam ganhar a confiança brasileira de forma a construir uma aliança firme, e para tal, eles tinham que fazer concessões. O Brasil obteve o compromisso dos Estados Unidos de transferir-lhe armamentos e munições no valor de 200 milhões de dólares, no marco dos acordos *Lend-Lease*. Este valor correspondia ao dobro do total de armamentos fornecidos a todos os outros países latino-americanos juntos. Foram também concedidos pelo Eximbank créditos de 100 milhões de dólares para mobilizar recursos produtivos (isto é, materiais estratégicos) e de cinco milhões de dólares para a produção de borracha. Diversos programas de assistência técnica foram iniciados, e garantiu-se alguma oferta de equipamentos. Embora muitos destes projetos fossem vinculados a interesses econômicos ou políticos, o Brasil se beneficiou. Por último, Vargas pôde ganhar confiança para sustentar sua posição e a do Estado Novo. Desta forma, a decisão brasileira de 1942 trouxe ao fim a era do "equilíbrio pragmático" e abriu caminho para uma nova etapa nas relações exteriores do país.

Neste sentido, a resistência interna – particularmente militar – ao alinhamento com os Estados Unidos constituiu um elemento importante

das negociações, já que a estratégia estadunidense necessitava da colaboração militar brasileira. O governo brasileiro usou a resistência dos militares como moeda de troca, podendo assim garantir que as forças armadas brasileiras então fossem as mais bem equipadas da América Latina.

A situação era bem diferente no âmbito econômico, onde a dependência brasileira era amplamente evidente. No confronto entre as economias brasileira e estadunidense, as necessidades da primeira estavam inquestionavelmente subordinadas às prioridades do esforço de guerra da segunda. Apesar desta diferença, o governo Vargas envidou vigorosos esforços para fomentar o crescimento industrial brasileiro, enfatizando particularmente a usina siderúrgica de Volta Redonda.

A aliança Brasil-EUA teve consequências importantes no processo político interno. A configuração política interna que vigorava então dava a Vargas um papel chave no processo decisório brasileiro. Em 1942, o papel de Vargas era especialmente importante, e ele se envolveu pessoalmente em todas as principais decisões da política externa brasileira. Àquela altura, o governo Roosevelt se convencera de que a permanência de Vargas no poder era essencial para que sobrevivência da aliança fosse garantida. Consequentemente, ele apoiou a estabilidade do regime e deu a Vargas garantias de proteção na eventualidade de um levante pró-nazista.

O resultante apoio claro ao governo Vargas, somado a certas concessões militares dos Estados Unidos, mais o alinhamento brasileiro com as políticas estadunidenses, constituíram um *modelo* para as relações entre os dois países, modelo esse que foi mantido ao longo dos dois anos seguintes (1943-1944). Se por um lado este modelo fez aumentar a margem de manobra do Brasil em suas relações com os Estados Unidos, por outro ele também fez com que o Brasil se envolvesse crescentemente com o esforço de guerra estadunidense. Este envolvimento levou à confrontação direta com forças navais do Eixo e à retaliação por submarinos alemães contra embarcações mercantes brasileiras.

Capítulo IV

Os anos da guerra (agosto de 1942-1945)

O Brasil é um aliado magnífico.
(Warren Pierson, Correio da Manhã, Rio de Janeiro, 28 de abril de 1944.)

Éramos pigmeus numa guerra entre gigantes.
(Cordeiro de Farias, *Meio Século de Combate*, p. 306.)

Parte 1: O Brasil em guerra (setembro de 1942-1944)

Entre a Conferência do Rio em janeiro de 1942 e a declaração de guerra às potências do Eixo em agosto de 1942, os governantes do Brasil começaram a falar da "posição especial" do país nos assuntos internacionais. Logo após a declaração de guerra, Jefferson Caffery, embaixador dos Estados Unidos no Rio de Janeiro, alegou que Oswaldo Aranha falava "de maneira exagerada e por demais ambiciosa do papel que o Brasil desempenharia na guerra".[247]

De agosto de 1942 em diante, os planejadores políticos e militares brasileiros tinham que lidar com os novos problemas resultantes do fato de que o Brasil agora estava em guerra. O país já estava dando aos Aliados tudo de que precisavam: apoio político, materiais estratégicos, bases aéreas e rotas, patrulhas aéreas e navais, e a eliminação da quinta coluna nazista. Portanto, eles precisavam justificar a declaração de guerra, já que o esforço de guerra Aliado não precisava de assistência adicional. Ao mesmo tempo, eles esperavam que uma colaboração mais estreita com os Estados Unidos ampliaria o papel político do Brasil no continente e no mundo.[248]

[247] Caffery para Hull, 2 de agosto de 1942, NA/RG 59 740.0011 E.W. 1939/23853.
[248] Anotações do Chefe do Estado-Maior brasileiro, GV 43.01.28; Aranha para Dutra, OA 43.08.11/1. Esta convicção se manteve durante a guerra, como observou o Embaixador Caffery.

Este papel futuro pretendido para o Brasil era vislumbrado como uma realidade inevitável em muitos círculos diplomáticos, militares e burocráticos brasileiros. Inicialmente, este papel era compreendido como envolvendo uma preeminência inconteste na América do Sul,[249] mas algumas autoridades achavam que ele deveria incluir também as conversações de paz e participação na reorganização do sistema internacional. Nas palavras de Aranha, o Brasil se tornaria "inelutavelmente uma das grandes potências econômicas e militares do mundo". João Neves da Fontoura, embaixador do Brasil em Portugal, contou a Vargas que "a conclusão de que devemos estender a todo o mundo nossa projeção política não me parece ousada nem excesso de imaginação".[250] Mesmo Vargas, normalmente um político eminentemente realista, começou a demonstrar interesse incomum nas atitudes europeias e estadunidenses quanto a questões relativas à paz e ao pós-guerra, tendo em vista o *status* futuro do Brasil como "aliado especial" dos Estados Unidos.[251]

Esta convicção referente à importância do Brasil nos assuntos internacionais era reforçada pela política estadunidense de lisonjear o Brasil e o presidente Vargas sempre que possível de modo a consolidar o apoio brasileiro aos Estados Unidos. De acordo com o embaixador brasileiro Carlos Martins, transmitindo um recado de Welles:

> É evidente, é obvio (...) que nem o presidente Roosevelt nem seu governo nunca tomaria posição sobre problemas de organização da paz sem ouvir previamente e se pôr de acordo com o presidente Vargas.[252]

Apesar da retórica "por demais ambiciosa" das formulações da política externa brasileira, é possível perceber uma boa dose de realismo político nas afirmações e nos atos das autoridades brasileiras, especialmente aquelas que detinham poderes decisórios vitais no seio do governo.

---

[249] Batista Lusardo, embaixador brasileiro no Uruguai, estava convencido de que a posição política e militar brasileira na América do Sul seria fortemente ampliada depois da guerra. Ele aconselhou Aranha de que a penetração brasileira do continente deveria começar pelas forças armadas uruguaias. OA 43.03.05; OA 43.09.18/2. No mesmo ano, o Coronel Mendes de Moraes garantiu que a "supremacia brasileira sobre a América do Sul está assegurada", OA 43.09.08/5. Ver também Tenente-Coronel O. Silva para Aranha, OA 43.08.07.

[250] Aranha para Vargas, 25 de janeiro de 1943, citado em F. McCann, *The Brazilian-American Alliance* (Princeton, 1973), pp. 304-305. Fontoura para Vargas, GV 43.07.07. O diplomata Leitão da Cunha também disse a Vargas que o Brasil tinha o direito de desempenhar um papel no mundo e não exclusivamente nas Américas: "... temos provado não nutrirmos ambições de hegemonia nem interesses inconfessáveis, onde quer que seja. O Brasil será grande naturalmente, pelo normal desenrolar das cousas..." OA 43.08.22. Ver também M. P. Serva para Aranha, OA 43.02.04/1.

[251] Vargas para Carlos Martins (embaixador brasileiro em Washington), pedindo relatórios detalhados sobre assuntos internacionais, GV 43.04.08/2. Desde então, a embaixada brasileira passou a enviar relatórios quase diários sobre o andamento da guerra, AHI/MDB/EUA, Ofícios Recebidos, 1943. O próprio Aranha também buscou canais especiais de informação, OA 43.11.04/2.

[252] Martins para Vargas, GV 43.04.08/2.

Em primeiro lugar, os militares brasileiros e algumas autoridades civis reconheciam que o país não estava preparado para uma guerra. Logo após a declaração de guerra em 22 de agosto, o ministro Dutra confirmou a falta de preparo do exército brasileiro. Semelhantemente, Góes Monteiro, chefe do Estado-Maior, não tinha um plano de guerra para apresentar ao secretário da Marinha Frank Knox, dos Estados Unidos, quando este visitou o Rio de Janeiro em outubro de 1942.[253] Os militares brasileiros também reconheciam que a liderança da guerra estava nas mãos de Estados Unidos, Reino Unido e União Soviética, e que nações como o Brasil tinham importância e valor secundários para o esforço de guerra dos Aliados. Assim, se o Brasil fosse colaborar com os Aliados, teria que aceitar quaisquer condições impostas pelos Estados Unidos.[254]

Em termos gerais, os planejadores brasileiros tentavam preparar uma política que faria do Brasil uma "potência associada" – em outras palavras, criar uma íntima aliança com os Estados Unidos que pudesse produzir o crescimento econômico e fortalecimento militar necessários para o país atingir uma "posição especial" no pós-guerra.[255]

No âmbito militar, isto criava uma situação paradoxal. Ao contrário do estadunidense, o governo brasileiro queria efetivar uma participação direta na guerra, e ao mesmo tempo solicitava armamentos e outras formas de auxílio do governo dos Estados Unidos sob o argumento de que eram necessários para melhorar tal participação. Este argumento era usado constantemente por Vargas, Dutra, Aranha, Góes Monteiro e outros altos funcionários brasileiros ao lidarem com autoridades estadunidenses.[256] O tema principal deste capítulo será como isto foi possível.

A questão central é que os líderes políticos e militares brasileiros ansiavam por uma participação direta do Brasil na guerra. Este interesse era correspondido pelas pressões advindas de correntes de opinião pró-EUA, de organizações nacionalistas como a Liga de Defesa Nacional, do Clube Militar e de organizações de esquerda como o Partido Comunista e remanescentes da ANL.[257] Os líderes militares

[253] Relatório de Dutra, GV 42.09.30/2. L. Coutinho, *O General Góes Depõe* (Rio de Janeiro, 1955), pp. 382-384.

[254] Anotações de Góes Monteiro, Chefe do Estado-Maior, 28 de janeiro de 1943, GV 43.01.28.

[255] Além das formulações de Aranha, ver cartas entre Vargas e Góes Monteiro, 12 de abril de 1943, GV 44.01.15. Representantes britânicos no Brasil logo compreenderam este sentido da política externa brasileira. N. Charles para o *Foreign Office*, 9 de setembro de 1943, FO 371 33678 (A9032/2506/6); relatório anual de 1943, 18 de janeiro de 1944, FO 371 37846 (A8873/95/6).

[256] Ver Caffery para Hull, 28 de agosto de 1942, NA/RG 59 740.0011 E.W. 1939/23856. Também Góes Monteiro para Marshall, OA 43.08.09; Aranha para Dutra, OA 43.08.11/1; Salgado Filho (ministro da Aeronáutica) para Eduardo Gomes (comandante da Força Aérea Brasileira), OA 43.10.08; Salgado Filho para General Arnold (Força Aérea do Exército, EUA), 12 de dezembro de 1942, e Marshall para Welles, 10 de junho de 1942 – ambos em NA/RG 165 OPD 336 – Brazil Sec. I.

[257] Ver entrevistas com Aristides Leal, pp. 113-118, e Nelson de Mello (5ª), HO/CPDOC. Sobre a esquerda militar, Miller para chefe-assistente do Estado-Maior, 14 de maio de 1942, NA/RG 165 WD OPD 336.2 Brazil Sec. I. Sobre a esquerda civil, ver E. Carone, *O Estado Novo* (São Paulo, 1976), pp. 235-240, 298-303.

também estavam ávidos por fortalecer as forças armadas brasileiras com relação aos vizinhos do sul, especialmente a Argentina; os líderes civis se preocupavam principalmente com a participação brasileira nas conversações de paz no pós-guerra.

O problema imediato era como efetivar a colaboração em termos práticos, isto é, como obter acesso ao *know-how* militar e armamentos dos Estados Unidos, e como garantir a presença do Brasil nas discussões do pós-guerra. Na virada de 1942 para 1943, os planejadores políticos e militares brasileiros estavam em vias de dar respostas a essas perguntas, por meio de um projeto de criar e despachar uma *força expedicionária* para o teatro de guerra.

Assim, a Força Expedicionária Brasileira (FEB) era o núcleo de um projeto desenhado para fortalecer as forças armadas brasileiras e dar ao Brasil uma nova posição de preeminência na América Latina e de grande importância no mundo como "aliado especial" dos Estados Unidos. O embaixador britânico compreendia claramente o sentido profundo das solicitações brasileiras aos Estados Unidos:

> … este equipamento não é tanto voltado ao propósito de lutar por uma vitória das democracias contra o Eixo, quanto para fortalecer sua própria posição nas discussões pós-guerra relativas não só a problemas sul-americanos e hemisféricos mas também a questões de importância ainda mais ampla.[258]

Havia um obstáculo inevitável: a lógica do sistema de poder hegemônico dos Estados Unidos. Como Sir Noel Charles também observou, Washington não gostaria que "o Brasil se tornasse predominantemente poderoso num sentido militar na América do Sul, pois isso significaria gerar problemas futuros para si".

Para o embaixador britânico, o programa estadunidense era muito claro:

> Em várias ocasiões, funcionários americanos responsáveis soltaram no meio da conversa a opinião de que nós britânicos deveríamos considerar as relações dos Estados Unidos com o Brasil como sendo equivalentes às nossas relações com o Egito ou a África do Sul (sic) indicando, assim, que o Brasil é considerado pelos Estados Unidos uma área de reserva especial de fato, se não de direito.[259]

[258] Análise da política externa brasileira por Sir Noel Charles, 20 de setembro de 1943. FO 371 33678 (A9032/2306/6).
[259] Idem.

Portanto, a política externa brasileira tinha pouca margem de manobra entre os objetivos hegemônicos dos Estados Unidos e a necessidade destes de consolidar a aliança brasileira durante a guerra. Mas por mais *limitada* que fosse a margem de manobra, ela era bastante *real*.

O período de preparação

A política externa brasileira de setembro de 1942 em diante, se dedicava principalmente a uma cuidadosa preparação para uma participação ativa na guerra por meio de uma íntima colaboração militar com os Estados Unidos. A colaboração militar Brasil-EUA, estabelecida por um acordo político em maio de 1942, tomou forma concreta em agosto com a criação da Comissão Mista de Defesa Brasil-Estados Unidos (CMDBEU) em Washington.[260]

As autoridades militares estadunidenses e brasileiras tinham pontos de vista divergentes quanto às tarefas da CMDBEU no marco da colaboração Brasil-EUA. O âmago desta diferença estava no fato de que o Estado-Maior dos Estados Unidos queria determinar que medidas eram necessárias para reforçar a *defesa* de certas regiões do Brasil, particularmente o Nordeste, vistas como vulneráveis a ataque de forças do Eixo. O Estado-Maior brasileiro, por sua vez, compreendia a colaboração Brasil-EUA como incluindo todas as *atividades nacionais* ligadas ao potencial de guerra do Brasil (incluindo indústrias bélicas e transportes). Estas não estavam ligadas diretamente à defesa do Nordeste, e nem mesmo a um amplo sistema de segurança interna, mas mais diretamente vinculadas com o fortalecimento da posição política do Brasil na América do Sul.[261]

Estas diferenças esclarecem algumas reclamações estadunidenses sobre a quantidade de material requisitado pelas autoridades brasileiras via acordos *Lend-Lease*. Enquanto funcionários estadunidenses encaravam estas solicitações como abusos dos acordos,[262] as autoridades brasileiras viam-nas como sendo perfeitamente consistentes com sua definição da colaboração Brasil-EUA.

---

[260] Os representantes brasileiros na CMDBEU eram o general Leitão de Carvalho (Exército), o vice-almirante Álvaro R. de Vasconcellos (Marinha) e o coronel Vasco Alves Secco (Força Aérea). Carvalho era informalmente considerado o chefe da delegação brasileira.

[261] Estas diferenças foram expostas por Leitão de Carvalho ao presidente Vargas. IHGB, Documentos de Leitão de Carvalho, Relatório Geral, p. 49. Ver também L. Carvalho para Vargas, 9 de setembro de 1942, e Carvalho, Vasconcellos e Secco para Aranha, 21 de setembro de 1942, ambos em GV 42.09.23/2.

[262] Rosas para Alencastro, 9 de fevereiro de 1944, GV 44.02.00/3.

Os representantes brasileiros na CMDBEU não concordavam totalmente com o Ministério da Guerra do Brasil, e sua posição era muito mais próxima àquela dos representantes estadunidenses.[263] Seus esforços na Comissão se voltavam a alcançar maior proximidade entre Brasil e EUA de modo a tornar a colaboração pretendida tão eficaz quanto possível. Durante os primeiros meses de seu trabalho, a CMDBEU aprovou documentos chamados Recomendações, que regulamentavam as atividades militares no Nordeste brasileiro e planejavam o comando das forças navais e terrestres lá estacionadas. Ela também estabeleceu um programa para fornecer aviões e treinamento de pilotos para melhorar a defesa aérea do Brasil.

Em novembro de 1942 – quando a Comissão trabalhava num plano estratégico para a defesa do Norte/Nordeste do Brasil (Recomendação nº 14) – a situação estratégica mudou completamente em virtude da exitosa invasão do Norte da África por forças anglo-americanas. O perigo de uma invasão do território brasileiro pelo Eixo refluiu de uma hora para outra, e a posição negociadora do Brasil na Comissão se enfraqueceu consideravelmente. Embora os representantes estadunidenses tenham aprovado a Recomendação nº 14, eles insistiram em reduzir a quantidade de armamento a ser ofertado. O Departamento da Guerra (EUA) afirmou categoricamente:

> A aprovação (da Recomendação nº 14) pelo Departamento da Guerra... não constitui compromisso da parte dos Estados Unidos de fornecer equipamentos via *Lend Lease* nas quantidades e durante os períodos especificados.[264]

A partir deste momento, as tentativas brasileiras de obter a aprovação da Comissão para recomendações envolvendo os acordos *Lend-Lease* tinham que enfrentar as tentativas da delegação estadunidense de fazer o contrário.

A ocupação do norte da África pelos Aliados criou novos problemas para os planejadores brasileiros. A possibilidade de uma invasão do território brasileiro pelo Eixo havia possibilitado que suas forças armadas recebessem assistência material substancial dos Estados Unidos. As autoridades brasileiras rapidamente compreenderam que o Brasil ficava fora do teatro de Guerra e era considerado pelos Estados Unidos como mera fonte de materiais estratégicos e rota de transporte de forças Aliadas para o *front*.[265]

---

[263] Caffery para Aranha, 2 de outubro de 1942, AHI/RE/EUA, Notas Recebidas.

[264] T. L. Handy (Chefe-Assistente do Estado Maior) para General Ord (CMDBEU), 10 de março de 1943, NA/RG 218 US JCS, BDC 5400 (1), Conferences and Meetings. O Departamento de Estado lembrou o embaixador dos EUA no Brasil desta atitude de não compromisso, 22 de dezembro de 1943, NA/RG 59 832.20/567.

[265] Martins para Aranha, 25 de novembro de 1942, AHI/MDB/EUA/Ofícios Recebidos.

As lideranças políticas e militares do Brasil começaram imediatamente a falar de forças brasileiras combatendo fora do continente – no norte da África. Vargas ecoou esta ideia num discurso pronunciado em 31 de dezembro de 1942, perante um público de cerca de mil oficiais militares.[266] Em seguida, fizeram-se consultas exploratórias sobre esta possibilidade.

O governo dos Estados Unidos não tinha qualquer intenção de envolver forças brasileiras no norte da África, e a esta possibilidade nunca se referiu em reuniões com oficiais brasileiros ou em comunicações políticas de alto nível. Quando Knox veio ao Brasil em outubro de 1942 para se reunir com representantes das forças armadas de ambos os países para revisar a contribuição brasileira com o esforço de guerra, ele não fez menção de uma participação brasileira no norte da África.[267]

Não disposto a dar respostas concretas aos pleitos brasileiros, no final de 1942 o governo Roosevelt tentava sustentar a aliança brasileira por meio de movimentos que dessem prestígio político ao governo Vargas. Roosevelt notificou Vargas do plano de um desembarque estadunidense na África para novembro,[268] e o Departamento de Estado solicitou a Vargas seu "apoio pessoal na forma de comunicados apropriados ou discursos"[269] à iniciativa.

Outros movimentos exageravam a importância do Brasil com o mesmo objetivo de sustentar a aliança por meio de constantes declarações diplomáticas. Uma carta de Roosevelt para Vargas, citada pelo embaixador britânico, afirmava:

> Vejo em 1943 não apenas um período em que nossas forças alcançarão um poder de ataque cada vez maior, mas também em que os estadistas de nossos dois países, continuando sua tradicional colaboração, desenharão os planos mestres para a nova e duradoura paz.[270]

É certo que o Departamento de Estado levou em consideração o desejo brasileiro de enviar tropas ao norte da África, mas este foi completamente rejeitado pelo Departamento da Guerra e pelo comando militar estadunidense na África:

---

[266] Relatório de Braddock (cônsul dos EUA em Porto Alegre) sobre os sentimentos mutantes de jovens oficiais do exército brasileiro, 10 dezembro de 1942, NA/RG 59 832.00/4336. Também relatório de Walmsley Jr. (Departamento de Estado), 5 de janeiro de 1943, NA/RG 59 832.20/515, e Capitão Brown (embaixada britânica no Rio de Janeiro) para Gallop, 13 janeiro de 1943, FO 371 33650 (A566/70/6). O texto do discurso de Vargas se encontra em G. Vargas, *A Nova Política do Brasil* (Rio de Janeiro, 1943), v. IX, p. 325. Ver também F. McCann, *op. cit.*, p. 346.

[267] Relatório da reunião com o secretário Knox, GV 42.10.06.

[268] Roosevelt para Vargas, GV 42.11.00/2.

[269] Caffery para Aranha, 9 de novembro de 1942, AHI/RE/EUA/Notas Recebidas.

[270] N. Charles para o *Foreign Office*, 12 de janeiro de 1943, FO 371 33658 (A1033/333/6). Roosevelt também enviou uma carta pessoal a Vargas desejando a ele e às forças armadas brasileiras um feliz natal, GV 42.12.24/2.

> O Departamento da Guerra considerou que tropas brasileiras não poderiam ser usadas no norte da África porque isto produziria muitos problemas... As desvantagens de longe superam qualquer possível benefício que poderia ser derivado.[271]

O general Eisenhower considerava que o apoio brasileiro à invasão da África "deve ter um bom efeito sobre a Espanha", mas afirmou que nenhuma vantagem poderia resultar de uma participação brasileira direta na guerra.[272]

As reações britânicas ao desejo brasileiro de participar da guerra devem ser vistos à luz da concorrência anglo-americana na América do Sul. O governo britânico considerava a participação brasileira na guerra um inconveniente, mas por razões políticas o *Foreign Office* aplaudiu a intenção brasileira. Esperava-se que isto estimularia o interesse brasileiro na Europa e faria diminuir qualquer tendência isolacionista que viesse a se desenvolver nas Américas após a guerra.[273] Ademais, isto poderia ter um efeito positivo sobre a posição de Espanha e Portugal no conflito. Em termos práticos, os britânicos deixavam nas mãos do governo estadunidense a responsabilidade de atender os pleitos brasileiros. Como os Estados Unidos insistiam que ocupavam uma "posição especial" no Brasil, eles deveriam "carregar o neném e com ele qualquer ódio que advier de uma resposta desencorajadora [dos Estados Unidos] à oferta brasileira de cooperação".[274]

Após a reunião entre Churchill e Roosevelt em Casablanca em janeiro de 1943, diplomatas britânicos foram instruídos por seu primeiro-ministro a "afagar" Vargas e lisonjear o Brasil por razões políticas. Uma colaboração militar concreta estava fora de questão, já que a cúpula militar britânica se opunha a qualquer forma de cooperação com o Brasil. Esta oposição era tão forte que o *Foreign Office* teve grande dificuldade para convencer o *War Office* (Ministério da Guerra britânico) a convidar o general Dutra a visitar o Reino Unido naquele ano por causa da reputação do ministro brasileiro de ser pró-Alemanha.[275] Esta oposição britânica ao envolvimento de contingentes brasileiros na guerra ficou conhecida por brasileiros nos Estados Unidos, em que pesassem

[271] Kroner para Chefe-Assistente do Estado-Maior, 14 de dezembro de 1942. NA/RG 165–OPD 336–Spain Sec. I. Também Roosevelt para Caffery na Reunião de Natal, 30 de janeiro de 1943, FRUS 1943, V, p. 655, e Halifax para embaixada britânica no Rio de Janeiro, 11 de fevereiro de 1943, FO 128/422 (34/93/43). Ver também S. Conn & B. Fairchild, *The Framework of Hemisphere Defense* (Washington, 1960), p. 328.

[272] J. P. Hobbs, *Dear General* (Baltimore, 1971), p. 50.

[273] A preocupação britânica com esta questão está documentada em FO 371 33666.

[274] Anotações de funcionários do *Foreign Office*, 31 de dezembro de 1942, FO 371 33650 (A70/70/6).

[275] Anotações do *Foreign Office* sobre telegrama de N. Charles, 2 de abril de 1943; N. Charles para o *Foreign Office*, 14 de abril de 1943; *War Office* para Perowne, 24 de abril de 1943; Halifax para o *Foreign Office*, 6 de junho de 1943 – todos em FO 371 33650 (A3560, 3897, 5693/70/6).

os esforços do *Foreign Office* para ocultar as indiscrições dos militares britânicos.[276] Era politicamente vantajoso apoiar o Brasil, pois o peso de qualquer decisão não cairia em ombros britânicos. Esta abordagem britânica complexa e até contraditória para com as intenções brasileiras foi resumida perfeitamente por um funcionário do *Foreign Office*: "Por mais absurda na prática que seja a participação brasileira na guerra, devemos estar dispostos a discuti-la na teoria".[277]

Na verdade, a questão da participação brasileira na guerra estava nas mãos do governo dos Estados Unidos. Quando o presidente Roosevelt voltou da Conferência de Casablanca e se reuniu com Vargas em Natal em 29 de janeiro de 1943, ele tinha dois temas para discutir com o presidente brasileiro: a necessidade de o Brasil entrar para as Nações Unidas e o desejo do Brasil de participar da guerra.

Apesar de ter declarado guerra a Alemanha e Itália, o governo brasileiro não entrou para as Nações Unidas. Esta atitude era ditada pela política oficial anticomunista do governo, que se traduzia no âmbito das relações internacionais em hostilidade à União Soviética, não obstante o fato de que as vitórias da URSS estavam rendendo simpatias em muitos setores da opinião pública brasileira, como as classes trabalhadoras e médias, e até alguns círculos intelectuais.[278] Por outro lado, "o Exército, a Igreja e o DIP (censura) saem correndo sempre que surge algo a ver com a Rússia".[279] Vargas queria evitar a implicação de estar "no mesmo barco que os russos" que resultaria se o Brasil se juntasse aos Aliados.[280] Entretanto, se o Brasil quisesse participar da guerra, era inevitável que a questão das Nações Unidas fosse aventada.

O governo estadunidense e seus planejadores militares começaram a perceber que a questão da participação na guerra era de importância crucial para o governo Vargas e a cúpula militar brasileira. Era preciso dar alguma satisfação ao aliado latino-americano e alguma forma de cooperação concreta tinha que ser proposta ao governo brasileiro.[281] Além de um convite para enviar um pequeno grupo de oficiais do exército brasileiro ao norte da África na condição de observadores, as autoridades militares estadunidenses passaram a considerar a possibilidade de usar as

[276] Criou-se um problema quando um oficial britânico relatou ao General Leitão de Carvalho esta atitude do Reino Unido. O primeiro-ministro teve que intervir para assegurar ao Brasil que esta não era a política oficial. N. Charles para o *Foreign Office*, 2 e 6 de abril de 1943, FO 371 33650 (A3194, 3285/70/6), e 11 de abril de 1943, FO 371 33651 (A3503/166/6). Ver também Embaixada em Washington para o *Foreign Office*, 13 de abril de 1943, FO128 422–Brazil, political general.

[277] Anotações sobre telegrama de N. Charles para o *Foreign Office*, 21 de abril de 1943, FO 371 33650 (A2189/70/6).

[278] De acordo com um relatório do OSS (*Office of Strategic Services* – Gabinete de Serviços Estratégicos) de 22 de janeiro de 1943, NA/RG 226 OSS n.27998; e N. Charles para o *Foreign Office*, 13 de dezembro de 1942, FO 371 33650 (A70/70/6).

[279] N. Charles para o *Foreign Office*, 8 de abril de 1943, FO 371 33651 (A3877/166/6).

[280] N. Charles para o *Foreign Office*, 12 de dezembro de 1942, FO 371 33651 (A367/166/6). Algumas tentativas de aproximação propostas durante 1942 foram desencorajadas por Vargas. Ver Martins para Vargas, GV 42.09.04; e Alzira Vargas para Martins, GV 42.09.28/2.

[281] Walsh para o Chefe do Estado-Maior, 11 de janeiro de 1943, NA/RG 165 OPD 336–Brazil, Sec. I.

tradicionais boas relações entre Brasil e Portugal para influenciar a atitude de neutralidade benevolente deste último com relação ao Eixo e para obter posições estratégicas melhores no Oceano Atlântico.

Consequentemente, em Natal, após rever a situação da guerra, Roosevelt mencionou o quão desejável seria a entrada do Brasil para as Nações Unidas. Vargas concordou e prometeu dar os passos necessários, mas reiterou que "este talvez seja um momento oportuno para novamente dizer que precisamos de vocês equipamento para nosso exército, marinha e força aérea".[282]

Com referência ao assunto da participação brasileira na guerra, Roosevelt expressou seu desejo de que o governo brasileiro convencesse o governo português a permitir que tropas brasileiras fossem enviadas aos Açores e à Ilha da Madeira para aliviar os soldados portugueses lá estacionados. Vargas concordou em falar do assunto com Salazar, mas enfatizou que "não podemos enviar tropas às ilhas portuguesas a não ser que vocês forneçam equipamento adequado a elas".[283]

Do ponto de vista político, a Conferência de Natal ofereceu algum nível de satisfação ao Brasil como aliado dos Estados Unidos e supostamente fortaleceu sua posição no continente com relação à Argentina. A recusa de Buenos Aires de romper relações com o Eixo em 1942 relegara o país à parte de baixo da lista de prioridades do *Lend-Lease*, o que trouxe grandes benefícios ao Brasil. Isto preocupou as forças armadas argentinas, e em meados de agosto de 1942 o comandante do Estado-Maior já estava convencido de que o equilíbrio estratégico na América do Sul havia se inclinado para o Brasil. Tentou-se então adquirir armamentos da Alemanha.[284] Para fortalecer a posição brasileira, Roosevelt apresentou uma série de propostas referentes a assuntos do pós-guerra, dizendo que achava que "após a guerra, Dacar deveria ficar sob algum tipo de tutela com três comissários: um dos Estados Unidos, um do Brasil e um de algum outro país americano, talvez".[285] Esta promessa exagerada de um papel político para o Brasil na África do pós-guerra revela o objetivo básico de Roosevelt na reunião: ganhar a confiança de Vargas e do Brasil de modo a garantir apoio do país para as políticas estadunidenses. Nas palavras do embaixador britânico:

[282] A conferência entre os dois presidentes foi relatada pelo embaixador Caffery, FRUS 1943, V, pp. 653-658. (A citação é da página 656.) Vargas também fez anotações sobre a conferência, nas quais ela esboçou as necessidades militares e industriais do Brasil, GV 43.01.04/1.

[283] Relatório de Caffery, FRUS, 1943, V, p. 656.

[284] Caffery para Roosevelt, 9 de fevereiro de 1943, FRL/PSF. Martins para Aranha, 12 de fevereiro de 1943, AHI/MDB/EUA/Ofícios Recebidos. Sobre a situação da Argentina, ver A. Conil Paz & G. Ferrari, *Argentina's Foreign Policy, 1930-1962* (Londres, 1966), p. 99.

[285] Como a nota 283.

> Minha suspeita… é que o objetivo principal da reunião, que os ditames da cortesia provavelmente tornaram inevitável, foi de lisonjear o Brasil e capacitá-lo a se representar melhor como aliado ativo.[286]

A possibilidade de uma participação concreta do Brasil na Guerra dependia, de acordo com as propostas feitas por Roosevelt em Natal, das iniciativas políticas brasileiras relativas a Portugal. O Brasil exigia uma solução para as suas necessidades e recebia em troca um problema novo e de resolução difícil, em meio aos seus esforços de se juntar aos Estados Unidos na guerra.

Nasce a FEB

Apesar do reconhecimento público da compreensão mútua entre Brasil e EUA em Natal, no começo de 1943 o governo Roosevelt não tinha posição clara quanto às solicitações brasileiras de participar da guerra. Ele havia concordado em convidar missões ao norte da África para oferecer aos militares brasileiros um quadro do tipo de ação que se dava e do que se exigiria de uma força expedicionária brasileira. Para o governo brasileiro, o mais lógico parecia ser que seus contingentes se envolvessem no teatro de guerra norte-africano. Alguns dias depois da reunião de Natal, o governo decidiu firmar a Carta do Atlântico e se integrar às Nações Unidas.[287] Ao mesmo tempo Vargas enviou Vasco Leitão da Cunha, um agente diplomático especial, num giro político pelo norte da África, enquanto as missões militares brasileiras iam ver como era uma guerra de verdade.

Um dos primeiros oficiais brasileiros a visitar o quartel-general de Eisenhower foi o brigadeiro Eduardo Gomes, comandante da Força Aérea Brasileira. Ele regressou ao Brasil muito impressionado com o poder dos Estados Unidos e tendo em mente a ideia – formada a partir de conversas com funcionários do país – de que havia um interesse estadunidense no envio de uma força expedicionária à África. Ele também tomou a iniciativa de escrever para o chefe do Estado-Maior dos Estados Unidos a esse respeito. Este suposto apoio da parte de oficiais estadunidenses, se é que de fato foi expresso, contradizia as propostas feitas por Roosevelt a Vargas em Natal e a oposição de Eisenhower, mencionada anteriormente, a uma presença brasileira no norte de África. O general Marshall respondeu

[286] N. Charles para o *Foreign Office*, 30 de janeiro de 1943, FO 371 33651 (A1147/166/6). Ver também Ledoux para General De Gaulle, relatado por N. Charles ao *Foreign Office*, 9 de fevereiro de 1943, FO128/422, 21/93/43.
[287] Aranha para Caffery, 6 de fevereiro de 1943, AHI/RE/EUA/Notas Expedidas.

à carta de Gomes elogiando a contribuição brasileira para o esforço de guerra em termos da cessão de bases e outras instalações, mas não disse nada sobre o envio de tropas.[288]

A iniciativa de Gomes representava uma manifestação adicional da insistência militar e governamental brasileira de participar da guerra. O Departamento de Estado logo entendeu que o entusiasmo oficial brasileiro por uma participação mais ativa não poderia "ser descartada sem um efeito nocivo na atitude do Brasil com relação à guerra e seus aliados". A cúpula militar estadunidense, tanto no Rio quanto em Washington, estava chegando à mesma conclusão, e seus representantes na CMDBEU expressaram esta opinião a Leitão de Carvalho. O presidente Roosevelt também apoiava o projeto brasileiro.[289] Ao chegar o mês de abril de 1943, o funcionalismo civil e militar estadunidense havia determinado sua resposta à demanda brasileira.

Tendo concordado em criar a Força Expedicionária Brasileira (FEB), o próximo passo era decidir onde e quando ela seria empregada. Numa tentativa de resolver esta questão, o Departamento de Estado buscou explorar a possibilidade – anteriormente proposta por Roosevelt a Vargas – de contar com a ajuda brasileira para tentar obter de Portugal permissão para que os Aliados usassem os Açores e a Ilha da Madeira como bases militares para suas forças. O plano estipulava que tropas brasileiras seriam mandadas para estas ilhas do Atlântico, liberando assim os contingentes portugueses lá presentes para voltar ao continente.

O governo britânico se opunha à proposta com base na suposição de que não seria aceitável aos portugueses. Na realidade, tanto Portugal quanto o Reino Unido se opunham ao aquartelamento de forças brasileiras nos Açores e na Madeira pela simples razão de que isto significaria uma clara presença estadunidense em possessões portuguesas. Baseando-se em suas antigas alianças políticas com Portugal, o Reino Unido tomou a iniciativa de convencer o primeiro-ministro Salazar a colaborar, oferecendo instalações para as forças navais britânicas nas ditas ilhas.[290] Consequentemente, a decisão sobre onde a futura força expedicionária brasileira se localizaria foi adiada.

---

[288] Gomes para o Ministro da Aeronáutica, GV 43.04.18; Caffery para Hull, 26 de abril de 1943, FRL/PSF; Gomes para Marshall, 1º de maio de 1943; e Marshall para Gomes, 5 de junho de 1943, ambos em NA/RG 165 OPD 336-2 Brazil, Section I.

[289] Walmsley Jr. para Bonsal and Duggan, 5 de janeiro de 1943, NA/RG 59 832.20/515. Memorando de Walmsley Jr., 21 de janeiro de 1943, NA/RG 59 832.30/502; Walsh para Chefe do Estado-Maior, 11 de janeiro de 1943, NA/RG 165 OPD 336-2 Brazil, Section I. Também Caffery para Hull, 6 de fevereiro de 1943, NA/RG 59 832.00/4349, e 7 de abril de 1943, RG 59 832.00/511. Ver também Leitão de Carvalho, Relatório Geral, p. 92, e F. McCann, *op. cit.*, p. 348.

[290] Pint para Cadogan, 25 de junho de 1943, FO 954 (LA/43/2). Correspondência entre a embaixada portuguesa no Rio de Janeiro e o Itamaraty, 12 de fevereiro de 1943; N. Charles para o *Foreign Office*, 23 de fevereiro, 26 de março, e 11 de abril de 1943; *Foreign Office* para N. Charles, 25 de fevereiro, e 3 de março de 1943; N. Charles para Halifax (embaixador britânico nos EUA), 2 de abril de 1943, todos em FO 128 422–Brazil.

No âmbito militar, os planos voltados à FEB começaram a tomar corpo em abril de 1943, quando o general Leitão de Carvalho apresentou ao chefe do Estado-Maior dos Estados Unidos um plano para enviar aos campos de batalha uma força expedicionária composta por quatro divisões. No dia 3 de maio, os *Joint Chiefs of Staff* (chefia conjunta dos estados-maiores) aprovaram em princípio um plano para a criação de três divisões, incluindo uma pequena unidade de força aérea. O ministro da Guerra brasileiro também aceitou o plano.[291] Uma missão militar estadunidense foi enviada ao Brasil para finalizar os detalhes. O chefe da missão regressou aos Estados Unidos convencido de que o governo e a cúpula militar brasileiros estavam determinados a lutar no exterior e que poderiam preparar uma força expedicionária se esta "recebesse de quatro a oito meses de treinamento moderno com o equipamento adequado".[292]

Conversações oficiais continuaram no âmbito da CMDBEU e seu resultado tomou forma na Recomendação nº 16, aprovada em 21 de agosto de 1943 – um ano após a declaração de guerra do Brasil. De acordo com a recomendação, a FEB seria composta por três divisões, mais uma pequena unidade aérea. Ela seguiria as diretrizes de organização militar estadunidense e ficaria sob a direção estratégica e funcional do Alto Comando dos Estados Unidos. A FEB receberia dos Estados Unidos material bélico para treinamento e combate, e poderia recorrer aos serviços e instalações do exército estadunidense no teatro de guerra.[293] Assim, todas as ações e decisões cruciais referentes a equipamento, transporte, local e momento de emprego da FEB estavam nas mãos dos Estados Unidos.

Isto possivelmente causou os conflitos de orientação que surgiram entre a CMDBEU e o ministro brasileiro da Guerra, e também explica por que a organização e o treinamento da FEB se mostraram tão lentos e laboriosos. O comando da força expedicionária reclamava constantemente da má vontade do Ministério da Guerra em assuntos ligados à FEB. A questão se tornou uma disputa política sobre quem comandaria a força e foi manipulada pelo governo na esperança de ganhar apoio político.[294]

---

[291] Caffery para Hull, 6 de fevereiro de 1943, NA/RG 832.00/4349; 7 de abril, e 17 de maio de 1943, ambos em 832.20/511, 525. Ver também F. McCann, *op. cit.*, p. 348.

[292] Ord para o Chefe-Assistente do Estado-Maior, 16 de junho de 1943, NA/RG 165, OPD 336-2 Brazil, Sec. I.

[293] Relatório Geral, pp. 100-101, IHGB, Documentos de Leitão de Carvalho.

[294] Existe uma volumosa bibliografia sobre os conflitos e dificuldades na organização da FEB, e muitos livros foram escritos por participantes dos acontecimentos. Ver J. B. M. Moraes, *A FEB pelo seu Comandante* (São Paulo, 1947) e *Memórias* (Rio de Janeiro, 1969); F. L. Brayner, *A Verdade sobre a FEB* (Rio de Janeiro, 1968) e *Recordando os Bravos* (Rio de Janeiro, 1977). Ver também A. A. Camargo & W. Goes, *Meio Século de Combate* (Rio de Janeiro, 1981); N. W. Sodré, *Memórias de um Soldado* (Rio de Janeiro, 1967) e *História Militar do Brasil* (Rio de Janeiro, 1969). Um relato bibliográfico completo se encontra em M. L. Lins, *A Força Expedicionária Brasileira* (São Paulo, 1975).

Somente uma das três divisões chegou a ser organizada, comandada pelo general Mascarenhas de Moraes. Ela foi formada a partir de diferentes batalhões, contra as diretrizes estabelecidas pela CMDBEU. Entretanto, sua formação sofreu meses de atraso, e seu treinamento foi obstado por uma carência aguda de materiais, recursos humanos e capacidades de organização.[295] O lento progresso da FEB teve sérias consequências para a política externa, particularmente em termos das relações políticas e militares Brasil-EUA.

Enfim, o ministro da Guerra Eurico Dutra tentou obter informações mais precisas com relação aos planos estadunidenses e intervir mais decisivamente na organização da FEB. Em agosto de 1943, ele viajou aos Estados Unidos para ter discussões com a cúpula militar do país. Durante suas discussões mais importantes com o general Marshall, Dutra sugeriu que novos tipos de armamentos (veículos de combate antitanque) deveriam ser entregues ao Brasil. Ao mesmo tempo, ele tentou mudar o programa estabelecido pelos Estados Unidos para a organização da força expedicionária e requereu informações precisas sobre quando e onde os soldados brasileiros seriam estacionados. Marshall respondeu evasivamente e observou que a primeira divisão da FEB ainda não havia sido organizada e não poderia ser transportada aos campos de batalha antes do começo de 1944.[296]

Embora a visita de Dutra aos Estados Unidos não tenha mudado a situação da FEB, ela levou os militares estadunidenses a crer que o ministro brasileiro queria usar a FEB como meio de adquirir mais armamentos e aumentar seu prestígio político no Brasil. Na visão deles

> Dutra queria organizar um corpo de exército inteiro de uma vez para causar uma impressão no povo do país e no Exército. ... Ele havia selecionado o material mais difícil de todos de obter, já que alguns de nossos equipamentos mais modernos desse tipo ainda não estavam em plena produção.[297]

O governo brasileiro tentou transformar a visita de Dutra em prova do real desejo do Brasil de participar ativamente da guerra,[298] embora as circunstâncias e objetivos da visita de Dutra na verdade levaram os militares estadunidenses a suspeitar do comprometimento de fato do Brasil e de sua capacidade real de organizar a força proposta. Em

[295] As reclamações de Mascarenhas quanto à organização da FEB são relatadas em *A FEB pelo seu Comandante*. A necessidade de especialistas e o problema da falta de organização são frequentemente citados por oficiais da FEB em *Depoimento de Oficiais da Reserva sobre a FEB* (Rio de Janeiro, 1949). Ver também N. W. Sodré, *História Militar do Brasil*, p. 256.

[296] Conversa entre Dutra e Marshall, 2 de setembro de 1943. Memorando do General Ord para o Chefe-Assistente do Estado-Maior, 12 de agosto de 1943, NA/RG 165 OPD 336 Brazil, Sec. I.

[297] Conferência entre Dutra e Marshall (anotações), 20 de setembro de 1943, NA/RG 218 JCS BDC 9930.

[298] Caffery para Hull, 9 de agosto de 1943, NA/RG 59 832.20/541; Aranha para Dutra, OA 43.08.11/1; Góes Monteiro para Marshall, OA 43.08.09.

setembro de 1943, os serviços de inteligência militar dos Estados Unidos indicaram que

> A FEB foi usada como assunto de manipulação política... mas pouco tem se progredido no treinamento de soldados, na organização de centros de instrução, na preparação de quadros etc.[299]

Eles alegavam que as razões desta ineficiência estavam na "inércia e falta de iniciativa dos oficiais do Estado-Maior brasileiro",[300] e chegavam à mesma conclusão – a FEB representava um meio para os militares brasileiros obterem mais armamentos via *Lend-Lease*. Por esta razão, o Departamento da Guerra pediu que a embaixada dos Estados Unidos no Rio de Janeiro investigasse:

> A sinceridade do Brasil quanto à participação ativa na guerra antes que qualquer ação seja iniciada em Washington para obter aprovação específica para o emprego de tropas brasileiras.[301]

Do lado brasileiro, a ausência de um compromisso claro da parte dos Estados Unidos era vista como evidência da falta de interesse do Departamento da Guerra na FEB.[302] Ainda que a posição brasileira fosse apoiada pelo Departamento de Estado, a queda do subsecretário Sumner Welles e sua substituição por Edward Stettinius Jr. em agosto de 1943 dificultou ainda mais as negociações em torno da FEB. O fato de que Stettinius não tinha consciência plena dos acordos e barganhas sutis que sustentavam a aliança Brasil-EUA, e tendia a conferir pouca importância a assuntos latino-americanos em geral e brasileiros em particular, foram mencionados num resumo de relatórios enviado dos Estados Unidos para Aranha.[303]

Como resultado destas circunstâncias, o final do ano de 1943 foi um período de recriminações mútuas. O Brasil acusava os Estados Unidos de ter-lhe extraído muitas vantagens e de haver perdido o interesse anterior. Evidência disso era a hesitação estadunidense quanto ao despacho da FEB para o teatro de guerra.[304] Os Estados Unidos respondiam na

[299] American Intelligence Service, 1º de setembro de 1943, NA/RG 218 JCS BDC 9930.
[300] Idem.
[301] Departamento da Guerra para Departamento de Estado, outubro de 1943, NA/RG 165 OPD 336-Brazil. Sobre uso da FEB para obter armamentos via *Lend-Lease*, ver Lampert para Faria Lima, 26 de outubro de 1943, GV 43.10.08.
[302] Caffery para Hull, 27 de outubro e 25 de novembro de 1943, NA/RG 59 711.32/190, 193. Também Caffery para Duggan, 24 de novembro de 1943, RG 59 832.20/581.
[303] Resumo de relatórios – GV 43.12.06.
[304] Caffery para Hull, 25 de novembro de 1943, FRUS, 1943, V, p. 647.

mesma moeda, alegando que os brasileiros não aceitavam inteiramente a orientação do Departamento da Guerra e nem mesmo haviam concluído a organização das unidades da FEB.[305] Embora oficialmente ainda se interessassem pela FEB, expressavam dúvida quanto à sua ativação. Ademais, não se consideravam comprometidos a enviar armas ao Brasil sob a Recomendação nº 14 da CMDBEU. Na verdade, tais remessas diminuíram rapidamente por volta do final do ano. Com base em seus contatos com autoridades brasileiras, funcionários estadunidenses concluíam que as solicitações de armas eram determinadas menos por necessidades de treinamento do que pelo desejo de fortalecer as forças armadas brasileiras. O visconde Halifax, embaixador britânico em Washington, relatou que os Estados Unidos usavam como desculpa a escassez de embarcações de carga para evitar o envio de grandes quantidades de armamento ao Brasil, já que não desejavam criar um exército poderoso e moderno no país.[306] A esta altura, até o próprio Vargas começou a culpar o governo estadunidense.[307]

Ao final de 1943, o grande projeto de colaboração entre Brasil e EUA se aproximava rapidamente de um impasse, da perspectiva brasileira. O *Foreign Office* britânico havia desacreditado completamente a possibilidade do envio da FEB ao teatro de guerra.[308] A situação interna tampouco podia ser descrita como muito melhor para o governo Vargas.

O **front** *interno*

A partir de 1943, o aparentemente tranquilo Estado Novo passou a ser perturbado por problemas políticos e sociais. A guerra criara um *boom* industrial ligado à substituição de importações, mas ainda que estimulada por ajuda governamental, frequentemente esta atividade econômica era especulativa e não conducente a uma real produção de riqueza. Alguns setores vinculados a mercados externos – tais como café, algodão e

[305] Caffery para Hull, 4 de outubro de 1943; Hull para Caffery, 6 de outubro de 1943; Duggan para Caffery, 8 de outubro de 1943 – todos em FRUS, 1943, V, pp. 641-643. Também Hertford para Duggan, 26 de novembro de 1943; Hull para Caffery, 29 de novembro de 1943; Duggan para Caffery, 15 de dezembro de 1943, todos em NA/RG 59 711.32/193, 196. Ver também Hull para AMEMBASSY, 22 de dezembro de 1943, NA/RG 59 832.20/567; e o relatório de Rhodes para o *Foreign Office*, 10 de janeiro de 1944, FO 371 37838 (AS670/18/6). Aranha tentou dar ao comando da FEB um *status* similar à sua contraparte estadunidense no teatro de guerra: Dawson para Bonsal e Duggan, 16 de novembro de 1943, NA/RG 59 832.20/594.

[306] Halifax para o *Foreign Office*, 23 de dezembro de 1943, FO 371 37838 (AS18/18/6). Ver também Salgado Filho (ministro da Aeronáutica) para Arnold (Departamento da Guerra), 20 de dezembro de 1943, NA/RG 165 OPD, 336-Brazil, Sec. I; e memorando do Departamento de Estado, 29 de dezembro de 1943, NA/RG 59 832.00/4521.

[307] Caffery para Hull, 13 de dezembro de 1943; Hull para Caffery, 13 de dezembro de 1943, NA/RG 59 832.20/567.

[308] Anotações de funcionários do *Foreign Office* sobre telegrama de N. Charles para o *Foreign Office*, 31 de dezembro de 1943, FO 371 37838 (AS30/18/6).

carne – e à indústria foram favorecidos de um modo geral por acordos e regulamentos internacionais, auxílio governamental e até por mercados em crescimento.[309]

Em termos gerais, porém, a guerra produziu sérias desarticulações na economia brasileira e estimulou algumas mudanças na agricultura do país. O cultivo de produtos para exportação, como café e algodão, foi expandido, mas concomitantemente sofreu com a diversificação das atividades agrícolas. A produção de muitos gêneros básicos foi deslocada pela pecuária em resposta aos altos preços da carne no mercado internacional. Muitos relatórios contemporâneos descrevem as condições de vida e de trabalho dos trabalhadores rurais como "intoleráveis", e indicam o grande volume de migração de áreas tradicionalmente rurais para as cidades ou para outras zonas rurais do país.[310]

Embora tais migrações não tivessem sido criadas pela guerra, elas certamente foram reforçadas pela desarticulação econômica provocada pela guerra. Os migrantes vinham do Nordeste, de Minas Gerais e até de estados do Sul. O governo lidava com o problema tentando encorajar o movimento rumo às "fronteiras agrícolas", particularmente nos estados de São Paulo e Paraná. Em alguns casos especiais, o próprio governo patrocinava movimentos populacionais, como no caso da "batalha da borracha", quando milhares de trabalhadores foram transferidos do Nordeste para a bacia amazônica.

A situação econômica das classes trabalhadoras urbanas era semelhantemente difícil. Os preços dos alimentos aumentaram como resultado da estagnação da produção e a crescente demanda da população urbana. A estes problemas se somavam um sistema de transportes obsoleto, resultado de restrições às importações de meios de transporte (como caminhões e vagões de trem), além da demanda incrementada das atividades industriais e militares por meios de transporte.[311] O resultado desta pressão sobre os preços foi um processo inflacionário e uma carência aguda de produtos básicos do cotidiano. Nas cidades grandes, formavam-se longas filas nos açougues e mercados.[312] Um observador britânico

[309] E. Carone, *op.cit.*, parte I.

[310] E. Carone, *op.cit.*, p. 11. Sobre a migração para as cidades, ver P. Singer, *Economia Política da Urbanização* (São Paulo, 1976), p. 122. Ver também os relatórios "Exodus of rural workers from the state of São Paulo", 21 de setembro de 1944, NA/RG 226, OSS n. 98634; e "An economic analysis of the coffee situation", São Paulo, NA/RG 59 832.61333/12-644.

[311] Memorando "Controle sobre inflação no Brasil", enviado ao Presidente Vargas, 24 de abril de 1944, GV 44.04.24/2. Memorando ao Presidente Roosevelt, 20 de dezembro de 1944, FRL/BC.

[312] Sobre a crise no fornecimento de alimentos, ver M. Y. Linhares & F. C. Silva, *História Política do Abastecimento (1918--1974)* (Brasília, 1979), pp. 108-113. Há uma animada discussão sobre a especulação econômica e a falta de produtos essenciais em N. W. Sodré, *Memórias de um Soldado*, pp. 200, 205-206, e na correspondência diplomática; ver N. Charles para o *Foreign Office*, 20 de abril de 1943, FO 371 35651 (A4061/166/6); Simmons para Hull, 3 de março de 1944; Caffery para Hull, 29 de junho de 1944, em NA/RG 59 832.00/4542, 6-2944; Gainer para o *Foreign Office*, 2 de agosto de 1944, FO 371 37842 (AS4452/51/6); relatório político de Tewell, 10 de agosto de 1944, NA/RG 59 832.00/8-1044.

comentou: "Os ricos usaram a guerra para ganhar dinheiro e o humor dos pobres está à beira do desespero".[313]

De 1942 em diante, o governo buscou resolver esta carência de alimentos por intermédio de aumentos salariais e regulamentação de preços. Foi nomeado um Coordenador de Mobilização Econômica para enfrentar estas e outras questões econômicas. O coordenador, João Alberto Lins de Barros, oriundo do tenentismo, recebeu extensos poderes sobre a indústria, a mineração, o comércio exterior e os preços – em resumo, sobre praticamente todos os aspectos da vida econômica brasileira. João Alberto também colaborou com a Missão Cooke, na produção de estudos a respeito de indústrias brasileiras e com a *Rubber Reserve Corporation* e sua "batalha da borracha", os resultados da qual ficaram longe de ser brilhantes. De modo a controlar os preços dos bens de consumo e a racionar os combustíveis, a energia e certas commodities essenciais, criou-se uma complexa estrutura administrativa. Nesta esfera, as ações do coordenador fracassaram completamente. Os aumentos salariais foram rapidamente anulados pela escalada dos preços, e a imposição de controles desorganizou o comércio e a indústria.[314] Um "mercado negro" de alimentos surgiu durante a guerra:

> ... nunca na história desta região (Minas Gerais) houve um número tão grande de especuladores prósperos negociando com itens de primeira necessidade em oposição ao mercado controlado, e prosperando financeiramente como indivíduos em detrimento do povo em geral.[315]

Também houve tentativas de reduzir os diferenciais de renda e aumentar a arrecadação do Estado. Em 1943, foram decretados aumentos drásticos no imposto de renda tanto para pessoas jurídicas quanto físicas. Havia boas razões para tal, já que

> Para empresas comerciais e industriais brasileiras a razão mediana entre lucro líquido e capital investido em 1942 foi de 34,4%; e quase 1/10 entre 256 empresas comerciais e industriais realizaram lucros líquidos no ano passado maiores que o seu capital investido.[316]

Ver também Caffery para Hull, 22 de março de 1943; memorando de Walmsley Jr., 25 de março de 1943, ambos em NA/RG 59 832.00/4366, 4378; Brunner para Roosevelt, 24 de abril de 1944; e Stettinius para a embaixada dos EUA no Rio de Janeiro, 10 de junho de 1944, ambos em NA/RG 59 711.32/239a, 241, 05.

313 Gainer para o *Foreign Office*, 1º de janeiro de 1945, Relatório Anual de 1944, FO 371 44806 (AS687/52/6).

314 Sobre a criação e o fracasso da Coordenação de Mobilização Econômica, ver M. Y. Linhares & F. C. Silva, *op. cit.*, pp. 115-117. Ver também R. A. Humphreys, *Latin America and the Second World War, 1942-1945* (Londres, 1982), pp. 70-72.

315 Relatório do cônsul dos EUA, 4 de maio de 1944, NA/RG 57 832.00/4378. A correspondência brasileira também mostra o fracasso do racionamento de alimentos: Viriato Vargas para Getúlio Vargas, GV 43.05.25.

316 Relatório da embaixada dos EUA no Rio de Janeiro, 14 de maio de 1943, NA/RG 59 832.00/4387.

No começo de 1944 o governo também decretou uma lei de lucros excessivos de modo a "apaziguar a opinião pública" e produzir um "efeito anti-inflacionário".[317] As razões por trás desta medida também eram evidentes:

> As velhas e estabelecidas casas comerciais e industriais têm realizado lucros notoriamente pesados nestes três anos, enquanto mantêm os salários num nível que só pode ser descrito como miserável e abaixo de qualquer linha de subsistência decente.[318]

Estas leis suscitaram fortes reações da Confederação das Indústrias. Embora o empresariado de São Paulo e os jornais que expressavam os interesses do *big business* tenham reagido ferozmente, as leis foram mantidas.[319]

Órgãos estatais também tentaram regulamentar as consequências da desarticulação econômica por meio de uma política legislativa ativa, que visava controlar as tensões sociais e garantir a "paz social". Dois bons exemplos disto são a Consolidação das Leis do Trabalho, de 1943, que objetivava regulamentar as relações de trabalho individuais e coletivas nas cidades, e o Estatuto da Lavoura Canavieira, que pretendia dar equilíbrio entre pequenos e grandes fornecedores de cana, e entre empregadores e empregados das usinas de açúcar por meio de um sistema de quotas.[320] Não obstante, como vimos, o governo não foi capaz de controlar a inflação, a falta de gêneros alimentícios e o achatamento salarial. Com isso, grupos de oposição começaram a usar a ineficiência governamental para propósitos de propaganda política.

A situação social em deterioração teve uma outra repercussão, à medida que foi ficando cada vez mais difícil mobilizar a nação para apoiar ativamente o principal projeto da política externa brasileira, isto é, a participação na guerra. Submergida em tensões sociais, a sociedade brasileira se mantinha indiferente aos esforços dos líderes políticos e militares de elevar os níveis de entusiasmo da nação. Ainda que setores das classes médias estivessem mobilizados, e que movimentos de esquerda

[317] Simmons para Hull, 6 de janeiro de 1944, NA/RG 59 832.00/4520; Viriato Vargas para Getúlio Vargas, GV 43.05.25.
[318] N. Charles para o *Foreign Office*, 2 de janeiro de 1944, FO 371 37856 (AS669/278/6). Ver também L. Basbaum, *História Sincera da República* (São Paulo, 1977), pp. 155-157.
[319] N. Charles para o *Foreign Office*, 25 de janeiro de 1944, FO 371 37856 (AS1011/278/6).
[320] Ver L. A. Barsted, "Legalidade e Conflito Social: Uma análise das práticas e representações sociais sobre o Direito", in F. A. M. Rosa (org.), *Direito e Conflito Social* (Rio de Janeiro, 1981); J. C. Gnaccarini, *Latifúndio e Proletariado* (São Paulo, 1980), pp. 92-93; C. P. Neves, "Crescentes e Minguantes" (Dissertação de mestrado, PPGAS, Museu Nacional, Rio de Janeiro, 1979).

e liberais apoiassem a força expedicionária, a maioria da população permanecia indiferente a toda a questão.[321]

Vargas combinava políticas trabalhistas, por um lado, e a FEB, por outro, para garantir apoio ao regime, neutralizar a crescente oposição política e unir a cúpula militar em torno do projeto de aumentar a influência internacional do Brasil. Entretanto, uma vitória das Nações Unidas, isto é, uma vitória da democracia sobre o fascismo, sublinhava a contradição institucional da ditadura. Ademais, a Constituição de 1937 estabelecera um mandato presidencial de seis anos, que venceria em 1943. Em meados de 1943, o debate sobre a base jurídica do regime provocou discussões acaloradas. Figuras como Marcondes Filho, ministro da Justiça e do Trabalho, acreditavam que não se deveria agir antes do fim da guerra; outros, como Aranha, queriam eleições. Vargas tendia à posição do ministro da Justiça e do Trabalho, e tinha o apoio do ministro da Guerra.[322] Para o regime, o que estava em jogo era o próprio processo de democratização.

A manutenção e até o fortalecimento da ditadura eram defendidos pela direita autoritária e seus aliados pró-fascistas restantes. Eles estavam convencidos de que o discurso democrático era o prelúdio da ação comunista. Para fazer frente às pressões a favor de reformas sociais e democratização – subprodutos inevitáveis de uma vitória na guerra – eles aprovavam a concessão de certos direitos e vantagens aos trabalhadores, mas não permitiriam que um movimento sindical independente se formasse. Eles defendiam mais censura e ações mais decisivas contra indivíduos em posições de autoridade e organizações que aderissem a um modelo democrático.[323] Este lobby autoritário tinha uma influência considerável no seio do aparato estatal, e fez campanha exitosa pela nomeação de Filinto Müller ao Conselho Nacional do Trabalho, a instância mais importante na definição dos dissídios coletivos entre empregadores e empregados.[324]

---

[321] Ver D. Arruda, "Nossa participação na primeira e segunda guerras mundiais", em *Depoimento de Oficiais da Reserva sobre a FEB* (Rio de Janeiro, 1949), p. 41. Ver também a correspondência diplomática: Caffery para Hull, 17 de maio de 1943, NA/RG 59 832.00/4389; N. Charles para o *Foreign Office*, 6 de novembro de 1943, FO 371 33670 (A9887/2506/6); relatórios anuais de 1943 e 1944, FO 371 37846, 44806 (AS873/95/6, AS687/52/6); Perrowne para Butler (*Foreign Office*), 31 de agosto de 1944, FO 371 37867 (AS5077/1130/6); Rosas para Alencastro, GV 44.02.09/3.

[322] Uma abordagem global das forças políticas e do processo político deste período se encontra em E. Carone, *op. cit.*, parte IV. Sobre a posição dominante no governo, ver A. Marcondes Filho, *O Momento Constitucional Brasileiro* (Rio de Janeiro, 1943). A correspondência diplomática também refletia a controvérsia: Caffery para Hull, 31 de julho de 1943, NA/RG 59 832.00/4428; Harrison para Walmsley Jr., 6 de abril de 1944; Simmons para Hull, 22 de março de 1944, NA/RG 59 832.00/4551.

[323] Viriato Vargas para Getúlio Vargas, GV 43.03.24, GV 43.04.25; Dutra para Vargas, GV 43.01.12/1; Vieira de Mello para Vargas, GV 43.04.08/1; Dutra para Vargas, GV 43.12.17. Ver também Braddock para Caffery, 18 de março de 1943, NA/RG 59 832.00/4388; relatório de Simmons, 22 de março de 1944, NA/RG 59 832.00/4551.

[324] Caffery para Hull, 15 de julho de 1943, NA/RG 59 832.00/4420. Tendências pró-fascistas também eram influentes na polícia. Ver, por exemplo, as reclamações de Caffery sobre a libertação de espiões alemães em São Paulo: Caffery para Aranha, 4 de março de 1943, AHI/RE/EUA, Notas Recebidas, 1943.

Pressões pela transformação do regime tiveram origens tanto externas quanto internas. Embora a política do governo dos Estados Unidos fosse de apoio irrestrito a Vargas, havia sinais indiretos de que a representatividade política do governo Vargas cairia.[325] Embora ainda aderisse à mesma posição, ao final de 1943 o governo estadunidense demonstrava sinais de incômodo devido à íntima identificação de sua política externa com apoio ao governo Vargas: "A nossa própria posição no Brasil pode se deteriorar junto com o regime Vargas".[326]

Internamente, podia-se detectar alguma mobilização política – particularmente das classes médias – já em 1942. Reuniões estudantis, jornais clandestinos, manifestos, novas associações e toda uma gama de atividades políticas contra o regime foi criada ou reativada. Formou-se uma frente unida pela democratização. Embora não houvesse uma definição ideológica clara entre os diversos grupos desta frente de oposição ao Estado Novo, duas amplas tendências podiam ser identificadas: uma liberal--conservadora e uma de esquerda.

Esta última era mais comumente composta de estudantes, intelectuais e, naturalmente, de militantes socialistas e comunistas. Seu programa reivindicava o fim do Estado Novo e a democratização do país, a começar por uma anistia para os exilados e prisioneiros políticos. Suas críticas também incluíam o esforço de guerra contra o Eixo. Em outra frente, a esquerda criticava as medidas econômicas e sociais adotadas pelo governo e seus "empréstimos" de elementos totalitários.[327] Estes grupos "liberais de esquerda" se mantiveram muito ativos ao longo de 1943. Dizia-se que um deles, a Sociedade Amigos da América, encabeçada pelo general Manuel Rabello, tinha o apoio de Aranha e era acusado pelos elementos ditatoriais do governo de manter boas relações com a oposição liberal e de esquerda. A existência da Sociedade era assunto de conflito frequente entre Rabello e o ministro Dutra. Outra associação civil muito ativa era a Liga de Defesa Nacional. Quanto ao movimento estudantil, tanto a União Nacional dos Estudantes quanto as uniões regionais eram bem ativas: em 1943, realizou-se o 6º Congresso da UNE e uma série de

[325] Ver por exemplo, a conversa de Roosevelt com Ávila Camacho, presidente mexicano, em 1943: Cavalcanti para Vargas, GV 43.04.29. Também memorando de Duggan, 25 de julho de 1943, e memorando do Departamento de Estado, 3 de agosto de 1943, ambos em NA/RG 59 832.00/4426, 8-343. Também relatório anual de 1944 sobre o Brasil, 10 de janeiro de 1945, FO 371 44806 (AS687/52/6).

[326] Harrison para Dawson, 24 de novembro de 1943; memorando do Departamento de Estado, 29 de dezembro de 1943, ambos em NA/RG 59 832.00/4500, 4521.

[327] Pedro Motta Lima para Herbert Moses, OA 43.02.12/2; relatório para Vargas, GV 43.12.00/4. Também Aranha para Lusardo, OA 43.09.15/3; Simmons para Hull, 17 de fevereiro de 1944, NA/RG 59 832.00B/195. Sobre as diferentes correntes ideológicas e políticas no seio da esquerda, ver E. Carone, *op. cit.*, pp. 187-193, 216-235, 235-249, e A. Spindel, "Do Estado Novo à Queda de Vargas", in *O Partido Comunista na Gênese do Populismo* (São Paulo, 1980).

eventos foi organizada na Semana Antifascista.[328] Uma manifestação com comparecimento maciço em São Paulo foi reprimida com violência pela polícia, o que produziu demonstrações impressionantes de solidariedade.[329]

A oposição liberal-conservadora ao regime de Vargas nunca foi submetida a violência física ou prisão. Esta era uma combinação de velhos integrantes liberais do Congresso Nacional, cuja luta contra o regime se baseava no modelo liberal e num retorno aos ideais da Constituição de 1891. Personagens de destaque deste grupo incluíam Otávio Mangabeira e Armando de Salles Oliveira no exterior e, no Brasil, Elmano Cardin, J. E. Macedo Soares, Henrique Dodsworth, Georgino Avelino e outros. Eles eram ou remanescentes dos velhos grupos "oligárquicos" derrubados pela Revolução de 1930, ou líderes políticos regionais "traídos" pela revolução (por exemplo, os mineiros Virgílio de Mello Franco, Pedro Aleixo, Hilton Campos, Afonso Arinos e Dario de Almeida Magalhães).[330] As atividades políticas destes grupos – a busca de apoios em diversos setores sociais, fosse entre movimentos organizados ou figuras de projeção – não tiveram grande êxito em 1943.[331]

Suas tentativas de ganhar o apoio de trabalhadores não braçais e do movimento operário organizado não tiveram sucesso, já que as políticas sociais de Vargas de concessões salariais, legislação trabalhista e estímulo ao sindicalismo contrabalançavam as facilidades estendidas aos empresários em geral.[332] As tentativas deste grupo de obter apoio entre as classes altas rurais e urbanas – em oposição aos aumentos no imposto de renda e à "lei de lucros excessivos" – foram mais pro forma que reais, já que o governo favorecia fortemente as atividades econômicas destas classes, ao mesmo tempo garantindo a "paz social" por meio de sua política trabalhista. O embaixador Caffery foi bem preciso quando

[328] Dutra para Vargas, GV 43.01.12/1; Vieira de Mello para Vargas, GV 43.04.08/1; Dutra para Vargas, GV 43.12.17. Também Braddock para Caffery, 18 de março de 1943, e Caffery para Hull, 25 de outubro de 1943, ambos em NA/RG 59 832.00/4388, 4463. Sobre a Liga de Defesa Nacional, ver Simmons para Hull, 25 de abril de 1944, NA/RG 59 832.00/4378. Ver também E. Carone, *op. cit.*, pp. 292-310.

[329] Manifesto do professorado da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, OA 43.11.08/1. Relatório para Vargas, GV 43.11.08, GV 43.12.00/4. Sobre as atividades estudantis no Rio de Janeiro e em São Paulo, ver OA 43.04.24 e OA 43.09.01/5. Ver também Caffery para Hull, 10, 15 e 22 de novembro de 1943, NA/RG 59 832.00/4500, 4497 e 4503.

[330] M. V. Benevides, *A UDN e o Udenismo* (Rio de Janeiro, 1981), pp. 32-40. Ver também Simmons para Hull, 20 de abril de 1943, e relatório do *Liaison Office*, 22 de outubro de 1943, ambos em NA/RG 59 832.00/4377, 4482. Ver também M. P. Servo para Aranha, 4 de fevereiro de 1943, OA 43.02.04/1; Adolfo Konder para Aranha, OA 44.04.05/1; Mangabeira para o *New York Post*, OA 44.05.25/2.

[331] Ver, por exemplo, a tentativa de envolver Marcondes Filho: Caffery para Hull, 25 de outubro de 1943, NA/RG 59 832.00/4463.

[332] Ver Caffery para Hull, 6 de fevereiro, 15 de julho e 5 de novembro de 1943, e 29 de junho de 1944; e Simmons para Hull, 3 de março de 1944 – todos em NA/RG 59 832.00/4349, 4420, 4495, 6-2944, 4542. Ver também Gainer para o *Foreign Office*, 2 de agosto de 1944, FO 371 37842 (AS4452/51/6), e Caffery para Hull, 8 de novembro de 1943, NA/RG 59 832.00/4495.

observou que os paulistas ricos defenderiam a democracia e a liberdade somente se achassem que seu interesse econômico estivesse ameaçado.[333]

Esta oposição "oligárquica" também tentou envolver as forças armadas brasileiras, ou pelo menos seus líderes, no circuito contrário a Vargas por meio de discursos anti-EUA dirigidos àqueles oficiais que eram críticos da presença dos Estados Unidos no Brasil.[334] Novamente, a empreitada teve pouco sucesso, já que a aspiração geral militar por modernização estava sendo cumprida, a aventura estrangeira estava sendo cuidadosamente preparada e os líderes militares se opunham firmemente a dissensões internas.[335] As tentativas de envolver Dutra abertamente e apresentá-lo à população como um fundador da democracia liberal em contraste a Vargas eram ridículos: a identificação era fraca, Dutra ficou do lado de Vargas e o exército permaneceu leal ao regime.[336]

A manifestação mais proeminente desta oposição em 1943 foi o Manifesto dos Mineiros, que encorajava os velhos políticos a expressar e a tentar organizar sua oposição a Vargas, e tentava neutralizar a iniciativa política do presidente no processo de democratização, rotulando suas promessas de normalização política como uma manobra para permanecer no poder.[337] No começo de 1944, rumores de conspirações tanto no Brasil quanto nos Estados Unidos eram comuns. Estes rumores implicavam a embaixada dos Estados Unidos no Rio de Janeiro, além da Igreja Católica, mas convenceram apenas alguns poucos oficiais do exército. Alguns representantes estadunidenses no Brasil observaram, não sem satisfação, que muitos tenentes estavam se tornando "bons democratas", isto é, favoráveis à democracia liberal *e* ao Pan-Americanismo *e* à política de boa vizinhança dos Estados Unidos.[338]

Neste contexto, a falta de progresso quanto ao destino e envio da força expedicionária se tornou assunto de propaganda contra o regime. Boatos davam conta de que a FEB resultava de uma decisão pessoal

[333] Caffery para Hull, 22 de maio de 1943, NA/RG 59 832.00/4393. Sir N. Charles também observou que Vargas tinha o apoio dos "interesses industriais, mineradores e comerciais brasileiros" – N. Charles para o *Foreign Office*, FO 371 33651 (A1527/166/6). Sobre as tentativas de mobilizar cafeicultores, empresários e industriais contra o governo, ver Caffery para Hull, 15 de abril de 1943; Donnely para Hull, 22 de abril de 1943; e Caffery para Hull, 5 de novembro de 1943 – todos em NA/RG 59 822.00/4374, 4379, 4495. Ver também J. M. Bello, *História da República* (São Paulo, 1964), p. 406.

[334] Caffery para Hull, 14 de junho de 1943, NA/RG 59 832.00/4400.

[335] Caffery para Hull, 5 de novembro de 1943, NA/RG 59 832.00/4495.

[336] Relatório sobre a situação política, GV 43.05.25; Simmons para Hull, 20 de abril de 1943, NA/RG 59 832.00/4377. Também N. Charles para o *Foreign Office*, 2 de julho de 1943, FO 371 33678 (A7127/2506/6).

[337] M. V. Benevides, *op. cit.*, pp. 34-36; O. Cavalcanti, *Os Insurretos de 43* (Rio de Janeiro, 1978); V. Mello Franco, *op. cit.*, p. 11.

[338] De acordo com Simmons, Relatório, 22 de março de 1944, NA/RG 59 832.00/4551. Sobre conspirações, ver Simmons para Hull, 6 e 20 de janeiro de 1944, NA/RG 59832.00/4520, 4530, 4531. Também memorando do Departamento de Estado, 4 de fevereiro 1944; Caffery para Hull, 7 de março de 1944 – ambos em NA/RG 59 832.00/2-444 – e Martins para Vargas, GV 44.03.28/1.

de Vargas,[339] ridicularizavam o seu atraso ou até sugeriam que ela não deveria ser usada no exterior e sim no Brasil, para combater o próprio presidente.[340] As forças armadas apoiavam Vargas e aceitavam a FEB como expressão necessária da política externa brasileira, mas o atraso e a indefinição quanto ao despacho da força produziram irritação, já que poderia levar a uma retirada do apoio estadunidense a Vargas e seus projetos militares. O cancelamento da força expedicionária significaria o fim do capital político ganho por Vargas para sua política interna por meio de sua política externa. Em suma, o governo Vargas enfrentava problemas crescentes em âmbito interno e externo.

O período de participação

As crescentes dificuldades da situação doméstica brasileira e o impasse na colaboração Brasil-EUA com respeito à força expedicionária foram superados nos primeiros meses de 1944 por intermédio de uma combinação de acontecimentos inesperados na política sul-americana e novos desdobramentos da política externa estadunidense. Estes novos fatores permitiram que o governo brasileiro despachasse a sua força expedicionária aos campos de batalha e obtivesse uma série de benefícios deste envolvimento único na Segunda Guerra Mundial para um país latino-americano.

A finais de 1943, desenvolveu-se na Bacia do Prata uma situação política extremamente tensa. De modo a compreender melhor esta situação, devemos estudar a política argentina de um ano antes.

Ao chegar o ano de 1942, o rígido compromisso com a neutralidade do governo conservador de Ortiz na Argentina havia posto o país numa posição desconfortavelmente isolada no continente. À época, aparentemente, o próprio partido conservador estava revendo sua posição e caminhando rumo a um apoio claro aos Aliados – uma política que seria efetivada pelo presidente Castillo, eleito naquele ano. Entrementes, um grupo secreto de oficiais do exército, conhecido como GOU (Grupo de Oficiais Unidos), de orientação claramente nacionalista e favorável a um regime autoritário para a Argentina, depôs o governo em 6 de junho de 1943, empossando como presidente o general Ramirez, ex-ministro da Guerra. Além de acusações de corrupção e incompetência política,

[339] Ver Afonso Henriques (pseud.), *Ascensão e Queda de Getúlio Vargas* (Rio de Janeiro, 1966), pp. 307-309. O autor era um dos opositores brasileiros de Vargas mais ativos nos Estados Unidos.
[340] Caffery para Hull, 10 e 22 de novembro de 1943, NA/RG 59 832.00/4500, 4503.

o governo de Castillo também era culpado pela fraqueza e poder em declínio da Argentina na América do Sul. Assim, o golpe visava também se contrapor à crescente força militar do Brasil e garantir a preeminência argentina na região.[341]

Embora o GOU não estivesse diretamente representado no gabinete, ele detinha postos importantes nos Ministérios da Guerra e do Interior, além de alguns comandos no exército. O coronel Perón, um dos integrantes mais influentes do GOU, assumiu o Secretariado do Ministério da Guerra, e em novembro foi nomeado também secretário do Departamento Nacional do Trabalho.

Na segunda metade de 1943, Washington pressionou Buenos Aires para que cumprisse por completo as resoluções da Conferência do Rio. O governo Ramirez era um tanto indeciso. Inicialmente ele prometeu romper relações com o Eixo e em seguida não o fez, passando a solicitar ajuda militar dos Estados Unidos enquanto tentava comprar armas dos alemães. Esta movimentação começou a preocupar o governo brasileiro e sua cúpula militar. De outubro de 1943 em diante, o volume crescente de notícias vindas das fronteiras brasileiras passou a alarmar o governo.[342] Ao mesmo tempo, algumas fontes alegavam que o governo argentino estava tentando ampliar sua influência sobre as forças armadas de seus vizinhos, particularmente Bolívia, Uruguai e Paraguai, como meio de aumentar sua esfera de influência.[343]

O governo brasileiro tentou obter informações detalhadas sobre as políticas domésticas e externas dos países da Bacia do Prata. Além de usar os canais diplomáticos normais, o general Góes Monteiro foi incumbido pessoalmente desta tarefa. Ele deixou a chefia do Estado-Maior do exército e foi nomeado representante brasileiro à Comissão de Defesa Política do Hemisfério, com sede em Montevidéu. A cidade tinha localização estratégica e, entre outras coisas, permitia que ele observasse a política argentina em todo o Cone Sul.[344]

---

[341] A avaliação mais recente do papel da Argentina durante a guerra se encontra em R. A. Humphreys, *Latin America and the Second World War, 1942-1945* (Londres, 1982), capítulos VI e VII. Ver também T. H. Donghi, *Historia Contemporánea de América Latina* (Madri, 1970); e A. Conil Paz & G. Ferrari, *Argentina's Foreign Policy, 1930-1962* (Londres, 1966), capítulos 3, 4 e 5. A descrição que se segue da situação argentina se baseia em grande medida nestas fontes. Uma avaliação contemporânea se encontra em R. Alves (embaixador brasileiro em Buenos Aires) para Aranha, OA 43.07.27/3, OA 43.08.11/2 e OA 43.10.13/2.

[342] Aranha para Dutra, 22 de novembro de 1943, AHI/DI/MG/Relações Exteriores para Ministério da Guerra, 1943. Também Rodrigues Alves para Aranha, OA 43.10.20/3; Muniz de Aragão para Aranha, OA 43.10.21/3; Rodrigues Alves para Aranha, OA 43.12.21.

[343] Dutra para Aranha, 6 de maio de 1943, AHI/DI/MG/ Ministério da Guerra para Relações Exteriores. Também L. C. Silva para Aranha, OA 43.09.02/4; J. D. Pimentel para Aranha, OA 43.09.12/2; M. P. Brandão para Aranha, OA 43.11.01/2; A. T. Soares para Aranha, OA 43.11.15/1; Rodrigues Alves para Aranha, OA 43.11.23/1.

[344] Correspondência entre Góes Monteiro e Aranha, OA 43.12.27/1, 44.02.19/3, 44.04.03/1, 44.04.12/2, 44.04.21/1, e 44.04.16/1. Ver também Góes Monteiro para Vargas, GV 44.01.05 – dossiê.

Na vizinha Bolívia, a situação parecia favorecer a causa Aliada, já que o governo nacional declarara guerra ao Eixo em abril de 1943. Entretanto, a contínua agitação social interna e a fraqueza política do presidente Penaranda levaram à deposição de seu governo por um golpe de estado liderado pelo general Villaroel.[345] Embora o novo governo boliviano expressasse sua amizade para com o Brasil, o golpe foi interpretado no Rio como decisivamente influenciado pela Argentina e talvez até pelo Partido nazista.[346] Washington reagiu de modo semelhante. Ainda que fosse razoavelmente clara a conexão entre os conspiradores bolivianos e os militares argentinos, não havia qualquer evidência de inspiração nazista, tratando-se primariamente de um movimento autoritário nacionalista.[347]

A mobilização militar argentina e o golpe nacionalista de inspiração argentina na Bolívia alteraram substancialmente o equilíbrio político no continente, criando uma coalizão que os governos de Brasil e EUA interpretavam como contrária aos interesses de ambos os países. O governo Roosevelt ameaçou tornar público o envolvimento argentino no golpe da Bolívia, e organizou demonstrações navais em Montevidéu. Possivelmente em resposta a esta ameaça estadunidense, o presidente Ramirez rompeu relações com o Eixo em 26 de janeiro de 1944.[348] A reação nacionalista era inevitável: alegando que o governo havia agido sob pressão externa, o GOU obrigou Ramirez a renunciar em 25 de fevereiro, dando lugar ao vice-presidente Farrel. Perón foi nomeado ministro da Guerra e secretário do Trabalho.[349]

O governo brasileiro fez alguns gestos para sugerir que se dispunha a chegar a um acordo com o novo governo argentino, ao mesmo tempo em que buscava reforçar sua fronteira sul.[350] Vargas fez fortes demandas por armas junto ao governo Roosevelt e Góes Monteiro até propôs usar a força expedicionária na Bacia do Prata em caso de emergência. Ademais, o governo brasileiro solicitou que os Estados Unidos construíssem imediatamente dois aeródromos na região Sul com as sobras de equipamento do Nordeste.[351]

[345] Embaixador brasileiro em La Paz para Aranha, OA 43.12.09/1.

[346] Embaixador brasileiro em La Paz para Aranha, OA 44.01.14; Baldivievo para Viriato Vargas, GV 44.01.17; Rodrigues Alves para Aranha OA 43.12.21 e OA 43.12.30. Também dossiê em OA 44.01.03 e GV 44.01.10/2; Simmons para Aranha, 11 e 12 de janeiro de 1944; e memorando da embaixada dos EUA, 17 de janeiro de 1944 – ambos em AHI/RE/EUA/ Notas Recebidas, 1944.

[347] R. A. Humphreys, *op. cit.*, cap. IV.

[348] Rodrigues Alves para Aranha, OA 44.01.27/2; D. Coimbra para Aranha, OA 44.01.28/2; Góes Monteiro para Aranha, OA 44.02.24/1.

[349] Rodrigues Alves para Vargas, 28 de janeiro de 1944, GV 44.01.15 – dossiê; Rodrigues Alves para Aranha, OA 44.01.27/2, OA 44.02.24/2; D. Coimbra para Aranha, AO 44.02.29/1.

[350] Aranha para Hull, OA 44.04.10/5.

[351] Chefe-Assistente do Estado-Maior para a Comissão de Alocação de Munições, 10 de janeiro de 1944, NA/RG 165 W.D. OPD 336 – Brazil Sec. II. Ver também Vargas para Martins, 15 de janeiro de 1944, GV 44.01.08; Memorando de Góes Monteiro, 13 de março de 1944, GV 44.01.15; R. Alves para Aranha, OA 44.03.24/1; Góes Monteiro para Aranha,

Felizmente para o governo Vargas, o governo estadunidense e seus órgãos militares também haviam concluído que a melhor maneira de enfrentar o perigo representado pela coalizão argentino-boliviana era "dar ao Brasil uma força eficaz perto da fronteira argentina".[352] O resultado foi que as armas tão ansiosamente aguardadas pelo Brasil durante os meses anteriores começaram a fluir rapidamente para o sul do país no começo de 1944.[353]

O golpe de estado argentino de 26 de fevereiro de 1944 deixou o governo dos Estados Unidos profundamente alarmado. Isto gerou não só o reforço da política de transferência de armamento para o Brasil, como também tentativas de se opor à resultante ofensiva política anti-EUA da Argentina.[354]

Entretanto, questões ainda mais importantes estavam em jogo no continente no começo de 1944. As vitórias das Nações Unidas em 1943/1944 levaram o governo estadunidense a acelerar a preparação dos planos do pós-guerra. Naturalmente, assuntos europeus e asiáticos, bem como as relações EUA-URSS, seguiam sendo as principais preocupações no planejamento estadunidense. As conferências internacionais deste período já refletiam o predomínio destas questões e revelavam o papel central desempenhado pelos Estados Unidos no delineamento da "nova ordem internacional".

Nesse contexto, a América Latina ocupava um lugar secundário nos planos estadunidenses, ainda que tivesse algum peso político na medida em que poderia ser uma área de influência harmoniosa dos Estados Unidos. A guerra havia dado aos Estados Unidos uma oportunidade única de exercer esta hegemonia e a aliança brasileira fornecera apoio político e bases físicas para o controle estadunidense sobre o continente como um todo. Embora em 1944 os planejadores estadunidenses ainda não tivessem determinado os instrumentos políticos e militares específicos desta hegemonia inquestionável, tentativas de fazê-lo foram iniciadas. Um dos primeiros passos nesta direção foi a elaboração de um plano para manter

OA 44.04.03/1; G. Vargas para Góes Monteiro, GV 44.01.15; Ministério das Relações Exteriores para Ministro da Guerra, 14 de janeiro de 1944, AHI/DI/Avisos/MRE para MG.

[352] Roosevelt para Hull, 12 de janeiro de 1944, NA/RG 165 W.D. OPD 336 – Brazil Sec. II. O governo dos EUA havia convocado o embaixador Caffery para Washington e ele provavelmente exerceu alguma influência sobre o processo: Caffery para Simmons, 7 de janeiro de 1944, NA/RG 59 832.00/4519B; sobre o mesmo assunto, Carlos Martins para Vargas, 11 de janeiro de 1944, GV 44.01.08; também Martins para Vargas, 14, 17 e 18 de janeiro de, GV 44.01.08; Hull para Roosevelt, 8 de janeiro de 1944, e Handy para o Chefe do Estado-Maior, 11 de janeiro de 1944 – ambos em NA/RG 165 W.D. OPD 336 – Brazil Sec. II.

[353] Hull para Roosevelt, 22 de janeiro de 1944, FRUS, 1944, VII, pp. 569-570; Caffery para Hull, 1º de fevereiro de 1944, NA/RG 59 711.32/205. Também Martins para Vargas, 18 de janeiro, 3 de março, 5 de abril, e 15 de abril de 1944 – todos em GV 44.01.08.

[354] Caffery para Aranha, 28 de fevereiro, e 6 de março de 1944. AHI/RE/EUA/Notas Recebidas. Em julho, o governo dos EUA ofereceu garantias de apoio militar para Uruguai, Paraguai e Chile em caso de uma agressão argentina. Research Project n. 90, dezembro de 1948, NA/RG 59 832.20/12-1348.

as bases militares do Norte e Nordeste sob o controle dos Estados Unidos, ou pelo menos garantir sua utilização no período pós-guerra.[355]

Como o embaixador Caffery bem reconhecia, não era fácil ativar este plano, pois: "ele envolve um pedido altamente incomum de privilégios num país estrangeiro independente".

Naturalmente, no marco da colaboração Brasil-EUA, o embaixador estadunidense podia se fundamentar na: "inquestionável necessidade mútua (das bases) do ponto de vista da defesa de nossos dois países".[356]

Na verdade, uma questão bem mais importante estava por trás desta hipotética "necessidade de defesa de nossos dois países". O acordo proposto sobre novas bases aéreas viria a fazer parte de um extenso sistema de segurança militar que o Estado-Maior do exército estadunidense estava preparando sob a direção do presidente Roosevelt para o período pós-guerra em diversas partes do mundo.[357]

Com relação à América Latina, este plano assentaria as bases de um sistema de segurança conveniente para os Estados Unidos em termos de assegurar-lhes o papel de dirigentes do processo. O plano incluía o fornecimento de material bélico e o treinamento adequado das forças armadas latino-americanas. Um elemento importante à unidade do sistema era o esforço de padronizar o equipamento, particularmente o equipamento de combate. Este seria suprido pelos Estados Unidos e não por qualquer potência europeia. A quantidade e tipo de armas a serem fornecidas aos latino-americanos, o controle destes suprimentos e até "a natureza das forças a serem mantidas em cada uma das repúblicas" permaneceriam sob o estrito controle do governo estadunidense.[358]

A importância da questão explica a urgência que funcionários estadunidenses sentiam e as táticas que empregavam. Instruído pessoalmente pelo presidente Roosevelt, Caffery ofereceu a Vargas uma "participação brasileira no pós-guerra numa base aérea ou na África Ocidental ou no Cabo Verde". Vargas aceitou a oferta com prazer. Na mesma ocasião, Caffery destacou o interesse de seu país em manter alguma presença nas bases militares do Nordeste brasileiro.[359]

---

[355] Roosevelt para Hull, 7 de janeiro de 1944, FRUS, 1944, VII, pp. 546-547. Para o Departamento da Guerra, o ideal seria "[sermos] proprietários ou arrendatários de longo prazo da base e suas instalações". Secretário da Guerra para Secretário de Estado, 10 de janeiro de 1944, NA/RG 165 ABC (6.11.43).

[356] Caffery para Hull, 12 de fevereiro de 1944, NA/RG 59 711.32/209.

[357] Berle para Caffery, 2 de março de 1944, FRUS, 1944, VII, pp. 556-557. Memorando de Berle, 17 de fevereiro de 1944, NA/RG 59 711.3227.

[358] Stettinius Jr. para Leahy, 29 de fevereiro de 1944; Hull para Roosevelt, sem data; Stettinius Jr. para Caffery, 27 de junho de 1944; Hull para Caffery, 27 de junho de 1944 – todos em NA/RG 59 832.20/6-1244.

[359] Caffery para Hull, 1º e 14 de fevereiro de 1944, NA/RG 59 711.32/ 206, 209. Também Martins para Vargas, GV 44.01.12. Sobre a urgência estadunidense, ver memorando de Berle, 17 de fevereiro de 1944, NA/RG 59 711.3227.

Vargas estava disposto a discutir o pedido dos Estados Unidos. Consciente da importância estratégica das bases, ele se dispunha a assinar um acordo, mas insistia em três condições básicas: (1) a munição prometida deveria ser enviada sem mais delongas para o sul do Brasil; (2) o governo dos Estados Unidos tinha que oferecer ao Brasil os meios para construir as duas bases aéreas no Sul; e (3) a FEB tinha que ser enviada ao exterior.[360]

Logo surgiu forte resistência tanto no exército quanto na força aérea do Brasil. Parecia que o acordo poderia dar aos Estados Unidos o "direito" de assentar suas forças armadas permanentemente em território brasileiro. Ademais, ele parecia ser uma "rua de mão única: nós damos tudo e recebemos nada". Informações sobre o acordo vazaram para a imprensa e um debate público começou.[361]

Estas complicações não impediram que Vargas usasse o acordo como instrumento de barganha de modo a fortalecer o país militar e políticamente. Ele insistia numa "continuada garantia de assistência ao Brasil em caso de ataque – não apenas por uma potência extracontinental, mas por qualquer outro país deste hemisfério". Embora os militares brasileiros alegassem que a ameaça argentina era real, a demanda de Vargas deve ser entendida não como um medo verdadeiro do vizinho do sul, mas como uma tentativa de "manter o Brasil mais bem preparado que a Argentina do ponto de vista da defesa", como o secretário Hull disse a Roosevelt.[362]

A jogada de Vargas produziu resultados positivos para a FEB e para o fortalecimento militar do país. Embora o governo dos Estados Unidos considerasse alto o preço cobrado por Vargas, a troca parecia valer a pena. No outono de 1944, citando "razões políticas", Washington autorizou a construção de duas bases aéreas no Sul do Brasil. E as forças armadas estadunidenses foram convidadas a preparar planos de transporte para a FEB, tendo "em vista nossas negociações pendentes" (i.e., o acordo das bases aéreas).[363]

A insistência brasileira havia finalmente convencido os Estados Unidos de que a FEB não era um mero projeto de aquisição de armas, e sim uma tentativa determinada de se envolver na luta anti-Eixo. No outono de

[360] Caffery para Hull, 1º de fevereiro de 1944, NA/RG 59 711.32/206.

[361] Sobre esta resistência, ver Caffery para Hull, 11 e 18 de abril, e 11 de maio de 1944, NA/RG 59 711.3227/40, 80. Sobre o debate na imprensa, ver Caffery para Hull, 3, 6 e 12 de maio de 1944, NA/RG 59 711.3227/79, 80, 96. Ver também Caffery para Walmsley Jr., 10 de maio de 1944; Hull para Caffery, 11 de maio de 1944 – ambos em NA/RG 59 711.3227/87, 88.

[362] Hull para Roosevelt, comentando as demandas de Vargas, 7 de abril de 1944, FRL/PSF. O tema também marcava presença na correspondência de Góes Monteiro com Vargas, GV 44.01.15. Ver também Caffery para Hull, 29 de março de 1944, NA/RG 59 711.3227/28, e Simmons para Hull, 29 de março de 1944, NA/RG 59 832.00/4552.

[363] Caffery para Hull, 28 de março de 1944, NA/RG 59 832.20/608; Duggan para General Ord (CMDBEU), 7 de abril de 1944, NA/RG 59 832.20/610; Hull para General Leahy, 15 de abril de 1944, NA/RG 59 832.20/611. Marshall reconheceu a importância da cooperação brasileira na ocasião: Marshall para Hull, 725.35/7-2744 (referência em 832.20/12-1348).

1944, o Departamento da Guerra formulou planos para o transporte de uma divisão brasileira, e o general Eisenhower aprovou planos para que a FEB fosse anexada às suas forças no Mediterrâneo.[364]

Apesar deste acordo, a FEB teve que enfrentar outro obstáculo. As forças Aliadas no Mediterrâneo tiveram seu comando transferido para os britânicos, e a aprovação do envio da força brasileira tinha que ser obtida das chefias britânicas e estadunidenses de Estado-Maior de forças armadas combinadas (CCS – *Combined Chiefs of Staff*).[365] Os oficiais militares britânicos estavam particularmente descontentes com a possibilidade da presença de uma força brasileira no Mediterrâneo, e o *War Office* avisou claramente a Washington: "não apreciamos a perspectiva de receber este reforço"; simultaneamente, implorou pelo adiamento do envio da força.[366] Esta é a razão pela qual um dos itens da Missão Stettinius em Londres (abril de 1944) foi a inclusão da FEB na guerra no Mediterrâneo.

A FEB naquele momento enfrentava um risco real de fracasso. A questão foi apresentada a Churchill e, com o apoio de seu gabinete de guerra, o primeiro-ministro opinou que "seria um grave erro permitir mais que uma brigada do Brasil". Para o gabinete de guerra britânico, "já há contingentes de nacionalidades diferentes demais naquela área" e uma força brasileira seria simplesmente um problema adicional. O subsecretário Stettinius aceitou a avaliação de Churchill.[367] Era necessário que o secretário de Estado interviesse rapidamente para evitar uma decisão negativa. Hull relatou ao subsecretário as razões por trás do fatos dos Estados Unidos terem aceitado a proposta brasileira de preparar uma força expedicionária:

> Em outras palavras, os brasileiros ofereceram uma força militar para deveres de combate e nós aceitamos. O compromisso é firme. O presidente Vargas fez da Força Expedicionária Brasileira um pilar de sua política de cooperação militar com os Estados Unidos e outras Nações Unidas. Ele já evocou apoio público para ela a tal ponto que agora sua reputação está envolvida. Deixá-lo de lado agora com a sugestão que pode ser considerada depreciativa de simplesmente enviar uma brigada nos envolverá num grave constrangimento e pode até enfraquecer seu governo, cujo histórico de cooperação na guerra tem sido total.[368]

[364] Memorando de Duggan, 6 de abril de 1944, NA/RG 52 832.20/611. Ord para Duggan 13 de abril de 1944, NA/RG 218 JCS BDC 9930 BEGF. Memorando dos chefes de Estado-Maior dos Estados Unidos para CCS, 18 de abril de 1944, NA/RG 165 W.D. ABC 400.3295 (Brazil (5-4-43)).

[365] Memorando do Departamento de Estado, 10 e 13 de abril de 1944, NA/RG 59 740.0011 Stettinius Mission/14a-34-a.

[366] Simpson para McNair (Joint Staff Mission), 21 de janeiro de 1944, FO 371 37838 (AS1026/18/6).

[367] Stettinius para Hull, 18 de abril de 1944, NA/RG 59 740.0011/Stettinius Mission/41. Memorando do Hollis, 20 de abril de 1944, FO 371 37838 (AS 2313/18/6).

[368] Hull para Stettinius, 21 de abril de 1944, NA/RG 59 740.0011 S.M./46i.

Hull não apresentou seus argumentos por completo, mas além de todas as concessões que já havia feito, o governo brasileiro estava considerando o "acordo das bases aéreas" e era necessário que os Estados Unidos se assegurassem da "cooperação total" neste assunto também. O Brasil também poderia servir de contrapeso à influência argentina na América do Sul, e tinha que ser prestigiado. Stettinius reabriu a questão com Churchill e o persuadiu a mandar instruções precisas para os representantes britânicos no CCS.[369] Os militares britânicos e estadunidenses concordaram, e o envio da FEB foi decidido em 5 de maio.[370] Assim, os Estados Unidos haviam atingido mais uma de suas metas relativas à colaboração do governo brasileiro no período da guerra.

Por outro lado, no mesmo mês, o governo brasileiro firmou o acordo com os Estados Unidos sobre a utilização das bases aéreas no período pós-guerra. O acordo dava dez anos de uso livre por pessoal militar e aeronaves, em tempos de guerra ou de paz, de todos os aeroportos em ambos os países designados pelos dois governos como estratégicos. O acordo aparentemente dava direitos iguais aos dois países, mas na realidade representava um grande incremento na presença militar estadunidense no Brasil, já que os dez aeroportos designados como estratégicos eram todos no país.[371] Devido à sua importância e óbvio significado, o acordo foi mantido secreto, permanecendo desconhecido da população. Nem os britânicos foram informados.[372]

A FEB e a política externa

Motivada por ideais antinazistas e antifascistas, e composta por camponeses, trabalhadores rurais, operários, comerciários[373] etc., a FEB era instrumento de um programa político-militar voltado ao fortalecimento do regime e à ampliação do prestígio e do poder de segmentos da classe dirigente civil-militar brasileira. O propósito da FEB era obter prestígio internacional para o país. Achava-se que o despacho da FEB conferiria ao Brasil "o direito a uma voz ativa nas conferências de paz agora iminentes". Outros previam "a provável projeção do país como grande Potência

[369] Churchill para Secretário do Exterior e para o General Hollis, 1º de maio de 1944; W. Churchill, *The Second World War* (Londres, 1952), v. V, p. 623.
[370] De J. M. S., 21 de abril de 1944; Comissão de Chefes de Estado-Maior para Primeiro-Ministro, 3 de maio de 1944; *Foreign Office* para embaixada britânica em Washington, 5 de maio de 1944 – todos em FO 371 37838 (AS2313/18/6).
[371] Pawley, embaixador dos Estados Unidos no Brasil, para Dean Acheson, NA/RG 59 711.32/3-1247. O texto do acordo se encontra em GV 44.06.21.
[372] Relatório anual de 1944, 10 de janeiro de 1945, FO 371 44806 (AS687/52/6).
[373] D. Arruda, "Nossa participação na primeira e segunda guerras mundiais", in *op. cit.*, p. 44.

internacional".[374] A FEB era representada como instrumento de uma política de "Potência associada" no pensamento das classes dirigentes brasileiras.

A FEB tinha cerca de 25,000 homens. Eles foram lotados no teatro italiano como divisão do Quinto Exército dos Estados Unidos, sob o comando do general Mark Clark. Entre julho de 1944 e fevereiro de 1945, cinco contingentes da força viajaram do Rio de Janeiro a Nápoles em navios estadunidenses e, após algum treinamento e atividades de patrulha, entraram em serviço ativo. As condições materiais e meteorológicas enfrentadas pelos pracinhas não foram as melhores, e eles lutaram em algumas batalhas difíceis (Castelnuovo, Montese, Monte Castelo). De acordo com o general Cordeiro de Farias, à época comandante da artilharia brasileira, muitas delas eram basicamente ações de diversão para permitir que as tropas estadunidenses concentrassem seus esforços nos alvos principais.[375] O esforço da FEB foi recompensado nos últimos dias da guerra pela rendição incondicional da 148ª divisão alemã aos brasileiros.

Apesar da dedicação dos soldados brasileiros na Itália, e apesar de seu reconhecido valor como força de combate, o papel da FEB na guerra foi extremamente modesto e não poderia resultar no capital político que muitas autoridades brasileiras haviam esperado. Quando o governo brasileiro veio a planejar sua participação direta na guerra, os Estados Unidos já estavam planejando o pós-guerra. Esta lacuna imensa gerou a presença da FEB na guerra. As consequências foram essencialmente domésticas – as forças armadas brasileiras ficaram bem supridas de armamentos, adquiriram experiência de combate moderno e emergiram no pós-guerra como as principais da América Latina. Antes da guerra o exército brasileiro tinha um contingente de cerca de 80.000 homens; ao final de 1944, já eram 200.000, divididos em oito divisões de infantaria, três de cavalaria, uma brigada mista, artilharia costeira, batalhões de engenharia e guardas de fronteira. A marinha também crescera com a aquisição de novas embarcações e um contingente 20% maior entre 1942 e 1943. A força aérea tinha cerca de 500 aeronaves, pequena para padrões europeus ou estadunidenses, mas indubitavelmente a maior da América do Sul.[376]

A FEB não foi criada como resposta a demandas dos Aliados, mas como resultado de uma demanda brasileira junto aos Aliados, particularmente aos Estados Unidos. As declarações públicas e

[374] Martins para Aranha, 10 de agosto de 1944, AHI/MDB/Washington Ofícios; Martins para Velloso, 20 de outubro de 1944, AHI/MDB/ Washington Ofícios; discurso de Vargas em 20 de maio de 1944; Broadmed para o *Foreign Office*, FO 371 37838 (AS2923/ 18/6); Vereker (Montevidéu) para o *Foreign Office*, 3 de junho de 1944, FO 371 37838 (AS3649/18/6).
[375] A. A. Camargo & W. Goes, *op. cit.*, pp. 319-320.
[376] Relatórios dos adidos militares britânicos, agosto de 1944, FO 371 38224 (AS4646/4361/51 e AS4467/4361/51).

privadas de funcionários do governo estadunidense durante 1943/1944 invariavelmente enfatizavam as contribuições estratégicas brasileiras (bases e instalações) à campanha africana sem jamais sugerir o envio de tropas brasileiras à guerra.[377] Ademais, quando relatou todos os seus êxitos, o embaixador dos Estados Unidos no Brasil mencionou todas as demandas estadunidenses atendidas pelo governo brasileiro, mas não fez qualquer referência à necessidade de tropas brasileiras para lutar no exterior.[378] A maior parte das referências diretas à FEB – tais como a resposta de Roosevelt a uma carta de Vargas – mostra claramente que foi uma iniciativa completamente brasileira:

> Eu pedi ao general George Marshall ... e seus colegas para considerar cuidadosamente com o general Dutra as medidas que podem ser tomadas para facilitar seu desejo generoso de ter uma força expedicionária brasileira que sirva no exterior.[379]

Ademais, a FEB não foi criada pela Comissão Mista de Defesa Brasil-Estados Unidos, como sugeriu o general Leitão de Carvalho e foi repetido por outros oficiais e especialistas da época.[380] A CMDBEU meramente deu corpo a uma ideia que muitos líderes militares e formuladores de políticas brasileiros vinham discutindo desde a exitosa invasão Aliada do norte da África em novembro de 1942. A FEB era "filha legítima" de um setor das classes dirigentes brasileiras que era apoiado por movimentos antifascistas e grupos pró-EUA. Acredita-se amplamente, até hoje em dia, que os Aliados precisavam da ajuda brasileira na Europa e em troca recompensaram o Brasil com benefícios substanciais.[381] Pelo contrário, a força expedicionária foi um fardo para os militares Aliados, e o general Marshall falava dela como "uma dor de cabeça adicional".[382] Os Estados Unidos fizeram a concessão de permitir sua formação tendo em vista a

[377] Comunicado de Hull; Caffery para Aranha, 5 de dezembro de 1943, AHI/RE/EUA Notas recebidas. Também Roosevelt para Vargas, GV 44.01.08.

[378] Relatórios de Caffery a Hull, 6 de fevereiro de 1943, e 16 de setembro de 1944 – ambos em NA/RG 59 832.00/4349, 9-1644.

[379] Roosevelt para Vargas, GV 43.04.20/2. Os documentos militares estadunidenses todos se referem à FEB como uma proposta brasileira. Ver ata da 77ª reunião do Estado-Maior Conjunto (JCS – *Joint Chiefs of Staff*), 4 de maio de 1943, NA/RG 165 W.D. ABC 400 3295-Brazil. Ver também os documentos britânicos: memorando de Sexton, anexo para McNair no *War Office*, 29 de janeiro de 1944, FO 371 37838 (AS1026/18/6). Vargas reconhecia que "nenhuma demanda foi feita de nós neste sentido" (i.e., de criar a FEB); J. Caó, *Dutra*, p. 146.

[380] Como em M. T. Castello Branco, *O Brasil na Segunda Guerra Mundial* (Rio de Janeiro, 1960), p. 124.

[381] Ver, por exemplo, as entrevistas de Cordeiro de Farias com esta opinião em A. A. Camargo & W. Goes, *op. cit.*, p. 306. Ver também entrevistas com o General Nelson de Mello, que achava que Roosevelt viera a Natal em janeiro de 1943 para pedir a Getúlio Vagas que enviasse uma força brasileira para lutar no norte da África. HO/CPDOC (5ª entrevista). Moniz Bandeira insiste que os britânicos solicitaram três divisões brasileiras para o front europeu, em *Presença dos Estados Unidos no Brasil* (Rio de Janeiro, 1973), p. 289.

[382] JSM para AMSSO, 21 de abril de 1944, FO 371 37838 (AS2313/18/6). Existe uma extensa correspondência diplomática com relação a esta questão em FO 371 37838, 1944.

colaboração contínua do Brasil em termos de oferecer bases, materiais estratégicos e apoio político para as políticas estadunidenses no continente.

Do ponto de vista militar estadunidense, havia uma vantagem em concordar com a criação da FEB: a crescente influência das forças armadas dos Estados Unidos sobre seus colegas brasileiros no período pós-guerra. Como se observou durante uma reunião do Estado-Maior Conjunto das forças armadas estadunidenses com relação à questão dos armamentos para o treinamento da FEB:

> Além das vantagens militares, este parece ser um pequeno preço a pagar para garantir a cooperação do maior país da América do Sul e deverá ter a vantagem de promover fortemente a solidariedade hemisférica. O efeito benéfico do treinamento e doutrinamento de oficiais brasileiros nos Estados Unidos deverá se estender ao período pós-guerra.[383]

Os laços de colaboração militar no hemisfério – a necessidade de unir o sistema de poder estadunidense – começaram a ser formulados claramente durante a guerra. Neste sentido, a FEB forneceu uma experiência valiosa em termos da coordenação das estruturas militares dos Estados Unidos e do Brasil, de tal modo que aumentou a dependência militar no sistema interamericano sem projetar o Brasil como Potência no período pós-guerra.

Não obstante, o governo brasileiro encorajou ideias de *status* de "Potência associada" ao enviar a FEB ao Mediterrâneo em 1944, e esperou que o país fosse reconhecido como tal. Houve uma tentativa de formalizar o status brasileiro de "Potência associada" por meio de um documento do Itamaraty que discutia diversas questões latino-americanas. Aranha enfatizou que a amizade entre Brasil e EUA

> sempre se fundou na compreensão recíproca de nossos interesses e de nossas intenções comuns e corretas, e na necessidade de cooperação vigilante para a defesa da posição norte-americana no mundo e nossa na América do Sul.[384]

Aranha continuava, observando que os Estados Unidos sempre haviam recebido apoio brasileiro e sempre haviam oferecido assistência ao Brasil voltada aos problemas internos do país, além de "à manutenção de nossa preeminência histórica e natural que está se tornando crescentemente necessária nos assuntos políticos do povo da América do Sul".

[383] Anotações sobre a 77ª reunião do Estado-Maior Conjunto (JCS), 4 de maio de 1943, NA/RG 165 W.D. ABC 400 3295-Brazil.
[384] Aranha para Hull, 17 de maio de 1944, NA/RG 59 832.00/5-3144.

A "preeminência" brasileira na América Latina era inaceitável aos Estados Unidos, já que sua própria preeminência sobre o continente era um dado.[385] Entretanto, as razões dos Estados Unidos para não aceitar as propostas do Brasil foram apresentadas em termos apropriados, isto é, aqueles da ideologia política Pan-Americana: "Nosso interesse é promover a cooperação interamericana entre todos os países". A aceitação das propostas brasileiras pelo governo Roosevelt implicaria um alinhamento entre EUA e Brasil contra os países do continente de origem espanhola.[386]

Mesmo assim, o Departamento de Estado reconhecia o descontentamento do Brasil quanto à maneira como o país, até então um "aliado especial", estava sendo tratado pela política dos Estados Unidos referente às questões do pós-guerra. Uma série de medidas foi sugerida para dar ao governo brasileiro atenção especial e informações com adianto: "Temos muito a ganhar por tratar o Brasil como uma Potência".[387]

Este era o âmago da política dos Estados Unidos com relação ao Brasil. Do ponto de vista político, o Brasil era um dos "aliados menores". Ele não era uma Potência, mas deveria ser tratado como tal, devido aos interesses estratégicos e políticos dos Estados Unidos na América do Sul. Durante os anos críticos da Guerra, o governo brasileiro pôde obter certos benefícios a partir de sua posição de "aliado especial", mas após o meio de 1944, esta retórica não mais usufruiu de apoio. O despacho da FEB foi o ultimo grande ganho do Brasil como "aliado especial".

O Brasil em guerra: uma avaliação

O alinhamento brasileiro com a política estadunidense durante a Segunda Guerra Mundial tem sido compreendido de maneiras diversas e até contraditórias. Diferentes autores têm encarado o alinhamento como uma política que explorou a boa vontade dos Estados Unidos com oportunismo maquiavélico de modo a obter vantagens políticas, militares e econômicas para o Brasil,[388] ou como um movimento que significou nada menos que a inauguração da hegemonia política e econômica estadunidense sobre o Brasil.[389]

[385] N. Charles para o *Foreign Office*, 20 de setembro de 1943, FO 371 33678 (A9032/2506/6).
[386] Memorando de Wendelin (Departamento de Estado), 10 de junho de 1944, NA/RG 59 F.W. 832.00/5-3144.
[387] Memorando de Walmsley Jr. (Departamento de Estado), 5 de junho de 1944, NA/RG 59 711.32/6-544.
[388] S. Hilton, Brazilian diplomacy and the Washington-Rio de Janeiro "Axis" during the World War II era, *Hispanic American Diplomatic Review*, v. 59, n. 2, maio de 1979.
[389] F. McCann, Critique of Stanley E. Hilton's "Brazilian diplomacy and the Washington-Rio de Janeiro 'Axis' during the World War II era, *Hispanic American Historical Review*, v. 59, n. 4, novembro de 1979.

Um estudo de seu envolvimento na Segunda Guerra Mundial mostra que o traço mais significativo da política externa do Brasil foi sua *capacidade de negociar* os termos nos quais este alinhamento iria se dar. Esta capacidade derivava de circunstâncias que podiam ser manipuladas pelo governo brasileiro com relativo sucesso.

A guerra gerou necessidades econômicas, estratégicas e políticas da parte dos Aliados. As necessidades estratégicas (de bases aéreas e navais, por exemplo) e econômicas (de matérias-primas vitais para a indústria bélica) tem sido bastante mencionadas. É importante lembrar, no entanto, que o Brasil também foi útil aos Aliados em termos políticos, não apenas como mediador entre os países da América do Sul. O país também desempenhou o papel de patrocinador do ponto de vista estadunidense em reuniões interamericanas, de representante dos interesses latino-americanos junto ao governo Roosevelt e de embaixador dos interesses dos Aliados junto ao governo de Portugal em sua tentativa de interromper o fornecimento de tungstênio, um material estratégico vital, à Alemanha.[390]

Ainda que a economia brasileira fosse muito dependente durante a guerra, as necessidades políticas, estratégicas e econômicas dos Aliados, especialmente as dos Estados Unidos, ampliaram a capacidade de negociação dos Brasil. O resultado foi a possibilidade de sustentar o processo de industrialização durante a guerra (via construção da siderúrgica de Volta Redonda), equipar melhor o exército e a marinha, criar a força aérea brasileira e formar a FEB, que conseguiu participar diretamente da guerra. Estes ganhos derivaram da necessidade estadunidense de negociar a aliança brasileira. Em suma, o espaço de negociação brasileiro não era imaginário, mas sim, real.

Entretanto, o espaço de negociação era *limitado* pelas posições radicalmente diferentes ocupadas por EUA e Brasil no sistema internacional. Incapaz de ver que o processo de negociação se deu dentro de limites estreitos, Hilton descreveu a relação Brasil-EUA durante os anos da guerra como sendo caracterizada por "boa vontade" da parte dos Estados Unidos, em contraste com o "oportunismo maquiavélico" dos líderes brasileiros. Estes lograram converter um acidente da geografia em concessões econômicas, militares e políticas de Washington.[391] De acordo

[390] Sobre a mediação brasileira na América Latina, especialmente entre os Estados Unidos e a Argentina, ver Caffery para Hull, 6 de fevereiro de 1943, NA/RG 59 832.00/4349; memorando de conversa (Departamento de Estados) 25 de setembro de 1944, NA/RG 59 711.32/9-2544. Ver também entrevista de Vargas à UP, GV 44.07.18, e Farrel para Vargas, GV 45.02.15. Sobre a questão do tungstênio português, ver Caffery para Aranha, 20 de setembro de 1943; Aranha para Caffery, 23 de setembro de 1943; Caffery para Aranha, 11 de maio de 1944 – todos em AHI/ RE/EUA/Notas recebidas, 1943, 1944. Ver também J. N. Fontoura para Vargas, GV 44.07.10/1.

[391] S. Hilton, *op. cit.*, p. 202. A convicção do autor se baseia no fato de não ter achado nos arquivos referências escritas às concessões e sacrifícios do Brasil ou a aspirações de hegemonia na política dos Estados Unidos. Eu critico as suposições

com esta visão, os Estados Unidos não derivaram quaisquer vantagens de sua aliança com o Brasil.

O propósito deste capítulo é elucidar como a América Latina em geral, e o Brasil em particular, constituiu uma base importante para a decolagem dos Estados Unidos como Grande Potência durante a Segunda Guerra Mundial.

Em *termos militares*, estava em jogo a garantia de condições operacionais melhores para as forças armadas estadunidenses. Por esta razão, não havia espaço no sistema interamericano para uma aliança militar entre EUA e Brasil que desse ao Brasil uma posição de primazia na América Latina. As autoridades estadunidenses constantemente insistiam em manter a "igualdade" entre os países latino-americanos,[392] o que significava igualdade em termos da posição subordinada que tais países todos ocupavam no *sistema de poder* estadunidense. Daí surgiu a necessidade de restringir o quanto possível o fornecimento de armas ao Brasil, usando as dificuldades de navegação como desculpa.[393] Os acordos especiais que os militares estadunidenses assinaram com seus equivalentes brasileiros eram frequentemente indicados como "modelos" a serem aplicados no futuro a outras nações latino-americanas. Estes acordos diziam respeito a treinamento, doutrinamento e organização de forças armadas latino-americanas de acordo com a ideologia e organização militares dos Estados Unidos. Embora fossem acordos apresentados como prevendo "privilégios recíprocos",[394] claro está que "privilégios recíprocos" entre países de capacidades desiguais significava resultados desiguais em termos de poder.

Em *termos políticos*, não era questão de garantir que o Brasil operasse um modelo liberal democrático, mas de manter a adesão do Brasil, além de outros países latino-americanos, à liderança de Washington. É este fato que explica os conflitos que pro vezes surgiam na Argentina, Chile, Bolívia e outros países quando movimentos baseados em tendências nacionalistas ganhavam apoio. É bem verdade que durante as décadas de 1930 e 1940 o nacionalismo frequentemente se relacionava com ideais fascistas, e foi em nome da luta contra o Eixo que o governo dos Estados Unidos atacou os governos nacionalistas. Não é surpreendente, portanto, encontrar

metodológicas deste argumento em "A Revolução de 1930 e a política externa brasileira: ruptura ou continuidade?" (Rio de Janeiro, 1980).

[392] Ver, por exemplo, Bissel, Chefe-Assistente do Estado-Maior, G-2 (Inteligência), 6 de junho de 1945, NA/RG 165 OPD 336-Brazil Sec. IV.

[393] Halifax para o *Foreign Office*, 23 de dezembro de 1943, FO 371 37838 (AS18/18/6).

[394] Hull para Admiral Leahy, 20 de abril de 1944, NA/RG 218 JCS 686.9 Brazil (2-14-44); Roosevelt para Caffery, 21 de junho de 1944, e Roosevelt para Vargas, 21 de junho de 1944, NA/RG 165 OPD 320.2, e em GV 44.06.21. Kroner de junho de Caffery, 4 de fevereiro de 1944, AHI/RE/EUA/Notas recebidas. A mesma sugestão aparece em Wooten para Vargas, GV 44.10.26/2.

esquerdistas que também apoiavam os esforços dos Estados Unidos nesta luta. Ao mesmo tempo, a experiência nacionalista e antifascista de Cárdenas no México era fortemente condenada por Washington, fato este que demonstra bem que o governo Roosevelt combateu influências fascistas *assim como* tendências nacionalistas latino-americanas, já que *ambas* constituíam obstáculos formidáveis à criação de seu *sistema de poder*.[395] O apoio político recíproco entre as administrações de Roosevelt e Vargas fez com que fosse mais fácil para o governo dos Estados Unidos lidar com a situação na América Latina.

Em *termos ideológicos*, já mostramos como o desequilíbrio político no continente era interpretado em termos de harmonia e igualdade entre todas as nações do hemisfério, tanto em termos jurídicos quanto de propaganda. Richard Barnet observou que,

> em todos os séculos, nações poderosas relutantemente "cresceram", cumprindo seu destino imperial por meio de uma *mission civilizatrice* no território de algum vizinho mais fraco.[396]

"Colaboração hemisférica" e "Pan-Americanismo" representavam uma ideologia política tão poderosa que mesmo os funcionários mais realistas do Departamento de Estado viam as Nações Unidas como uma arena guiada por uma luta pelo poder, ao passo que simultaneamente encaravam o sistema interamericano como uma arena guiada por princípios e um *locus* de harmonia e igualdade entre nações.[397] Chegado o ano de 1945, as influências ideológicas estadunidenses haviam angariado grande apoio entre lideranças políticas e militares, além de entre a população em geral.

Em *termos econômicos*, o virtual monopólio sobre os mercados latino-americanos não só permitia que os Estados Unidos manipulassem a oferta de insumos industriais e bens de consumo, mas também que a apresentasse como concessão aos países latino-americanos. Assim, os Estados Unidos podiam estabelecer uma política de compras e ditar os preços das matérias-primas latino-americanas, além de determinar quotas de redistribuição por todo o continente. Naturalmente, tais esforços eram apresentados aos vizinhos como sendo benéficos, embora na verdade estivessem ligados diretamente ao objetivo de assegurar os mercados latino-americanos para a indústria estadunidense no pós-

[395] O desafio ao poder dos EUA representado pela Argentina foi reconhecido por Lord Halifax, embaixador britânico em Washington: Halifax para o *Foreign Office*, 14 de setembro de 1945, FO 371 45018 (AS3328/317/5).
[396] R. Barnet, *Intervention & Revolution* (Nova York, 1972).
[397] Diário do embaixador dos EUA no Brasil Adolf Berle, 22 de março de 1945, FRL/BC.

-guerra. Os esforços para minimizar a industrialização na parte sul do continente também podem ser explicadas desta maneira, assim como as dificuldades vividas pelo Brasil em seus esforços para melhorar suas indústrias durante a guerra.

Foi a enorme superioridade em recursos militares, materiais e políticos dos Estados Unidos que permitiu que o país se tornasse uma Grande Potência com uma relação indisputável de hegemonia com o mundo capitalista, incluindo, é claro, a América Latina. No caso brasileiro, essa relação ficou um pouco obscurecida durante os anos mais críticos da guerra devido à necessidade estadunidense de fazer algumas concessões para garantir o apoio brasileiro à sua causa. Isto não apenas deu ao Brasil a oportunidade de negociar, mas também a ilusão de que tinha um potencial muito maior do que era de fato o caso. O próprio governo dos Estados Unidos estimulou esta superestimação da força do Brasil em nível internacional, constantemente se referindo ao seu status "Potência associada". Ao final da guerra, os Estados Unidos retificaram a situação – a real medida da assimetria foi esclarecida e a capacidade de barganha do Brasil teve um declínio agudo.

A contradição entre *ganhos brasileiros* versus *hegemonia estadunidense* já desconcertou muitos analistas que só enxergaram *um lado* do movimento histórico, enfatizando *ou* os ganhos brasileiros *ou* a hegemonia estadunidense. Entretanto, os dois eram fenômenos concomitantes e mutuamente condicionados. Devido ao fato de que a hegemonia estadunidense foi estabelecida por meio de um processo de negociação e não de coerção, ele permitiu e até implicou que concessões substanciais seriam feitas. Até 1944 o Brasil se alinhou gradativamente aos Estados Unidos, extraindo benefícios políticos e econômicos no processo. De 1945 em diante, o exercício deste poder pelo governo brasileiro declinou e o alinhamento se tornou um dogma que não trouxe quaisquer recompensas políticas ou econômicas.

Parte 2: Paz (1945)

Estados Unidos, potência mundial

Enquanto o Brasil se esforçava com vigor para participar da guerra em 1944, as Grandes Potências já davam passos para montar a paz. Os "Três Grandes" patrocinaram sucessivas reuniões, algumas das quais com representantes dos "Aliados menores", mas a maior parte restrita

aos especialistas políticos, econômicos e militares das Grandes Potências. Em julho de 1944, a Conferência de Bretton Woods assentou a base da ordem econômica do pós-guerra. Basicamente, o propósito da conferência era garantir o crescimento do comércio internacional, removendo regulamentos e barreiras. Duas instituições poderosas surgiram a partir desta reunião: o Fundo Monetário Internacional e Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento. O ministro da Fazenda Souza Costa participou da conferência e ingenuamente observou que as discussões relativas ao Fundo Monetário Internacional tinham caráter técnico, sem qualquer dimensão política.[398] As resoluções aprovadas em Bretton Woods na verdade incorporaram uma grande dimensão política, já que contribuíam com a expansão do comércio e da liquidez, e com a concentração de poder nas mãos das Grandes Potências.[399]

Em agosto de 1944, as Grandes Potências começaram a deliberar sobre a forma da organização das Nações Unidas durante conversações preliminares em Dumbarton Oaks (Georgetown), EUA. Elas reservaram para si a maior quota de poder no Conselho de Segurança, a principal arena decisória da organização. Se por um lado o governo dos Estados Unidos dizia querer a "completa participação dos países da América Latina" nas discussões sobre o pós-guerra, por outro ele não via inconsistência no fato de que as conversações iniciais se confinaram às Grandes Potências.[400] Em Dumbarton Oaks as Grandes Potências também decidiram que organizações regionais teriam o poder de resolver desacordos locais somente com a aprovação do Conselho de Segurança das Nações Unidas.[401] Não é de se admirar que as nações latino-americanas tivessem começado a suspeitar e até sentir alguma animosidade com relação aos Estados Unidos como resultado destas conferências.

Em fevereiro de 1945, Roosevelt, Churchill e Stalin se reuniram na Conferência de Yalta. Além de delinear as fronteiras gerais de suas respectivas esferas de influência e acordar que a União Soviética entraria na guerra contra o Japão, eles também se debruçaram novamente sobre o futuro das Nações Unidas e definiram claramente os contornos de sua organização. Stalin insistiu nos direitos especiais das Grandes Potências em virtude de seus esforços e sacrifícios durante a guerra. Seu poder

[398] Souza Costa para Vargas, 3 de julho de 1944, GV 44.07.01/2. A opinião de Souza Costa tem seguidores até os dias de hoje. Ver entrevista de Eugenio Gudin, para quem a fórmula de Bretton Woods não favorecia os Estados Unidos, mas sim ajudava os países em dificuldades. Gudin, HO/CPDOC, p. 130.

[399] Celso Lafer, *Comércio e Relações Internacionais* (São Paulo, 1977), capítulos 2 e 3.

[400] Memorando do governo dos Estados Unidos, GV 44.07.14/1.

[401] R. A. Humphreys, *op. cit.*, pp. 209-213. Também I. Gellman, *Good Neighbor Diplomacy* (Baltimore, 1979), p. 215.

de veto no Conselho de Segurança foi estabelecido definitivamente, em detrimento dos países menores.[402]

Realizou-se na Cidade do México a Conferência Interamericana sobre Problemas da Guerra e da Paz em fevereiro e março de 1945, com o objetivo de determinar a posição dos países latino-americanos na nova ordem internacional. O único país ausente foi a Argentina, cujo governo mantinha uma "atitude negativa" com referência à guerra.[403]

Conhecida como a Conferência de Chapultepec, a reunião apresentava um dilema aos Estados Unidos. Por um lado, os governos latino-americanos, envolvidos com seus próprios problemas de segurança, defendiam uma abordagem regional para as questões de segurança internacional. Por outro, a opinião das potências menores não foi levada em consideração pelos Três Grandes, que enfatizavam o caráter mundial da futura organização encarregada de garantir a paz mundial.

O hemisfério que havia sido a base do esforço de guerra dos Estados Unidos estava se tornando um fator a constranger o papel internacional do país. A ideologia política do Pan-Americanismo usada com sucesso nos anos anteriores estava dando lugar ao projeto mais ambicioso de um "Mundo Aberto". Fortalecer uma organização regional significaria enfraquecer a organização mundial. E o que era ainda mais importante: poderia encorajar outros – os soviéticos, por exemplo – a criar sistemas concorrentes semelhantes.

Aproveitando ao máximo sua influência e contando com o apoio incondicional do governo mexicano, cujo ministro de relações exteriores concordou em patrocinar sua linha, o governo estadunidense conseguiu superar as resistências latino-americanas iniciais. Ele obteve a aprovação da conferência para as decisões de Dumbarton Oaks apesar de muitos protestos dirigidos ao desequilíbrio de poder entre os estados maiores e menores na futura organização das Nações Unidas. Com a anuência dos Estados Unidos, a Conferência também aprovou uma série de emendas às decisões, dando participações adicionais aos estados menores. Estas foram apresentadas aos outros Aliados na Conferência de San Francisco.[404]

Alguns funcionários do Departamento de Estado conhecidos como "globalistas" não eram favoráveis a um pacto regional de segurança,

[402] P. Renouvin, "Las crisis del siglo XX", in *Historia de las Relaciones Internacionales* (Madri, 1960), t. II, v. 11, pp. 1201-1204; I. Deutscher, *Stalin* (Rio de Janeiro, 1970), t. II, pp. 478-479; D. Yergin, *Shattered Peace* (Boston, 1978), pp. 62-64.

[403] Itamaraty para embaixada dos EUA, "Memorando sobre sugestão de uma Conferência de Ministros das Relações Exteriores", 17 de novembro de 1944, AHI/RE/EUA/Notas expedidas, 1944. Também memorando do Departamento de Estado, GV 44.11.29/2.

[404] Os observadores britânicos na conferência consideravam as demandas latino-americanas por direitos iguais de voto na futura organização mundial como demonstrações de "vaidade e egoísmo". Relatório de Hadow, de Halifax para o *Foreign Office*, 12 de março de 1945, FO 371 45017 (AS1611/317/5).

pois sua política era fortalecer a organização mundial. Não obstante, eles tiveram de aceitar as ideias de seus colegas "regionalistas", já que estas correspondiam aos planos das forças armadas estadunidenses para o pós-guerra. Consequentemente, a Ata de Chapultepec intitulado "Assistência Recíproca e Solidariedade Americana", que previa defesa mútua contra agressão externa ou interna, foi aprovado pela Conferência. Entretanto, os "globalistas" puderam adiar para outra conferência quaisquer compromissos concretos quanto a esta questão.[405] O aspecto extraordinário da Ata de Chapultepec foi ele ter restabelecido o direito de "intervenção multilateral" nos assuntos internos dos países latino-americanos.[406] Embora a resolução fosse dirigida basicamente ao "militarismo argentino",[407] fica claro que ela pretendia garantir a unidade do sistema interamericano ou, em outras palavras, a hegemonia inconteste dos Estados Unidos nos anos vindouros.

As conversações econômicas durante a conferência resultaram numa "Carta Econômica para as Américas", que conseguia conciliar duas posições bastante diferentes. Muitos países latino-americanos queriam desenvolvimento econômico, industrialização e proteção; eles também vislumbravam a necessidade de participação governamental no processo econômico. A delegação dos Estados Unidos insistia numa política de "portas abertas", resumida pelo Prof. Humphreys da seguinte maneira:

> Não discriminação; a abolição de práticas comerciais restritivas; a redução efetiva de barreiras comerciais; a eliminação do nacionalismo econômico "em todas as suas formas"; o tratamento justo e equitativo de empresas e capitais estrangeiros; a promoção do empreendimento privado e o desencorajamento do empreendimento estatal ao se conduzir o comércio; a necessidade do desenvolvimento industrial ser "solidamente embasado"; e, ademais, a necessidade de padrões de vida mais altos e de padrões trabalhistas progressistas.[408]

A Carta Econômica tentava conciliar entre estas posições muito diferentes. A delegação estadunidense fez promessas moderadas de assistência aos países latino-americanos para que estes pudessem manter suas vendas de matérias-primas em níveis de durante a guerra. Não obstante,

[405] Sobre as conversações políticas e militares durante a conferência, ver T. M. Campbell, *Masquerade Peace* (Tallahassee, 1973), cap. 5. Também T. Campbell & G. Hering, *The Diaries of Edward Stettinius Jr., 1943-1946* (Nova York, 1975).

[406] De acordo com Cordell Hull, em Chapultepec "as Repúblicas Americanas na prática acordaram intervir militarmente em qualquer uma delas em certas circunstâncias". *Memoirs* (Nova York, 1948), II, p. 1467.

[407] I. Gellman, *op. cit.*, p. 207.

[408] R. A. Humphreys, *op. cit.*, p. 216 (pp. 212-217 para a conferência como um todo). Outros relatos da reunião se encontram em S. L. Baily, *The United States and the Development of South America, 1945-1975* (Nova York, 1976), pp. 43-48, e J. L. Mecham, *The United States and Inter-American Security, 1889-1960* (Austin, 1961), pp. 260-268.

considerada em sua totalidade, a Carta Econômica era uma reafirmação dos princípios da Carta do Atlântico, e previa a aceitação dos princípios de Bretton Woods e de outros acordos internacionais semelhantes.[409]

Por último, o governo dos Estados Unidos conseguiu persuadir a conferência a emitir uma clara condenação da política argentina. A sessão de encerramento expressou sua simpatia para com o povo argentino e sua esperança de que a Argentina declarasse guerra ao inimigo, aderisse à Declaração das Nações Unidas e assinasse a Ata de Chapultepec de modo a ser readmitida à família interamericana.

Embora estivessem comprometidos com a criação de uma organização mundial, os Estados Unidos não conseguiram eliminar a impressão de que os países da América Latina eram um bloco coeso sob a sua liderança. Esta impressão era plenamente justificada por todas as políticas estadunidenses anteriores, e as inevitáveis discussões sobre segurança interamericana havidas em Chapultepec meramente servira para reforçá-la.[410]

Após a morte de Roosevelt em abril de 1945, a ambiguidade estadunidense – ser ostensivamente a favor de uma organização mundial e ao mesmo tempo criar um sistema de segurança regional – reduziu-se sensivelmente. O governo do presidente Truman favorecia um sistema regional autônomo de países amigos apoiando as iniciativas dos Estados Unidos. Roosevelt, com sua ideia de um "Mundo Aberto", tentara convencer os russos a não criar um sistema regional. Truman estava desfiando-os a fazer o contrário enquanto simultaneamente afirmava a intenção estadunidense de apoiar uma organização internacional. Nas palavras de David Green, o governo Truman estava "indo na direção de um Hemisfério Fechado num Mundo Aberto".[411] O Estado-Maior Conjunto (JCS) das forças armadas estadunidenses alegava que se a Ata de Chapultepec não fosse implementada em sua inteireza, "a porta será aberta para solicitações por nações não americanas de direitos a bases na América Latina". Num certo sentido, a Conferência do México pode ficar registrada como o primeiro ato da Guerra Fria, já que lançou os fundamentos para a futura luta contra a União Soviética e o "comunismo internacional".[412]

---

[409] De acordo com Rockefeller, as estipulações da Carta Econômica foram formuladas considerando as necessidades da Grã-Bretanha e dos Estados Unidos. Relatório de Hadow, de Halifax para o *Foreign Office*, 12 de março de 1945, FO 371 45017 (AS1611/317/5).

[410] Isto foi expresso por Adolf Berle ao embaixador britânico no Brasil. Gainer para Perowne, FO 371 45017 (AS1980/317/5).

[411] D. Green, "The Cold War Comes to Latin America", in B. J. Bernstein (org.), *Politics and Policies of the Truman Administration* (Chicago, 1970), p. 165.

[412] Como observado por Trask em "The impact of the Cold War on United States-Latin American relations, 1945-1949", *Diplomatic History*, v. 1, n. 3, 1977 (p. 273). Uma opinião parecida se encontra em T. H. Campbell, *op. cit.*, p. 175.

Mesmo assim, a Conferência das Nações Unidas em San Francisco (abril-junho de 1945) teve que lidar com um conflito aberto no seio da própria delegação estadunidense entre "globalistas" e "regionalistas". Uma aliança com representantes latino-americanos deu uma vitória aos "regionalistas", quando a Conferência reconheceu a autonomia da organização regional para resolver seus problemas sem interferência do Conselho de Segurança. Entretanto, ainda que os arranjos regionais fossem consistentes com os objetivos da ONU, a última palavra em caso de ação militar seria reservada para o Conselho de Segurança. Em suma, estavam assentadas as bases para organizações tais como a OEA, OTAN e Pacto de Varsóvia.[413]

A reivindicação específica da América Latina por um assento permanente no Conselho de Segurança (ou uma ampliação dos poderes da Assembleia Geral) não se concretizou. As resoluções de Yalta foram reconfirmadas.

A única vitória latino-americana na Conferência foi a admissão da Argentina às Nações Unidas, um acordo possibilitado pelo precedente estabelecido pela União Soviética com relação à Ucrânia e à Bielorússia. Os Estados Unidos também concordaram em convocar ainda em 1945 uma conferência interamericana para formalizar a Ata de Chapultepec na forma de um tratado. Estas vitórias foram mais aparentes que reais. As estratégias adotadas pelos países latino-americanos para se defender das Grandes Potências e seu monopólio na Organização das Nações Unidas se concentraram em fortalecer sua organização regional. Este organismo, no entanto, não passava do arcabouço jurídico e político para a hegemonia irreversível dos Estados Unidos sobre o continente.

O Brasil entra na linha

A ida da FEB para a Europa foi o último ganho da política externa brasileira durante a guerra. Em meados de 1944, quando o primeiro contingente da FEB estava embarcando para a Itália e o governo dos Estados Unidos convidou Oswaldo Aranha para ir a Washington em agosto, parecia que a situação não tinha mudado. Também em junho de 1944, Roosevelt assim expressava suas opiniões sobre as conversações de paz: "Acredito que essas discussões devem incluir uma avaliação

Sobre a opinião do Estado-Maior Conjunto (JCS), ver Leahy para os Secretários da Guerra e da Marinha, 18 de setembro de 1945, NA/RG 165 W.D. OPD 336 TS Sec.VI.

[413] Para uma discussão das manobras políticas em San Francisco, ver I. Gellman, *op. cit.*, pp. 217-224, e J. L. Mecham, *op. cit.*, pp. 268-277.

da participação do Brasil nos arranjos extracontinentais".[414] A despeito dessas demonstrações de boa vontade, nem o governo Roosevelt, nem os governos britânico e soviético eram receptivos à ideia de permitir que o Brasil desempenhasse um papel proeminente no esquema do pós-guerra.

O convite de visita a Washington feita a Oswaldo Aranha, não era sinal de aprovação às aspirações do Brasil de se tornar potência associada,[415] mas simplesmente uma demonstração de boa vontade, um gesto cuja intenção era de dar às autoridades brasileiras um sentimento de prestígio, necessário para a manutenção da aliança Brasil-Estados Unidos. Neste exato momento, os Três Grandes decidiam os destinos do mundo e somente a China foi incluída como interlocutor privilegiado. É significativo que o convite a Aranha incluísse uma agenda concreta de conversações que versavam sobre "os vários fatores que possivelmente irão governar o curso das relações entre nossos dois países nos próximos anos".

O convite era particularmente sutil em suas referências à posição do Brasil nas relações internacionais: "Eu valorizaria especificamente suas sugestões quanto ao *status* e participação de potências como o Brasil na nova organização mundial de segurança...".[416]

Não havia aí, é claro, evidência que sugerisse uma participação brasileira efetiva na organização mundial, se for lembrado que o encontro posterior de Dumbarton Oaks para preparação da paz admitiria somente representantes dos Estados Unidos, da Grã-Bretanha e da União Soviética. O secretário Hull se dispôs a "ouvir sugestões" sobre a participação de países "como o Brasil" na futura organização. O Brasil era um elemento interessante e importante no hemisfério, hemisfério esse que havia perdido a importância vital que tivera até então para as relações exteriores dos Estados Unidos. Mesmo esta modesta participação não se concretizou antes de Aranha se demitir do Ministério das Relações Exteriores em 22 de agosto de 1944, como resultado de acontecimentos políticos internos. Foi substituído pelo diplomata Leão Velloso, secretário-geral do Itamaraty. Deste modo, a aliança Brasil-Estados Unidos era agora definida em termos das novas direções que tomariam os desejos de hegemonia da potência-líder do mundo ocidental.

É verdade que Roosevelt e Hull pensavam ser possível encontrar meios de permitir ao Brasil ampla participação nas Nações Unidas. Em Dumbarton Oaks, Roosevelt sugeriu a possibilidade de aumentar o número de assentos permanentes no Conselho de Segurança de modo a

[414] Roosevelt para Vargas GV 44.06.21 ou NA/RG 59 832.20/6-2144. Ver também Hull para Aranha, OA 44.07.02/1 e Hull para Missões Diplomáticas Estadunidenses, NA/RG 59 832.20/7-1844.
[415] Como a afirmação feita por Cordeiro de Farias, em A. A. Camargo e W. Goes, *op. cit.*, p. 333, por exemplo.
[416] Hull para Aranha, 17 de julho de 1944, OA 44.07.17/1. Também NA/RG 59 711/7-1744.

incluir um país latino-americano, possivelmente o Brasil. Os representantes soviéticos e britânicos se opuseram à proposta e, face a isto, o governo dos Estados Unidos deixou o assunto morrer em benefício de temas mais importantes.[417]

A decisão dos Três Grandes foi tornada pública, mas o governo brasileiro acalentou ilusões até a Conferência do México, aplicando pressões contínuas sobre Washington nos meses que se seguiram a Dumbarton Oaks e recebendo de volta respostas vagas.[418] Em novembro de 1944, o Itamaraty ainda insistia na ideia do Brasil como "potência associada". Enquanto Vargas assegurava a Roosevelt que o "Brasil seguiria o voto dos Estados Unidos em todos os assuntos", o embaixador brasileiro em Washington insistia em ter assento permanente no Conselho de Segurança, assento esse que deveria, de direito, pertencer ao Brasil.[419]

A esta altura, o governo dos Estados Unidos argumentou que dar ao Brasil um assento no Conselho de Segurança criaria animosidade entre outros estados americanos, além de acrescentar pesadas responsabilidades militares para o Brasil. Esse argumento não havia impedido os Estados Unidos de fazer a mesma sugestão num passado não tão remoto, quando as pressões brasileiras eram ainda eficazes e seu apoio aos Estados Unidos ainda não era fato consumado.[420]

Em fevereiro de 1945, o [novo] secretário de Estado Stettinius, voou diretamente de Yalta ao Rio de Janeiro para conversações com o presidente do Brasil. A visita provocou um misto de "surpresa, prazer e orgulho" na imprensa brasileira. De acordo com a opinião corrente, ela ocorreu graças à visão de Vargas, que soube como colocar o Brasil numa posição de notável proeminência ao lado de nações de maior prestígio.[421] A visita serviu para reforçar a ilusão brasileira de ser "um aliado especial" e permitiu que Stettinius obtivesse concessões extraordinárias da parte do governo brasileiro sem contrapartidas significativas. Stettinius discutiu

[417] Campbell e Herring, *op. cit.*, pp. 11, 113, 118. O próprio Stettinius tinha reservas sobre tal ideia, de acordo com Gelman, *op. cit.*, p. 215.

[418] Memorando de Stettinius, 27 de setembro de1944, NA/RG 59 832.00/9-2744; memorando de Chalmers, 18 de outubro de 1944, NA/RG 59 711.32/10-1844. Nesse momento, o embaixador estadunidense disse a seu colega britânico no Rio de Janeiro que "havia formado a impressão definitiva de que seu governo estava começando a se desinteressar do Brasil". Gainer para o *Foreign Office*, 13 de outubro de 1944, FO 371 37842 (AS 5664/51/6).

[419] Stettinius para Roosevelt, 14 de novembro de 1944, NA/RG 59 711.32/11-1944 e Velloso para Martins, "Peace Organization Plans", 4 de novembro de 1944, AHI, MDB/EUA, Despachos, 1944.

[420] Stettinius para o Secretário interino, NA/RG 59711.32/2-1845. Também memorando para o Presidente, 20 de dezembro 1944, FRL BC ou NA/RG 59 832 00 12-2044. Ver também Chalmers para Warren (DS), 27 de janeiro de 1945, FRL BC.

[421] *O Estado de São Paulo*, 20 de fevereiro de 1945. O embaixador Martins deu opinião semelhante a Vargas, GV 45.01.03. Ver também, Cross para Daniels, 21 de fevereiro de 1945, NA/RG 59 832.00/2-2145. Alzira Vargas do Amaral Peixoto esteve presente ao encontro e pensou que Stettinius viera ao Brasil para pedir a Vargas que persuadisse o Chile e a Argentina a romper relações diplomáticas com o Japão. HO/CPDOC, Alzira Vargas A. Peixoto, pp. 72-73. A entrevista com Stettinius agradou muito a Vargas, de acordo com as testemunhas. Gainer ao *Foreign Office*, 22 de fevereiro de 1945, FO 371 44812 (AS 149/63/6).

assuntos gerais e satisfez a curiosidade de Vargas sobre Yalta e sobre as personalidades importantes lá presentes. Também expôs sua interpretação do papel do sistema interamericano no contexto das Nações Unidas e aconselhou Vargas a reatar relações com a União Soviética. Getúlio aproveitou a oportunidade para interrogar Stettinius sobre as chances do Brasil ganhar um assento permanente no Conselho de Segurança. Stettinius respondeu que "não houve mudança nas discussões sobre esse ponto desde Dumbarton Oaks".[422] No fim do encontro, o secretário de Estado falou de colaboração econômica no pós-guerra e perguntou quais seriam as necessidades imediatas do Brasil no pós-guerra que os Estados Unidos deveriam contemplar. A afirmação agradou Vargas profundamente e o secretário de Estado estadunidense prosseguiu:

> Eu disse há um determinado "T" (areia monazítica) do qual vocês têm reservas. Sucede que a Índia tem reservas desse produto e com o baixo custo de trabalho na Índia, ela estaria em condições de vendê-lo a preços abaixo do seu no mercado internacional, a menos que possamos fazer um acordo imediato através do qual nos deem uma opção para os próximos cinco ou dez anos.

Areias monazíticas eram indispensáveis à produção de tório, material crucial para a fabricação da bomba atômica, que os Estados Unidos estavam desenvolvendo e viriam a usar seis meses mais tarde em Hiroshima e Nagasaki. Stettinius prometeu ajudar o Brasil a superar a competição indiana pela compra total de sua produção de areias monazíticas, com base no velho padrão da política da Boa Vizinhança. O secretário de Estado explicou a necessidade desta matéria-prima assim: "Eu então afirmei que esse produto era muito importante e que o necessitávamos principalmente para válvulas de rádio, lâmpadas elétricas etc.".[423]

Vargas concordou em renovar os acordos atinentes a esta e várias outras matérias-primas de modo a atender às necessidades dos Estados Unidos durante o período. O resultado destas conversações satisfez Roosevelt enormemente.[424] Esse diálogo fantástico sublinha não só as qualidades de homem de negócios de Stettinius como também o imenso descompasso tecnológico entre os dois países, evidenciando que a "parceria" Brasil-Estados Unidos era, de fato, uma relação baseada na dominação.[425]

[422] T. M. Campbell e G. C. Herring, *op. cit.*, p. 264. Ver também memorando de Stettinius, 18 de fevereiro de 1945, FRL/BC.
[423] Campbell para Herring, *op. cit.*, p. 266.
[424] Roosevelt para Vargas, NA/RG 59 711/32/2-2145.
[425] No fim das conversações com Stettinius, Vargas expressou o desejo de dar uma declaração conjunta à imprensa. Foi redigida uma nota por dois assistentes que era "palavra por palavra, exatamente o rascunho que eu havia preparado

As iniciativas brasileiras em Chapultepec e São Francisco deixam em relevo a perda de poder do governo brasileiro. As tentativas do Brasil de estabelecer bases diferentes para a colaboração política entre os Estados Unidos e a América Latina foram derrotadas, tanto quanto sua influência específica nos mercados de açúcar e café. Nestas questões, os Estados Unidos concordavam apenas em manter a situação pré-guerra. Não obstante, quando o ministro Leão Velloso e a delegação brasileira voltaram do México, "as autoridades brasileiras tentaram inflar o papel que ele e sua delegação haviam desempenhado".[426]

A delegação brasileira levou para a Conferência de São Francisco as mesmas ilusões sobre um assento permanente no Conselho de Segurança. Embora os Estados Unidos não se mostrassem dispostos a ceder nesse ponto, Leão Velloso ainda insistia que seria um "ato de injustiça".[427] Ainda vivendo no passado, o governo brasileiro temia que a Europa tentasse exercer algum tipo de influência nos assuntos interamericanos. Por esta razão, afirmou vigorosamente seu alinhamento à política externa dos Estados Unidos em cada item da agenda extracontinental. A conduta dos soviéticos em São Francisco só serviu para tal convicção.[428] As esperanças maiores do Brasil estavam depositadas nas suas relações bilaterais com os Estados Unidos. Em 5 de junho de 1945, os Estados Unidos sugeriram que o Brasil declarasse guerra ao Japão, recordando que isto prolongaria o estado de guerra, dando-lhe condições de prosseguir os acordos *Lend-Lease*.[429] O acordo de compra das areias monazíticas pelos Estados Unidos nos três anos seguintes foi assinado em 10 de julho.[430] Ao mesmo tempo, o Brasil solicitou que a Conferência interamericana destinada a aperfeiçoar a Ata de Chapultepec fosse realizada no Brasil.[431] Foi uma típica luta por prestígio e os Estados Unidos exploravam exaustivamente essa tendência brasileira.[432]

(...) antes de ir para Petrópolis, na eventualidade desta necessidade". Memorando de Stettinius, 18 de fevereiro de 1945, FRC/BC. Tb. em NA/RG 59 711/32/2-1845.

[426] Relatório anual de 1945 sobre o Brasil, 22 de janeiro de 1946, FO 371 51899 (AS 486/13/6). Alguns altos funcionários brasileiros acreditavam ter desempenhado importante papel na conferência: Bouças para Vargas, 5 de fevereiro de 1945, GV 45.01.23.

[427] Velloso para Vargas, 4, 8, 10, 20 e 23 de maio de 1945, GV 45.04.30.

[428] Velloso instruiu a delegação brasileira em São Francisco a seguir o voto americano: adido naval brasileiro para Vargas, 4 de junho de 1945, GV 45.04.30. Ver também memorando de Berle, 24 de maio de 1945, FRL/BC; Berle para Truman, 2 de junho de 1945, HTL. Ver também memorando da embaixada brasileira, 1º de agosto de 1945, HL/Grew papers.

[429] Ver comunicação entre Velloso e Vargas sobre o assunto, 23, 25 e 29 de maio de 1945, GV 45.04.30. Também Gainer para o *Foreign Office*, 5, 7, 18 e 22 de junho de 1945, FO 371, 44854 (AS 2970, 3309, 3355, 3518.2970/6).

[430] Truman para Berle, 19 de junho de 1945; Chalmers para Berle, 29 de junho 1945; ambos em FRL/BC.

[431] Truman para Berle, 19 de junho de 1945; Chalmers para Berle, 29 de agosto de 1945; relatório de E. Brown, 31 de agosto de 1945; Berle para Chalmers, 4 de setembro de 1945 – todos em FRL/BC. Ver também memorando de Joseph Grew, 3 de julho de 1945, HL/Grew papers.

[432] Berle para o Secretário de Estado, NA/RG 59 711.32/5-945; memorando de J. Grew, 711.32/6-1345.

Enquanto a Organização dos Estados Americanos ainda estava em fase de implantação, ocorriam conversações militares bilaterais entre os representantes dos Estados Unidos e dos principais países latino-americanos. Ao mesmo tempo, planejava-se uma organização militar interamericana, permanente e multilateral.[433] As conversações militares bilaterais entre Brasil e Estados Unidos, que haviam se iniciado em 1944, diziam respeito ao futuro da Comissão Militar Mista Brasil-Estados Unidos, como meio de assegurar a colaboração militar.[434] Seu objetivo principal era prover instrução militar por peritos norte-americanos. A consequência dessa forma de colaboração seria a continuação da remessa de armamentos através do *Lend-Lease* às forças armadas brasileiras. Havia vantagens evidentes para os Estados Unidos nessa colaboração: 1) as armas e os instrutores não viriam de países europeus; 2) ao findar a guerra, os Estados Unidos teriam como encaminhar grandes quantidades de equipamento excedente de que não precisariam, que não poderiam usar e provavelmente seria substituído por armamentos mais modernos.[435] O programa militar brasileiro ficaria totalmente dependente dos Estados Unidos. A padronização por eles prevista para uma coordenação militar continental sob sua liderança se tornava muito clara.[436]

O programa militar Brasil-Estados Unidos representava somente uma pequena parcela de um projeto maior: a criação de um sistema de segurança interamericano, que era, em verdade, um sistema de acordos de assistência bilaterais entre os Estados Unidos e os países latino-americanos, unificados numa organização formal no hemisfério. Esses acordos estabeleceriam:

- a continuação da colaboração militar hemisférica no período do pós-guerra;
- a determinação do tipo e poder das forças armadas a ser mantidas depois da guerra pelas demais repúblicas americanas;
- a adoção, pelas outras repúblicas americanas, de armamentos padronizados segundo os modelos dos Estados Unidos;
- a abertura de estabelecimentos de treinamento dos Estados Unidos, bem como outros recursos de formação técnica, aos membros das forças armadas das demais repúblicas americanas;

[433] Berle para Stettinius, 6 de julho de 1945, FRL/BC. JCS para os secretários da Guerra e da Marinha, 18 de setembro de 1945, NA/RG 165 W.D. OPD 336 TS (S. II).
[434] Ata das primeiras sessões da Comissão Militar Mista Brasil-Estados Unidos, GV 44.10.10/1.
[435] Berle para Stettinius, 26 de julho de 1945, FRL/BC.
[436] Relatório anual de 1945, 22 de janeiro de 1946; Gainer para o *Foreign Office*, FO 371 51899 (AS 486/13/6).

- a manutenção nas demais repúblicas do continente, das missões navais, aéreas e do exército dos Estados Unidos para substituir as missões alemãs e italianas mantidas antes da guerra.[437]

Os militares dos Estados Unidos usavam "ameaças externas" como pretexto para a constituição deste sistema. Contudo, as discussões dentro do *establishment* militar estadunidense deixavam claro que a real preocupação era com as "disputas que surgiam no hemisfério ocidental". Estas provavelmente se vinculavam ao problema argentino. Entretanto, os militares estadunidenses corriam o risco de que as Nações Unidas tomassem para si o direito de regulamentar as "disputas que surgiam no hemisfério ocidental". Esta possibilidade era considerada inaceitável devido à crença de que as repúblicas americanas deveriam constituir área de influência exclusiva dos Estados Unidos. Isto explica a urgência com que Washington procurou formalizar o sistema nos termos da Ata de Chapultepec.[438]

Do ponto de vista militar, o sistema interamericano era de importância estratégica menor, já que não havia "possibilidade de operações militares de maior porte dirigidas dos Estados Unidos a partir de bases sul-americanas". Para o Departamento da Guerra:

> O interesse militar abrangente importante, reside simplesmente em ter um flanco estável, seguro e amigo ao sul, não perturbado por penetração inimiga – política, econômica ou militar.

As razões militares por trás dessa atitude eram sobretudo políticas: "... é de grande interesse nacional capitalizar os benefícios das relações de durante a guerra e manter o máximo possível de solidariedade".[439]

Por esta razão o Estado-Maior Conjunto dos Estados Unidos preparou planos

> para prover treinamento, equipamento e doutrinação das forças armadas latino-americanas, para os propósitos de colaboração mais íntima para a defesa hemisférica.[440]

[437] Dreir para Warren (Departamento de Estado), NA/RG 59 810.20, Defense/1-945. Ver também diversos memorandos do Departamento de Estado sobre o assunto, NA/RG 59 810.20 Defense/1-1545.

[438] JCS para os secretários da Guerra e da Marinha, 18 de setembro de 1945, NA/RG 165 W.D. OPD 336 TS Sec. VI. As "responsabilidades exclusivas" dos Estados Unidos quanto à defesa hemisférica foram reconhecida pelos britânicos; Relatório anual de 1945, 22 de janeiro de 1946, FO 371 51899 (AS 486/13/6). Ver também relatório de Hadow sobre a Conferência de Chapultepec, 12 de março de 1945, FO 371 45017 (AS1611/317/6).

[439] Secretário da Guerra para o Secretário de Estado, NA/RG 59 FW 810.20 Defense/12-1844, e em 810.20 Defense/9-2645.

[440] Comissão de Coordenação Estado-Guerra-Marinha: "An Inter-American Agency to Implement the Treaty of Rio de Janeiro and the Act of Chapultepec", 30 de outubro de 1945, NA/RG 165 W.D. ABC 900.3295 (7-3142) Sec. I-C.

A urgência em se formalizar esse sistema politicamente advinha também do perigo que divergências internas no continente poderiam representar para a hegemonia estadunidense. Depois de Chapultepec, os peritos do Departamento de Estado se esforçaram para estabelecer uma *lógica* para este neointervencionismo. À guisa de "ação multilateral", a intervenção dos Estados Unidos poderia se justificar em casos de "quebra de obrigações assumidas no tocante à defesa coletiva do hemisfério; interrupção ou ameaça de interrupção da paz do hemisfério..." e "fracasso de um país em observar os padrões de nações civilizadas, na relação com seu próprio povo".[441]

O sistema de segurança interamericano seria formalizado em outubro de 1945 na Conferência do Rio de Janeiro. Conflitos com o governo argentino levaram à modificação destes planos, e o governo dos Estados Unidos sugeriu ao Brasil o adiantamento da reunião, sob a alegação de que os argentinos não haviam cumprido os compromissos assumidos no México. Para Washington, a influência nazista não havia desaparecido e os direitos humanos não eram respeitados na Argentina. Na verdade, o governo dos Estados Unidos temia que a presença argentina no Rio pudesse se transformar num triunfo para Buenos Aires, com quem o governo Truman estava, novamente, em conflito aberto.[442]

Em 1945 já estava claro que os planos brasileiros de alcançar o status de "potência associada" estavam esgotados. A capacidade de barganha do Brasil se enfraquecera significativamente, e a promessa dos Estados Unidos de um papel relevante para o Brasil no período pós-guerra permanecia um discurso vazio. As condições que haviam sustentado o apoio incondicional da administração Roosevelt ao regime de Vargas estavam mudando rapidamente. Um resultado disto foi que os benefícios políticos internos que Vargas extraia de sua condução das relações exteriores do Brasil também tendiam a diminuir rapidamente naquele ano.

[441] "Memorandum on Economic Assistance and Non-Intervention", de A. Berle Jr., 15 de setembro de 1945, FRL/BC. Uma análise deste neo-intervencionismo como instrumento da política dos Estados Unidos no período do imediato pós-guerra se encontra em M. Hirst, "O processo de alinhamento nas relações Brasil-Estados Unidos, 1942-1945" (Rio de Janeiro, 1982), cap. III.

[442] Memorando de Acheson, 1º de outubro de 1945, NA/RG 59 710 Consultation (4) 10-145. Ver também Martins para Vargas, GV 45.10.01/2; Berle para o Secretário de Estado, 2 e 4 de outubro de 1945, NA/RG 59 710 Consultation (4) 10-245, 10-445.

A queda de Vargas

A luta contra o nazifascismo deu origem a dois movimentos sociais importantes nas sociedades ocidentais: a luta pela *democratização* dos regimes autoritários e a luta pela *reforma social* nos países liberais. O Brasil não permaneceu imune a eles, em parte porque participara ativamente da guerra. O Estado Novo foi se deteriorando à medida que a guerra chegava ao fim. Em 1945, o governo dos Estados Unidos não necessitava mais do apoio do regime autoritário brasileiro para satisfazer seus objetivos estratégicos. Muitas forças sociais – os militares inclusive – que haviam apoiado o Estado Novo se adaptaram rapidamente às novas tendências internacionais e afirmavam seu apoio à causa democrática, enquanto sobre o presidente Vargas se concentravam os ataques dos descontentes.[443] Fossem neodemocratas por conveniência ou convicção, o fato é que a conversão desses líderes desempenhou um papel expressivo na erosão do apoio ao Estado Novo.

Enquanto isso, os elementos autoritários no interior do governo tentavam sustentar o regime. Em 1944, obtiveram, com sucesso, a nomeação de Coriolano de Góes como chefe de Polícia do Distrito Federal[444] e a demissão de Oswaldo Aranha do Ministério das Relações Exteriores. Os contatos de Aranha com a oposição liberal haviam aumentado significativamente, e ele fora eleito vice-presidente da *Sociedade Amigos da América*, cujo programa incluía anistia para a oposição na prisão e no exílio, bem como uma legislação protetora das liberdades públicas e do indivíduo. A polícia impediu-o de ser empossado e Vargas também não o apoiou.[445] Contudo, a renúncia de Aranha não resolveu os problemas básicos enfrentados pelo regime autoritário que se encontrava na posição de participante ativo da luta vitoriosa contra o nazifascismo, ao mesmo tempo em que enfrentava pressões crescentes de vários grupos políticos e classes da sociedade brasileira. O Brasil tinha que se liberalizar de modo a desempenhar um papel significativo na organização mundial do pós-guerra. Já no começo de 1945, o governo foi obrigado a tomar medidas concretas

[443] A. A. Camargo, "Carisma e Personalidade Política: Vargas, da Conciliação ao Maquiavelismo" (Rio de Janeiro, 1979), p. 6. Sobre a conversão de muitos militares à causa democrática, ver Harrisson para o Departamento de Estado, 27 de janeiro de 1945, FRL/BC.

[444] Maciel Filho para Benjamin Vargas, GV 44.07.05/1.

[445] Aranha não escondeu sua posição política com relação ao regime: Aranha para A. Whately, OA 44.02.29/4; carta para Aranha, OA 44.02.29/5. Foi por esta razão que seu poder no gabinete se esfacelou, GV 44.07.06/2. Sobre o caso, ver extenso dossiê em OA 44.08.17/5 e GV 44.08.17. Informações relevantes também podem ser encontradas em Rabello para Aranha, OA 44.05.25/1; Aranha para Rebello, OA 44.05.27/2; Aranha para Vargas, OA 44.08.21/1; Aranha para Missões Diplomáticas, OA 44.08.22/1; Aranha para Góes Monteiro, OA 44.08.00/1; Góes Monteiro para Vargas, GV 44.08.17. Ver também Sobral Pinto para Aranha, OA 44.08.26/1.

para a normalização democrática. A censura à imprensa foi retirada e a liberdade das organizações políticas foi restaurada. Em fevereiro, foram anunciadas eleições. Em abril, o líder comunista Luis Carlos Prestes foi solto após prisão de oito anos, juntamente com 600 outros ativistas da oposição, e o Partido Comunista foi legalizado. No final de maio, foi decretada a lei eleitoral: eleições presidenciais foram marcadas para 2 de dezembro de 1945 e eleições estaduais para cinco meses mais tarde. Apresentaram-se vários candidatos, em torno dos quais se formaram as principais correntes políticas. A oposição liberal/oligárquica apresentou como candidato o brigadeiro Eduardo Gomes e formou a União Democrática Nacional (UDN). A máquina política do governo deu apoio ao general Dutra e criou o Partido Social Democrático (PSD).[446]

O desembarque no Rio do primeiro contingente da FEB de volta da Europa em julho, recebido por Vargas e pelo general Mark Clark proporcionou ao regime um momento de glória. Em agosto, a volta de outros contingentes repetiu o fato. A força expedicionária foi rapidamente desmobilizada e os soldados enviados de volta às suas cidades natais. É comumente argumentado que isto de deveu ao perigo para o regime que uma eventual propaganda democrática no seio desta tropa altamente treinada poderia representar.[447] Outra explicação sugere que a continuação da FEB daria a seu comandante e seus oficiais prestígio político maior do que o dos dois candidatos à presidência, Eduardo Gomes e Eurico Gaspar Dutra, ambos militares.[448]

Enquanto a onda de reforma democrática se opunha ao Estado Novo, a oposição liberal/oligárquica não retinha um monopólio sobre a bandeira da reforma social. Vargas valeu-se da oportunidade para ampliar sua base política entre as classes mais pobres: o movimento sindical se ampliava e o presidente tentou exercer algum controle sobre ele, estimulando a organização sindical e as reivindicações populares sob a tutela do Estado. Assim, Vargas estava ligando seu futuro político (ou sua continuação no poder) a forças que, tática ou estrategicamente defendiam reformas substanciais na estrutura da sociedade brasileira. Isto coincidiu com as reivindicações de uma Assembleia Constituinte como primeiro passo para a democratização do país pelo movimento "queremista". Este

[446] Ver Maria do Carmo C. Souza, *Estado e Partidos Políticos no Brasil* (São Paulo, 1976), L. L. Oliveira, "Partidos Políticos Brasileiros: O Partido Social Democrático" (Dissertação de mestrado, IUPERJ, Rio de Janeiro, 1973), e M. V. Benevides, *op. cit.*. Sobre a oposição a Vargas, ver relatórios para o presidente em GV 44.11.06, e também Dutra para Vargas, GV 45.01.11/1.

[447] Este argumento aparece em grande número de livros escritos sobre o tema; ver M. T. Castelo Branco, *op. cit.*, p. 540, e M. L. Lins, *op. cit.*, pp. 194-5. Ver também Camacho para Allen, 5 de março de 1945, FO 371 44804 (AS 1450/6/6).

[448] A. A. Camargo e W. Góes, *op. cit.*. Também observações do adido militar britânico no Rio de Janeiro, 22 de novembro de 1944, FO 128 433-FEB. Sobre a FEB como *locus* de prestígio para generais, ver Alzira Vargas do A. Peixoto, HO/CPDOC, pp. 82-83.

pedia uma Assembleia Constituinte com Getúlio no poder e não depois das eleições presidenciais. Argumentavam que eleições presidenciais sob o manto da constituição ditatorial de 1937 permitiriam ao novo presidente da república adotar a mesma política ditatorial.

O Partido Comunista aceitou a Constituinte como a melhor forma de atingir não só a mudança social como a propaganda de seu próprio programa. Esta estranha união de queremistas e comunistas baseava-se no lema "Constituinte com Getúlio" – os comunistas dando ênfase à *constituição* e os queremistas dando ênfase a *Getúlio*.[449] A mobilização política da classe trabalhadora também envolveu o patrocínio de Vargas, através do novo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB).

O perigo de ver a *restauração democrática* engolida pelas ondas da *reforma social* na Constituinte de Getúlio, fez com que a oposição "liberal" buscasse apoio da embaixada dos Estados Unidos, e sugerisse a sua intervenção. Simultaneamente, ampliaram-se os contatos com o exército e lançaram-se planos para um golpe preventivo contra Vargas. O medo da revolução social entre as autoridades militares era compartilhado pela oposição liberal oligárquica. Em tal situação, poderia ter êxito uma conspiração.[450]

O governo dos Estados Unidos acompanhava atentamente a evolução política no Brasil e era favorável ao fim de governo não representativo e de uma transição para a democracia. Mais do que a adequação do regime político brasileiro ao modelo dos Estados Unidos, o que estava em jogo era a adesão do novo regime à liderança política dos Estados Unidos. Por esta razão, a principal preocupação da embaixada estadunidense não era o programa dos comunistas brasileiros, mas as ligações do PCB com Moscou – em resumo, a substância de sua filiação internacional.[451] Em outras palavras, o problema era assegurar que as forças envolvidas na transição do Estado Novo para a democracia tivessem laços bem firmes com Washington. A análise do embaixador Berle sobre a situação política brasileira dividia as forças políticas em "pró-Estados

[449] Há anotações interessantes de Vargas sobre a questão social brasileira e a necessidade de uma Assembleia Constituinte, GV 45.03.00/1. Sobre a mobilização queremista, ver relatório a Vargas, GV 45.10.17. Sobre sua vinculação com Prestes, ver Berle Diary, 18 de maio de 1945, FRL/BC. Ver também Berle para Stettinius, 28 de maio de 1945, NA/RG 59 832.00/5-2845, e resumo dos telegramas, 1º de junho de 1945, FRL/BC.

[450] Sobre os contatos com a embaixada estadunidense, ver Donnely para Stettinius, 13 de janeiro de 1945; e Berle para Stettinius, 14 de julho de 1945; ambos em NA/RG 59 832.00/1-1345, 7-1445. Ver também Rio de Janeiro *Chancery* para o *Foreign Office*, 28 de março de 1945, FO 371 44807 (AS 2065/52/6); memorandos de Berle, 15 de fevereiro, 18 de agosto, e 4 de setembro de 1945, todos in FRL/BC. Sobre contatos como o exército, ver E. Carone, *op. cit.*, p. 344. Durante o ano, tais contatos foram frequentes: ver entrevista dada pelo adido de imprensa britânico a José Américo em 8 de março de 1945, FO 371 33806 (AS 1703/53/6). Também Berle para Stettinius, 22 de março de 1945, NA/RG 59 832.00/3-245. A conspiração militar foi denunciada pelo General Paquet ao Ministério da Guerra, GV 45.10.01/3. Uma cronologia destes eventos pode ser encontrada em Maria Vitória Benevides, *op. cit.*, pp. 56-57.

[451] Berle para Stettinius, 22 de agosto de 1945, NA/RG 59 832.00/8/2245. Sobre o programa de Prestes, ver L. Basbaum, *op. cit.*, p. 128.

Unidos" e "pró-União Soviética".[452] Washington não tinha preferência entre Eduardo Gomes e Dutra, já que ambos pareciam confiáveis. O candidato presidencial dos comunistas, Yedo Fiúza, sequer era temido, pois não tinha condições de vencer o pleito, e ainda que vencesse, de ser empossado.[453] A ameaça maior parecia ser a ligação dos comunistas com um político de prestígio como Getúlio Vargas.

Vargas tivera a confiança do governo estadunidense até então graças às mudanças que começara a promover no regime e por ter grande popularidade na classes trabalhadoras.[454] Esta confiança começou a declinar quando se tornou claro que o movimento para mantê-lo no poder estava associado ao Partido Comunista. Quando a embaixada dos Estados Unidos se convenceu de que Vargas manipulava o queremismo, aceitando o apoio comunista para permanecer no poder, o embaixador Adolf Berle interveio publicamente, defendendo eleições e a transferência do poder. Em 29 de setembro, Berle discursou perante jornalistas durante um banquete em sua homenagem, lembrando ao governo brasileiro suas promessas de eleições livres e de passagem à democracia constitucional. O discurso causou indignação em círculos governamentais e aprovação da oposição. Sem dúvida, ele deu sinal verde aos opositores de Vargas, que conspiravam para derrubá-lo. O discurso não era somente uma opinião pessoal, mas resultou de amplo conhecimento e aprovação do Departamento de Estado, cuja única objeção foi de que o mesmo deveria ter sido feito por um funcionário ainda mais grado do governo dos Estados Unidos, se possível, o próprio secretário de Estado.[455]

Berle defendia sua política argumentando que uma intervenção mais vigorosa como a que estava sendo usada contra a Argentina teria tanto sucesso quando não fazer nada. Uma intervenção sutil se adequava melhor ao caso brasileiro,[456] e também evitava um golpe de estado. No entanto, o próprio Berle logo percebeu que a oposição militar a Vargas não só continuava como ganhava intensidade após seu discurso.[457] Quando Vargas

[452] Berle para Stettinius, 9 de maio de 1945, NA/RG 59 832.00/5-945.

[453] "Se Fiúza for eleito, não será empossado". General Benício da Silva, Comandante da 1ª Região Militar ao adido militar britânico, 28 de novembro de 1945, FO 371 44809 (AS 6178/52/6).

[454] Como em Gainer ao Foreign Office, 20 de dezembro de 1944, FO 371 44806 (AS 287/53/6). PDC ao Embaixador, 22 de março de 1945, Berle para Truman, 17 de abril de 1945, situação política, por Berle, 22 de agosto de 1945, Diário de Berle em 3 e 4 de setembro de 1945, todos em FRL/BC, também Truman para Berle, 13 de setembro de 1945. HTL.

[455] Diário de Berle, 18, 27 e 28 de setembro de 1945, FRL/BC; Chalmers para Berle 2 de outubro de 1945 FRL/BC, também em NA/RG 59 832.00/9-2945; Brynes à Embaixada dos Estados Unidos, em 19 de novembro de 1945, 832.00/11/ - 745; Ver também a aprovação de Braden ao discurso de Berle, COHP, Braden Papers, pp. 2134-2135.

[456] Berle para Truman, 1 de outubro de 1945, Nash para Berle 25 de outubro de 1945, sumário de telegramas, 31 de outubro de 1945, todos em FRL/BC.

[457] Memorando de Berle, 5 de outubro de 1945, FRL/BC. A oposição militar fica evidente na correspondência entre o general Ary Pires e Góes Monteiro: 24 de setembro, e 8 e 16 de outubro de 1945, AN, Documentos de Góes Monteiro. O embaixador britânico também relatou a existência de reuniões militares contrárias ao apoio de Vargas à Assembleia Constituinte: Gainer para o *Foreign Office*, 24 e 27 de outubro de 1945, FO 371 808 (AS 5575/52/6).

tentou suprimir esta oposição e garantir a continuidade do regime, a cúpula militar finalmente deu ouvidos aos apelos da oposição oligárquica. Em 29 de outubro de 1945, os chefes militares que haviam criado e sustentado o Estado Novo formalmente participaram de sua queda.[458]

A ideologia autoritária bem como as estruturas jurídicas e políticas do Estado Novo não seriam facilmente eliminadas. Durante o mesmo golpe que tirou Vargas do poder, sindicalistas e políticos ligados ao Partido Comunista, para não falar em líderes "queremistas", foram presos. A embaixada dos Estados Unidos interveio mais uma vez e recomendou que os que tinham dado apoio a Vargas deviam ser tratados com brandura. Também recomendou que o poder se transferisse para os civis, de modo a destruir qualquer impressão de que a estrutura repressiva de 1937 permanecesse intocada.[459] E era verdade.

De acordo com o embaixador britânico no Rio de Janeiro, a iniciativa de Berle foi, inequivocamente, "uma flagrante intervenção nos assuntos internos do Brasil".[460] Ela foi recebida com alegria pela oposição liberal oligárquica. O embaixador não fazia segredo de sua ação no Brasil:

> Pusemos o Brasil na via democrática sem sangue ou violência e há paz, liberdade e oportunidades claras de resolver seus próprios problemas com homens por ele escolhidos.[461]

A embaixada dos Estados Unidos no Brasil teria preferido uma transição democrática sob a liderança de Vargas.[462] Não era sua personalidade política nem suas ações no passado que constituíam um problema para Berle, mas os compromissos que foi gradualmente aceitando durante o processo de democratização. Estes acordos eram vistos como prova de que Vargas havia abandonado "os padrões das nações civilizadas ao lidar com seu povo", algo que para Berle justificava sua intervenção.[463] Mas na ausência de uma definição clara do que seriam "os padrões das nações civilizadas", o julgamento final ficava nas mãos dos representantes de Washington.[464]

---

[458] Pode-se encontrar documentação completa das circunstâncias, atores e ações envolvidos na queda de Vargas em H. Silva, *1945: Por Que Depuseram Vargas* (Rio de Janeiro, 1976).

[459] Diário de Berle, 31 de outubro de 1945. Resumo dos telegramas enviados por Berle, FRL/BC. Também comunicações do embaixador estadunidense ao embaixador britânico: Gainer para o *Foreign Office*, 6 de novembro de 1945, FO 371 44809 (AS 6094/52/6).

[460] Gainer para o *Foreign Office*, 5 de outubro de 1945, FO 371 44808 (AS 55/17/52/6). Também anotações do *Foreign Office*, 14 de janeiro de 1945, FO 371 51904 (AS 443/15/15/6).

[461] Berle para Truman, 26 de novembro de 1945, FRL/BC.

[462] Berle para Truman, 4 de setembro de 1945, FRL/BC.

[463] Ver nota 441, acima.

[464] O papel dos Estados Unidos em relação à "estabilidade" ou "instabilidade" do governo brasileiro naquele período é sublinhado por M. Hirst, *op. cit.*, cap. IV.

A luta contra o fascismo durante e após a guerra gerou apoio para um governo democrático no Brasil. Mas, semelhantemente a 1937, a questão da natureza do regime político se subordinava a uma questão mais importante: a da adesão à política internacional dos Estados Unidos, algo que um governo esquerdista ou nacionalista saído de uma Constituinte com Getúlio talvez nunca pretendesse apoiar. O governo dos Estados Unidos estava menos preocupado com o fato de que uma permanência de Vargas no poder significaria a manutenção de padrões políticos não democráticos, e mais com uma possível aliança Vargas-Perón que poderia chegar facilmente a posições políticas anti-EUA.[465] O governo Truman estava alerta a esse perigo. E por essa razão, ao aplaudir numa carta o processo de democratização no Brasil, o presidente Truman não hesitou em declarar também que

> *O importante* é que ambos os países continuem a trabalhar juntos com vistas a atingir os ideais que foram aceitos como sendo a base de nossas vidas nacionais no hemisfério ocidental.[466]

[465] Berle para o Secretário de Estado, 7 de novembro de 1945, NA/RG 59 832.00/11/745.
[466] Truman para Berle, 9 de novembro de 1945, FRL/BC. Grifo meu.

Capítulo V

Os anos pós-guerra (1946-1950)

... sempre me pareceu que a última chance de paz seria uma frente unida do Ocidente em torno dos Estados Unidos.
(Raul Fernandes para Oswaldo Aranha, 16 de novembro de 1947.)

A Segunda Guerra Mundial produziu mudanças drásticas na situação internacional. As velhas potências europeias perderam sua força, uma onda de movimentos democráticos erradicou governos ditatoriais, da luta contra o fascismo desenvolveu-se a atividade revolucionária, os impérios coloniais começaram a se desintegrar e em muitas regiões a luta pela libertação nacional assumiu a forma de revolução social. Nesta época, parecia que o mundo seria reconstruído em termos radicalmente diferentes.

Porém, uma nova configuração das Grandes Potências também começava a tomar forma nos anos pós-guerra – ao final da guerra, os Estados Unidos e a União Soviética eram claramente as duas potências mais importantes do mundo. É verdade que os Estados Unidos não haviam sofrido destruição em seu próprio território, haviam dobrado sua capacidade de produção, perdido poucas vidas e adquirido o monopólio sobre a bomba atômica. Do lado soviético, vinte milhões de pessoas haviam morrido, grandes áreas do território haviam sido devastadas e a produção de alimentos estava extremamente baixa no final da guerra.[467] Contudo, em termos políticos e militares, a URSS gozava de grande influência em assuntos europeus e asiáticos. As ligações orgânicas entre os partidos comunistas e o PC da URSS constituíam canais eficientes de difusão ideológica apesar da dissolução da 3ª Internacional em 1943.

[467] T. G. Patterson, *Soviet-American Confrontation* (Baltimore/Londres, 1973), p. 261; e T. G. Patterson, *On Every Front* (Nova York/Londres, 1979).

A história dos anos imediatamente posteriores à guerra foi de uma crescente erosão da aliança EUA-URSS-Reino Unido. A explicação estadunidense para esta "reversão das alianças" estava relacionada principalmente com a presença militar de tropas soviéticas na Europa Central, fato interpretado como risco militar iminente à Europa como um todo, e com as tentativas ou sucessos de revoluções sociais, interpretadas como sendo diretamente instigadas por Moscou.[468] Os compromissos acordados em Yalta por Roosevelt, Churchill e Stalin se tornaram mais difíceis de preservar à medida que o governo Truman adotava uma atitude mais rigorosa ao lidar com os russos. Divergências já estavam evidentes na Conferência de Potsdam (julho/agosto de 1945) e nas conferências de paz sucessivas em 1946 e 1947, que levaram à solução das "duas Alemanhas". Nas Nações Unidas, a tendência a formar dois blocos logo se fez aparente. A doutrina de "contenção da URSS" recebeu aprovação oficial no discurso de Truman em março de 1947 sobre a situação grega, no qual ele lançou a "Doutrina Truman" para "ajudar os povos a manter suas instituições livres e sua integridade nacional contra movimentos agressivos que buscam impor-lhes regimes totalitários". Formulou-se o "Plano Marshall" em junho de 1947 para dar ajuda econômica efetiva a nações em risco. Ajuda militar – material e humana – veio logo a seguir com a criação da Organização do Tratado do Atlântico Norte (1949), em grande parte sustentada por recursos estadunidenses.[469]

A política externa soviética era algo ambígua. Apesar de seu autoproclamado internacionalismo, o regime de Stalin era fortemente nacionalista e muito preocupado com a segurança da URSS. A maioria de suas ações estava direcionada à criação de um "cordão de segurança" de nações amigas em torno da URSS. Entretanto, o regime de Stalin era herdeiro da revolução socialista de 1917 e apoiava ativamente as revoluções socialistas, apesar de aconselhar alguns líderes comunistas como Tito e Mao Zedong a não tentar tomar o poder. Para o Ocidente, estas revoluções eram prova de uma vasta conspiração dirigida por Moscou. Mas em Moscou a ajuda econômica e militar dada pelos Estados Unidos a seus novos aliados e a regimes que se opunham à revolução socialista era vista como evidência das intenções ocidentais de intervir no bloco socialista. As fronteiras dos países limítrofes foram fechadas, criando

[468] A incapacidade dos EUA de compreender corretamente as raízes profundas das revoluções sociais é enfatizada por G. Kolko, *The Politics of War* (Londres, 1968), pp. 620-621. Uma história detalhada deste período se encontra em D. Yergin, *Shattered Peace* (Boston, 1978).

[469] O uso do poder econômico pelos EUA como arma política na Europa Oriental, que criou uma divergência ainda mais profunda entre os EUA e a URSS, foi estudado por T. G. Patterson, *Soviet-American Confrontation* (1973), pp. 207-234, 261. O discurso de Truman encontra-se em *Documents on American Foreign Relations, 1947*, v. IX (Princeton, 1949), p. 6.

assim a "cortina de ferro". À criação da República Federal da Alemanha, Moscou respondeu com a República Democrática Alemã; à formação da OTAN, Moscou respondeu com o Pacto de Varsóvia.[470]

A nova corrida armamentista e a acirrada propaganda ideológica passaram a ser conhecidas como "guerra fria". A competição entre as superpotências por influência era mascarada por uma densa névoa de ideologia, com cada lado defendendo a "verdade" de sua própria Cruzada. Os Estados Unidos defendiam a "liberdade" e a URSS, a "paz", e cada um buscava solapar a verdade de seu oponente. O efeito político de qualquer guerra é a polarização, e a guerra fria, que não era exceção à regra, dividiu o mundo em duas metades incompatíveis. Neste contexto, as instituições e os mecanismos criados para assegurar a paz após a Segunda Guerra Mundial foram transformados em campos de batalha das superpotências e seus aliados, ao invés de serem usados como uma maneira de colaborar com a criação de uma nova ordem internacional pacífica.[471]

Após a queda de Vargas em 29 de outubro de 1945, um governo provisório, dirigido por José Linhares, presidente do Supremo Tribunal Federal, conduziu o Brasil até janeiro de 1946. Eleições gerais foram realizadas em 2 de dezembro de 1945 e representantes a uma nova Assembleia Constituinte e um novo presidente foram escolhidos. O general Eurico Gaspar Dutra, candidato pelo Partido Social Democrático (PSD) ganhou a eleição presidencial com o apoio do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). O primeiro representava os setores conservadores do Estado Novo e as oligarquias regionais ligadas ao poder central. O segundo unia os seguidores de Vargas e seu mal definido programa de benefícios sociais para os trabalhadores (trabalhismo). O próprio Dutra era conhecido como um governante conservador de mente legalista. Seu primeiro grupo de ministros foi composto por membros do PSD, apesar de alguns lugares terem sido reservados para o PTB.

As melhores análises do período destacam a descontinuidade econômica e a continuidade político-institucional do governo Dutra com relação ao Estado Novo.[472] É certo que haviam sido realizadas eleições em 1945 e 1947, que haviam surgido partidos políticos e que um órgão legislativo havia sido criado. Contudo, estes instrumentos

[470] I. Deutscher, *A Revolução Inacabada* (Rio de Janeiro, 1968), cap. 4.

[471] A guerra fria como fracasso da "política de poder" é o tema de W. LaFeber, *America, Russia and the Cold War* (Nova York/Londres, 1967).

[472] P. Malan, "Relações Econômicas Internacionais do Brasil, 1945-1964", in B. Fausto (org.) *História Geral da Civilização Brasileira* (São Paulo, 1984); M. C. Souza, *Estado e Sistema Partidário no Brasil* (São Paulo, 1976), p. 125. Representantes diplomáticos não deixaram de notar esta continuidade entre o Estado Novo e o governo Dutra, como se pode ver no Relatório Anual de 1946, 22 de janeiro de 1947, FO 371 61204 (AS490/45/6). Ver também T. Skidmore, *Politics in Brazil, 1930-1964* (Nova York, 1967), p. 55.

formais de democratização não foram capazes de contrabalançar a natureza autoritária do Estado estabelecido pela nova Constituição. O autoritarismo foi amparado por muitas das cláusulas contidas na nova Constituição, pela importante influência retida pelo restante do Estado Novo (principalmente no PSD), pelos poderes legislativo e executivo do governo, e por uma oposição liberal muito complacente. No final de 1946, a maioria da União Democrática Nacional (UDN) apoiava uma coalizão partidária com o PSD conhecida como a "aliança nacional". A UDN estava representada no ministério e, portanto, as medidas repressivas tomadas a partir de 1947 enfrentaram pouquíssima oposição política.[473]

Nos assuntos exteriores, a política de Dutra era aparentemente uma continuação das preocupações de Vargas com a aliança com os Estados Unidos. O próprio Vargas reteve grande influência sobre a política externa brasileira. O novo ministro das Relações Exteriores, João Neves da Fontoura, era um político e diplomata que mantinha fortes laços com Vargas, com quem ele frequentemente trocava ideias, apesar de Vargas ter sido deposto.[474] O governo Dutra estava convencido da ligação especial do Brasil com o mundo ocidental e estava certo de que a melhor maneira de se enfrentar um novo conflito global era formar um alinhamento estreito com a política estadunidense.[475] Esta perspectiva sobre os assuntos internacionais também era encorajada pelo governo Truman, para quem

> neste continente, como no mundo todo, trabalham forças que tendem a criar suspeição e dividir as nações, detendo os esforços daqueles que estão tentando estabelecer um sistema de paz e ordem.[476]

Havia receios comuns relativos tanto à ordem internacional quanto à ordem interna, o governo brasileiro se ajustava à política estadunidense. A reivindicação principal do Brasil era ser consultado pelas autoridades dos Estados Unidos antes dos eventos chegarem a uma crise, para que o Brasil não tivesse que lidar com surpresas em assuntos importantes.

Os planejadores brasileiros esperavam que um alinhamento com os Estados Unidos conferisse uma série de vantagens especiais. A mais importante seria uma posição militar única na América do Sul e a consideração política correspondente que tal posição lhe daria. A segunda vantagem seria uma participação clara em diálogos sobre a paz e o

[473] M. C. C. Souza, *op.cit.*, pp. 159-160; M. V. Benevides, *A UDN e o Udenismo* (Rio de Janeiro, 1981), p. 62.
[474] Correspondência entre Fontoura e Vargas, GV 46.01.18/3, GV 46.01.01/2, GV 46.01.22/3, GV 46.02.28, GV 46.02.00/1, GV 46.03.15/2, GV 46.04.06.
[475] Berle para o Secretário de Estado, NA/RG 59 832.00/1-1946
[476] Truman para Dutra, 21 de março de 1946, HTL/OF.

estabelecimento da nova ordem internacional pós-guerra.[477] Formulações oficiais da política externa brasileira após a guerra enfatizavam dois assuntos: a amizade e colaboração com todas as nações do continente e a colaboração com todas as nações democráticas para consolidar a paz mundial.[478] Em termos práticos, esta política queria dizer que "o Brasil seguirá a política externa dos Estados Unidos".[479]

Apesar da aparente similitude das abordagens, a implementação desta política por Dutra foi bastante diferente da de Vargas. Enquanto o "alinhamento com os Estados Unidos" de Vargas era visto como um *instrumento* da política externa brasileira, sob o governo Dutra, este alinhamento, em realidade, se tornou o *objetivo* desta política, tanto em termos multilaterais quanto bilaterais.

Além disso, o processo decisório de política externa também havia mudado. No novo governo constitucional, a política externa estava sob a supervisão do Congresso Nacional e, além do mais, o poder relativo de certos funcionários do poder executivo havia sido modificado. Sob Vargas, a direção da orientação política do Brasil estava nas mãos de personalidades fortes como Oswaldo Aranha e o próprio Vargas. Em comparação, achava-se que Dutra não tinha familiaridade com questões de política externa e a orientação principal agora se originava do órgão burocrático encarregado das relações exteriores – o Itamaraty. Este ministério era muito influenciado por opiniões liberais e preocupações jurídicas. Ele certamente apoiaria uma posição pró-Reino Unido e pró-EUA em assuntos internacionais. Seus aliados naturais no governo Dutra eram os *cosmopolitas* (que defendiam perspectivas "neoliberais") e seus oponentes eram os *nacionalistas* (aqueles que buscavam uma política protecionista para o desenvolvimento brasileiro). Assim, em 1946, o Itamaraty estava pronto para formular uma política claramente pró--Aliados.

Deve-se lembrar que o Brasil já não era uma área crucial para a estratégia global estadunidense como havia sido entre 1942 e 1944. Os assuntos europeus e asiáticos ocupavam o cerne das preocupações dos Estados Unidos e o apoio latino-americano à política estadunidense era pressuposto. Ainda que o governo Truman reconhecesse a importância do

[477] Vargas para Fontoura, GV 46.01.22/3. Daniels (AMEMBASSY) para Braddock (DS), NA/RG 59 711.32/6-446.

[478] Relatório do MRE de 1946, AHI/Maço nº 361.71.

[479] La Guardia para Truman, 13 de fevereiro de 1946, transmitindo as palavras de João Neves da Fontoura em 1946, HTL/OF. A mesma fórmula foi repetida em muitas outras ocasiões, como na declaração do embaixador brasileiro Martins, de que "o Brasil seguiria a liderança dos Estados Unidos em suas relações exteriores", memorando do diálogo, NA/RG 59 711.32/2-646; na declaração de Dutra de que o Brasil colaboraria estreitamente com os EUA, NA/RG 59 R&A Report n. 3562, 20 de fevereiro de 1946; Góes Monteiro até falou numa "colaboração estreita permanente"; Nugent (adido militar) para Chamberlain (WD), NA/RG 59 810.20 Defense/7-1746. Ver também W. Pawley (embaixador dos EUA no Rio) para o DS, 810.20 Defense/7-1746.

Brasil para a unidade política e militar da América do Sul, particularmente em relação à Argentina de Perón, os Estados Unidos deixaram claro que nenhuma concessão ou benefício especial, econômico ou militar, deveria ser esperado por seu "aliado especial". Naturalmente, a política de "gestos" continuou, e foram feitas mostras frequentes de simpatia e amizade "por ações, assim como por palavras", mas os assuntos cruciais seriam determinados somente pelas estratégias e interesses estadunidenses.[480] O padrão era evidente tanto nas reuniões das Nações Unidas quanto nos assuntos interamericanos.

O Brasil e as Nações Unidas

O Brasil participou da organização da ONU desde o começo. Havia um delegado brasileiro na Conferência sobre Alimentação e Agricultura, e na fundação da Administração das Nações Unidas para o Auxílio e Restabelecimento (UNRRA), ambas em 1943. Apesar de o Brasil ter assumido responsabilidades de membro efetivo em ambas as reuniões, deve ter ficado claro que a reconstrução pós-guerra seria primariamente um assunto para as Grandes Potências. Apesar da posição independente assumida por Eurico Penteado, o representante brasileiro em ambas as conferências, o Brasil e outros países latino-americanos só podiam aprovar as propostas dos Estados Unidos nas reuniões.[481] O Brasil esteve também envolvido nas atividades do Comitê Executivo e do Conselho de Segurança em Londres em 1945, bem como no Comitê Preparatório e nas Assembleias Gerais a partir de 1946. Esta participação seguiu a regra de estrita adesão à política internacional estadunidense.

A delegação brasileira nas Nações Unidas foi encabeçada em 1945 por Luis Martins de Souza Dantas. Em 1946, assumiu Pedro Leão Velloso Netto (ministro das Relações Exteriores após a renúncia de Aranha em agosto de 1944, até dezembro de 1945). Após a morte de Velloso, Aranha foi convidado a ocupar seu lugar como chefe da delegação brasileira e como representante brasileiro no Conselho de Segurança até 1947.

Apesar de o Brasil não ter conseguido obter um assento permanente no Conselho de Segurança na Conferência de São Francisco em 1945, em 1946 o governo estadunidense apoiou a nomeação do Brasil para um assento não permanente no Conselho de Segurança por

[480] Truman para Dutra, NA/RG 59 711.32/3-1246, e Truman para Dutra, 21 de março de 1946, HTL/OF. Ver também o memorando do diálogo, DS, NA/RG 59 711.32/3-646. O embaixador britânico até considerou o Itamaraty uma dependência do Departamento de Estado: Gainer para Hadow, 28 de dezembro de 1945, FO 371 51899 (AS220/13/6).

[481] Penteado para Aranha, OA 43.06.05/1; OA 43.08.31/4; AO 43.12.06/1.

um mandato de dois anos.[482] Para o chefe da delegação brasileira, isso significava que seu país

> passava a figurar entre as seis grandes potências do mundo, com responsabilidades e deveres que, pela primeira vez, vai enfrentar. (...) O sucesso da nossa eleição pela quase unanimidade das cinquenta e uma nações unidas é o testemunho inequívoco do lugar de destaque que nos é atribuído no plano internacional, pela projeção política da nossa participação na guerra, a importância estratégica do nosso território, e a potência econômica que ele constitui.[483]

O Itamaraty viu esse resultado como um "triunfo significativo", apesar dos Estados Unidos estarem meramente mantendo uma promessa feita na Conferência de São Francisco. O fato de o Brasil ser escolhido para participar de várias comissões importantes da Assembleia Geral também foi considerado como evidência das "brilhantes conquistas conseguidas pela política externa brasileira".[484]

As principais diretrizes dadas no Rio pelo Itamaraty à delegação brasileira nas Nações Unidas no início de 1946 apelaram a "razões históricas tradicionais", às realidades ligadas ao nosso progresso econômico, social e cultural e "ao sentido idealista de nossa política externa".[485] Traduzir esta orientação geral para as decisões comuns das comissões, da Assembleia Geral e do Conselho de Segurança não foi tarefa fácil, mas uma orientação bastante concreta surgiu rapidamente à medida que problemas delicados foram discutidos pelas Nações Unidas. Uma análise das posições do Brasil durante os primeiros anos da ONU sugere que três atitudes principais guiaram sua política externa. A primeira foi votar junto com os Estados Unidos em todas as questões importantes;[486] no caso de questões cruciais para o Reino Unido, a orientação era seguir a votação do governo de Sua Majestade, já que este não se opunha aos Estados Unidos.[487] A segunda atitude envolvia a oposição sistemática às iniciativas identificadas como

[482] MRE para DELBRASONU, 7 de novembro de 1945, e 4 e 10 de dezembro de 1945. MRE para a delegação na Comissão Preparatória, 6 de janeiro de 1946. AHI/DE/ONU/Telegramas Expedidos.

[483] Relatório de Souza Dantas para Fontoura, 21 de fevereiro de 1946, AHI/DE/ONU/Ofícios Recebidos. MRE para a delegação na Assembleia Geral em Londres, 14 de janeiro de 1946; MRE para a delegação da Comissão Preparatória, 1º de dezembro de 1945, AHI/DE/ONU/Telegramas Expedidos.

[484] Relatório de Machado, delegado brasileiro, para Fontoura, 13 de março de 1946; também de Silva, delegado brasileiro, para o MRE, 12 de dezembro de 1946, AHI/DE/ONU/Ofícios Recebidos.

[485] MRE para DELBRASONU, 23 de janeiro de 1946, AHI/DE/ONU/Telegramas Recebidos.

[486] MRE para DELBRASONU, 8 e 11 de setembro de 1945; 9 de outubro de 1945; 28 de novembro de 1945; 14 de dezembro de 1945; 16, 23 e 27 de janeiro de 1946; 9 de agosto de 1946. Todos em AHI/DE/ONU/Telegramas Expedidos.

[487] MRE para a delegação no Comitê Executivo, 13 de setembro de 1945; 22 de novembro de 1945; AHI/DE/ONU/Telegramas Expedidos. Também Gracie (MRE) para Dutra, 25 de julho de 1946; AHI/DI/Presidência da República/Ofícios Expedidos.

comunistas e aos regimes identificados com a União Soviética.[488] A terceira estava ligada ao equilíbrio do poder na América do Sul: apesar do Brasil apoiar os Estados Unidos, estes últimos evitavam assumir uma posição hostil à Argentina para impedir um conflito entre os dois países.[489]

A combinação destas três políticas, da qual a primeira era dominante, explica a política externa brasileira de 1946 até 1950. Na ONU, o Brasil aceitou a estrutura de poder que havia sido estabelecida pelas grandes potências em São Francisco. Apesar de o Brasil ser favorável à igualdade jurídica entre as nações-membros, aceitou o poder de veto das grandes potências como contribuição construtiva à paz mundial.[490]

Esta orientação básica foi mantida mesmo quando votar com as grandes potências causou embaraço ao governo brasileiro. Quando representantes poloneses sugeriram em 1946 que relações com o regime de Franco fossem cortadas, argumentando que muitos especialistas militares nazistas gozavam de liberdade de ação na Espanha, o Brasil se opôs à sugestão, baseado no fato de que tal ação constituiria uma intervenção nos assuntos espanhóis.[491] Durante o ano de 1946, o Brasil participou de uma comissão especial para discutir o problema e Leão Velloso, chefe da delegação brasileira, mais uma vez argumentou que não se deveriam impor sanções ao regime de Franco, apesar de ele saber que a opinião pública brasileira não apoiava essa posição.[492] Enfim, apresentou-se uma solução conciliatória à Assembleia Geral: a Espanha não seria admitida à ONU e se aconselharia aos Estados-membros retirar seus embaixadores e plenipotenciários de Madri se um regime democrático não fosse estabelecido em um prazo razoável. A delegação brasileira não teve alternativa senão votar junto com as grandes potências.[493] Mais tarde, quando a situação internacional permitiu uma mudança de

[488] MRE para DELBRASONU, 1º de novembro de 1946, AHI/DE/ONU/Telegramas Expedidos. Velloso para o MRE, 26 de outubro de 1946, AHI/DE/ONU/Cartas-telegramas Recebidas.

[489] MRE para a delegação do Conselho de Segurança em Londres, 10 de novembro de 1945; MRE para o Comitê de Organização da ONU, 1º de janeiro de 1946, AHI/DE/ONU/Telegramas Expedidos. Martins, embaixador brasileiro nos EUA, para o MRE, 10 de abril de 1946, AHI/MDB/Washington/Ofícios Recebidos. O embaixador britânico no Rio havia percebido o embaraço que esta política brasileira de estreita colaboração com os EUA poderia causar. Relatório Anual de 1946, 22 de janeiro de 1947, FO 371 61204 (AS490/45/6).

[490] Velloso para o MRE, 26 de outubro de 1946; Muniz, embaixador brasileiro em Londres, para o MRE, 22 de março de 1948, AHI/DE/ONU/Cartas-telegramas Recebidas; Fernandes para Aranha, OA 47.09.14; MRE para DELBRASONU, OA 47.10.30/2; Muniz para o MRE, OA 47.10.25/2; MRE para DELBRASONU, 20 de novembro de 1947, AHI/DE/ONU/Telegramas Recebidos. Muniz para Fernandes, 24 e 25 de novembro de 1947, AHI/DE/ONU/Telegramas-minutas Recebidos.

[491] MRE para a delegação brasileira, 15 de janeiro, 16 de fevereiro, 9 e 13 de abril de 1946, AHI/DE/ONU/Telegramas Expedidos. Velloso para o MRE, 21 de fevereiro, 6 e 19 de abril de 1946, AHI/DE/ONU/Telegramas Recebidos.

[492] MRE para a delegação brasileira, 5 de junho de 1946, AHI/DE/ONU/Telegramas Expedidos. Velloso para o MRE, 10, 11, 10/11, 12, 12/13, 18/19, 24/25; 29/30 de abril, 2/3, 7/8, 13/14, 25 e 31 de maio; 1,3, 4/5 e 7 de junho, todos em 1946, AHI/DE/ONU/Telegramas Recebidos.

[493] MRE para a delegação brasileira, 13 de novembro de 1946, AHI/DE/ONU/Telegramas Expedidos. Velloso para o MRE, 10, 11 e 13 de novembro; 3 e 4 de dezembro de 1946, AHI/DE/ONU/Telegramas Recebidos. Um relatório completo sobre como se desenvolveu a atitude do Itamaraty em relação à questão espanhola encontra-se em "Relatório do 1º Comitê da Assembleia Geral", 22 de março de 1947, AHI/DE/ONU/Ofícios Recebidos.

posicionamento, o Itamaraty reviu sua atitude para apoiar um "governo estável na Espanha",[494] mas em 1946 o Brasil seguiu as grandes potências.

Em muitas ocasiões o Brasil não pôde apoiar as causas de Estados menores argumentando que se "as Grandes Potências se opõem, não podemos dar nosso apoio".[495] Esta não foi meramente uma atitude de expediência para obter benefícios imediatos. A orientação imutável da política brasileira nas Nações Unidas era de "pôr-se de acordo com a delegação dos Estados Unidos" e de "seguir o voto" estadunidense. Apesar de alguns representantes brasileiros se queixarem de que essa política meramente reduplicava o voto estadunidense, ela não foi revista. O Brasil formava parte de um bloco sólido de estados latino--americanos, representando 40% da força de voto da ONU sob liderança estadunidense.[496]

Nesse contexto de alinhamento rigoroso era impossível para os países "pobres" criarem uma frente unida em oposição às políticas dos países "ricos". Este era o caso da questão atômica, das colônias europeias e dos assuntos econômicos discutidos no Comitê Econômico e Social da Assembleia Geral. Apesar da pauta para discussão em 1946 incluir questões como a reconstrução de áreas devastadas, a escassez de grãos e planos para o auxílio a populações famintas, os resultados dos debates se deram todos de acordo com as prioridades dos países "ricos".[497] Na Conferência Mundial de Navegação, em 1947, aquelas nações que possuíam uma marinha mercante consolidada defenderam uma política de liberdade completa para os assuntos marítimos privados, enquanto os países que apenas começavam a estabelecer sua marinha mercante reivindicavam uma política de proteção e controle dos grupos de navegação monopolistas. Em ambas as conferências, a delegação brasileira inicialmente manteve uma posição parecida com a dos países "pobres", mas logo ajustou essa posição para alinhar-se com os países "ricos".[498]

---

[494] Fernandes para Aranha, OA 47.09.14; Fernandes para Dutra, 30 de agosto de 1947, AHI/DI/PR/Ofícios Expedidos. Aranha para o MRE, 18 e 19 de novembro de 1947, AHI/DE/ONU/Telegramas Recebidos.

[495] Um exemplo disso foi a candidatura do Irã para o Conselho Econômico e Social. Há muitos outros exemplos, inclusive a eleição do secretário-geral, as relações Irã-URSS etc.; MRE para o Conselho de Segurança, 16 e, 24 de janeiro; 10 de maio de 1946, AHI/DE/ONU/Telegramas Expedidos. Muniz para o MRE, 9 de agosto de 1947, AHI/DE/ONU/Cartas-telegramas Recebidas.

[496] Dúvidas sobre as normas básicas de ação foram expressas por Souza Dantas, chefe da delegação brasileira em 1945, para o MRE, 20 e 21 de janeiro de 1946, AHI/DE/ONU/Telegramas Recebidos. A resposta foi categórica: seguir os EUA! MRE para a delegação, 23 de janeiro de 1946, AHI/DE/ONU/Telegramas Expedidos. Ver também Freitas Valle para Velloso, 5 de outubro de 1945; Freitas Valle para Fontoura, 4 de fevereiro de 1946, AHI/DE/ONU/Telegramas Recebidos.

[497] Jornal do Commercio (org.) *A Política Exterior do Brasil na Gestão do Chanceler Raul Fernandes* (Rio de Janeiro, 1951), p. 61. Ver a ação conjunta Brasil-EUA-Reino Unido na reunião da UNRRA em dezembro de 1946, de acordo com W. Johnson (org.) *The Papers of Adlai E. Stevenson* (Boston/Toronto, 1973) pp. 352-357. MRE para DELBRASONU, 19 de julho de 1950, AHI/DE/ONU/Telegramas Expedidos; Muniz para o MRE, 2 de agosto de1950, AHI/DE/ONU/Cartas-telegramas Recebidas.

[498] Aranha para o MRE, 13 de março de 1947, AHI/DE/ONU/Cartas-telegramas Recebidas.

O mesmo padrão de interesses conflitantes, junto com uma cooperação completa com as Grandes Potências, esteve presente durante as conferências da paz.

As conferências de paz

O governo brasileiro estava convencido do seu direito de participar das conferências de paz. Ele estava particularmente ansioso em ser representado nos debates sobre as reparações de guerra e participar da Comissão Aliada de Reparações. O Brasil não havia sido representado na reunião de Paris sobre este assunto em novembro/dezembro de 1945 e queria compartilhar dos benefícios das reparações, que considerava "direito legítimo" de um aliado vitorioso.[499] Apesar do Brasil insistir em sua participação completa, o governo estadunidense estava disposto apenas a prometer apresentar as reivindicações brasileiras ao Conselho.[500]

O Brasil finalmente obteve um assento entre as vinte e uma nações que se reuniram em Paris para discutir os problemas do pós-guerra. A delegação brasileira aproveitou a oportunidade para proclamar os altos princípios de sua política externa como a soberania e a igualdade jurídica de todas as nações, mas Fontoura, o chefe da delegação, logo se deu conta de que "não havia igualdade para as grandes e pequenas potências" e que os procedimentos da Conferência asseguravam a predominância das Quatro Grandes.[501] Os Estados Unidos e a União Soviética não estavam dispostos a emendar o rascunho do Tratado de Paz e todas as tentativas do Brasil de mudar os procedimentos da Conferência fracassaram.[502] Apesar do Brasil estar aparentemente engajado numa luta contra as grandes potências – tanto ocidentais como orientais – lado a lado com as nações pequenas representadas na Conferência, na realidade isto não era o caso, como discutiremos mais tarde.

Já que o problema alemão não havia sido discutido na Conferência de Paris, o Brasil não pôde levantar o assunto das reparações. O assunto

[499] BRASIL. MRE. *Relatório da Delegação do Brasil à Conferência de Paris*, de J. N. da Fontoura, p. 168. MRE. *O Problema das Reparações de Guerra*, de M. Calabria.

[500] Fontoura para Martins, enviando uma carta de Dutra para Truman sobre o assunto, 19 de junho de 1946, AHI/MDB/Washington/Despachos. Dean Acheson para AMEMBASSY Rio, 24 de junho de 1946, cópia do telegrama, AHI/Maço nº 36460. Ver também Gainer para o *Foreign Office*, 24 de julho de 1946, FO 371 (AS6620/15/6); memorando de Braddock (DS), NA/RG 59 711.32/6-1146; Braddock para Braden, 810.20/Defense/S-2046.

[501] BRASIL. MRE. *Relatório...*, pp. 5, 15 e 19. BRASIL. MRE. *A Serviço do Itamaraty*, pp. 128 e 129. Martins para o MRE, 8 e 24 de julho de 1946, AHI/MDB/Washington/Cartas-telegramas Recebidas.

[502] BRASIL. MRE. *Relatório...*, pp. 21 e 25. BRAZIL. MRE. *A Serviço...*, pp. 133 e 161. Fontoura para Aranha, OA 46.08.12; Mello para o MRE, 5 de agosto de 1946; Fontoura para o MRE, 4 e 6 de agosto de 1946; Fontoura para Gracie, 1º de agosto de 1946; Fontoura para a embaixada brasileira em Washington, 14 de setembro de 1946 – todos em AHI/Maço nº 36460.

só foi discutido nos diálogos bilaterais com o secretário de Estado estadunidense, James F. Byrnes, e João Neves da Fontoura conseguiu extrair somente promessas evasivas de Byrnes.[503]

O Brasil participou mais concretamente no Comitê sobre a Itália. Aqui a política de Fontoura e seus colegas era fazer com que as condições militares e econômicas impostas sobre a Itália fossem "menos severas", para evitar quaisquer perdas territoriais italianas (incluindo de suas colônias), e também negar o direito da população de qualquer território contestado de ser transferida para a soberania de outro estado.[504] Assim, o Brasil se recusaria a aceitar quaisquer reparações extraídas da Itália. Contudo, a conferência decidiu distribuir parte da frota italiana entre alguns dos aliados como reparação de guerra. Fontoura então decidiu tentar obter pelo menos um navio, mas não teve êxito: o secretário Byrnes prometeu tentar dar ao Brasil um cruzador da parte estadunidense do pagamento italiano, mas acrescentou que para isso precisaria da autorização do Congresso...[505]

Havia dois aspectos da participação brasileira na Conferência de Paris: primeiro, o Brasil tentou congelar o *status quo* italiano para evitar perdas para o Estado italiano e tentar conter as profundas mudanças sociais e políticas pelas quais o país havia passado durante os últimos anos da guerra. Ainda que os diplomatas brasileiros estivessem cientes do fato de que a guerra tinha "aberto a porta" para movimentos pela reforma social e contra a desigualdade de classe e a pobreza nos países da Europa ocidental, eles teimaram em identificar estes movimentos como "propaganda comunista" e persistiram em tentar conter toda mudança.[506] Não surpreendentemente, Fontoura relatou que havia chegado a um "acordo completo" com o secretário Byrnes sobre vários assuntos discutidos na conferência.[507] Neste sentido, as discordâncias brasileiras com as grandes potências ocidentais eram pouco aparentes, já que a concordância com a política estadunidense sobre tais assuntos cruciais era de importância primordial. Segundo, argumentava-se que a participação brasileira em questões puramente europeias não era de interesse ao país.

[503] Fontoura para Gracie, 1º de agosto de 1946; Fontoura para o MRE, 22 de agosto de 1946; MRE para Fontoura, 9/10 de agosto de 1946; Fontoura para o MRE, 10 de agosto de 1946; todos em AHI/Maço nº 36460.

[504] BRASIL. MRE. *Relatório...*, p. 34. BRASIL. MRE. *A Serviço...*, pp. 138 e 163. Em termos práticos, a delegação brasileira manteve estreito contato com o governo italiano e suas propostas representavam as reivindicações italianas. Fontoura para Gracie, 1º de agosto de 1946, e Fontoura para o MRE, 16 de agosto de 1946, ambos em AHI/Maço nº 36460.

[505] Mello para o MRE, 29 de agosto 1946; Fernandes para o MRE, 17 de setembro de 1946; Fontoura para o MRE, 10 de setembro de 1946; Fontoura para o MRE, 14 de outubro de 1946 – todos em AHI/Maço nº 36460.

[506] Muniz para Aranha, OA 46.06.26/2. A delegação brasileira recebeu várias cartas de aldeias na fronteira setentrional que exigiam permanecer sob o governo da República Popular Iugoslava. Fontoura insistiu em defender a integridade do território italiano. AHI/Maço nº 36520.

[507] Fontoura para Aranha, OA 46.08.12; Fontoura para o MRE, 22 e 24 de agosto de 1946, AHI/Maço nº 36460. Na opinião de Fontoura, o fracasso da Conferência havia sido culpa da URSS.

Esse interesse era justificado pelo Ministro Fontoura, que afirmava que era uma questão de "justiça" e "moral". Para o Brasil, o importante era fazer uma contribuição à regulação dos problemas pós-guerra, isto é, agir como se o Brasil fosse uma grande potência, uma ilusão que os planejadores brasileiros gostavam de manter.[508]

Nas conferências seguintes organizadas pelos Quatro Grandes em Moscou e Londres em 1947, discussões sobre um tratado de paz com a Alemanha contiveram as mesmas reivindicações brasileiras por reparações, que se depararam com os mesmos resultados negativos.[509] Antes da Conferência de Moscou, as grandes potências haviam dado ao Brasil (e a outras nações) a oportunidade de produzir opiniões sobre o problema alemão por escrito. Pequenas nações não foram convidadas a comparecer à conferência propriamente dita.[510] Mesmo após a ruptura de relações com a URSS em outubro de 1947, o governo brasileiro insistiu em seu "direito" de receber reparações. Apesar do governo dos Estados Unidos não concordar, de fato, com a posição brasileira sobre as reparações, prometeu fornecer "a oportunidade mais completa possível de expressar suas opiniões sobre o acordo de paz relevante" na Conferência de Londres.

A esta altura, as reivindicações brasileiras por reparações estavam em conflito aberto com a política estadunidense sobre a reconstrução da Alemanha, no contexto da "contenção da URSS". Os soviéticos estimavam que seu pedido de indenização à Alemanha fosse de 10 bilhões de dólares, enquanto os Estados Unidos enfatizavam a reconstrução da Alemanha e se opunham aos benefícios econômicos que a URSS ganharia com as reparações. De acordo com os Estados Unidos, "a conta das reparações alemãs deve ser mantida dentro dos limites da capacidade de pagamento da Alemanha".[511]

As conferências de Moscou e de Londres não alcançaram seus objetivos de conseguir um tratado de paz com a Alemanha e a solução de criar "duas Alemanhas" começou a ser considerada. As pretensões de países como o Brasil não tinham lugar no jogo das grandes potências. A insistência do Brasil em participar das discussões sobre reparações tinha

[508] Raul Fernandes tentou negar isto e alegou que os motivos por trás das atitudes brasileiras eram puramente morais e jurídicos. Ver "A posição do Brasil na discussão de Trieste", *Boletim da Sociedade Brasileira de Direito Internacional*, Rio de Janeiro, 1947.

[509] MRE para a delegação brasileira na Assembleia Geral, 20 de novembro de 1946, AHI/DE/ONU/Telegramas Expedidos. Velloso para Molotov, 11 de dezembro de 1946, AHI/DE/ONU/Cartas-telegramas Expedidas. Fontoura para Byrnes, dezembro de 1946, AHI/MDB/Washington/Despachos.

[510] Embaixada britânica no Rio de Janeiro para o MRE, 10 de janeiro de 1947, AHI/Maço nº 36520. Pimentel Brandão para Raul Fernandes, 8 de maio de 1947, AHI/Maço nº 36695.

[511] *Documents of American Foreign Relations, 1950* (Princeton, 1950), p. 145. "A questão das reparações: a posição do Brasil", AHI/Maço nº 36474. Ver também BRASEMB Londres para Marshall, Bevin e Bidault, 9 de dezembro de 1947; Moniz de Aragão para Fernandes, 19 de dezembro de 1947 – todos em AHI/Maço nº 36694.

um significado político – ele não estava meramente buscando benefícios econômicos. Aranha não estava brincando inteiramente quando escreveu a Fontoura dizendo que o Brasil queria pelo menos "uma fábrica ou mesmo um buquê de flores" – na verdade queria qualquer coisa que pudesse ser chamada de "reparação de guerra". Os objetivos brasileiros eram basicamente políticos: receber compensação implicaria participar nas negociações com as Grandes Potências, que por sua vez significaria que o Brasil era realmente um participante importante nos assuntos internacionais.[512]

Aranha nas Nações Unidas

Se a Conferência de Paz de Paris havia dado ao Brasil uma sensação de importância no cenário internacional em 1946, no ano seguinte, a escolha do ex-ministro das Relações Exteriores Oswaldo Aranha como chefe da delegação na ONU ampliou esta impressão. Aranha foi eleito presidente do Conselho de Segurança em fevereiro, presidente da Assembleia Geral Extraordinária em abril e presidente da Segunda Assembleia Geral em setembro de 1947. Ele era considerado um hábil e astuto presidente destas organizações.

Esta situação permitiu à delegação brasileira desenvolver uma visão mais ampla e complexa da situação internacional e permitiu aos representantes brasileiros assumirem uma atitude mais abrangente e independente face às atividades das Nações Unidas. Paradoxalmente, esta orientação contradizia as ordens rigorosas do Itamaraty de "seguir os Estados Unidos a qualquer preço".[513]

O Itamaraty foi chefiado em 1947 por Raul Fernandes, um político muito conservador, de mentalidade jurídica, que pertencia à UDN. Fernandes estava convencido de que uma guerra entre o Oriente e o Ocidente era inevitável e a única maneira de impedi-la era evitando a dominação bolchevique da Europa, a chave do mundo. Para ele, a única esperança para um país como o Brasil era de integrar-se a uma "frente unida" do Ocidente, construída em torno dos Estados Unidos.[514]

[512] Martins para o MRE, 9 de maio de 1946, AHI/MDB/Washington/Cartas-telegramas Recebidas. A carta jocosa de Aranha para Fontoura encontra-se em OA 46.08.23. Fontoura também enfatizou para o MRE o valor simbólico das reparações, 10 de setembro de 1946, AHI/Maço nº 36460.

[513] Instruções do MRE para a delegação brasileira insistiram nesta linha tanto em geral como em casos específicos, como a questão palestina (MRE para Aranha, OA 47.09.14; OA 47.10.20/2), e a vaga do assento da Polônia no Conselho de Segurança, quando o Brasil deveria "deixar Marshall ter a última palavra", Aranha para Eduardo Gomes, OA 47.10/00/4; MRE para Aranha, OA 47.11.10.

[514] Fernandes para Aranha, OA 47.11.16. A mesma ideia foi desenvolvida por Fernandes em "Discursos en Montevideo" (MRE, 1947), p. 22. A perspectiva extremamente conservadora de Fernandes em assuntos internacionais e política externa foi

Isto significava votar com os Estados Unidos em todas as reuniões internacionais e em todos os assuntos, sem exceção.

Enquanto esteve à frente do Itamaraty (1938-1944), Oswaldo Aranha ficou conhecido como o chefe da ala pró-EUA. Porém, mediante sua íntima relação com a delegação brasileira no fórum cosmopolita das Nações Unidas, ele se deu conta de que: não haveria uma guerra global entre os Estados Unidos e a União Soviética; algum grau de colaboração entre estas duas grandes potências sim existia; os Estados Unidos não tinham um interesse vital nas Américas, mas, de fato, perseguiam metas mais importantes na Europa e na Ásia. Portanto, ele aconselhava discrição nas políticas brasileiras. Apesar da posição de Aranha ser pró-EUA e de admitir consultar constantemente a delegação estadunidense sobre as questões em jogo,[515] ao contrário de Raul Fernandes, ele era capaz de compreender a busca soviética pelo poder, além da busca estadunidense por hegemonia na política internacional. Ele concluiu que, ainda que a política brasileira devesse ser pró-EUA, ela também tinha de levar em conta a natureza verdadeira das disputas internacionais para não agir como "um cego".[516]

Estas diferentes perspectivas deram origem a dois grandes embates entre o Itamaraty e a delegação brasileira na ONU. O primeiro surgiu a partir da candidatura de Aranha para reeleição como presidente da Assembleia Geral em setembro de 1947. Fernandes se opunha a sua reeleição, mas Aranha conseguiu mesmo assim, dado o apoio das delegações latino-americanas. Seis semanas após a eleição de Aranha, o Brasil cortou relações com a URSS e criou-se uma situação paradoxal devido à circulação no Brasil de sugestões veladas de que ele havia recebido votos do bloco soviético.[517]

O segundo embate esteve ligado à eleição da Ucrânia para o assento desocupado pela Polônia no Conselho de Segurança. De acordo com a regra de representação regional, um país do "grupo eslavo" tinha que ser representado. A Tchecoslováquia gozava de amplo apoio, mas se retirou em favor da Ucrânia, que o Brasil apoiava. No último instante, os Estados Unidos decidiram apoiar a indicação da Índia sem consultar

descrita por diplomatas estrangeiros no Rio de Janeiro como "extremamente anticomunista e antissoviética"; Clifford, Political Conditions, Appendix, HTL/CC, 1947.

[515] Aranha para Fernandes, OA 47.03.18; Aranha para Fernandes, OA 47.10.17/3. Ver também Aranha para Fernandes sobre as questões grega e turca, 28 de abril de 1947, AHI/DE/ONU/Ofícios Recebidos.

[516] Aranha para Fernandes, OA 47.08.00/4.

[517] Os documentos de Aranha contêm a documentação completa das etapas desta disputa. A troca de correspondência entre o MRE e Aranha encontra-se em OA 47.08.18/2, OA 47.09.14, OA 47 09.15/1, OA 47.09.16/1, OA 47.09. 16/2, OA 47.09.16/4, OA 47.09.25/1, OA 47.10.11/2, OA 47.10.16/1, OA 47.10.17/1, OA 47.10.17/2 e OA 47.10.18/2. Ver também a correspondência entre Aranha e Góes Monteiro, OA 47.10.06 e OA 47.10.14/1; e outras, OA 47.10.14/3, OA 47.10.15/2 e OA 47.10.19.

seus aliados, incluindo o Brasil. A delegação brasileira manteve seu apoio à Ucrânia e provocou uma tempestade política. Fernandes achou que Aranha havia adotado uma posição "russófila" e anti-EUA e esta ideia começou a circular nos jornais, para o embaraço de Aranha como chefe da delegação brasileira.[518]

As atitudes independentes da delegação provocaram uma tempestade política, devido às diferentes opiniões dos líderes brasileiros sobre qual direção a política externa deveria tomar. Aranha favorecia a colaboração com os Estados Unidos, mas advertia ao governo estadunidense que "solidariedade não é escravidão".[519]

Fernandes considerava que o dever da delegação brasileira era adotar a posição estadunidense sem hesitação. Os embates irados que resultaram não foram simplesmente o resultado de um conflito de personalidades, mas refletiam o contraste entre a perspectiva político-ideológica bastante rígida do Itamaraty e a interpretação mais flexível e aberta da delegação brasileira em relação aos interesses nacionais do Brasil nas circunstâncias. Este conflito também se tornou aparente com relação a outros assuntos como o problema colonial e a questão da energia atômica.

O problema colonial ocupava um lugar central na ONU não só devido aos compromissos e promessas das potências coloniais para com suas colônias, mas também por causa da herança dos "mandatos" da Liga das Nações. O Brasil tinha quatro representantes no Conselho de Tutela da ONU, que discutia a questão colonial.

Em 1946, representantes brasileiros neste Conselho recomendaram ao chefe da delegação tomar "uma atitude clara e firme do Brasil contra o indefinido prolongamento do regime colonial".[520] Havia motivos políticos, morais e práticos para essa posição. Primeiro, seria inconsistente para as nações americanas que haviam lutado por sua independência negar os mesmos direitos a outros povos. Segundo, as colônias eram germes de atitudes imperialistas e ameaçavam a estabilidade de uma paz duradoura. Terceiro, as colônias geravam concorrência comercial injusta para países como o Brasil, que produziam produtos para exportação parecidos, já que elas possuíam mão de obra barata e privilégios aduaneiros de suas metrópoles.[521]

[518] Aranha para Góes Monteiro, OA 47.10.06 e OA 47.11.02/1; Aranha para Larragoiti Jr., OA 47.10.09/1; Aranha para o MRE e MRE para Aranha, OA 47.10.09/2 e OA 47.10.17/3; Aranha para C. Farias, OA 47.10.00/3. Um relato cronológico minucioso destas questões também se encontra numa carta de Aranha para Eduardo Gomes, OA 47.10.00/4.

[519] Aranha para Fernandes, OA 47.10.09/2.

[520] Paulo Carneiro, representante brasileiro, para Souza Dantas, 24 de janeiro de 1946, AHI/DE/ONU/Ofícios Recebidos.

[521] Jayme de Almeida, representante brasileiro, para Souza Dantas; Paulo Carneiro representante brasileiro, para Souza Dantas; ambos em 14 de fevereiro de 1946, AHI/DE/ONU/Ofícios Recebidos.

Apesar destas recomendações, o Itamaraty seguiu uma política diferente por dois motivos principais. Primeiro, a política externa brasileira simpatizava com os países da Europa ocidental e não pretendia entrar em conflito com eles. Segundo, o problema colonial estava sendo usado como instrumento político por movimentos socialistas e comunistas. Deve-se lembrar que o Itamaraty estava comprometido com o apoio às reivindicações da Itália sobre suas antigas colônias, tanto na Conferência de Paris quanto nas Nações Unidas.[522] É verdade que no caso da Namíbia, o Brasil se opôs a uma ocupação pela União Sul-Africana e apoiou um acordo de gestão na região. Porém, neste caso o Brasil votou de acordo com a grande maioria dos países das Nações Unidas.[523]

Duas propostas diferentes relacionadas à manutenção da paz mundial foram apresentadas às Nações Unidas em 1946. A delegação estadunidense propôs um plano (que mais tarde veio a ser conhecido como "Plano Baruch"), para controlar os meios de produção de energia atômica e a difusão do *know-how* nuclear. Por outro lado, a União Soviética propunha um desarmamento geral. A proposta soviética foi inicialmente bem recebida pela delegação brasileira, mas acabou não recebendo seu apoio por causa de sua origem e também pela oposição dos Estados Unidos.[524]

O "Plano Baruch" propunha a criação de uma Agência Internacional de Energia Atômica com controle completo sobre as matérias-primas e usinas nucleares do mundo. O plano também previa a punição dos países que violassem as regras aprovadas. A etapa final visada pelo plano era a proibição e destruição das bombas atômicas existentes, que só os Estados Unidos possuíam.[525] Apesar de o Itamaraty reconhecer que o plano estadunidense limitava a soberania brasileira, foi aceito em princípio "no interesse comum da salvação da humanidade".[526]

Os delegados brasileiros na Comissão de Energia Atômica das Nações Unidas propuseram algumas emendas ao plano para preservar a possibilidade de acesso do Brasil às quotas de matéria-prima nuclear a serem controladas pela futura Agência Internacional, assim como

[522] BRASIL. MRE. "Relatório da Delegação do Brasil à Conferência de Paris", p. 34. BRASIL. MRE. A *Serviço do Itamaraty*, pp. 138 e 163. MRE para BRASEMB, 26 de fevereiro de 1948, AHI/MDB/Londres/Cartas-telegramas (Minutas) Expedidas. Fernandes para Dutra, 10 de maio e 14 de novembro de 1949, AHI/DI/PR/Ofícios Expedidos.

[523] Fernandes para o MRE, 8, 16 e 29 de novembro de 1948, AHI/DE/ONU/Cartas-telegramas Recebidas.

[524] Velloso para o MRE, 31 de outubro de 1946, AHI/DE/ONU/Telegramas Recebidos. MRE para DELBRASONU, 1º de novembro de 1946, AHI/DE/ONU/Telegramas Expedidos; Velloso para o MRE, 17 de dezembro de 1946, AHI/DE/ONU/Cartas-telegramas Recebidas.

[525] D. Yergin, *op.cit.*, pp. 237-241.

[526] Velloso para o MRE, 19 de junho de 1946, AHI/DE/ONU/Telegramas Recebidos. MRE para DELBRASONU, 20 de junho de 1946, AHI/DE/ONU/Telegramas Expedidos. Ver também J. N. Fontoura, *Depoimentos de Um Ex-Ministro* (Rio de Janeiro, 1957), pp. 95-96 e Fontoura para Dutra, 26 de abril e 7 de junho de 1946, AHI/DI/PR/Ofícios Expedidos.

o acesso à tecnologia específica para a produção de energia atômica. Os representantes estadunidenses evitavam definições sobre estas emendas e ao mesmo tempo se esforçaram para assegurar a lealdade brasileira através de um gesto de boa vontade, que foi o de apoiar a eleição do chefe da delegação brasileira, Almirante Álvaro Alberto da Mota, para a presidência da Comissão de Energia Atômica em 1947.[527] No Rio de Janeiro o embaixador estadunidense, William Pawley, tentou convencer o presidente Dutra de que o apoio do Brasil ao "Plano Baruch" não significava uma concessão aos Estados Unidos, mas "atendia aos melhores interesses do Brasil".[528]

No mesmo ano, os delegados brasileiros apresentaram uma proposta ao Comitê baseada no princípio de "compensação específica". O Brasil apoiaria o "Plano Baruch", mas em troca queria garantias de preços aceitáveis pela matéria-prima que forneceria, representação na futura Agência Internacional de Energia Atômica e tratamento preferencial na construção de usinas nucleares.[529] A atitude estadunidense permaneceu evasiva. No final de 1947, os representantes brasileiros estavam pessimistas e recomendaram a seu governo não assinar o tratado proposto, a não ser que o mesmo fosse modificado de acordo com as reivindicações brasileiras.[530] Também fizeram algumas recomendações ao governo brasileiro que constituíram o ponto de partida da futura política externa brasileira sobre o programa de energia atômica.

O fracasso do "Plano Baruch" fez com que as discussões subsequentes sobre a questão da energia nuclear fossem conduzidas cada vez mais de modo puramente bilateral entre o Brasil e os Estados Unidos, apesar dos esforços do Brasil de explorar outras possibilidades.[531] Relações bilaterais com os Estados Unidos sobre a energia atômica constituíram um meio poderoso de impedir o desenvolvimento de um programa nuclear brasileiro autônomo. A experiência obtida na ONU veio a ser útil para a criação de certas organizações no Brasil, como a Comissão de Estudos e Fiscalização dos Minerais Estratégicos (CEFME), estabelecida em janeiro de 1947; e, quatro anos mais tarde, em janeiro de 1951, o Conselho Nacional

[527] A. Alberto para Aranha, OA 47.06.10. A entrevista de A. Alberto aos jornais encontra-se em GV 46.07.19j. Ver também Velloso para o MRE, 7/8, 17/18 de junho de 1946, 18/19 de julho de 1946, AHI/DE/ONU/Telegramas Recebidos; Muniz para o MRE, 20 de agosto de 1946; Velloso para o MRE, 27 de dezembro de 1946, AHI/DE/ONU/Cartas-telegramas Recebidas.

[528] Pawley para o DS, NA/RG 59 711.32/9-2047.

[529] M. C. Leal, "Caminhos e Descaminhos do Brasil Nuclear" (Dissertação de mestrado, IUPERJ, Rio de Janeiro, 1982), p. 33, apud R. Archer.

[530] Muniz para o MRE, 5 de dezembro de 1947, 14 de janeiro de 1948, AHI/DE/ONU/Cartas-telegramas Recebidas. Ver também HO/CPDOC, terceira entrevista de Renato Archer.

[531] Sobre a colaboração com o Canadá, ver A. Alberto para Fernandes, 6 de março de 1947, AHI/DE/ONU/Ofícios Recebidos. Nabuco para o MRE, 22 de maio de 1948, AHI/MDB/Washington/Cartas-telegramas Recebidas.

de Pesquisas (CNPq). O primeiro restringia a exportação de areias monazíticas e o segundo encorajava a pesquisa científica, particularmente no campo da energia atômica.[532]

O Brasil e o sistema interamericano

Apesar das dificuldades enfrentadas pelo Pan-Americanismo em termos das relações conflitantes entre os Estados Unidos e a Argentina, o sistema interamericano alcançou um alto nível de formalização política e militar entre 1946 e 1947. Esforços para alcançar esta formalização já não estavam direcionados à criação de um sistema puramente defensivo, mas claramente visavam consolidar o *sistema de poder* estadunidense. Muitas pessoas se deram conta das razões que estavam por trás da "defesa hemisférica", inclusive o embaixador brasileiro nos Estados Unidos, que explicou que a política estadunidense para a América Latina ambicionava consolidar uma frente antirrussa, eliminar os centros de propaganda anti-EUA e organizar politicamente a defesa do hemisfério.[533]

O primeiro passo seria o estabelecimento de uma agência militar interamericana para implementar a Resolução do Rio de Janeiro (1942) e a Ata de Chapultepec (1945). Haveria uma reunião no Rio de Janeiro no final de 1945, mas os objetivos, recursos e a organização desta agência seriam redigidos pela Comissão de Coordenação Estado-Guerra-Marinha, dos Estados Unidos. Propôs-se que esta agência "estivesse encarregada dos planos e medidas para a defesa do continente americano contra ataques de estados não americanos", apesar de que "os Estados Unidos devem assumir a liderança da organização e do funcionamento da agência militar interamericana".[534]

É importante observar que tal agência militar interamericana representava apenas *um lado* dos esforços militares estadunidenses de coordenar as nações latino-americanas sob sua liderança. Na verdade, a agência constituiria uma *fachada política* para a colaboração militar EUA--América Latina. A coordenação militar específica com a América Latina para a qual os Estados Unidos davam mais importância seria alcançada através dos acordos bilaterais com as nações do continente.[535] Estes

[532] Uma avaliação da questão atômica no Brasil desde a Segunda Guerra Mundial encontra-se em Maria Cristina Leal, "Caminhos e Descaminhos do Brasil Nuclear" (Dissertação de mestrado, IUPERJ, Rio de Janeiro, 1982).

[533] Martins para o MRE, 30 de agosto de 1946, AHI/MDB/Washington/Cartas-telegramas Recebidas.

[534] Memorando do membro interino pelo Departamento de Estado da Comissão de Coordenação Estado-Guerra-Marinha, 1º de fevereiro de 1946, NA/RG 165 WD ABC 400.3295 (7-31-42), Sec. I-C.

[535] O General Matthew B. Ridgway, presidente do Conselho Interamericano de Defesa, disse candidamente a Aranha que uma organização interamericana era necessária, mas que "nada deve mudar nossas combinações bilaterais", porque estas eram a base de tudo mais. Aranha para o General Canrobert, OA 47.03.22/2.

acordos previeriam o fornecimento de armamentos e treinamento militar para oficiais latino-americanos, missões estadunidenses em países latino-americanos etc.

Ambas as medidas – o estabelecimento de uma agência militar interamericana e os acordos militares bilaterais – deram origem a conflitos políticos entre o Departamento de Estado e as agências militares estadunidenses.

Este plano, criado pelo Departamento da Guerra, propunha um amplo programa de treinamento, fornecimento de armas, assistência técnica e missões militares para a América Latina para reforçar a solidariedade hemisférica e a segurança nacional dos Estados Unidos. A atividade principal seria a venda de armas não mais em uso pelos Estados Unidos para as forças armadas latino-americanas. Isso supostamente estimularia a estabilidade econômica e política naqueles países. O Departamento de Estado se opunha intensamente ao programa de armas e alegava que sua magnitude estava infinitamente além dos recursos econômicos das economias latino-americanas e atrapalharia o desenvolvimento econômico daqueles países.[536]

O conflito terminou com uma vitória transitória para o Departamento de Guerra, e o Departamento de Estado concordou em patrocinar um projeto de lei que seria enviado ao Congresso. Fora as considerações militares e políticas, o Departamento de Estado teve que reconhecer o fato concreto de que as agências militares estavam gastando dinheiro demais para manter seus equipamentos excedentes em boas condições.[537] De fato, a venda deste equipamento era uma boa solução para o problema. O Programa Interamericano de Cooperação Militar enviado ao Congresso pelo presidente Truman previa que as forças armadas latino-americanas fossem treinadas, organizadas e equipadas em moldes estadunidenses.[538] Na época, alguns observadores notaram que a política da "Boa Vizinhança" estava adquirindo caráter militar.[539]

Apesar das vastas quantias envolvidas – quase um bilhão de dólares – o fornecimento de armas proposto pelo programa acabou sendo de menor importância do ponto de vista estratégico. O Departamento

[536] Braden para Acheson, 16 de dezembro de 1946, NA/RG 59 810.20 Defense/1-2247; Braden para Acheson, 22 de janeiro e 4 de fevereiro de 1947, 810.20/Defense/1-347, 1-2247. Acheson para Patterson (Secretário da Guerra), 810.20/Defense/3-1947 ou RG 319/AS/P&O/091 LA Sec. II-A. Ver também memorando de Braddock (DS), NA/RG 59 810.20/Missions/1-347.

[537] "... o Departamento de Guerra está ansioso para se livrar de seu excesso de equipamentos, já que os mesmos são muito caros para manter em boas condições." Ata da reunião dos secretários de Estado, da Guerra e da Marinha, 1º de maio de 1947, NA/RG 59 810.20 Defense/5-147.

[538] Mensagem do Presidente Truman ao Congresso dos EUA, 26 de maio de 1947, HTL/OF. Marshall defendeu o plano perante o Congresso; Martins para o MRE, 25 de junho e 19 de julho de 1947, AHI/MDB/Washington/Cartas-telegramas Recebidas.

[539] Relatório sobre as tendências da política estadunidense, GV 46.11.20/2.

da Guerra admitiu isto, mas ressaltou o fato de que o fornecimento de armas promoveria "um entorno estável, seguro e amigável ao Sul, não confundido por penetração inimiga – política, econômica ou militar".[540] De fato, o conjunto dos acordos militares propostos aos países latino-americanos visava "promover a segurança nacional dos Estados Unidos".[541]

Isto resume bem o interesse militar dos Estados Unidos no programa, que incluía, entre outras coisas:

- a doutrinação das forças armadas latino-americanas nas táticas e técnicas militares estadunidenses;
- a padronização do equipamento – os Estados Unidos teriam grandes vantagens com isso, por exemplo, a manutenção de missões militares estadunidenses nesses países e a venda de equipamentos excedentes;
- o fato de que as missões militares poderiam criar boa vontade em suas contrapartes militares e facilitar a entrada a de forças armadas estadunidenses em épocas de guerra;
- a oportunidade de "canalizar as ambições militares dos vizinhos latino-americanos em termos mutuamente úteis", já que eles comprariam armas de qualquer modo, de quem quer que as suprisse.[542]

O Programa Interamericano de Cooperação Militar não visava suprir todas as necessidades de cada país latino-americano, mas meramente permitir a coordenação e presença estadunidense, se necessário, no território de seus vizinhos. O programa era então um instrumento do sistema de poder estadunidense no princípio da guerra fria:

> Qualquer fracasso em aprovar a Lei em questão... pode criar uma atmosfera de indiferença... O alinhamento político destes países com os Estados Unidos seria irrevogavelmente retardado.[543]

Esta entrada militar nos assuntos externos dos Estados Unidos refletia a curiosa convicção de que o fornecimento bélico era arma suficiente para assegurar a estabilidade política, assim como o alinhamento dos

[540] Memorando para o Secretário-Assistente da Guerra, 17 de dezembro de 1946. NA/RG 319 Army Staff P&O 091 LA Sec. II.
[541] Patterson (Departamento da Guerra) para Acheson (Departamento de Estado), 17 de abril de 1947. FRUS, 1947, VIII, p. 110. Uma descrição mais detalhada dos primeiros passos deste programa encontra-se em J. Campbell, *The United States in World Affairs, 1945-1947* (Nova York/Londres, 1947), pp. 222-229.
[542] Relatório da Comissão nº 1, Conferência Latino-Americana de Inteligência, 13-17 de janeiro de 1947. NA/RG 59 810.20 Defense/ 6-1947.
[543] Memorando do Tenente-Coronel Franklin Jr. para o Chefe do Estado-Maior do Exército, Seção do Hemisfério Ocidental, 13 de junho de 1947; NA/RG 319 Army Staff, P&O, 091 LA Sec. II-A.

países latino-americanos com a política estadunidense. O Congresso fez a cúpula militar estadunidense enxergar a realidade da situação e reduziu drasticamente a dimensão proposta do programa. Outros aspectos da colaboração militar já estavam em andamento (ver item 3 mais adiante) para criar, ao sul do Rio Grande, um "entorno estável, seguro e amigável" de países alinhados com os Estados Unidos.

As conferências interamericanas

Um objetivo parecido de manter um entorno estável, seguro e amigável estava por trás dos esforços multilaterais de "defesa hemisférica" representados pela Conferência Interamericana para Manutenção da Paz e Segurança no Continente, que teve lugar no Rio de Janeiro entre 15 de agosto e 2 de setembro de 1947.

A necessidade política de defesa hemisférica havia sido estabelecida pela primeira vez em 1945. De fato, os Estados Unidos haviam insistido na aprovação na Conferência do México de uma resolução intitulada "Assistência Recíproca e Solidariedade Americana" que previa a defesa mútua contra agressão interna ou externa. O "inimigo" então era o Eixo e as relações EUA-URSS se caracterizavam por uma colaboração completa. Não havia um "inimigo" a vista naquela época, mas era mais provável que a menção de "agressão interna" estivesse direcionada à Argentina, cuja neutralidade na guerra estava em conflito com a política internacional estadunidense e cujo nacionalismo preocupava os círculos capitalistas nos Estados Unidos por seu efeito demonstrado sobre outras nações latino-americanas. Por um lado, não havia perigo de uma agressão externa e, por outro, os Estados Unidos insistiam na possibilidade de intervenção nos estados americanos.[544] Está claro então que a Resolução aprovada no México visava aumentar a solidariedade continental e *ipso facto* a liderança estadunidense no hemisfério.

Ao mesmo tempo, no início de 1945, as relações Argentina-Estados Unidos melhoravam rapidamente graças à nova orientação de Nelson Rockefeller, que nesta época era o encarregado dos assuntos latino-americanos no Departamento do Estado. O governo Farrel, com Perón como sua *éminence grise*, concordou em declarar guerra à Alemanha e ao Japão em 17 de março e assinou a Ata de Chapultepec em 4 de abril. Assim, a Argentina pôde participar na Conferência de São

[544] Isto foi admitido por Cordell Hull em seu livro *Memoirs* (Nova York, 1948), v.II, p. 1467. Ver também I. Gellman, *The Good Neighbor Diplomacy* (Baltimore, 1978), p. 207, e T. Campbell, *Masquerade Peace* (Tallahassee, 1973), cap. 5.

Francisco e entrar nas Nações Unidas. Contudo, o quadro inteiro mudou no final de maio com a chegada do novo embaixador estadunidense, Spruille Braden, em Buenos Aires. Braden iniciou atividades claramente intervencionistas numa tentativa de derrubar o regime militar e substituí-lo com um governo constitucional.[545] O novo conflito perdurou até 1947 e a diplomacia não conseguiu evitar a vitória de Perón nas eleições de fevereiro de 1946.

No início de 1946, o Departamento de Estado favoreceu uma reunião imediata das repúblicas americanas no Rio de Janeiro para estabelecer uma agência militar interamericana no marco de sua política ativamente anti-Perón.[546] Contrariamente aos ministérios de relações exteriores de muitos países latino-americanos, o Departamento de Estado estava disposto a sacrificar uma decisão unânime em favor de uma declaração clara de oposição à agressão interna e externa. Porém, para a liderança militar estadunidense, as definições estratégicas da situação pós-guerra incluíam cada nação do continente: o Estreito de Magalhães de tornou tão importante quanto o Nordeste brasileiro. Desta perspectiva, era absolutamente crucial obter o apoio argentino para o tratado que resultaria da reunião.[547]

Sob pressão de sua própria liderança militar e de outros governos americanos, inclusive o governo brasileiro, o Departamento de Estado teve que aceitar um adiamento da reunião. O Brasil queria que a Argentina comparecesse para exercer algum controle sobre o governo de Perón e para evitar complicações em sua fronteira meridional.[548] O Rio de Janeiro não aceitaria uma proposta uruguaia (talvez de inspiração estadunidense) de intervenção multilateral, direcionada à Argentina, e tentou, ao mesmo tempo, introduzir um elemento de mediação. Em abril de 1946, o Brasil enfatizou a Washington a necessidade de a Argentina estar presente na conferência.[549] No meados de 1947, as relações Argentina-EUA haviam melhorado e o Departamento de Estado pôde convocar uma reunião com o propósito de formular um tratado multilateral para evitar atos ou ameaças de agressão contra qualquer república americana.

[545] Ver C. A. MacDonald, "The politics of intervention: the United States and Argentina, 1941-1946", *Journal of Latin American Studies*, v. 12, n. 2, 1980.

[546] Memorandos do Departamento de Estado, 6 e 9 de março de 1946, NA/RG 59 711.32/3-646, 711.32/3-946.

[547] Trueblood (DS) para Briggs e Braden, NA/RG 59 810.20 Defense/11-1346. Também Muniz para o MRE, 13 de janeiro de 1947, AHI/DE/UPA/Cartas-telegramas Recebidas.

[548] Halifax para o *Foreign Office*, 13 de fevereiro de 1946, FO 371 51904 (AS1072/15/6). Outros países também recomendaram uma protelação. Martins para Fontoura, 8 de março de 1946; Martins para o MRE, 18/19 de fevereiro de 1946 – ambos em AHI/Maço nº 35817

[549] MRE para BRASEMB Washington, 5 de janeiro de 1946, AHI/Maço nº 35817. Relatório do DS, 20 de fevereiro de 1946, NA/RG 59 R&A Report n.3562. J. N. Fontoura, *Depoimentos de Um ex-Ministro*, p. 43. MRE para BRASEMB Buenos Aires, 18 de junho de 1946, AHI/MDB/B.Aires/Telegramas-minutas.

Novos acontecimentos na política internacional se combinaram para produzir esta situação. A "reversão das alianças" que se seguiu ao final da Segunda Guerra Mundial levou os Estados Unidos a formular uma política de "contenção da URSS". Em março de 1947, o presidente Truman fez um importante discurso no Congresso esboçando o que veio a ser conhecido como a "Doutrina Truman". Ele atacava os movimentos agressivos que tentavam impor regimes totalitários sobre nações livres através de agressão direta ou indireta. Esses movimentos solapavam os alicerces da paz internacional e da segurança estadunidense. Este conceito de uma potência agressiva e expansionista, tipificado pela URSS, acrescentou novos "motivos" para a criação de um sistema interamericano e um tratado de "defesa hemisférica" ou "coletiva".

O esboço original das resoluções foi distribuído a outros governos americanos pelo Departamento de Estado em dezembro de 1945 e supunha que uma agência militar interamericana seria estabelecida. Em maio de 1947, porém, o governo estadunidense já havia abandonado a ideia de tal agência e limitado a Conferência do Rio a uma discussão dos problemas levantados por um *tratado* de assistência recíproca no caso de uma agressão ou ameaça de agressão.[550] Os países latino-americanos foram convidados a enviar suas próprias redações para o tratado, mas o Departamento de Estado insistiu que o seu texto fosse aceito como base para a discussão, e a União Pan-Americana conseguiu obter reações antecipadas dos governos americanos aos pontos principais que o tratado incorporaria.[551]

De 15 de agosto a 2 de setembro de 1947, os delegados americanos se reuniram em Petrópolis, estado do Rio de Janeiro, e formularam um tratado que incluía:

- a reafirmação dos princípios básicos de resolução pacífica das disputas;
- obrigações em caso de ataque armado a um Estado americano;
- consultas e medidas coletivas em caso de outros perigos à paz continental;
- tipos de medidas que poderiam ser tomadas nos casos acima especificados e definição atos de agressão;
- procedimentos relativos a consultas, votações e o efeito vinculante das decisões.[552]

A Conferência aceitou a proposta dos Estados Unidos de uma maioria de dois terços para aprovar decisões sobre consultas. O motivo

[550] Braden para Acheson, 29 de maio de 1947, FRUS, 1947, VIII, p. 1-3.
[551] Memorando de Dreier (Chefe da Divisão de Assuntos Interamericanos Especiais, DS), 25 de junho de 1947, FRUS, 1947, VIII, pp. 5-6.
[552] Ver "Relatório dos trabalhos da Conferência", AHI/Maço nº 36198.

por trás da proposta estava relacionado ao fato de que um requisito de qualquer decisão ter que ser unânime capacitaria um único estado a frustrar as intenções de todos os outros. Ou seja, um requisito de unanimidade introduziria o princípio de veto no sistema interamericano.[553] Ainda que fosse aceito que uma grande potência tivesse poder de veto nas Nações Unidas, tal situação era inaceitável dentro do quadro do sistema continental proposto pelos Estados Unidos.

O cerne do tratado era a afirmação de que "um ataque armado de qualquer Estado contra um Estado americano será considerado um ataque contra todos os Estados americanos". Em 1947, não havia evidência alguma de agressão real ou de ameaça de agressão contra qualquer Estado americano. Porém, levando-se em consideração a reversão das alianças mundiais após o final da guerra, o único inimigo em potencial era a União Soviética, um "ator oculto" durante a Conferência. Muitos delegados estavam completamente conscientes desta orientação antissoviética implícita à reunião. Foi precisamente esta dimensão que permitiu à Argentina votar com os Estados Unidos e aprovar o tratado.[554] Tanto a delegação argentina quanto a brasileira queriam discutir "medidas contra o comunismo" ou "atividades subversivas" em âmbito continental e, neste sentido, o presidente Dutra apoiava fervorosamente as iniciativas do Itamaraty.[555]

A delegação mexicana se opunha a tais discussões, baseado no fato de que "se formos lidar com atividades subversivas neste tratado, isto pode muito bem levar a tentativas de restringir liberdades fundamentais." A delegação estadunidense também se opunha ao assunto, ao alegar que "seria melhor deixar as medidas contra o comunismo a cada país individualmente".[556] De fato, um debate sobre atividades comunistas no continente deixaria claro que a razão oculta da conferência era agir contra o poder soviético no continente. O conceito de "defesa hemisférica" era de longe a melhor maneira de sugerir a intenção política geral, sem, de fato, explicitá-la.

Por razões parecidas, a delegação estadunidense não aceitou as sugestões brasileiras de que o tratado deveria definir certas medidas militares concretas a serem tomadas em caso de agressão, já que os planejadores estadunidenses estavam convencidos de que uma verdadeira

[553] Marshall para os Representantes Diplomáticos das Repúblicas Americanas, 3 de julho de 1947; FRUS, 1947, VIII, pp. 9-10.
[554] Ray para DS sobre a posição argentina na Conferência, 1º de agosto de 1947; FRUS, 1947, VIII, p. 31.
[555] Pawley para Marshall, 3 de maio de 1947, NA/RG 59 711.32/6-947. Memorando de Marshall, 20 de agosto de 1947, FRUS, 1947, VIII, pp. 41-42. Memorando de Marshall, 20 de agosto de 1947, FRUS, VIII, pp. 42-44.
[556] Memorandos de Marshall (nota 554). Ver também Macedo Soares para o MRE sobre a oposição mexicana a um programa anticomunista, 19 de setembro de 1947, AHI/Maço nº 36046.

defesa hemisférica seria mais bem servida por acordos bilaterais,[557] o que permitiria aos Estados Unidos definirem o papel de cada nação em caso de guerra. O Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR) seria um *arcabouço político multilateral* para acordos militares bilaterais entre os Estados Unidos e outras repúblicas americanas. Assim, converteu-se em tratado permanente a Ata de Chapultepec sobre solidariedade política interamericana e a manutenção da paz e da segurança.

Como era de se esperar, a delegação brasileira, chefiada por Raul Fernandes, colaborou estreitamente com o general George Marshall, secretário de Estado e chefe da delegação estadunidense. Como presidente da conferência, Fernandes pôde evitar que a tese de Cuba sobre "agressão econômica" fosse discutida. A proposta cubana estava ligada ao *Sugar Act* (Lei do Açúcar) aprovado pelo Congresso estadunidense, que permitia ao secretário de Agricultura decretar sanções contra qualquer país cujo governo não desse tratamento justo a cidadãos estadunidenses (o governo cubano então enfrentava reivindicações por indenização da parte de cidadãos estadunidenses que chegavam a cinco milhões de dólares).[558]

As preocupações brasileiras na conferência eram majoritariamente militares e jurídicas. As autoridades militares brasileiras temiam que a Argentina assinasse o tratado para poder se armar, "subvertendo assim o equilíbrio de forças que sustenta a paz no hemisfério".[559] O Itamaraty se impressionou com os efeitos jurídicos do tratado, que envolvia a limitação voluntária da soberania nacional em favor de decisões e ações coletivas:

> Abre-se uma brecha no reduto das soberanias nacionais ilimitadas e cada nação americana tem de contribuir à ordem internacional pela abdicação de algumas de suas capacidades nacionais.[560]

Na sessão de encerramento da conferência, o ministro Fernandes concluiu que a abdicação mais importante de autonomia nacional seria feita pelos Estados Unidos, uma inversão curiosa do significado político real

[557] Memorando de Marshall, 22 de agosto de 1947, FRUS, 1947, VIII, pp. 54-55.

[558] Sergio Correia da Costa (representante brasileiro na União Pan-Americana) para o MRE, 29/30 de julho de 1947, AHI/Maço nº 36064. Fernandes para o Embaixador Belt, delegado cubano na Conferência, 22 de agosto de 1947, AHI/Maço nº 36196. "Relatório dos Trabalhos da Conferência", AHI/Maço nº 36198. Ver também Pawley para o Secretário de Estado, 4 e 5 de agosto de 1947; e Marshall para o Secretário de Estado interino, 21 de agosto de 1947 – ambos em FRUS, 1947, VIII, pp. 32-33, 33-34 e 52.

[559] Canrobert, Ministro da Guerra, para Aranha, OA 47.02.24. Também Camilo de Oliveira para o MRE, 30 de julho de 1947, AHI/Maço nº 36064.

[560] Discurso de Fernandes na sessão de encerramento da conferência, AHI/Maço nº 36061A; idem MRE, *Raul Fernandes, Nonagésimo Aniversário* (Rio de Janeiro, 1967), p. 247, e MRE, *Discursos en Montevideo* (Rio de Janeiro, 1947), p. 11. Ver a mesma opinião dos resultados da conferência em Fernandes para Dutra, 25 de setembro de 1947, AHI/DI/PR/Ofícios Expedidos; e J. N. Fontoura, *Relação entre o Estado e a Politica Internacional* (Rio de Janeiro, 1948), p. 13; e "Apreciação geral sobre a Conferência de Bogotá", *Boletim da Sociedade Brasileira de Direito Internacional* (Rio de Janeiro, 1948).

da conferência. Mesmo teoricamente, era bem difícil falar da "soberania nacional ilimitada" da maioria das nações latino-americanas, e mais difícil ainda considerar a Conferência do Rio como tendo tido a abdicação da autonomia nacional dos Estados Unidos como resultado. Pelo contrário, a conferência resumia a política estadunidense para a América Latina sob o governo Truman como concernindo "a segurança, a determinação de manter a hegemonia política e econômica, e a promoção de seu próprio tipo de democracia."[561]

A mesma preocupação esteve presente durante a Nona Conferência Internacional dos Estados Americanos em Bogotá em abril de 1948. Entretanto, a guerra fria já havia começado e a "ameaça comunista" influenciou e teve precedência sobre muitos dos problemas em consideração. Além do mais, havia diferenças consideráveis entre as expectativas estadunidenses da conferência e as latino-americanas. O governo Truman era o mais interessado na política de organização regional, enquanto a maior parte dos governos latino-americanos tentava formular novas políticas interamericanas para vencer os deslocamentos econômicos causados pela guerra.

No plano político, não houve dificuldades na criação da Organização dos Estados Americanos (OEA), cuja Carta estabelecia regras para as relações entre os estados americanos em termos de seus direitos e deveres, o processo de busca de soluções pacíficas para discordâncias, assim como princípios de cooperação econômica. A Carta também criava organismos necessários à implementação destes objetivos.[562]

As principais dificuldades estavam relacionadas às diferentes opiniões sobre o tipo de cooperação econômica que os estados latino-americanos e os Estados Unidos esperavam estabelecer. A maioria dos estados latino-americanos estava convencida da necessidade de vencer sua posição estrutural de fornecedores de matérias-primas e ampliar o escopo do processo de industrialização. Neste particular, esperavam estabelecer medidas que previeriam: (1) empréstimos de longo prazo para grandes projetos de desenvolvimento econômico; (2) aceitação da necessidade de políticas protecionistas para proteger suas indústrias recém-criadas; (3) recursos para exportações mais diversificadas e estáveis para o resto do mundo.[563]

[561] R. Trask, "The impact of the cold war on US-Latin American relations, 1945-1949", *Diplomatic History*, v. 1, n. 3, 1977. Para uma apreciação contemporânea num tom parecido, ver C. Gomes, *Lima, Chapultepec, Rio de Janeiro, la Ley de Colaboración Militar Interamericana y la Soberanía Nacional* (Buenos Aires, 1947).

[562] Fernandes para Dutra, 26 de fevereiro de 1949, AHI/DI/PR/Ofícios Expedidos.

[563] "Relações Econômicas Interamericanas", do Embaixador Martins, é um diagnóstico muito interessante do problema. Martins para Fernandes, 23 de março de 1948, AHI/MDB/Washington/Ofícios Recebidos.

A delegação estadunidense não estava disposta a aceitar tais reivindicações. Desde a Conferência do México de 1945, o governo estadunidense havia tentado convencer a América Latina dos benefícios de sua política econômica, resumida pelo professor R. A. Humphreys nos seguintes princípios: a não discriminação; abolição de práticas comerciais restritivas, eliminação de nacionalismo econômico "em todas as suas formas"; tratamento justo e igualitário de empresas e capital estrangeiros; promoção de empresas privadas e desestímulo às estatais na condução do comércio; a necessidade do desenvolvimento industrial ter "bases sólidas"; e, por último, a necessidade de padrões de vida mais altos e padrões trabalhistas mais progressistas.[564] Dois anos depois, na Conferência do Rio, o secretário Marshall disse que o governo dos Estados Unidos estava dando prioridade para a Europa e pediu que a América Latina cooperasse com estes esforços, e que os Estados Unidos continuariam a buscar, enquanto isso, uma base sólida de "cooperação prática" com suas repúblicas irmãs.[565]

Assim, a Conferência de Bogotá produziu um Acordo Econômico que tentava, através de formulações vagas sobre a liberdade econômica e ajuda internacional para projetos de desenvolvimento, cumprir a tarefa impossível de reconciliar as duas perspectivas. Estava claro, porém, que quaisquer que fossem as formulações acordadas, o futuro da cooperação econômica interamericana seria determinado, em grande parte, pela disposição dos Estados Unidos para com a América Latina.

A delegação brasileira na Conferência de Bogotá, chefiada pelo ex-ministro João Neves da Fontoura e ainda motivada pelo conceito do Brasil como "aliado especial", aderiu à orientação da delegação estadunidense, como declarou o próprio Fontoura a Marshall. Os representantes brasileiros aceitaram as formulações econômicas propostas pelos delegados estadunidenses e estavam até dispostos a explicar estas formulações às outras delegações. O debate sobre o comunismo e a inclusão de uma declaração especificamente anticomunista, que foi incorporada à carta da OEA no Artigo 32 e seria invocada no futuro para justificar a intervenção estadunidense na República Dominicana, também tinha o apoio da delegação brasileira.[566] Havia alguma dúvida nos círculos governamentais brasileiros sobre a utilidade dos acertos

[564] R. A. Humphreys, *Latin America and the Second World War, 1942-1945* (Londres, 1982), p. 216.

[565] Discurso de Marshall na Conferência do Rio, 15 de agosto de 1947, AHI/Maço nº 36192.

[566] Sobre a posição brasileira em Bogotá, ver memorando do diálogo de Marshall, FRUS, 1948, IX, p. 27; MRE para BRASEMB Buenos Aires, 17 de março de 1948, AHI/MDB/B. Aires/Telegramas-minutas Expedidos. Sobre a conferência no contexto da política econômica de Truman para a América Latina, ver D. Green, "The Cold War Comes to Latin America", in B. J. Berstein (org.), *Politics & Policies of the Truman Administration* (Chicago, 1972) e S. Baily, *The United States and the Development of South America, 1945-1975* (Nova York, 1976), capítulo 3.

políticos, econômicos ou militares interamericanos, isto é, sobre os acertos de natureza *multilateral*. Como "aliado especial", o Brasil teria mais a ganhar com as relações bilaterais com os Estados Unidos. Por este motivo, inclusive, era importante se identificar com Washington nas reuniões interamericanas.[567]

Um novo papel para o Pan-Americanismo

A partir de 1945, o sistema interamericano enfrentou uma "crise de identidade", já que a ONU assumiu as funções principais de manter a paz nos assuntos internacionais. A contradição entre o "regionalismo" e o "universalismo" foi resolvida no governo Truman através de um desafio aberto à política soviética e a reafirmação do direito dos Estados Unidos de melhorar seu próprio sistema regional, independentemente disto contribuir a uma piora das relações entre as duas superpotências.

Os aliados latino-americanos dos Estados Unidos estavam ansiosos por dar um alto grau de autonomia ao sistema regional, mas o governo estadunidense conseguiu restringir a OEA às regras principais das Nações Unidas.[568] Personalidades políticas latino-americanas logo começaram a achar que o sistema regional era perfeitamente compatível com a organização mundial, um sentimento expressado por formulações como "o universalismo é a síntese do particularismo" e "a OEA é uma fonte de vitalidade para a ONU".[569] Para políticos mais experientes como Aranha, o problema principal não era a existência da ONU, mas os novos interesses estratégicos em outras partes do mundo que relegavam o sistema regional ao segundo ou terceiro plano na ordem das prioridades dos Estados Unidos.[570] Ou seja, não se pretendia com o sistema regional coordenar os Estados americanos, mas constituir uma parte menor de um sistema de poder mais amplo de dimensões praticamente globais.

Se o sistema interamericano era principalmente um meio dos Estados Unidos coordenarem seu flanco meridional e o Pan-Americanismo a formulação *par excellence* desta liderança, o escopo magnificado da estratégia estadunidense pós-guerra e o consequente deslocamento da América Latina como área crucial de interesse

[567] Memorando do Chefe do Estado-Maior do Exército, enviado pelo Ministro da Guerra para o MRE, 18 de setembro de 1946, AHI/DI/MG/Avisos Recebidos; Fontoura para o MRE, 10 de setembro de 1946, AHI/Maço nº 36474.

[568] BRASEMB Washington para o MRE, 19 de janeiro de 1946, AHI/Maço nº 35822.

[569] BRASIL. MRE. *A Serviço do Itamaraty* (Rio de Janeiro, 1948), pp. 44 e 48. A. Rocha, "O Pan-Americanismo, uma força viva", *Boletim da União Pan-Americana*, outubro de 1947. Também J. C. Muniz para Aranha, OA 46.12.09.

[570] Aranha para Fernandes, OA 47.01.21/1; Martins para o MRE, 3 de março de 1947, AHI/MDB/Washington/Cartas-telegramas recebidas.

significava que o Pan-Americanismo já não era a ligação principal entre os países ao sul do Rio Grande. Novas formulações para os interesses hegemônicos dos Estados Unidos nos planos econômico, político e militar precisavam ser criadas. Logo após o final da guerra, expressões como o "Mundo Ocidental", "Civilização Ocidental", "Mundo Livre" e "Civilização Cristã" se tornaram correntes em discursos oficiais como metáforas para o conflito entre capitalismo e comunismo. Na América Latina, este movimento conduziu a uma reinterpretação do Pan-Americanismo para adaptá-lo às novas expressões do *sistema de poder* global estadunidense. No final de 1946, a Comissão de Defesa Política do Continente aprovou um projeto de estudo sobre a defesa política que era simplesmente um *revival* de um antigo projeto para lutar contra a influência do Eixo. Este foi adotado com apenas pequenas alterações – o termo "nazifascista" foi substituído por "totalitário" e um artigo sobre "movimentos subversivos inspirados e dirigidos de fora" também foi incluído.[571] Não por coincidência, durante este período funcionários da União Pan-Americana começaram a afirmar que:

> O Pan-Americanismo... é um movimento flexível que se adapta à mudança das circunstâncias, a novos impulsos, novas ideias e novas tendências. (...) O Pan-Americanismo sempre se definiu como um instrumento de uma clara tendência internacionalista. [572]

As novas ideias e novas tendências internacionalistas do Pan-Americanismo não apontavam a uma colaboração hemisférica, mas a uma integração em uma "Civilização Ocidental", ameaçada pelas forças obscuras e expansionistas de um Mundo Oriental Ateu. Até mesmo os líderes e escritores brasileiros começaram a falar do Brasil como tendo uma política de "fisionomia Atlântica" e como pertencendo à Civilização Cristã Ocidental.[573]

Os dias do "lago americano" haviam passado e dado lugar às realidades da guerra fria. O império estadunidense havia crescido e os ideais pan-americanos também tinham que dar lugar a uma integração dentro de uma mensagem mais ampla, a mensagem do "mundo livre".

Na sessão de encerramento da Conferência do Rio, o presidente Truman enfatizou o fato que:

---

[571] A. Bastos, representante brasileiro, para o MRE, 3 de janeiro de 1947 (incorretamente datado de 1946); O. Correia, representante brasileiro, para Fernandes, 2, 3 de abril de 1948, ambos em AHI/DE/UPA/Ofícios recebidos.

[572] N. S. Canyes, "A IX Conferência Internacional Americana", *Boletim da União Pan-Americana*, setembro de 1947, p. 407. L. Quintanilla, "Pan-Americanismo e internacionalismo", *Boletim...*, fevereiro de 1947, p. 55.

[573] BRASIL. MRE. *A Serviço...*, p. 37. Entre os escritores brasileiros, a formulação mais comum das novas tendências foi *Geopolítica do Brasil*, de G. C. Silva (Rio de Janeiro, 1967).

> Os Estados Unidos são profundamente conscientes de sua posição nos assuntos mundiais... O povo dos Estados Unidos entrou na guerra recente com a fé profunda de que estávamos abrindo o caminho para um mundo livre.[574]

Durante a guerra o Pan-Americanismo espalhou a mensagem da "colaboração hemisférica", que na realidade significava a superioridade do modelo civilizatório estadunidense, em oposição à "nova ordem" do nacional-socialismo.[575] A partir de 1947, o Pan-Americanismo estendeu sua mensagem para incluir a integração ao "mundo livre", que na verdade significava atitudes militantemente anticomunistas e até uma política antissoviética.

O Brasil e os Estados Unidos

A premissa básica dos líderes políticos e militares brasileiros era a afirmação da posição especial do Brasil *vis-à-vis* os Estados Unidos. Enquanto apoiavam iniciativas multilaterais, seus esforços principais estavam direcionados às relações bilaterais Brasil-Estados Unidos. De acordo com esta ideia, a participação brasileira na Segunda Guerra Mundial havia assegurado seu tratamento especial entre as nações americanas, uma posição que deveria ser preservada para assegurar a predominância do Brasil na América do Sul.[576]

Contudo, o governo brasileiro não podia mais entrar no tipo de negociação que havia sido possível até 1944. Novos modelos de colaboração econômica e militar entre os Estados Unidos e os países da América Latina haviam sido iniciados nos anos imediatamente após a guerra. Todas estas nações haviam sido postas na mesma posição com respeito à assistência estadunidense,[577] mas apesar de todas as evidências, os líderes políticos e militares mantinham a ilusão de sermos um "aliado especial" dos Estados Unidos.

---

[574] Discurso do Presidente Truman na sessão de encerramento da Conferência do Rio, 2 de setembro de 1947, AHI/Maço nº 36197.

[575] Discuti o significado da colaboração hemisférica entre 1940 e 1945 em "O OCIAA e o Império Americano: O 'American way of life' chega ao Brasil" (Rio de Janeiro, 1981).

[576] BRASIL. MRE. *A Serviço do Itamaraty*, p. 65. Ver Fontoura para o Secretário de Estado, 10 de setembro de 1946, AHI/Maço nº 36474. Canrobert para o MRE, enviando um documento do Chefe do Estado-Maior do exército brasileiro sobre o assunto, 16 de setembro de 1946, AHI/DI/MG/Avisos Recebidos.

[577] Sobre a assistência militar, ver Acheson para o Secretário de Guerra, 22 de agosto de 1947, FRUS, 1947, VIII, p. 120.

A colaboração militar

O ano de 1946 foi crucial para a colaboração Brasil-Estados Unidos. Sob a liderança de Góes Monteiro, ministro da Guerra desde agosto de 1945, lançaram-se planos para uma reorganização completa do estabelecimento militar brasileiro de acordo com o Programa Interamericano de Cooperação Militar. Tendo lutado na guerra, as forças armadas brasileiras gozavam de maior potencial militar entre seus vizinhos latino-americanos e o governo brasileiro estava determinado a reforçar esta posição, particularmente em relação à Argentina.[578]

As mudanças principais ocorreram no exército, cuja organização, treinamento e armamentos foram alinhados com o modelo estadunidense. Em 1946, foi criado um Estado-Maior Conjunto para as forças armadas e uma série de leis que previam a reorganização do Ministério da Guerra e a organização dos quadros e do pessoal ativo do exército – todos de acordo com as linhas estadunidenses. A Comissão Militar Mista Brasil-Estados Unidos auxiliava no treinamento das forças armadas brasileiras. Seu pessoal aumentou para um total de 60 oficiais e 30 homens de outras patentes.[579]

Porém, no mesmo ano, o general Salvador César Obino, chefe do Estado-Maior do exército brasileiro, iniciou diálogos com o exército estadunidense para estabelecer a Escola Superior de Guerra, cujo modelo era o *National War College* de Washington.[580] Embora alguns autores tenham enfatizado a orientação funcional diferente da Escola Superior de Guerra vis-à-vis o *National War College*,[581] o leque de suas atividades em termos da adaptação técnica e ideológica aos padrões militares estadunidenses é provavelmente sua característica mais significativa. Oficiais estadunidenses eram enviados para ensinar no novo *College*, que se inspirava nas doutrinas combinadas de "segurança hemisférica" e "segurança nacional" – num típico desdobramento das antigas ideias de "defesa hemisférica" e "defesa nacional", no contexto da guerra fria. Estudando a Escola Superior de Guerra brasileira, a cientista política Vanda Aderaldo concluiu que a doutrina de "segurança hemisférica"

[578] Góes Monteiro para Kroner, fevereiro de 1946, AN/GM (Documentos de Góes Monteiro) AP (Arquivo Particular) 14.51; Góes Monteiro para Cordeiro de Farias, 10 de junho de 1946, AN/GM AP 15.51; Canrobert para Aranha, OA 47.02.24.

[579] Relatório anual da embaixada britânica sobre o exército brasileiro, Gainer para Bevin, 22 de janeiro de 1947, FO 371 61215 (AS489/489/6). Ver também o relatório anual de 22 de janeiro de 1947, FO 371 61204 (AS490/45/6). A colaboração era tão estreita que as agências de inteligência estadunidenses tinham relações diretas com a divisão de inteligência do Ministério da Guerra brasileiro. Kroner para o *Adjutant-General* (chefe administrativo) do exército estadunidense, 18 de fevereiro de 1946, NA/RG 319 A.Staff P&O 200.63. Ver também a extensão da missão naval e aérea estadunidense no Brasil por mais quatro anos a partir de 7 de maio de 1947. *Documents on American Foreign Relations*, 1946, v. VIII, p. 768.

[580] A. Camargo & W. Goes, *Meio Século de Combate* (Rio de Janeiro, 1981), p. 413.

[581] A. Barros, "The Brazilian Military: Professional socialization, political performance and state building" (Tese de doutorado, Universidade de Chicago, 1973); A. Stepan, *The Military in Politics* (Princeton, 1973), pp. 174-175.

representava uma limitação do conceito de soberania nacional. O estamento militar brasileiro estava disposto a aceitar esta limitação para aumentar sua força, especialmente enquanto organização nacional com verdadeira influência política.[582]

A base dos projetos militares brasileiros era a compreensão de que, já que o mundo estava dividido em dois blocos, a possibilidade de uma terceira guerra mundial não podia ser ignorada. O Brasil não era uma nação militarista, mas tinha potencial para ajudar os Estados Unidos de maneira muito mais eficaz do que ocorrera na Segunda Guerra Mundial. Uma estreita colaboração com Washington era necessária para a defesa hemisférica e, no caso de uma guerra que envolvesse o continente inteiro, a posição estratégica do Brasil era muito mais importante do que a da Argentina. Este fato era visto como suficiente para justificar as pretensões brasileiras de uma posição militar mais forte que a da Argentina. Por estes motivos, as autoridades militares brasileiras estavam dispostas não somente a receber treinamento, armamentos e assistência técnica dos Estados Unidos, mas também a limitar o acesso da Argentina a estes benefícios,[583] e, portanto tentavam afirmar o direito do Brasil de julgar a quantidade necessária de armamentos para sua defesa.[584]

A Argentina era um problema complexo para as autoridades brasileiras. Apesar de desejar melhores relações entre os Estados Unidos e a Argentina para preservar a unidade hemisférica e evitar complicações na fronteira meridional, o Brasil não queria que os Estados Unidos armassem a Argentina, pelo menos não a ponto da Argentina rivalizar a força militar brasileira e ameaçar sua superioridade.[585] Apesar do governo dos Estados Unidos ter garantido ao Brasil que os acordos militares com os outros países não afetariam a segurança brasileira,[586] isto não satisfez a cúpula militar brasileira, que queria que os Estados Unidos consultassem o Brasil antes de determinar qual seria sua política de suprimento de armas à Argentina. Na verdade, eles estavam tentando usar a colaboração estreita com os Estados Unidos como meio de conseguir um status de maior poder na América Latina.

[582] V. Aderaldo, "A Escola Superior de Guerra" (Dissertação de mestrado, IUPERJ, Rio de Janeiro, 1978), capítulo III.

[583] Góes Monteiro para Cordeiro de Farias, 2 de abril de 1946; General Benício da Silva para Góes Monteiro, 4 de julho de 1946 – ambos em AN/GM AP 15.51. Ver também a preocupação de Álvaro Alberto com a fabricação de mísseis guiados pela Argentina, A. Alberto para Bernard Baruch, PUL/Documentos de Baruch, 17 de junho de 1947. Ver também memorando de Braddock, 10 de dezembro de 1946, FRUS, 1946, XI, p. 460.

[584] Walsh para Eisenhower, 19 de fevereiro de 1946, NA/RG 165 WD ABC 400 3295 Sec.I-C. Memorando de Cooke (adido naval estadunidense no Rio), 16 de julho de 1946; Pawley para o DS, 17 de julho de 1946; memorando do DS, 10 de dezembro de 1946 – todos em NA/RG 59 810.20 Defense.

[585] Memorando do DS, NA/RG 59 711.32/7-946. Também Pawley para Braddock, 810.20 Defense/12-2646.

[586] Embaixada estadunidense para o DS, 19 e 24 de junho de 1946; DS para AMEMBASSY RIO, 20 de junho de 1946 – ambos em NA/RG 59 810.20 Defense. Ver também Relatório Político Mensal (junho), 832.00/7-146 e memorando de Braddock para Briggs, 9 de julho de 1946; memorando do DS, 7 de julho de 1946 – ambos em 711.32.

Contudo, esta intenção brasileira entrou em conflito com a política do Departamento de Guerra sobre a defesa hemisférica, que previa o suprimento limitado e equilibrado de armas para as nações latino-americanas. O governo estadunidense não estava disposto a entrar neste jogo com as autoridades militares brasileiras porque as reivindicações brasileiras pareciam mais preocupadas com um conflito em potencial com a Argentina do que com a defesa hemisférica.[587] Os Estados Unidos achavam que sua política de acordos bilaterais permitia a eles melhor controle do grau de poder militar que cada nação deveria manter.[588]

Dentro deste quadro, duas questões relativas às relações militares Brasil-Estados Unidos surgiram em 1946: um acordo de aviação civil e a revisão do Acordo Aéreo Militar Brasil-Estados Unidos de 1944 sobre as bases estratégicas estadunidenses em território brasileiro.

Por causa das experiências pré-guerra com o transporte aéreo na América do Sul, os militares estadunidenses haviam aprendido que uma rede de linhas aéreas estadunidenses poderia constituir uma importante contribuição à superioridade estratégica dos Estados Unidos no continente. Por este motivo, Washington tentou chegar a acordos de aviação civil bilaterais com cada país latino-americano. Uma proposta de acordo foi apresentada ao Brasil em dezembro de 1945, e em maio de 1946 a embaixada estadunidense no Rio insistiu em realizar discussões imediatamente, esperando que "as negociações possam ter uma conclusão muito em breve".[589] Havia muitos motivos para a pressa dos Estados Unidos. O Brigadeiro Trompowsky, ministro da Aeronáutica brasileiro, era considerado menos nacionalista que os outros oficiais e mais disposto a facilitar a adoção dos planos dos Estados Unidos. Além disso, se o acordo fosse concluído antes da promulgação da nova Constituição brasileira, poderia ser celebrado por decreto executivo, evitando assim um debate imprevisível no Congresso Nacional.[590]

Os acordos bilaterais se baseavam no princípio geral da livre concorrência e, portanto, excluíam privilégios recíprocos, tais como a ideia de que cada voo de uma linha aérea estadunidense deveria corresponder a um voo de uma linha aérea brasileira. A livre concorrência significava na prática a dominação completa das rotas aéreas pelas companhias mais

[587] Gainer para Bevin (*Foreign Office*), 22 de fevereiro de 1946, FO 371 51900 (AS1086/13/6). Dreier para Briggs, 18 de março de 1947, NA/RG 59 810.20 Defense/3-1847; memorando do General Saville, representante estadunidense na CMMBEU, 20 de junho de 1947, NA/RG 319 Records of the Army Staff, P&O 381 T.S. (Sec.V). Também General Bolte para General Mullins, NA/RG 319 A.S. P&O 091 LA (Sec.II).

[588] Memorando de Bissel "United States Policy Towards Brazil", s.d., NA/RG 165 OPD 336 Brazil.

[589] AMEMBASSY para o MRE, 31 de maio de 1946, AHI/RE/EUA/Notas Recebidas.

[590] AMEMBASSY RIO para o MRE (como acima); Martins para o MRE, 23 de setembro de 1946, AHI/MDB/Washington/Cartas-telegramas Recebidas. Daniels para o DS, NA/RG 59 711.3227/5-846; John Mein (memorando DS), 711.3227/7-3146.

poderosas. A pressa dos Estados Unidos permitiu ao Brasil estabelecer um número parecido de rotas para as linhas aéreas brasileiras para os Estados Unidos, assim como cancelar uma rota costeira que estava então nas mãos da Pan American Airlines. Contudo, o acordo também era vantajoso para as linhas aéreas estadunidenses, já que permitia muitas escalas em território brasileiro em cada rota, dando assim certos privilégios àquelas companhias no tráfego doméstico brasileiro.[591] Após alguns meses de discussão, firmou-se o acordo em 6 de setembro de 1946, antes da nova Constituição entrar em vigor, conforme Washington havia planejado.

Uma segunda questão – a do Acordo Aéreo Militar Brasil-Estados Unidos que havia sido firmado em 1944 com efeito até 1954 – foi posta em discussão pelo governo brasileiro. A manutenção das bases estratégicas nas mãos dos Estados Unidos era um assunto político delicado no contexto da democratização e do livre debate político. No início de 1947, as tropas estacionadas no Brasil começaram a voltar para casa e as instalações aeroportuárias estratégicas foram transferidas para a força aérea brasileira, apesar de os Estados Unidos reterem o direito de usá-las. Os militares brasileiros propuseram uma revisão do acordo de modo que "o uso livre de aeroportos estratégicos" fosse mudado para "o uso em situação de emergência ou guerra que afete a segurança do hemisfério"; a manutenção destes aeroportos deveria se tornar responsabilidade do Brasil; e seria incluída uma cláusula de reciprocidade referente aos direitos de transporte militar.[592]

Washington resistia à ideia de rever o acordo, já que os departamentos da Guerra e de Estado o consideravam "essencial à segurança nacional dos Estados Unidos". Contudo, a pressão da situação internacional e uma resolução das Nações Unidas sobre a Regulamentação e Redução Geral dos Armamentos levaram os Estados Unidos a iniciar diálogos com o governo brasileiro. A resolução da ONU recomendou, em 14 de dezembro de 1946, "a imediata retirada de forças armadas estacionadas nos territórios de Estados-Membros, sem seu consentimento livre e publicamente expresso em tratados".[593] Permitiu-se que as forças estadunidenses remanescentes permanecessem em território brasileiro,[594] mas os militares brasileiros insistiram em rever o acordo na Comissão Militar Mista Brasil-Estados Unidos no ano seguinte. Washington resistiu

[591] Daniels para DS, 8 e 28 de maio, 24 e 25 de julho de 1946, NA/RG 59 711.3227. Pawley para DS, 26 de agosto e 7 de setembro de 1946; DS para Pawley, 29 de agosto de 1946, FRUS, 1946, XI, pp. 477-479. Martins para o MRE, 23 de setembro de 1946, AHI/MDB/Washington Cartas-telegramas Recebidas.

[592] Pawley para Dean Acheson, NA/RG 59 711.32/3-1247.

[593] DS para AMEMBASSY Rio, 1º de agosto de 1947, FRUS, 1947, VIII, p. 410-412.

[594] Canrobert para o Ministro das Relações Exteriores, 25 de outubro de 1947, AHI/DI/MG/Avisos Recebidos.

à iniciativa, temendo que pudesse levar a um debate público, e o acordo permaneceu sem modificações até o fim do governo Dutra.

A colaboração econômica

Estudiosos frequentemente sugerem que depois da guerra, o governo Truman reorientou a política econômica estadunidense para a América Latina. Diz-se que o traço principal desta reorientação foi uma recusa peremptória em conceder empréstimos de governo a governo para financiar grandes projetos de desenvolvimento econômico, assim como a insistência de que o desenvolvimento econômico latino-americano seria mais bem servido pela criação de condições favoráveis para investimentos estrangeiros nos setores mais produtivos, a saber, os de matérias-primas. Um bom exemplo desta nova tendência foi o insucesso de uma missão econômica brasileira em Washington em 1946, que tentava obter empréstimos de governo a governo para reequipar completamente as comunicações terrestres e marítimas.[595] Em 1947, o Departamento de Estado se opôs a um empréstimo do Eximbank para construir uma refinaria de petróleo, baseado no fato de que "tal empréstimo serviria para fortalecer aqueles que querem um monopólio doméstico de todas as fases da produção do petróleo no Brasil".[596] Esta foi uma avaliação completamente equivocada da situação brasileira.

As autoridades brasileiras viam o tipo de assistência econômica que haviam recebido dos Estados Unidos para a siderúrgica de Volta Redonda como modelo para a colaboração econômica dos Estados Unidos com o Brasil. Estavam enganados – como muitos analistas do período – e confundiram os planos de emergência estadunidenses durante a guerra com uma "nova política econômica" para o continente. Na verdade, o governo Roosevelt não chegou a considerar seriamente um planejamento econômico de longo prazo para a América Latina, como discutimos anteriormente (Capítulos I e II). Volta Redonda havia sido uma exceção na política econômica para com o Brasil e estava claramente ligada às condições políticas especiais de 1940, como demonstramos no Capítulo II. De fato, Washington estava ciente de que durante a guerra os saldos

[595] Fontoura para Vargas, GV 46.04.06; Martins para Vargas, GV 46.06.19/3. Aranha logo se deu conta de que os EUA não estavam mais interessados em dar assistência ao Brasil, como havia sido o caso durante a guerra. Aranha para Fernandes, OA 47.03.18; também Queiroz Lima para Vargas, GV 47.09.00/1. Ver também Pawley para Truman, 20 de dezembro de 1946, HTL/PSF, e memorando do DS, NA/RG 59 711.32/5-2147. S. Baily, *op.cit.*, p. 58, faz referência à missão brasileira a Washington.

[596] Dawson para Armour, NA/RG 59 711.32/7-1547.

positivos em balança comercial aumentaram muito nos países latino-americanos, que demandariam cada vez mais bens manufaturados. As autoridades estadunidenses estavam decididas a garantir estes mercados exclusivamente para suas indústrias.[597] Não havia espaço para o desenvolvimento industrial brasileiro na política econômica de Roosevelt para a América Latina.

O governo Truman não mudou as principais diretrizes da política econômica de Roosevelt. Quando acabou a guerra, os planos de emergência e o investimento público estadunidense em projetos brasileiros (e latino-americanos) simplesmente esmaeceram. O novo governo reafirmou seu interesse na produção brasileira de matérias-primas, principalmente petróleo e materiais estratégicos, e insistia numa liberdade completa de ação para o capital estrangeiro explorar estes materiais. Os acordos de governo a governo contemplados pelo governo Truman eram restritos a áreas de interesse específicas, como a "educação rural" e a "educação técnica industrial". A atenção à educação rural naturalmente enfatizava a "vocação agrícola" do Brasil e visava familiarizar agricultores brasileiros com técnicas estadunidenses. Esperava-se que esses acordos "educacionais" resultassem num maior uso de maquinário a de ser comprado nos Estados Unidos.[598] A indústria pesada brasileira não tinha, é claro, lugar algum neste esquema.

A partir de 1945, o governo estadunidense elaborou estas ideias de liberdade para o capital estrangeiro numa escala global. Ele defendia fortemente a inclusão de "princípios liberais" na Ata de Chapultepec, reivindicando tratamento igual para o capital estrangeiro em cada nação do continente e o "acesso de todos os povos, em igualdade de condições, ao comércio e às matérias-primas do mundo".[599] Não é de se surpreender que em 1946 o governo estadunidense estivesse tão interessado numa nova Constituição brasileira que estabelecesse os princípios básicos da ordem econômica e social brasileira depois da guerra.

Em 2 de dezembro de 1945, os eleitores brasileiros escolheram não só um novo presidente, como também representantes para uma

[597] N. Charles para o *Foreign Office*, 12 de abril de 1943, FO 371 33666 (A3934/518/6) e 5 de fevereiro de 1942, FO 371 30365 (A2674/2674/6). Ver também números de referências FO 371 30360, 30367 e 30369. A importância dos mercados latino-americanos para os negócios estadunidenses nos anos pós-guerra foi reconhecida por Lockwood (OCIAA) em comunicação com Nelson Rockefeller, 21 de setembro de 1944, NA/RG 229.1.2 – Post-war planning.

[598] Como observou o embaixador britânico em comunicação com Bevin, 22 de novembro de 1946, FO 371 51909 (AS7452/15/6). Os empréstimos relativamente pequenos feitos pelo Eximbank neste período estavam ligados às exportações estadunidenses. Ver *Documents on American Foreign Relations*, 1947, v. VIII, p. 430.

[599] Secretário de Estado interino para Daniels, 2 de abril de 1946, FRUS, 1946, XI, p. 540. Este tema foi repetido com insistência pelas agências e representantes estadunidenses; ver Pawley para Truman, 20 de dezembro de 1946, HTL/PSF; Dawson para Armour, NA/RG 59 711.32/7-1547; Lovett para Truman, 18 de dezembro de 1947, HTL/OF. Sobre a "nova" política do Eximbank em 1946, ver C. Martins para Fontoura, 20 de março, 3 de abril de 1946, AHI/MDB/Washington/Ofícios Recebidos.

Assembleia Constituinte cuja tarefa seria preparar uma nova Carta Magna para substituir a Constituição da ditadura de 1937. A Assembleia Constituinte começou a trabalhar em 2 de fevereiro e promulgou a nova Constituição em 19 de setembro de 1946. A Assembleia seria dividida em duas câmaras, o Senado e a Câmara dos Deputados, representando o poder legislativo do Estado. A "Constituição de 1946" refletia a maioria liberal-conservadora da Assembleia e permaneceu em vigor até 1964.[600]

Diplomatas e homens de negócios estadunidenses e britânicos no Rio acompanharam cuidadosamente as discussões da nova Constituição brasileira e tiveram um papel importante na discussão de certas questões vitais. Os Aliados tinham receio de que a Carta Magna criasse uma ordem econômica baseada em princípios "nacionalistas", impedindo assim o crescimento dos interesses econômicos estrangeiros no Brasil. Consequentemente, tanto a embaixada estadunidense quanto a britânica pressionaram ativamente os constituintes para formular uma Constituição que tratasse com generosidade os interesses estrangeiros.[601]

Os Estados Unidos e o Reino Unido se deram conta de que tinham bons aliados no governo brasileiro, já que "o atual governo está ansioso por promover uma política mais liberal do que a do governo Vargas". Fora o presidente, eles também tinham bons amigos em certos órgãos, incluindo os Ministérios das Relações Exteriores, Justiça e Comunicações (Transportes).[602] O ministro das Relações Exteriores ecoava as preocupações britânicas sobre o "jacobinismo" na Constituição brasileira. Os ministros da Justiça e das Comunicações tentaram incluir as garantias mais claras possíveis para o capital estrangeiro na Constituição, "estabelecendo, de uma vez por todas, o princípio de que se deve dar ao capital estrangeiro os mesmos direitos, privilégios e deveres do capital nacional".[603]

Os britânicos ainda tinham interesses substanciais em capital financeiro no Brasil, e estavam mais preocupados com a cláusula do anteprojeto da Constituição segundo a qual bancos e seguradoras estrangeiros só poderiam operar no Brasil se seus acionistas fossem brasileiros. O embaixador britânico apresentou as preocupações de seu país ao Itamaraty, dizendo que o tratamento liberal para empresas estrangeiras era essencial à organização da economia mundial e, é claro, ao

[600] Sobre os trabalhos da Assembleia Constituinte, ver H. Silva, *1945: Por que Depuseram Vargas* (Rio de Janeiro, 1976) e O. D. Pereira, *O Que é a Constituição?* (Rio de Janeiro, 1964).

[601] Hadow (embaixada britânica, Washington) para o depto. sul-americano (*Foreign Office*), 5 de maio de 1946, FO 371 51905 (AS2913/15/6). Velloso para o MRE, 19 de maio de 1946, AHI/DE/ONU/Telegramas Recebidos.

[602] Sobre a nova onda liberal no Brasil durante o governo Dutra, ver Clayton (DS) para Daniels, NA/RG 59 711.322/4-2346. Também Gainer para o Foreign Office, 7 de maio de 1946, FO 371 51901 (AS2514/13/6).

[603] Fontoura para o MRE, 12 de agosto de 1946, AHI/Maço nº 36520. Gainer para o *Foreign Office*, 7 de maio de 1946, FO 371 51901 (AS2514/13/6).

desenvolvimento econômico e comercial do Brasil. Uma ameaça sutil de reduzir as relações comerciais e culturais com o Brasil também foi incluída na mensagem, no caso de uma vitória das políticas protecionistas.

O Itamaraty não só prestou atenção à mensagem, como também aconselhou a embaixada britânica sobre a melhor maneira de apresentá-la.[604] O memorando britânico foi lido "com muito prazer e interesse" pelo ministro das Relações Exteriores brasileiro, que enviou uma cópia do documento ao presidente e ao líder da maioria no Congresso. O ministro também assegurou ao embaixador britânico que "o governo usaria todos os meios ao seu alcance para remover do anteprojeto todas aquelas restrições estranhas".[605] Claro que isto tinha que ser feito "cuidadosamente e nos bastidores" porque a Assembleia Constituinte era um "órgão soberano cioso de seus direitos", e "era importante que seus membros não soubessem que o ministro das Relações Exteriores estava por trás do impulso de liberalizar a Constituição".[606] O ministro manteve conversações com o senador Nereu Ramos, líder da maioria na Assembleia, que havia concordado em apresentar as emendas como se oriundas do Partido Social Democrático (PSD). As emendas foram apresentadas à Assembleia pelos deputados Aldo Sampaio e João Cleofas com o apoio de muitos deputados do PSD, e foram aprovadas apesar da oposição de muitos deputados nacionalistas e comunistas.[607] As empresas britânicas expressaram sua "profunda apreciação pelo trabalho do embaixador e seus auxiliares".[608]

Apesar de os Estados Unidos também estarem preocupados com a questão do investimento de capital estrangeiro no Brasil, prestavam mais atenção às questões relacionadas ao petróleo e à mineração. No anteprojeto, o capítulo sobre "Ordem Social e Econômica" estabelecia que a exploração de recursos minerais e energia hidráulica dependia da autorização ou concessão federal nos termos da lei, sendo que a seção 1 deste capítulo afirmar que "as autorizações ou concessões serão dadas exclusivamente a pessoas físicas e jurídicas brasileiras."[609]

O governo estadunidense estava muito preocupado com a situação petrolífera brasileira e o Departamento de Estado atuou em consultas

[604] Gainer para Fontoura, 6 de junho de 1946, FO 128 447 (87/93/46). As etapas desta manobra britânica se encontram na correspondência entre o embaixador britânico no Rio e o *Foreign Office*, 20, 20, 30 e 30 de maio de 1946 – todos em FO 128 447 (66, 67, 77, 78/93/46). Ver também *Foreign Office* para Gainer, 5 de junho de 1946, FO 128 447 (83/93/46); *Foreign Office* para a embaixada britânica no Rio, 19 de julho de 1946, FO 371 51906 (AS4423/15/6); memorando do *Foreign Office*, FO 128 448 (1832/499/53).

[605] Gainer para o *Foreign Office*, 14 de junho de 1946, FO 128 447 (92/93/46).

[606] Gainer para o *Foreign Office*, 11 de junho de 1946, FO 128 447 (91/93/46).

[607] O. D. Pereira, *op.cit.*, p. 222.

[608] *Fire Offices' Committee* (associação de seguradoras britânicas) para o *Foreign Office*, 18 de novembro de 1946, FO 371 51909 (AS7212/15/56).

[609] Memorando da embaixada estadunidense no Rio de Janeiro, NA/RG 59 832.011/8-746; Daniels para o Secretário de Estado, 832.011/5-3146.

estreitas com as principais companhias de petróleo sobre este assunto. Em novembro de 1945, o Departamento de Estado havia tentado obstruir um projeto brasileiro sob consideração do Conselho Nacional do Petróleo sobre a construção e operação de duas refinarias por companhias brasileiras. Apesar da comercialização de petróleo no Brasil naquela época ser praticamente monopólio da Standard Oil (Esso), o governo estadunidense se opunha ao projeto alegando que o fornecimento de petróleo cru para essas refinarias poderia originar a formação de um cartel na indústria do país. O Departamento de Estado também invocou princípios econômicos estabelecidos pela Conferência de Chapultepec, à qual subscreviam tanto os Estados Unidos quanto o Brasil, sobre o tratamento igualitário para empresas estrangeiras.[610] Até uma parceria na qual empresas estadunidenses tivessem interesses minoritários foi rejeitada pelo Departamento de Estado porque "teria graves efeitos sobre a política geral deste governo relacionada à proteção de interesses americanos em outros países latino-americanos, isto é, o México".[611] O Departamento de Estado e as companhias de petróleo estavam interessadas em contratos de concessão, não em *joint-ventures*.[612]

A intensa mobilização dos interesses dos Estados Unidos face às discussões sobre os recursos do solo e do subsolo na Assembleia Constituinte brasileira em 1946, não são, portanto, de se surpreender. Empresas de petróleo estadunidenses, como expressão principal dos interesses públicos e privados dos Estados Unidos no Brasil, participaram ativamente dos eventos. Elas instaram o Departamento de Estado a usar "sua força de negociação para promover condições favoráveis para o comércio e investimento americano no estrangeiro".[613] A Standard Oil enviou um agente chamado P. Schoppel para pressionar ativamente as autoridades brasileiras para conseguir uma legislação mais liberal em relação a assuntos petrolíferos. O Itamaraty estava disposto a colaborar, já que também estava convencido de que esta era a melhor maneira de se contribuir com o desenvolvimento brasileiro,[614] e por isso apresentava as opiniões do governo estadunidense à Comissão de Redação da nova Constituição.[615]

[610] O embaixador Berle se opôs veementemente a esta tentativa de negar o direito do governo brasileiro ou de empresas privadas brasileiras de entrar na área de refino, pois isto poderia causar dano irreparável às relações Brasil-Estados Unidos. Detalhes sobre este assunto se encontram em FRUS, 1946, v. XI, pp. 523-540.

[611] DS para Berle, 19 de novembro de 1945, FRUS, 1946, XI, p. 529.

[612] G. Philip, *Oil and Politics in Latin America* (Cambridge, 1982), p. 232.

[613] Memorando de um diálogo de Loftus (DS), 3 de abril de 1946, FRUS, 1946, XI, p. 541-542.

[614] MRE para a embaixada brasileira em Washington, 13 de abril de 1946, AHI/Maço nº 36730. Sobre as atividades do agente da Standard Oil, ver L. Coutinho e J. Silveira, *O Petróleo do Brasil: Traição e Vitória* (Rio de Janeiro, 1959), segunda parte, capítulo V. Sobre o problema do petróleo na Assembleia Constituinte, ver também G. Cohn, *Petróleo e Nacionalismo* (São Paulo, 1968), pp. 76-93.

[615] Acheson para Daniels, 10 de maio de 1946; Daniels para o Secretário de Estado, 14 e 31 de maio de 1946; Daniels para o Secretário de Estado, 7 de junho de 1946, FRUS, 1946, XI, pp. 546-547.

Além da colaboração ativa das autoridades brasileiras, os interesses estrangeiros beneficiaram-se de outra ordem de eventos. As discussões da Assembleia sobre a mineração ocorreram durante um período de grande insatisfação social e política. No final de agosto, estava havendo desordem pública em grande escala devido à escassez de alimentos e à carestia. Manifestações pacíficas frequentemente desembocavam em atos de violência, aparentemente estimuladas por pessoas ligadas à própria polícia, o que justificava medidas de repressão violentas contra manifestantes inocentes e líderes sindicais. Medidas policiais criavam a impressão de que tal desordem era até bem recebida pelas autoridades, fato percebido por alguns deputados.[616]

O governo tentou ligar a desordem pública à propaganda comunista e autorizou uma série de medidas repressivas. Muitos deputados tiveram seus lares submetidos a buscas policiais, e líderes sindicais foram presos no dia 30 de agosto. No dia seguinte, o presidente da Assembleia Constituinte, sob instruções do presidente Dutra, pretendia levantar na Câmara a questão da desordem para emitir um decreto proibindo o Partido Comunista.[617] Na verdade, a polícia já estava pronta para agir e já havia feito planos caso os líderes partidários resistissem. Assim, usou-se a desordem pública como oportunidade para pôr o plano em ação.[618]

Contudo, na Assembleia Constituinte, a reação imediata de deputados liberais e de esquerda fez com que o plano fracassasse – não se emitiu a ordem de fechamento do partido e a polícia teve de soltar os comunistas e líderes sindicais que havia prendido. Mesmo assim, o clima de estado de sítio e os rumores de que a Assembleia seria dissolvida criaram um clima de mal-estar e intimidação.[619] O texto aprovado em 31 de agosto previa a dependência da exploração de recursos minerais de autorização ou concessão federal, nos termos da lei. As autorizações ou concessões seriam dadas a brasileiros ou a "companhias organizadas no Brasil", o que poderia incluir o capital estrangeiro.

Os representantes das companhias de petróleo no Rio de Janeiro estavam satisfeitos com os dispositivos da nova Constituição, que eles achavam que "abriam a porta" para o capital estrangeiro. Na opinião da embaixada dos Estados Unidos, "esta Constituição dá a oportunidade ao capital estrangeiro de participar na mineração no Brasil pela primeira

[616] Gainer para o *Foreign Office*, 31 de agosto de 1946, FO 371 51902 (AS5265/13/6). Ver também O. D. Pereira, *op.cit.*, pp. 225-6.
[617] Pawley para o DS, NA/RG 59 832.5018/9-346; O. D. Pereira, *op.cit.*, pp. 225-226.
[618] Pawley para Truman, 16 de agosto de 1946, HTL/WHCF; Pawley para Braden, anexo do memorando, NA/RG 59 832.00/8-1646.
[619] O. D. Pereira, *op.cit.*, pp. 227 e 239.

vez em dez anos". Ainda que fosse verdade que muito dependeria da interpretação da lei e sua aplicação a não brasileiros, os interesses dos Estados Unidos em geral estavam confiantes quanto ao futuro.[620]

Tanto pelos interesses estratégicos quanto pelos interesses econômicos, o governo e as companhias de petróleo estadunidenses tentaram controlar a produção e distribuição de petróleo e outros materiais estratégicos em todo o continente nos anos pós-guerra.[621] Após a promulgação da nova Constituição brasileira, eles focaram sua atenção sobre a legislação específica em consideração pelo Congresso Nacional. O Departamento de Estado e o *Foreign Office* britânico até chegaram a dar à Comissão de Redação uma "lista de princípios" que queriam que a legislação brasileira adotasse.[622] As companhias de petróleo também estavam em plena atividade e levaram ao conhecimento de vários departamentos do governo brasileiro o que achavam ser "uma legislação aceitável para a exploração de petróleo no Brasil".[623]

O embaixador estadunidense era particularmente ativo e pôde levar suas opiniões ao governo brasileiro e ao Congresso Nacional. Ele frisava a necessidade de uma lei sobre o petróleo "aceitável para o capital estrangeiro", e até obteve permissão do presidente Dutra para dois representantes dos interesses petrolíferos estadunidenses viajarem ao Brasil para "agir como assessores do presidente e do governo na redação de uma nova lei sobre o petróleo".[624] O embaixador estadunidense também vetou um empréstimo de sete milhões e meio de dólares de um banco estadunidense para o grupo Drault Ernani para construir uma refinaria, enquanto alertava as autoridades brasileiras sobre a necessidade de tal legislação.[625]

Apesar desta pressão, o governo Dutra e o Congresso Nacional não aprovaram a legislação de acordo com os interesses das grandes

[620] "Brazilian Constitution of 1946: Commentary", embaixada estadunidense para o Departamento de Estado, NA/RG 59 832.011/10-846.

[621] "Os Estados Unidos devem adotar um programa para assegurar um fluxo constante de materiais estratégicos e críticos da América Latina, em volume suficiente para suprir nossas necessidades de defesa." Em "Strategic and critical materials in Latin America", 18 de fevereiro de 1948, NA/RG 218 Record of the US JCS, OCS 401.1.2-LA. Ver também Daniels para o Secretário de Estado, NA/RG 59 FW810.20 Defense/12-247.

[622] *Foreign Office* para Gainer, 2 de janeiro de 1947, FO 128 460 (11/56/47); Ministério dos Combustíveis e Energia para a embaixada britânica no Rio, 3 de janeiro de 1947, e para Murray (Foreign Office), 3 de fevereiro de 1946 – ambos em FO 371 61206 (AS124, 178/134/6). Também Gainer para o *Foreign Office*, 23 de janeiro de 1947, FO 128 460.

[623] JCR para King (embaixada britânica no Rio), 21 de janeiro de 1947; D. Gainer para o Ministério das Comunicações, 22 de janeiro de 1947; ShellMex of Brazil Ltd. para Assessor Comercial, 12 de fevereiro de 1947 – todos em FO 128 460.

[624] Pawley para Marshall, 3 de maio de 1947, NA/RG 59 711.32/6-947; Dawson para Pawley, 711.32/6-947. Não surpreendentemente, os "assessores" criticaram o projeto de lei sob consideração pelo Congresso. Reed (Shell-Mex) para Young, julho de 1947, FO 128 460, 12/56/47.

[625] L. Coutinho & J. Silveira, *op.cit.*, pp. 496-502. Diálogo entre Pawley e Dutra, relatado por Young (embaixada britânica) para Shuckburgh (*Foreign Office*), 30 de junho de 1947, FO 128 460 (11/56/47); Dawson para Armour, NA/RG 59 711.32/7-1547. Ver também MRE para BRASEMB Washington, 8 de maio de 1947, AHI/MDB/Washington/Telegramas Expedidos; Daniels para Gracie (MRE), 13 de maio de 1947, AHI/RE/EUA/Notas Recebidas.

companhias de petróleo. A explicação estadunidense para este atraso foi que uma minoria de nacionalistas e comunistas "egoístas" lograram bloquear o trâmite do projeto de lei no Congresso.[626] Na realidade, a opinião pública no Brasil estava cada vez mais a favor da defesa dos recursos minerais, especialmente do petróleo. A campanha alcançou o país inteiro, e debates nas associações profissionais, instituições científicas, organizações políticas, no parlamento e nas forças armadas produziram grandes manifestações populares.[627]

Várias tendências – nacionalistas, comunistas e até movimentos de direita − apoiaram a campanha. No Clube Militar, a tendência nacionalista, liderada pelo general Horta Barbosa, antigo presidente do Conselho Nacional do Petróleo (1938-1943) e o general Estillac Leal, antigo "tenente", promoveram um ciclo de seminários e debates sobre o desenvolvimento econômico, com referência especial ao petróleo. O número cada vez maior de sócios no Clube nestes anos indicava o interesse crescente dos militares na política, já que as facções militares do clube se definiam como "nacionalista" e "neoliberal".[628] Em 1948 e 1950, a tendência nacionalista elegeu como presidentes do Clube Militar o general Cesar Obino e o general Estillac Leal, sucessivamente, e a campanha pela defesa do petróleo ganhou grande apoio. Em 1947, A Liga de Defesa Nacional, uma respeitada organização civil chefiada por Oswaldo Aranha, tornou-se ativa na campanha do petróleo. Aranha não só apoiava a nacionalização da exploração do petróleo, mas também afirmava que apenas o Estado deveria explorar petróleo.[629] O Novo Centro de Estudos de Defesa do Petróleo e da Economia Nacional, com muitos escritórios regionais, presidido pelo general Leitão de Carvalho, mostrou-se muito ativo na campanha, assim como a União Nacional dos Estudantes e as uniões estaduais. Todos argumentavam a favor da nacionalização da produção de petróleo sob o slogan "O petróleo é nosso".

O próprio governo Dutra não estava coeso internamente. É verdade que em fevereiro de 1948 o Executivo enviou ao Congresso um anteprojeto

[626] Pawley para Marshall, 3 de maio de 1947, NA/RG 59 711.32/6-947. A ideia de uma "minoria pequena porém agressiva" também aparece nos documentos do DS como no "Draft of Policy Statement", NA/RG 59 711.321/7-248.

[627] Relatos desta mobilização encontram-se em L. Martins, *Pouvoir et Développement Économique* (Paris, 1976), pp. 320-333; J. Wirth, *The Politics of Brazilian Development* (Stanford, 1970), pp. 160-183; G. Cohn, *op.cit.*, pp. 104-124; M. Victor, *A Batalha do Petróleo Brasileiro* (Rio de Janeiro, 1970), pp. 261-262; N. W. Sodré, *História Militar do Brasil* (Rio de Janeiro, 1968), pp. 292-293; E. L. Carvalho, *Petróleo: Salvação ou Desgraça do Brasil?* (Rio de Janeiro, 1950), p. 129.

[628] O Clube Militar como *locus* de confronto político neste período foi analisado por A. C. Peixoto, "Le Clube Militar et les Affrontements au Sein des Forces Armées", in A. Rouquie (org.), *Les Partis Militaires au Brésil* (Paris, 1980). Para um breve relato histórico do Clube, ver R. Hayes, "*The Military Club and National Politics in Brazil",* in H. Keith & R. Hayes (orgs.), *Perspectives on Armed Politics in Brazil* (Tempe, 1976).

[629] Aranha para M. Pimenta, OA 47.09.07, OA 49.04.20. Vargas também se expressou sobre este assunto GV 48.06.11; seus documentos revelam visões similares àquelas de líderes militares, políticos e de jornalistas, GV 48.08.18/1j, GV 48.10.19j, GV 49.04.12j. Os britânicos reconheceram que várias tendências apoiavam a campanha, Ministério do Abastecimento para Murray (*Foreign Office*), 10 de fevereiro de 1947, FO 371 61206 (AS 1047/124/4); Young para Shuckburgh, 20 de junho de 1947, FO 112 460 (11/56/47).

de Estatuto do Petróleo, de acordo com o qual o refino e o transporte de todo o petróleo para uso doméstico deveria ser reservado para empresas das quais 60% do capital total fosse controlado por brasileiros. A redação abriu a porta para interesses estrangeiros, mas encontrou oposição num movimento público cada vez maior. A campanha ganhou intensidade quando um comício nas ruas liderado por sete generais foi disperso pela Polícia Especial do Distrito Federal.[630] Por outro lado, um plano projetado para rever a alocação de recursos orçamentários, conhecido como SALTE (Saúde, Alimentação, Transporte e Energia) e nascido no Departamento de Administração do Serviço Público (DASP), propôs uma série de projetos petrolíferos, incluindo a construção de uma refinaria, a expansão de uma refinaria existente e a aquisição de navios-tanques.[631]

A situação permaneceu sem mudanças até o final do governo Dutra, apesar da pressão dos Estados Unidos. Os projetos petrolíferos brasileiros também foram impedidos pelo governo dos Estados Unidos baseado no fato de que:

> Nenhum empréstimo intergovernamental para um propósito deste tipo é contemplado em vista do fato de que já há abundante capital privado e *know-how* técnico pronto para entrar no Brasil quando e se uma lei petrolífera decente for aprovada pelo Congresso brasileiro.[632]

Os nacionalistas viriam a prevalecer na questão do petróleo, mas somente no governo seguinte com a criação da Petrobrás. E havia outros recursos minerais.

* * *

De todos os materiais estratégicos que o Brasil podia fornecer, o governo estadunidense tinha mais interesse nas areias monazíticas. A partir de 1940, areias monazíticas foram compradas com regularidade no marco do "Programa de Cooperação para Prospecção de Recursos Minerais" entre os dois países para produzir tório. Considerando-se que a Índia e o Brasil eram os únicos produtores deste material crucial, e com a Índia introduzindo embargos sobre as exportações naquela época, pode-se compreender com facilidade a importância vital da produção

630 L. Carvalho, *op. cit.*, p. 200; N. W. Sodré, *História Militar do Brasil* (Rio de Janeiro, 1968), pp. 298-303. Ver também o memorando do DS, NA/RG 59 832.00/92848; "Report on Brazil", NA/RG330 Records of OSD, CD 7-1-35; também BRASEMB para Bevin, 5 de outubro de 1948, FO 371 68191 (AS5644/5503/6).

631 G. Philip, *op. cit.*, p. 237.

632 Webb (DS) para o Presidente, 18 de maio de 1949, HTL/PSF.

brasileira para os planos estratégicos estadunidenses no final da guerra. Após o famoso diálogo Vargas-Stettinius em fevereiro de 1945, firmou-se um acordo inicial para a compra de areias monazíticas entre o Brasil e os Estados Unidos em 6 de julho de 1945. O Brasil forneceria exclusivamente aos Estados Unidos 300 toneladas de areia anualmente por três anos, ao preço de 31 a 40 dólares por tonelada.[633] A política de Washington era de comprar o máximo possível de areias monazíticas, antes de controles rigorosos serem instituídos nos países produtores, para suprir as exigências de longo prazo do programa de energia atômica.[634] Neste contexto, o governo estadunidense iniciou diálogos com o Brasil em outubro de 1947 para estender o acordo por mais três anos. Apesar do Itamaraty ser a favor da extensão, o presidente Dutra foi aconselhado pelo Conselho de Segurança Nacional a não assinar um novo acordo. Contudo, em 26 de novembro de 1948, o Departamento Nacional de Produção Mineral, o *Bureau of Mines* e o *Geological Survey* dos Estados Unidos firmaram um Acordo Administrativo estendendo a exportação de areias monazíticas. Apesar da falta de controle sobre a exportação de materiais radioativos ter sido denunciada por cientistas e especialistas no Brasil, o único problema enfrentado pelo governo e os importadores estadunidenses foi o preço crescente do produto.[635] Apenas no final do governo Dutra a política estadunidense foi sutilmente desafiada por tentativas brasileiras preliminares de processar suas próprias areais monazíticas.[636]

Os interesses estadunidenses nos materiais estratégicos brasileiros nos anos pós-guerra levaram o Departamento de Estado a nomear um "Adido Mineral" para a embaixada estadunidense no Rio. Ele dedicou seu tempo à procura de urânio e outros materiais raros.[637] Os Estados Unidos também estavam interessados em outros materiais, principalmente o manganês, já que o Brasil era sua principal fonte ocidental, e o comércio dos Estados Unidos com seu fornecedor principal, a URSS, estava sendo severamente afetado por fatores políticos.[638] Buscou-se uma política de assegurar o máximo de suprimentos de minério de manganês do Brasil às empresas US Steel e Bethlehem Steel, que conseguiram um contrato

[633] M. C. Leal, *op. cit.*, p. 30. Os dados seguintes sobre a questão atômica também foram retirados do texto de Leal.
[634] Searls Jr. para McGee (DS), NA/RG 59 711329/7-2346; memorando de diálogo (DS), NA/RG 59 832.5034/82246; Sebb (Secretário de Estado interino) para AMEMBASSY, Brown para Arneson (DS) – ambos em NA/RG 59 711.329/9-2449 e /12-1649. Ver também R. Archer, entrevista nº 3, HO/CPDOC.
[635] Argentière para Vargas, GV 48.07.14/2; GV 49.11.06. Euzébio Rocha para Vargas, GV 49.11.06. Vargas era senador nesta época, e candidato em potencial à presidência. Ver também Kraft para Brown (Adido Mineral), 1º de agosto de 1948; Draft para Lindsay, 1º de agosto de 1948, Lindsay para Wendell (DS), 9 de agosto de 1948 – todos em NA/RG 59 711.329/8948.
[636] Acheson para AMEMBASSY, e Johnson (AMEMBASSY) para o Secretário de Estado, ambos em NA/RG 59 711 329/7-1949, 7-27-49.
[637] Pawley para o Secretário de Estado, e DS para AMEMBASSY, NA/RG 59 832.6359/12-1246, 12-2446, 6-1648, 7-1348.
[638] Ver T. G. Patterson, *Soviet-American Confrontation* (Baltimore/Londres, 1973), pp. 41, 69 e 73.

para a exploração e mineração de manganês por cinquenta anos a partir de 1947.[639] Ao mesmo tempo, firmou-se um Acordo Administrativo Internacional sobre Pesquisa e Desenvolvimento de Recursos Minerais do Brasil em fevereiro de 1949. Segundo este acordo, técnicos estadunidenses se encarregariam de um levantamento completo dos recursos minerais brasileiros.[640]

Outra área importante das relações econômicas Brasil-Estados Unidos era o comércio exterior. Após o final da guerra, Washington insistiu que um Tratado de Amizade, Comércio e Navegação entre os dois países deveria substituir o tratado obsoleto de 1935. Contudo, a "filosofia nacionalista" da legislação brasileira sob o Estado Novo havia impedido a conclusão de um "tratado moderno" de acordo com o Ata de Chapultepec, ou seja, de acordo com os "princípios liberais" dos Estados Unidos.[641] O governo Dutra concordou em princípio com a ideia, mas queria ampliá-la, acrescentando uma seção sobre desenvolvimento econômico e investimentos em termos de assistência intergovernamental, particularmente para transporte e energia.

A versão preliminar estadunidense para o tratado encontrou obstáculos inesperados em 1947. A política econômica "neoliberal" adotada pelo governo Dutra em 1946 havia estabelecido taxas de câmbio muito baixas, liberado as importações e introduzido um tratamento muito mais benéfico ao capital estrangeiro. Por 18 meses, uma onda de produtos importados de luxo, que incluíam rádios e acessórios, os últimos modelos de carros, além de perfumes, geladeiras, maçãs, peras e uvas, inundaram o país.[642] Esta política estava baseada na ideia de que o processo de industrialização havia sido artificial, devido à proteção estatal. Mas logo ela fez baixar dramaticamente as reservas de moeda estrangeira. Como resultado disso, achava-se, em meados de 1947, que controles de câmbio tinham que ser reintroduzidos.[643] Economistas brasileiros têm mostrado que esta decisão de montar um sistema de controles de importação e exportação incidentalmente agiu como um mecanismo para a substituição das importações e estimulou o desenvolvimento industrial.[644]

---

639 N. W. Sodré, *História da Burguesia Brasileira* (Rio de Janeiro, 1967), pp. 311-312.

640 M. C. Leal, *op. cit.*, p. 58. Ver também N. W. Sodré, *História Militar do Brasil* (Rio de Janeiro, 1968), p. 297.

641 Memorando do DS, NA/RG 59 711.322/4-2346; Clayton (DS) para Daniels, 711.322/4-2346.

642 Butler (embaixador britânico no Rio de Janeiro) para o *Foreign Office*, 31 de dezembro de 1948, FO 371 68161 (AS168/51/6).

643 Ver C. Furtado, *Formação Econômica do Brasil* (São Paulo, 1977), pp. 249-255; O. Ianni, *Estado e Planejamento Econômico no Brasil, 1930-1976* (Rio de Janeiro, 1971), pp. 83-85; A. Abreu, "Nationalisme et Action Politique au Brésil: Une étude sur l'ISEB" (Tese de doutorado, Universidade René Descartes, Paris, 1975); T. Skidmore, *Politics in Brazil, 1930-1964* (Nova York, 1977).

644 P. Malan et al. Política Econômica Externa e Industrialização no Brasil, 1939-1952 (Rio de Janeiro, 1977), pp. 23-29 e 369; P. Malan, "Relações Econômicas Internacionais do Brasil", in B. Fausto (org.), *História Geral da Civilização Brasileira* (Volume XI), São Paulo, 1984.

Estes controles de câmbio feriam o princípio do "livre comércio", essencial para o tratado estadunidense proposto. Apesar de alguns setores do governo como o Itamaraty e a Fazenda serem a favor do tratado, a proposta não foi desenvolvida nos anos seguintes. Esforços menos ambiciosos foram então feitos para concluir um acordo sobre o tratamento do investimento privado no Brasil.[645]

Para rever as relações econômicas entre o Brasil e os Estados Unidos e demonstrar a preocupação estadunidense com os problemas econômicos brasileiros, o governo Truman mandou, em setembro de 1948, uma missão econômica ao Brasil, apenas um ano depois dos diálogos Dutra-Truman na Conferência do Rio. A missão era chefiada por John Abbink, presidente da McGraw Hill International e membro proeminente do poderoso Conselho Nacional de Comércio Exterior, e foi oficialmente chamada de Comissão Técnica Mista Brasil-Estados Unidos. Abbink recebeu orientação muito precisa do Departamento de Estado quanto aos objetivos e tarefas da missão, que afirmava que deveriam ser analisados "os fatores no Brasil que estão tendendo a promover ou atrasar seu desenvolvimento econômico". Deveria prestar atenção em particular aos seguintes pontos: 1) recursos naturais e de capital; 2) disponibilidade de mão de obra, particularmente de mão de obra qualificada; 3) problemas bancários e fiscais; 4) problemas relacionados ao comércio interno e internacional; e 5) a posição do Brasil na economia mundial. A Missão Abbink também recebeu instruções precisas de "considerar medidas projetadas para estimular o fluxo de capital privado para o Brasil... onde for apropriado."[646]

A missão chegou ao Brasil em setembro de 1948 e trabalhou conjuntamente a uma equipe de especialistas brasileiros, liderada por Otávio Gouveia de Bulhões, por vários meses. A missão finalmente produziu um diagnóstico geral da economia brasileira e seu relatório final, emitido em fevereiro de 1949, refletia a orientação estadunidense da "necessidade de financiar o desenvolvimento brasileiro através da mobilização e reorientação de recursos internos, junto com recomendações 'ortodoxas' sobre os meios de se lidar com a inflação, e uma preocupação com a remoção dos obstáculos legais remanescentes à penetração do capital estadunidense", de acordo com a tese da socióloga Lourdes Sola.[647] A Missão aconselhou

[645] Fontoura para Dutra, 23 de maio de 1946, AHI/DI/PR/Ofícios Expedidos; Lovet para AMEMBASSY, NA/RG 59 711.322/10--1148; Johnson para O'Toole (DS), 832.00/8-1249; Bulhões para Webb (DS), 711.329/8-2449; Welch para Thorp (DS), 711.322/8-1149; memorando de diálogo, 711.322/7-1449; e memorando de Clark, 711.322/9-849.

[646] Lovet para Truman, 18 de dezembro de 1947, HTL/OF.

[647] L. Sola, "The Political and Ideological Constraints to Economic Management in Brazil, 1945-1963" (Tese de doutorado, Universidade de Oxford, 1982), p. 53. Esta tese contém uma extensa análise da Missão Abbink como sendo crucial para uma compreensão do "processo de mobilização do conhecimento técnico e científico como recurso político" (pp. 43-62).

o governo brasileiro a tomar medidas, em grande parte financeiras, para estabilizar os preços, controlar o crédito e os gastos públicos, reorientar o fluxo do capital, aumentar a produtividade e, naturalmente, encorajar o influxo de investimento estrangeiro. Sobre a questão do petróleo, a missão tentou encontrar uma "solução" que permitiria às companhias estrangeiras participar da exploração do petróleo.[648]

Incidentalmente, a missão também ajudou a trazer à tona e ampliar as diferenças entre os especialistas "neoliberais" e "nacionalistas" ("técnicos", de acordo com L. Sola e L. Martins) dentro do aparato do Estado, sobre assuntos econômicos cruciais relacionados com o desenvolvimento econômico brasileiro, como "a compatibilidade entre a inflação de preços e o desenvolvimento econômico, e o escopo e forma de participação do capital estrangeiro".[649]

No conjunto, a Missão Abbink espelhou a política de Truman para a América Latina e basicamente correspondeu à orientação econômica principal do próprio governo Dutra, mas "se mostrou indigesta para os industriais e militares", de acordo com o embaixador britânico no Rio de Janeiro.[650] Os primeiros temiam o influxo de capital estadunidense e estes últimos estavam demasiadamente imersos no nacionalismo para aceitar a necessidade de habilidades técnicas e capital estrangeiros, de acordo com a mesma fonte. O nacionalismo, porém, não era uma questão puramente militar. Era uma ampla atitude política que envolvia várias organizações civis, partidos políticos, intelectuais e funcionários dentro do aparato do Estado. A posição dos especialistas governamentais nacionalistas estava fortalecida nesta época pela recém criada Comissão Econômica para a América Latina da ONU (Cepal), cujo diagnóstico da situação continental coincidia em grande parte com a sua.[651] As propostas da Missão de Abbink eram, tanto teoricamente quanto na prática, um passo atrás se comparadas às da Missão Cooke, de seis anos antes (Capítulo III). Ainda que não inteiramente aprovada pelo Departamento de Estado, a Missão Cooke havia feito algumas recomendações ao governo estadunidense sobre o desenvolvimento industrial brasileiro, enquanto a Missão Abbink cuidadosamente evitou discutir o problema. A Missão Cooke falava a linguagem da política da "Boa Vizinhança", enquanto a Missão Abbink conformava com o ideal de Truman de um "hemisfério fechado".

[648] Uma análise crítica das recomendações da Missão Abbink se encontra em P. Malan et al., *op. cit.*, pp. 47-56. Uma síntese do relatório final foi enviada por Abbink a Truman, 16 de março de 1949, HTL/OF. Sobre o petróleo, ver Abbink para Acheson, NA/RG 59 832.001 Dutra,G./ 3-1749.

[649] L. Sola, *op. cit.*, p. 54.

[650] Relatório anual sobre acontecimentos políticos (1949), 9 de janeiro de 1950, FO 371 81248 (AB1011/1).

[651] L. Sola, *op. cit.*, p. 49. Ver também T. Skidmore, *op. cit.*, pp. 72-73.

Relações britânico-brasileiras

A principal orientação econômica do governo Dutra também coincidia, de modo geral, com as expectativas britânicas com relação à política externa brasileira. Durante a guerra, os britânicos haviam estado cientes da extensão dos interesses econômicos estadunidenses na América Latina, e de seu efeito danoso sobre a presença britânica na região no período pós-guerra.[652] Especulava-se abertamente sobre a possibilidade de um "intercâmbio": a posição econômica britânica predominante no Oriente Médio seria reconhecida pelos Estados Unidos em troca de uma aceitação pelo Reino Unido da posição comercial dominante dos Estados Unidos na América Latina.[653] Os interesses econômicos britânicos estavam rapidamente perdendo terreno no comércio exterior brasileiro como resultado da guerra e do alinhamento brasileiro com a política estadunidense, no quadro mais amplo da reorganização do sistema capitalista mundial e da nova divisão de áreas de influência.[654]

Durante e após a guerra, os britânicos estavam preocupados com as tendências nacionalistas que floresciam no Brasil e formularam uma estratégia defensiva para salvaguardar seus interesses comerciais e financeiros estabelecidos.[655] Suas preocupações principais eram as companhias de seguros e os bancos, ainda representados em grande número, assim como a questão geral do tratamento dado ao investimento estrangeiro. As companhias de serviços públicas no Brasil (luz e eletricidade, linhas de bondes, ferrovias, água etc.) estavam sendo atacadas, já que muitas delas ofereciam serviços de baixa qualidade à população brasileira.[656]

Do lado brasileiro, outros elementos além das questões do investimento estrangeiro e das empresas britânicas no Brasil tinham um papel significativo nas relações britânico-brasileiras. Durante a guerra, o Brasil acumulou superávits em sua balança comercial com a Grã-Bretanha, dos quais agora queria fazer uso. Conforme discutimos anteriormente, o governo brasileiro pretendia renovar completamente suas comunicações terrestres e marítimas e esperava comprar parte do equipamento necessário no Reino Unido.[657]

---

[652] N. Charles para o *Foreign Office*, 12 de abril de 1943, FO 371 33666 (AS3934/518/6); *Washington Chancery* para o *Foreign Office*, 6 de junho de 1944, FO 371 37863 (AS3215/720/6).

[653] N. Charles para o *Foreign Office*, 23 de março de 1943, FO 371 33666 (AS3348/518/6); Ministério da Informação para Perowne (FO), 25 de janeiro de 1944; *Washington Chancery* para o *Foreign Office*, 14 de junho de 1944; Jackson (FO) para Nowell (Conselho de Comércio), 15 de julho de 1944 – todos em FO 371 37863, (AS720, 3215, 3215/720/6).

[654] Relatório anual de 1946, 22 de janeiro de 1947, FO 371 61204 (AS490/489/6); Gainer para Bevin, 19 de março de 1947, FO 371 61215 (AS1976/489/6).

[655] P. Malan et al. *op. cit.*, pp. 142-154; Abreu, *op. cit.*, p. 7

[656] Ata do *Foreign Office*, 31 de maio de 1946, FO 371 51905 (AS3127/15/6); Powell (Banco da Inglaterra) para Eggers, 17 de junho de 1946, FO 371 51505 (AS3502/15/6).

[657] Gainer para o *Foreign Office*, 17 de julho e 30 de agosto de 1946, FO 371 51906 (AS4187, 5371/15/6).

De 1946 a 1950, estas questões econômicas estiveram no cerne das relações britânico-brasileiras e, de acordo com as opiniões liberais de ambos os governos, beneficiaram enormemente os interesses britânicos.

Após a Conferência de Paris em julho/agosto de 1946, João Neves da Fontoura foi a Londres discutir os muitos aspectos das relações econômicas entre os dois países.

As reivindicações britânicas máximas eram: 1) tratamento igual para o capital britânico e brasileiro (os britânicos estavam preocupados com a possível nacionalização dos bancos e companhias de seguro sob a nova Constituição, e a regulamentação das remessas de capital estrangeiro e lucros); 2) melhores condições para empresas britânicas para ajudá-las a fornecer serviços eficientes, ou a compra de seus empreendimentos pelo Brasil, possibilitada pelos reservas acumuladas de libras esterlinas no Brasil. Tomada no seu conjunto, os britânicos consideraram a visita de Fontoura "uma oportunidade muito valiosa de nos fazermos algo de bom".[658]

O ministro Fontoura queria prioridade máxima para a compra de material e equipamento para o sistema de transporte do Brasil, usando as libras esterlinas acumuladas pelo país. Fontoura estava tão certo do sucesso de sua missão que mesmo antes dos diálogos começarem, ele pediu ao presidente Dutra para estabelecer imediatamente uma comissão para estudar as necessidades do Brasil e ir a Londres assinar os contratos. Quanto à questão das companhias de serviços públicos britânicas, ele era a favor de torná-las companhias mistas anglo-brasileiras.[659] Apesar de Fontoura se vangloriar de que havia obtido as maiores vantagens possíveis para o Brasil,[660] a troca de notas no final dos diálogos não permite uma conclusão assim tão otimista. O ministro brasileiro deu garantias de que: tratamento justo seria dado às empresas britânicas no Brasil e que o governo deveria contribuir para sua recuperação; o Brasil enviaria uma missão à Grã-Bretanha para fazer uso de suas reservas de libras esterlinas para comprar equipamentos e apoiar a reabilitação das empresas britânicas no Brasil; o Brasil faria todo o possível para realizar os anseios dos britânicos relacionados à exportação de alimentos, sobretudo de arroz. A delegação brasileira obteve promessas dos britânicos de fazerem o que pudessem para ajudar com o fornecimento de equipamentos de

[658] Embaixador Gainer para Fontoura, 23 de julho de 1946, AHI/Maço nº 36474. Ata do Foreign Office, 13 de setembro de 1946, FO 371 51907 (AS5753/15/6). De acordo com a política estadunidense de adular as autoridades brasileiras para ganhar sua boa vontade, esta ata observa que "os brasileiros são notoriamente vaidosos e sensíveis, e o ministro provavelmente não é exceção a esta regra lamentável".

[659] Fontoura para o MRE, 3 de setembro de 1946, AHI/Maço nº 36460.

[660] Fontoura para Góes Monteiro, 24 de setembro de 1946, AN/GM AP 14.51.

transporte, de remover as restrições sobre as importações de carne e de ter uma consideração amigável para com as propostas de importação de vários produtos brasileiros como o algodão, café, castanha do Pará e laranja.[661] O Brasil permanecia um excelente mercado para o investimento de capital britânico e um importante produtor de alimentos. O governo brasileiro concordou em garantir os investimentos britânicos e até em tentar salvar algumas empresas britânicas no Brasil da falência.[662]

Não foi fácil implementar o acordo nos meses seguintes. Os britânicos não puderam atender as solicitações brasileiras de material de navegação, de mineração de carvão e de metalurgia, alegando escassez naquele período. Por outro lado, o Brasil não podia fornecer arroz e outros alimentos dada a escassez doméstica. Contudo, o ministério britânico do exterior considerou que o comportamento dos brasileiros demonstrava que "eles não fazem muito caso da implementação do acordo de 20 de setembro".[663] Nos anos seguintes, a situação piorou ainda mais. O governo britânico suspendeu a convertibilidade da libra esterlina, e as reservas do Brasil no valor de 60 milhões de libras ficaram sem valor em 1948, com a exceção da redenção de dívidas e a compra de certas empresas de serviços no Brasil.[664] A relação entre o Brasil e o Reino Unido não melhorou significativamente nos anos seguintes. Os britânicos queriam pagar pelas exportações brasileiras com libras esterlinas não conversíveis, que só poderiam ser usadas para comprar bens britânicos. No começo de 1948, uma missão econômica britânica, chefiada por Sir John Wise, foi mandada ao Brasil "para induzir os brasileiros a aceitarem as libras esterlinas (inconversíveis) e usá-las para compras neste país (Grã-Bretanha)".[665] O Brasil se surpreendeu pela desvalorização adicional da libra esterlina e pela notícia de que a garantia de revalorização de sua conta no Banco da Inglaterra havia caducado em maio de 1949 e não havia sido renovada.[666] Não é surpreendente que ao final da década, diplomatas discutissem abertamente a deterioração das relações Brasil-Reino Unido.

As companhias de serviços públicos no Brasil encontravam-se num estado financeiro crítico no final da guerra. Consequentemente, seus

[661] BRASIL. MRE. *A Serviço do Itamaraty*, de J. N. Fontoura, pp. 155-157. Relatório do MRE para 1946, AHI/Maço nº 36171. "Exchange of notes", FO 371 51907.

[662] Estas empresas eram a Leopoldina Railway Co., a Ceará Tramway Light and Power Co., a Pará Electric Tramway Light and Power Co., e a Manaos Light and Power Co.

[663] Ministério do Transporte para o *Foreign Office*, 2 de dezembro de 1946; Ministério do Combustível e Energia para o *Foreign Office*, 27 de novembro de 1946 – ambos em FO 371 61215 (AS1976/489/6); ver também os muitos documentos sobre a exportação de alimentos do Brasil em FO 371 51931 (AS7175, 7826).

[664] Butler para Attlee, 31 de dezembro de 1948, FO 371 68161 (AS168/51/6).

[665] Notas de uma reunião, Ministério da Alimentação, 18 de janeiro de 1948, FO 371 68161 (AS649/51/6). *Foreign Office* para a embaixada britânica no Rio, 5 de fevereiro de 1948, e *Commonwealth Relations Office* (memorando), 24 de fevereiro de 1948 – ambos em FO 371 68163.

[666] Notas sobre o Brasil, 13 de junho de 1950, FO 371 81250 (AB1016/1).

serviços e políticas salariais se deterioravam constantemente, agravando assim os problemas não só na economia brasileira, mas também em termos da ordem social, já que tanto seus empregados quanto seus usuários sentiam a insatisfação.

Essa situação crítica só era reconhecida em caráter privado pelo governo britânico, em cuja opinião a solução ideal era que estas empresas fossem compradas pelo governo brasileiro e que os acionistas fossem indenizados. Na verdade, isto ocorreu em apenas alguns poucos casos.[667] O reconhecimento público da falência destas empresas estava fora de cogitação: poderia fortalecer os setores nacionalistas no Brasil que queriam expropriar as empresas britânicas sem indenização, ou com pagamento somente por seu valor estrito ou seu "custo histórico".

O governo brasileiro favorecia a solução conciliatória de apoiar as empresas,[668] que o governo britânico aceitou como a hipótese menos nociva, já que estava ansioso para reter uma posição forte no caso da expropriação ou venda serem reconsideradas num futuro próximo.

O problema se tornou agudo quando uma série de autoridades regionais brasileiras exigiu a expropriação sem indenização de algumas companhias e os britânicos protestaram veementemente.[669] As autoridades financeiras de Londres não aceitaram as tentativas brasileiras de usar libras bloqueadas para pagar por estas atividades britânicas, e reivindicaram pagamento em libras atuais para impedir o Brasil de "acumular libras demais".[670] Convencido pelo raciocínio britânico, o governo Dutra estava disposto a tomar decisões "não danosas aos interesses britânicos" nestes casos, um dos quais era o da Leopoldina Railway Co.[671]

A estrada de ferro Leopoldina era uma das mais importantes ferroviárias servindo o Distrito Federal e ligando-o a várias regiões produtoras. Grandes quantidades de matérias-primas e produtos alimentares para o Rio de Janeiro, assim como muitos passageiros suburbanos e de longa distância, eram transportados pela estrada de ferro Leopoldina. Sua importância social e política evidente levou o governo brasileiro a intervir numa greve por melhores salários em maio de 1946 e a colocar os empregados da rede sob o controle direto das autoridades públicas. O governo Dutra estava ansioso para assegurar aos britânicos

[667] Tanto a Brazil Railway quanto a Bahia South Western Railway Co. foram compradas pelo governo brasileiro. Uma nota do *Foreign Office* diz: "Que bom. Uma ferrovia a menos para nos preocuparmos". Embaixada britânica para o *Foreign Office*, 12 de dezembro de 1947, 16 de março e 14 de abril de 1948 – todos em FO 371 68158 (AS0014; 1065, 2621/14/6).

[668] Butler para o *Foreign Office*, 1º de setembro de 1948, FO 371 68159 (AS4947/14/6).

[669] Osvaldo Lima Filho, 2ª entrevista, HO/CPDOC. Ver também Ceará Tramway para o *Foreign Office*, 8 de julho de 1948; Butler para o *Foreign Office*, 17 de julho de 1948; *Foreign Office* para Butler, 24 de julho de 1948 – todos em FO 371 68159 (AS3966, 4095, 4116/14/6).

[670] *Foreign Office* para o Secretário da Leopoldina Railway, 30 de maio de 1946, FO 371 51923 (AS2889/1598/6).

[671] Banco da Inglaterra para Mr. Moss (FO), 9 de julho de 1948, FO 371 68159 (AS4025/14/6).

que eles não tinham intenção alguma de expropriar ou nacionalizar a ferroviária, apesar do governo britânico e o conselho administrativo da companhia estarem dispostos a aceitar esta solução, devido à "má condição financeira" da Leopoldina.[672]

O governo brasileiro propôs o estabelecimento de uma comissão mista anglo-brasileira para estudar as necessidades da ferrovia e a possibilidade de se levantar o capital necessário para modernizar o sistema ferroviário. A empresa aceitou a comissão, mas não se chegou a nenhuma solução concreta no ano seguinte e no final de 1947 a situação se deteriorou cada vez mais.[673]

No início de 1948, a Leopoldina Railway Co. não demonstrou interesse algum num empréstimo brasileiro para financiar a compra de equipamento novo. A companhia calculou que mesmo que recebesse um empréstimo de 13 milhões de libras para esse propósito, não teria retornos adequados para seus acionistas. Consequentemente, preferiu continuar suas operações com as más condições prevalecentes, acreditando que esta política levaria o governo brasileiro ou a comprar a ferrovia ou a garantir a renda da companhia, ambas as quais eram soluções que interessavam à Leopoldina Railway.[674]

Em fevereiro de 1948, a situação da Leopoldina era desesperadora e a companhia estimou que "mais alguns meses de operação sob nossa responsabilidade única intensificaria o clamor político e popular a ponto de obrigar o governo a intervir".[675] Felizmente para a mesma, o governo brasileiro também estava preocupado com toda a situação, especialmente a atividade da força de trabalho organizada, e concordou em entrar em negociação para comprar a ferrovia. O senso de urgência do Brasil naturalmente melhorou a posição da empresa na mesa de negociações. Ela aceitou a oferta de compra e pediu ao governo brasileiro para dar assistência financeira à empresa durante as negociações para permitir o cumprimento de seus compromissos "no Brasil, na Grã-Bretanha e em terceiros países"![676]

Conversações ocorreram no Rio de Janeiro e em Londres em 1948/9. A proposta do Ministério dos Transportes brasileiro de pagar

[672] *Foreign Office* para Leopoldina Railway Co., 5 de junho de 1946. O desejo da empresa ser comprada aparece em Leopoldina para Neele, 15 de março de 1946; *Foreign Office* para Eggers (Tesouro), 16 de agosto de 1946 – todas as referências em FO 371 51923 (AS3088, 1598, 4903/1598/6). Ver também nota do *Foreign Office*, 16 de setembro de 1946, FO 371 51907 (AS753/15/6). A colaboração entre a Leopoldina Co. e o governo brasileiro sobre os problemas trabalhistas na empresa encontra-se em Neele para Pearson, 14 de junho de 1946, FO 371 51923.

[673] Perowne para a Leopoldina Co., 17 de setembro de 1946; *Foreign Office* para *Rio Chancery*, 12 de novembro de 1946 – ambos em FO 371 51923 (AS5790, 6649/1598/6). Ver também Leopoldina para o Conselho, 28 de dezembro de 1946; Câmara do Tesouro para o *Foreign Office*, 13 de março de 1947 – ambos em FO 371 61210 (AS193, 1731/193/6).

[674] Comissão de Negociações Estrangeiras, Missão ao Brasil, janeiro de 1948, FO 371 68161.

[675] Neele (Leopoldina, Rio) para Pearson (Leopoldina, Londres), 19 de fevereiro de 1948, FO 371 68158.

[676] *Foreign Office* para a embaixada britânica no Rio, 20 de fevereiro de 1948, FO 371 68158.

não mais que 7,5 milhões de libras foi aceita pelo presidente Dutra e pelo ministro da Fazenda. O preço estipulado pela companhia, porém, era de 11 milhões de libras. Apesar de uma intensa oposição ter se desenvolvido no seio do governo brasileiro, no mundo político e dos negócios, os britânicos esperavam que os temores do governo sobre a situação trabalhista na ferrovia seriam grandes o suficiente para forçar o Brasil a aceitar um preço alto.[677]

Esse cálculo se revelou correto. No final do ano, o governo brasileiro havia concordado em aumentar sua oferta, apesar da pressão da oposição reivindicando a expropriação da Leopoldina ser tão forte que a companhia chegou a temer que o Brasil rejeitasse a minuta do acordo sobre a venda da ferrovia.[678] Para sua surpresa e satisfação, o governo Dutra concordou, durante seus diálogos finais em Londres, com um total de 10 milhões de libras, um excelente resultado para uma companhia que estava quase falida.[679]

O acordo foi firmado pelo governo brasileiro e a Leopoldina Railway Co. em 26 de maio de 1949 em Londres, e o governo brasileiro emitiu um decreto sobre o assunto em 20 de dezembro de 1950.[680]

* * *

O embaixador britânico no Rio de Janeiro estava bem ciente dos efeitos negativos das medidas financeiras britânicas sobre a economia brasileira, mas encontrou algum consolo na ideia de que tais medidas eram necessárias para a recuperação da Grã-Bretanha, e o fato do governo brasileiro estar ciente de que a recuperação da Grã-Bretanha era essencial à contenção da expansão comunista no mundo. As perdas brasileiras ao lidar com a Grã-Bretanha foram então vistas como contribuições à segurança do Ocidente. Porém, apesar das perdas financeiras do Brasil e das dificuldades experimentadas para fazer uso de sua reserva de libras esterlinas, e apesar da boa vontade brasileira com relação às concessionárias britânicas de serviços públicos, o embaixador britânico lamentou o fato dos brasileiros não estarem totalmente convencidos de que tinham de contribuir para a recuperação de Grã-Bretanha.[681]

[677] Butler para o *Foreign Office*, 25 de fevereiro de 1948, FO 371 68158 (AS1332/14/6); memorando do *Foreign Office*, 23 de julho de 1948, FO 371 68159 (AS4240/14/6).

[678] Embaixada britânica para o *Foreign Office*, 13 de novembro de 1948, FO 371 68159 (AS6258/14/6); Butler para o *Foreign Office*, 29 de dezembro de 1948, e Butler para Fredham (FO), 26 de janeiro de 1949, FO 371 74163 (AS660/1466/6).

[679] Pode-se acompanhar os diálogos finais nos seguintes documentos diplomáticos: Tesouro para *Foreign Office*, 4 de maio; FO para Leopoldina, 7 de maio; Leopoldina para Tesouro, 10 de maio; Leopoldina para FO, 30 de maio; FO para Tesouro, maio de 1949 – todos em FO 371 74613 (AS2369, 2503, 2913, 4748/1461/6).

[680] MRE para BRASEMB Londres, 1º de março de 1951, AHI/MDB/Londres/Ofícios Expedidos.

[681] Embaixada britânica para Attlee, 21 de dezembro de 1947, FO 371 68161 (AS168/51/6).

Ascensão e queda das relações Brasil-URSS

O fato de que, durante a guerra, a URSS havia se tornado aliada da Grã-Bretanha e dos Estados Unidos criou um novo problema para as autoridades brasileiras, dada a política brasileira tradicional de não reconhecimento do governo soviético.

O Brasil inicialmente estabeleceu relações diplomáticas com a Rússia em 1830 e havia mantido relações contínuas até 1917, quando a revolução bolchevique causou a descontinuidade destas relações. A tentativa de golpe revolucionário no Brasil em 1935 serviu para reforçar a noção da ameaça que tais relações representavam para o Estado e a sociedade brasileira. Em outras palavras, as tensões sociais reais eram vistas como menos ameaçadoras do que as ideias ou conceitos considerados "estranhos ao caráter brasileiro".

O governo Vargas continuou com esta política e mesmo depois da aliança URSS-EUA ter sido estabelecida, o governo brasileiro rejeitava a ideia de restabelecer relações com ela. Uma reaproximação sugerida em 1942 foi recusada pelo governo Vargas baseado no fato de que era impossível separar o governo soviético da atividade comunista internacional, e o Brasil não se arriscaria nesta questão. Em 1943, Roosevelt havia levantado a mesma questão com Vargas em Natal, mas o governo brasileiro não tomou qualquer iniciativa concreta porque o tinha medo de "ficar no mesmo barco que os russos".[682]

A dissolução da Terceira Internacional e os sucessos militares soviéticos contínuos em 1943 pareciam indicar que o restabelecimento das relações era inevitável, e o ministro Aranha era a favor desta retomada. Vargas, porém, resistia às sugestões de Aranha e tinha o apoio de setores e grupos conservadores da sociedade brasileira, mas também das forças armadas, partes da burocracia estatal e da Igreja Católica.[683]

O governo Roosevelt sentia certo desconforto com a situação na qual dois aliados dos Estados Unidos não mantinham relações um com o outro. Mais uma vez, a questão foi levantada pelo embaixador estadunidense no Brasil durante os primeiros e cruciais meses de 1944, mas a renovada resistência brasileira forçou os Estados Unidos a esperarem uma oportunidade melhor. Ainda que algumas iniciativas tivessem sido tomadas por diplomatas brasileiros (por exemplo, Carlos Cavalcanti no México) e que pressão tivesse sido exercida por liberais

[682] N. Charles para o *Foreign Office*, 12 de dezembro de 1942, FO 371 33651 (A367/166/6).

[683] Memorando do MRE, s.d., AHI/Maço nº 36013. Correia para Aranha, OA 43.05.26/1, OA 43.05.31; Leitão da Cunha para Aranha, OA 43.03.22; Figueiredo para Aranha, OA 43.11.04/2. Relatório de inteligência, 22 de janeiro de 1943, NA/RG 226 OSS n.27998. McLaughlin para o Secretário de Estado, 25 de novembro de 1943; Caffery para o Secretário de Estado, 26 de novembro de 1943, e 9, 10 e 11 de dezembro de 1943 – todos em NA/RG 59 732.61/13, 14, 15, 16, 17.

no Brasil, a situação permaneceu sem mudanças até o final do ano e o governo brasileiro se recusou persistentemente a tomar quaisquer iniciativas com relação ao assunto.[684]

A decisão de retomar relações diplomáticas com a URSS foi finalmente tomada logo após a visita de Stettinius ao Brasil em fevereiro de 1945. Stettinius falou com franqueza da necessidade urgente de se normalizar as relações com a União Soviética. Vargas pediu garantias políticas contra este risco e, em resposta ao pedido, o secretário de Estado assegurou-lhe o apoio dos Estados Unidos. Naquela época, já estava claro que era impossível para o Brasil comparecer aos diálogos sobre a paz com seus aliados se a relações Brasil-URSS não fossem restabelecidas.[685]

Apesar de suas próprias convicções e sob pressão direta do governo dos Estados Unidos e da opinião pública brasileira, o governo brasileiro resolveu normalizar relações com a União Soviética. Após a Conferência de Chapultepec, o ministro das Relações Exteriores brasileiro, Leão Velloso, foi a Washington e através dos bons ofícios do subsecretário de Estado Joseph Grew, iniciaram-se contatos com o embaixador soviético, Andrei Gromiko.[686] Em 2 de abril de 1945, relações diplomáticas e consulares entre o Brasil e a URSS foram retomadas.[687]

No Brasil, um comitê russo da Cruz Vermelha brasileira foi logo estabelecido e até uma organização cultural (União Cultural Brasil-União Soviética) foi criada. Porém, setores conservadores continuavam a se opor ao estabelecimento de relações e à difusão de notícias sobre êxitos soviéticos, tanto antes quanto após a guerra.[688] A imprensa conservadora constantemente advertia que a crescente influência soviética no Brasil seria consequência direta do reconhecimento da URSS como parceiro diplomático.[689]

As relações Brasil-URSS após a deposição de Vargas em outubro de 1945 devem ser vistas à luz dos acontecimentos políticos internos do

[684] Velloso para os representantes diplomáticos brasileiros, 6 de março de 1944, AHI/Maço nº 36013. Hull para a embaixada estadunidense, 28 de dezembro de 1943; Caffery para o Secretário de Estado, 1º de fevereiro de 1944; Chapin para o Secretário de Estado, 13 de dezembro de 1944 – todos em NA/RG 59 732.61/17, 20, 12-1344. Harrison para Walmsley (DS), NA/RG 59 711.32/212. Martins para Vargas, GV 44.01.22; Cavalcanti para Vargas, GV 44.03.04; memorando para o presidente, 20 de dezembro de 1944, FRL/BC.

[685] T. Campbell & G. Herring, *The Diaries of Edward Stettinius Jr, 1943-1946* (Nova York, 1975), p. 263. Stettinius também aconselhou Vargas sobre as medidas a serem tomadas para estabelecer relações diplomáticas com a URSS. Messersmith para o Secretário de Estado, 5 de março de 1945, NA/RG 59 732.61/3-545.

[686] Toda a questão foi relatada por Grew em vários memorandos, de 10 a 17 de março de 1947, NA/RG 59 732.61 e HL/Grew papers.

[687] Troca de notas, MRE para as Missões Diplomáticas, 11 de abril de 1945, AHI/Maço nº 36013.

[688] Um grupo até protestou contra filmes americanos sobre a Rússia porque tendiam a "inflamar a classe trabalhadora paulista e incitá-la à violência e impedir uma melhora conservadora e lenta de suas condições e panorama mental". Cross para Berle, NA/RG 59 732.61/4-2745.

[689] Ver Correio da Manhã e Diário Carioca; memorando de Daniels NA/RG 59 732.61/3-2245; Relatório anual de 1946, 22 de janeiro de 1947, FO 371 61204 (AS490/45/6).

Brasil, especialmente a questão do PCB e suas relações com o movimento operário organizado.

O fim da guerra não melhorou a situação da classe trabalhadora urbana, que enfrentava a escassez alimentar e preços astronômicos, levando inevitavelmente a um número cada vez maior de manifestações de insatisfação por parte dos trabalhadores, organizados ou não. No quadro das liberdades civis criadas pelo fim do Estado Novo, a insatisfação popular deu lugar a greves por melhores condições de vida e o movimento dos trabalhadores urbanos se difundiu rapidamente.[690] Assim que este movimento pôde se expressar mais livremente, adotou uma posição crítica com relação à tutela do Estado, reivindicou liberdade de expressão para os sindicatos e tentou organizar uma federação independente de sindicatos.[691]

Muitos obstáculos tinham que ser vencidos pelas organizações dos trabalhadores. Eles iam desde a estrutura autoritária herdada do Estado Novo pelos sindicatos até a relação clientelista nas fazendas que impedia a organização de sindicatos rurais, apesar da existência de um decreto-lei de 1944 que autorizava a criação de tais sindicatos.[692] Contudo, no final de 1945 e início de 1946, um forte movimento operário havia surgido nas principais cidades brasileiras. O movimento operário gozou de alguma liberdade de ação até o final da Assembleia Constituinte em setembro de 1946, após o que o governo definiu sua posição em relação aos sindicatos em duas vertentes básicas. Primeiro, o Estado havia herdado e manteria a estrutura corporativa dos sindicatos do Estado Novo, e a usaria para manter um rígido controle sobre o movimento inteiro através de legislação específica, assim como de líderes sindicais cooptados. Segundo, para agir contra a determinação dos trabalhadores de não serem tutelados, o governo executou uma política repressiva de intervenção na atividade sindical, suspendendo eleições e proibindo federações independentes em âmbito nacional.[693] A justificativa do governo para essa política repressiva

[690] F. Weffort, "Sindicato e Política" (Tese de livre docência, USP, 1972), cap. II; e "Sindicatos e Democracia" (São Paulo, s.d.). M. C. C. Souza, *op. cit.*, p. 139 As más condições de vida e o crescimento do movimento sindical são mencionados pela correspondência diplomática: Gainer para Bevin, 22 de fevereiro de 1946, FO 371 51900 (AS1086/13/6); Gainer para o *Foreign Office*, 12 de junho de 1946, FO 371 51901 (AS3252/13/6), e 31 de agosto de 1946, FO 371 51902 (AS5265/13/6); Aranha para Walsh, OA 46.09.09; Aranha para Fontoura, OA 46.08.23. R&A Report n.3444.2, 21 de setembro de 1946, NA/RG 59. Relatório anual de 1946, 22 de janeiro de 1947, FO 371 61204 (AS490/45/6).

[691] "Report on the National Congress of Labour Unions", Gainer para o *Foreign Office*, 8 de outubro de 1946, FO 371 51903 (AS6176/13/6); German (Adido Trabalhista) para Gordon (FO), 24 de fevereiro de 1947, FO 371 61204 (AS1941/45/6).

[692] F. A. Azevedo, "As Ligas Camponesas" (Dissertação de mestrado, PIMES, UFPE, Recife, 1980), p. 49.

[693] F. Weffort, "Sindicato e Política", *op. cit.*, cap. II, item 3. Uma avaliação da repressão trabalhista durante o governo Dutra encontra-se em H. T. Fox, "The Political History of Organized Labor in Brazil" (Tese de doutorado, Universidade de Stanford, 1973), pp. 171-223. Ver também Gainer para o *Foreign Office*, 7 de maio de 1946, FO 371 51901 (AS2513/13/6). Relatório anual de 1946, 22 de janeiro de 1947, FO 371 61204. A CNTI (Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria) estava completamente subordinada ao governo, segundo o Adido Trabalhista britânico, 26 de junho de 1947, FO 371 61205 (AS4487/45/6).

era que os comunistas estavam manipulando a organização e as atividades dos sindicatos.

Havia, contudo, uma lacuna entre a justificativa do governo e suas ações. De acordo com um relatório britânico acurado, o ministro do Trabalho havia, até 1948, "intervindo de uma maneira ou de outra, em mais de 200 sindicatos", despedindo comunistas, assim como líderes independentes, "eliminando assim qualquer vestígio de democracia para qualquer outro grande sindicato".[694] Impossibilitado de controlar os sindicatos totalmente, o governo Dutra estava até mesmo disposto a impedi-los de existir.

Apesar de conflito social agudo e até revolução social terem surgido a partir da guerra em muitos países ocidentais, o governo e o Estado brasileiros estavam despreparados para lidar com a nova situação porque sua motivação interna era o medo e a rejeição de mudanças sociais. Neste sentido, o governo exprimia perfeitamente os sentimentos das classes dominantes econômicas e políticas brasileiras.[695] De acordo com sua maneira simplista de pensar, a mudança social era um instrumento de agitação comunista, que, por sua vez, era um instrumento da política internacional de Moscou. Assim, tudo estava ligado a esta última explicação. Qualquer tensão social era vista como um elemento ativo ou instrumento inconsciente da conspiração soviética internacional contra as "democracias". Consequentemente, o governo Dutra logo planejou proibir o Partido Comunista devido à sua influência no parlamento, em movimentos sociais e organizações políticas.

O Partido Comunista havia sido legalizado em abril de 1945, quando uma onda de democratização havia se espalhado pelo país e levado à soltura da prisão de vários líderes da oposição e centenas de militantes. Muitos partidos políticos estavam organizados nesta época, mas a legalização do Partido Comunista não era aceita por muitas organizações influentes no Brasil, como a Igreja Católica, que era política e socialmente ativa através de organizações leigas como o Centro Don Vital, a Ação Católica, e a Liga Eleitoral Católica, que visavam, respectivamente, influenciar intelectuais, trabalhadores e eleitores em geral.[696] As classes latifundiárias também estavam insatisfeitas com a legalização do Partido Comunista, e associações de industriais chegaram ao ponto de financiar

[694] Adido Trabalhista para o *Foreign Office*, FO 371 68167 (AS5872/119/6); German para o *Foreign Office*, 26 de junho de 1947, FO 371 61205 (AS4487/45/6). Ver também T. Skidmore, *op. cit.*, p. 94.

[695] A Constituição havia incorporado certos princípios da doutrina social católica. Contudo, a "inércia e confusão são tantos que a aplicação real do programa, enquanto depender da participação do governo, provavelmente será muito demorada". Gainer para Bevin, 22 de janeiro de 1947, FO 371 61204 (AS490/45/6).

[696] Ver T. C. Bruneau, *The Political Transformation of the Brazilian Catholic Church* (Cambridge, 1974), pp. 38-51.

serviços de inteligência para monitorar as atividades do partido.[697] Isso também se aplicava a amplos setores do aparato estatal, particularmente às forças armadas.

Desde o começo do governo Dutra, altos funcionários vinham exprimindo seus sentimentos militantemente anticomunistas, tanto em particular quanto em público.[698] Esta atitude não era simplesmente "anticomunista", estritamente falando, mas mais preocupada em manter intocados os privilégios no Brasil. Por isso, os setores mais conservadores da sociedade brasileira tinham, desde 1935, identificado o comunismo como o grande "inimigo" da nação. Este sentimento tinha se desenvolvido quando o Partido havia se associado em 1945 ao movimento queremista e apoiado Vargas para obter uma nova Constituição. Consequentemente, tentativas de proibir o Partido Comunista e eliminar sua influência começaram exatamente no mesmo momento em que ele recobrou sua existência legal.

Debates nas rodas políticas sobre se era ou não desejável cassar o Partido Comunista levaram o governo Dutra a realizar uma série de iniciativas durante seus primeiros meses no poder.[699] Na Assembleia Constituinte, uma emenda à Constituição, impedindo o registro ou funcionamento de qualquer "partido ou associação cujo programa ou atividade estiver em oposição ao regime democrático" passou com o apoio da oposição liberal. Sua mensagem era cristalina.[700] Rumores de que o Partido seria proibido abundavam, gerados pela polícia, que se vangloriava de planos para a eliminação rápida de qualquer resistência ao fechamento do Partido Comunista pelo governo. De acordo com o embaixador estadunidense, em meados de agosto, "a polícia pode até achar útil estimular ou agitar os líderes partidários para que estes resistam e se possa 'tomar conta deles' enquanto se opuserem à polícia".[701] Em 30 de agosto os rumores se tornaram realidade quando milhares de militantes foram presos e, simultaneamente, fez-se uma tentativa legislativa de fechar o Partido que foi prontamente abandonada depois de haver uma forte reação na Assembleia Constituinte.[702]

[697] M. A. Leopoldi, "The Industrial Bourgeoisie and Political Hegemony in Brazil (1920-1950)", (Brazil Workshop, London School of Economics, novembro de 1982).

[698] Sobre Dutra, ver Gainer para Hadow (FO), 28 de dezembro de 1945, FO 371 51899 (AS220/13/6). Sobre Fontoura, ver Relatório anual de 1946, 22 de janeiro de 1947. Sobre Fernandes, ver Gainer para Attlee, 20 de dezembro de 1946 – todos em FO 371 61204 (AS490/45/6). Sobre a igreja, ver Ideological Report de Gainer para Bevin, 22 de janeiro de 1947, FO 371 61204 (AS509/45/6). Sobre o exército, ver Gainer para o *Foreign Office*, 5 de março de 1946, FO 371 51901 (AS2437/13/6).

[699] "Relatório sobre atividades do PC", GV 46.01.00; memorando de McQuillen, 6 de março de 1946; Gainer para o *Foreign Office*, 5 de março, 7 de maio de 1946 – todos em FO 371 51901 (AS3103, 3229, 2437, 2514/13/6).

[700] M. V. Benevides, *op. cit.*, p. 66.

[701] Pawley para Braden, Memorando (anexo), NA/RG 59 832.00/8-1646. Ver também Gainer para o *Foreign Office*, 11 de junho de 1946, FO 371 51901 (AS 3229/13/6).

[702] Ver Pawley para Truman, 16 de agosto de 1946, HTL/C. Segundo Pawley, 3.000 comunistas foram presos na noite de 30 de agosto. Pawley para o DS, NA/RG 59 832.5018/9-346.

Em novembro de 1946, o exército pressionou Dutra para apresentar um projeto de lei que permitiria expulsar oficiais das forças armadas se eles pertencessem a "partidos opostos ao regime democrático".[703] Apesar da oposição estar crescendo e o trabalhismo sob a liderança de Vargas estar progredindo entre as classes trabalhadoras, em 1946 o governo ainda temia enormemente o crescimento do Partido Comunista – cujo número total de membros estava em torno de 130.000 no final daquele ano – bem como a eleição de comunistas em alguns estados em 1947.[704]

O governo estava determinado a "exterminar o comunismo". Uma petição apresentada ao Supremo Tribunal Federal para tirar da legalidade o Partido Comunista foi aprovado por 3 votos a 2, em 7 de maio de 1947.[705] Os próximos passos a serem tomados foram a aprovação de uma lei sobre a segurança interna e externa do Estado, dirigida às atividades comunistas ilegais, que na prática revogavam a liberdade da imprensa, de expressão e de se realizar reuniões públicas, e a cassação dos mandatos de deputados comunistas. Conhecido como a batalha das cassações, este episódio do Congresso Nacional estendeu-se de julho a dezembro de 1947.[706]

A próxima etapa na escalada de tentativas de exterminar "o inimigo do Estado brasileiro" se tornou óbvia em meados de 1947, já que os comunistas "eram parte da Rússia dentro do Brasil", de acordo com uma opinião comum naquela época.[707] E como o governo soviético usava o Partido Comunista brasileiro como "um instrumento de propaganda política e ideológica oposto aos interesses do Brasil, seu modo de vida e seu sistema político",[708] havia que agir contra a própria URSS. Deve-se recordar que muitos dos altos dirigentes do governo Dutra – inclusive o presidente, o ministro da Guerra, e os sucessivos ministros das Relações Exteriores (Fontoura e Fernandes) – eram abertamente antissoviéticos e sensíveis à pressão de organizações anticomunistas. O presidente Dutra era reconhecidamente católico, de mente legalista, anticomunista e antissoviético;[709] o ministro da Guerra, general Canrobert, falava aberta e oficialmente da URSS como uma "nação imperialista" que "visa destruir

[703] Gainer para o *Foreign Office*, 8 e 21 de novembro de 1946, FO 371 51903 (AS7293, 73,18/13/6). Ver também Maciel Filho para Vargas, OA 46.11.00/3, e Relatório anual de 1946, 22 de janeiro de 1947, FO 371 61204 (AS490/45/6).

[704] Lutero Vargas para Getúlio Vargas, GV 46.00.00/4. Gainer para Bevin, 16 e 22 de janeiro de 1947, ambos em FO 371 61204 (AS572, 509/45/6). Resumo do "Press and Political Report" de Yenchius, NA/RG 59 832.00/2-2147, e também 832.00/3-1847.

[705] "As ações do governo foram promovidas mais por medo do que por inteligência"; embaixada britânica, Rio de Janeiro, 14 de maio de 1947, FO 371 61205 (AS2940/45/6); também, memorando sobre a estabilidade política brasileira, 2 de maio de 1947, NA/RG 59 832.00/5-647. Ver H. Silva, *1945, Por Que Depuseram Vargas* (Rio de Janeiro, 1976), pp. 383-402.

[706] Descrições da *batalha das cassações* encontram-se em H. Rocha, *Memória Indiscreta* (Rio de Janeiro, 1981), pp. 3-31, e H. Silva, *op. cit.*. Ver também Chargé d'Affaires para Bevin, 5 de setembro de 1947, FO 371 61205 (AS4515 5299/45/6).

[707] Juracy Magalhães, 6ª entrevista, HO/CPDOC.

[708] MRE para BRASEMB Moscou, 2 de junho de 1947, AHI/MDB/MOSCOU/Telegramas Expedidos.

[709] Relatório anual de 1945, FO 371 51899 (AS486/13/6).

nossa nacionalidade";[710] Fontoura disse a um jornalista estadunidense que a Rússia era o maior perigo que ameaçava o mundo;[711] Fernandes endossou a ideia de uma terceira guerra mundial para resolver a ameaça oriental contra o mundo ocidental.[712] Góes Monteiro, o representante brasileiro na Conferência do Rio de 1947, queria discutir uma política anticomunista articulada na América Latina.[713] Todas estas alegações são evidência do estado organizado das forças sociais e políticas dentro do Estado, que pressionavam por uma política antissoviética.

O governo e a imprensa conservadora misturavam constantemente a atividade comunista brasileira com as relações soviético-brasileiras para seus próprios propósitos. Quando Luís Carlos Prestes, secretário-geral do Partido Comunista, afirmou que no caso de uma guerra imperialista os comunistas brasileiros apoiariam a URSS, a declaração foi usada para atacar a União Soviética. Por outro lado, um incidente envolvendo um diplomata brasileiro em Moscou foi usado no Brasil como arma propagandística contra os comunistas brasileiros na campanha eleitoral de janeiro de 1947.[714]

Só em dezembro de 1946, um total de 400 reportagens e artigos antissoviéticos foram publicados nos jornais do Rio de Janeiro, como parte do esforço de agir contra a influência do PCB entre eleitores do Distrito Federal.[715] O equilíbrio delicado das relações Brasil-URSS vinha sendo constantemente erodido desde o reatamento das relações e o governo brasileiro parecia esperar a ocasião certa para romper relações mais uma vez. A ocasião surgiu com a publicação de um artigo no periódico soviético *Gazeta Literária*, em 4 de outubro de 1947, em que Moscou atacava o presidente brasileiro. O embaixador brasileiro em Londres achou que um protesto contra a publicação seria danoso às relações soviético-brasileiras,[716] mas o Itamaraty mandou uma nota severa ao Ministério das Relações Exteriores soviético exigindo um pedido de desculpas e a retirada do artigo, baseado no fato de que a imprensa soviética era completamente controlada pelo Estado e, portanto, o artigo constituía uma afronta oficial e deliberada contra o Brasil.[717]

[710] Gainer para o *Foreign Office*, 8 de novembro de 1946, FO 371 51903 (AS7318/13/6).
[711] Relatório anual de 1946, FO 371 61204 (AS490/45/6).
[712] Fernandes para Aranha, OA 47.11.16. Ele manteve esta opinião até o final da década: Walters, Afirmações de interesse político, NA/RG 59 832.00/6-1049.
[713] Ver nota 555.
[714] A reação política nos jornais de 19 a 28 de março de 1946 encontra-se em NA/RG 59 732.61. Ver também Gainer para Bevin, 23 de dezembro de 1946 e 16 de janeiro de 1947, ambos em FO 371 61197 (AS2, 573/2/6).
[715] Embaixada britânica em Moscou para o *Foreign Office*, 31 de janeiro de 1947, FO 371 61197 (AS889/2/6). Ver também S. Clissold (org.), *Soviet Relations with Latin America, 1918-1968* (Londres, 1970), p. 184.
[716] Pimentel Brandão para o MRE, 4 e 5 de outubro de 1947, AHI/MDB/Moscou/Telegramas Recebidos.
[717] BRASIL. MRE. *Ruptura de Relações Diplomáticas entre o Brasil e a URSS*, Serviço de Publicações, 1947.

As provas apontam para o fato de que o Itamaraty esperava que sua "nota severa" fosse rejeitada pelos soviéticos, justificando assim o rompimento de relações diplomáticas. Em 9 de outubro, o ministro Fernandes disse a um diplomata estadunidense no Rio que "o Brasil tinha tudo a ganhar e nada a perder com o rompimento de relações". O embaixador britânico em Moscou considerou que não havia motivo para romper relações e que o artigo estava sendo usado como pretexto pelo governo brasileiro. O próprio Aranha reconheceu que o caso todo havia sido conduzido com "o propósito deliberado de romper (relações) e não de obter explicações (dos soviéticos)".[718] Oficiais estadunidenses fizeram algumas tentativas de última hora para evitar o rompimento das relações: o secretário Marshall perguntou a Aranha o que podia ser feito para evitar a ruptura, e um diplomata estadunidense no Rio lembrou ao Itamaraty que uma situação parecida havia sido enfrentada pelo presidente Truman como resultado de artigos anti-EUA em jornais soviéticos.[719] Esses esforços não tiveram êxito e em 20 de outubro de 1947, o governo brasileiro rompeu relações diplomáticas com a URSS e organizou uma manifestação de trabalhadores em frente ao Palácio do Catete para demonstrar solidariedade ao governo.[720]

As ações do governo brasileiro foram baseadas tanto em sua visão particular das relações internacionais, quanto na situação interna do Brasil. Em relação aos assuntos internacionais, ele estava convencido de que uma terceira guerra mundial era iminente, ainda que fosse uma guerra preventiva iniciada pelos Estados Unidos, e o Brasil tinha que apoiar o Ocidente. Um livro oficial do exército intitulado "Em memória às vítimas do comunismo no Brasil", publicado em 1945, afirmava que:

> Se o povo Russo não consegue erradicar a praga comunista por sua própria iniciativa ou se o processo de erradicação for muito longo, então uma terceira guerra mundial será inevitável para expelir da face da terra o perigo do totalitarismo ural-asiático.[721]

[718] Key (embaixada estadunidense no Rio de Janeiro) para o Secretário de Estado, NA/RG 59 732.61/10-947. Roberts (embaixador britânico em Moscou) para o *Foreign Office*, 17 de outubro de 1947, FO 371 61197 (AS5932/2/6). Aranha para Eduardo Gomes, OA 47.10.00/4.

[719] Aranha para o MRE; OA 47.10.18/1. Memorando de Keeler (embaixada estadunidense no Rio de Janeiro), NA/RG 59 732.61/10-2847.

[720] As justificativas do Itamaraty para a ruptura de relações podem ser vistas em MRE para DELBRASONU, 22 de outubro de 1947, AHI/DE/ONU/Telegramas-minutas Expedidos, e em AHI/Maço nº 36013. Ver também C. H. Daugherty, "Foreign Policy Decision-Making in Brazil: Case studies in Brazilian policy towards the Soviet Union, 1945-1961" (Tese de doutorado, Universidade Georgetown, Washington DC, 1974).

[721] Citado pelo Adido Militar Britânico, Gainer para o *Foreign Office*, 29 de novembro de 1945, FO 371 44810 (AS6480/52/6). Ver também Butler para Shuckburg (FO) sobre as opiniões do Itamaraty, 24 de outubro de 1947, FO 371 61197 (AS6056/2/6).

Em relação à política doméstica, havia uma irritação crescente no seio do Estado (especialmente do exército) com o longo debate no Congresso sobre os mandatos dos deputados comunistas, já que parecia não haver nenhuma possibilidade de se resolver o problema àquela época.[722] A conclusão do governo foi que "forte ação precisava ser tomada contra as influências soviéticas" e o artigo da *Gazeta Literária* forneceu uma oportunidade para tal ação.[723] Estes acontecimentos apenas propiciaram ações sobre as quais já se havia decidido, já que "a ascensão repentina do partido comunista havia unido quase todos os brasileiros de posses, temerosos da influência soviética, já que ela poderia vir a afetar seus bolsos" e a Igreja Católica era "veemente em sua condenação do 'bolchevismo'".[724] Vozes como a de Aranha e alguns outros liberais que tinham uma visão ampla dos assuntos internacionais e falavam da possibilidade de diferentes ideologias coexistirem não tinham espaço no governo Dutra.[725]

A decisão do Brasil de romper com a URSS não um subproduto da recém-nascida guerra fria, mas consequência lógica dos assuntos internos brasileiros e mais um capítulo de uma visão distorcida dos conflitos sociais e da insatisfação política como parte de uma conspiração mundial comandada por Moscou. Comparada com a guerra fria na política interna estadunidense, é um fenômeno com raízes diferentes, apesar de ter sido capaz de maximizar seus efeitos quando os Estados Unidos, no final da década de 1940, embarcaram em sua "caça às bruxas". Enquanto nos Estados Unidos o antissovietismo era parte de uma estratégia de seu *sistema de poder*, no Brasil era uma arma de autoritarismo, um modo específico de controlar o conflito de classes nesta sociedade. Naturalmente, as classes dirigentes brasileiras deram as boas-vindas à ideologia política ocidental de um "mundo livre", já que esta complementava suas preocupações domésticas.

Epílogo: o fim da década

De acordo com o Relatório Anual de 1949 da embaixada britânica no Rio, a política externa brasileira permaneceu firmemente ancorada

[722] De acordo com M. V. Benevides, os chefes militares (Canrobert e Góes Monteiro) até exerceram pressão sobre alguns deputados pelo cancelamento de mandatos. M. V. Benevides, *op. cit.*, p. 68.

[723] Butler para Shuckburgh, nota 721. Sobre o mesmo tema, Butler para Bevin, 30 de outubro de 1947, FO 371 61197 (AS6037/ 2/6).

[724] Expressões comuns encontradas na correspondência britânica; ver, por exemplo, os muitos documentos sobre a pressão anticomunista em FO 371 61204 (1947).

[725] Discurso de Aranha para a Associação Riograndense de Imprensa, OA 47.09.10pi; Aranha para Shay, OA 47.05.12/1.

a três princípios: "primeiro, o firme apoio à solidariedade hemisférica, segundo, o cumprimento de suas obrigações como membro das Nações Unidas e terceiro, a oposição absoluta à União Soviética".[726] No quadro da guerra fria, porém, a "solidariedade hemisférica" e a "participação nas Nações Unidas" queria dizer, em termos práticos, seguir a orientação dos Estados Unidos. O final da década foi caracterizado por uma continuação ineficaz do "alinhamento automático" do Brasil com os Estados Unidos, alicerçado por uma visão ideológica dos assuntos internacionais.

1.

O governo Dutra continuou a crer que um alinhamento com os Estados Unidos criaria uma "ligação especial" entre os dois países não só de natureza econômica, mas também política e militar, permitindo assim ao Brasil assumir o papel de principal potência latino-americana, assumindo primazia até sobre a Argentina.

Os alicerces desta política do Brasil se assentavam em sua colaboração ativa com os aliados durante a Segunda Guerra Mundial, combinada com lealdade ao Ocidente e aos princípios ocidentais nas esferas multilaterais (ONU, OEA) e nas relações bilaterais, como no caso expressivo do rompimento de relações diplomáticas com a URSS. A principal premissa subjacente à política externa brasileira era que a aliança geral com os Estados Unidos geraria obrigações morais daquele país com relação ao Brasil. Consequentemente, o tratamento de grande potência nas arenas diplomáticas estaria assegurado ao Brasil.[727]

Esta convicção esclarece a última grande tentativa de ser reconhecido por Washington como "aliado especial" em 1948/9. Enfatizando a necessidade de obter o apoio do Congresso Nacional para os gastos para completar e manter as bases aéreas no Norte e Nordeste do Brasil, o representante brasileiro na Comissão Militar Mista Brasil-Estados Unidos, general Cesar Obino, apresentou um memorando ao governo dos Estados Unidos no final de 1948 exigindo ampla cooperação militar e econômica entre os dois países, incluindo:

[726] Relatório anual de 1949, 9 de janeiro de 1950, FO 371 81248 (AB1011/1).

[727] Sobre o apoio do Brasil às posições dos EUA na ONU, ver Butler para o *Foreign Office*, 22 de agosto de 1949, FO 371 74560 (AS4318/1023/6). Sobre as "obrigações morais" dos EUA para com o Brasil, ver "Review of First Years of Dutra Administration", NA/RG 59 832.00/72-748. Sobre o desejo do Brasil de ser tratado como uma grande potência e aliado especial, ver FO 371 74549; ver também Rusk para Johnson (DS), NA/RG 59 711.32/11-2348; Clark para Daniels, 711.32/11-2348, 11-2548; Johnson para o DS, 25 de abril de 1949, 832.20/4-2549. Uma resenha crítica da política externa brasileira sob Dutra encontra-se em M. Mourão, *Dutra, História de um Governo* (Rio de Janeiro, 1955), pp. 99-104.

- o reconhecimento dos Estados Unidos de seus compromissos para com o Brasil, de acordo com o acordo secreto político-militar de 1942;
- assistência econômica para obras de infraestrutura no Brasil;
- treinamento para um contingente maior de quadros da marinha e do exército brasileiros;
- fornecimento de material bélico para as forças terrestres, aéreas e navais do Brasil.[728]

O memorando secreto de Obino pedia, na verdade, um amplo e intensivo reequipamento do Brasil, tanto em termos econômicos quanto militares, para assegurar a preeminência brasileira na América Latina. Sua aceitação significaria uma nova aliança especial entre o Brasil e os Estados Unidos.

Washington não se interessava mais por tal aliança, mas estava ciente de que o acordo secreto de 1942 ainda estava em vigor e que havia, de fato, criado uma aliança militar única entre os Estados Unidos e o Brasil. Contudo, em 1949, achava-se que tal acordo "não era consoante com os atuais interesses estratégicos dos Estados Unidos"[729] e Washington respondeu à iniciativa brasileira negando a possibilidade de uma aliança especial. A resposta do governo estadunidense ao Brasil afirmava que:

- os compromissos estadunidenses com a defesa do Brasil eram contemplados pelo Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR), de 1947;
- o governo dos Estados Unidos já estendia assistência econômica ao Brasil de diversas formas, por exemplo, com a Missão Abbink;
- o programa de treinamento militar continuaria normalmente;
- a assistência na forma de material bélico estava sob consideração do Congresso e o Brasil estaria numa posição favorável se a legislação fosse aprovada.[730]

No início de 1949, as expectativas brasileiras aumentaram quando o presidente Truman fez referência no discurso de inauguração de seu segundo mandato presidencial a um ousado novo programa sobre as áreas economicamente atrasadas do mundo. A embaixada brasileira explicou ao Itamaraty que esse "Plano Truman" (que mais tarde veio a ser conhecido como "Ponto Quatro") não contemplava grandes investimentos

[728] Dean Rusk para Johnson, NA/RG 59 711.32/11-2348.
[729] Estudo do JCS, Johnson para Acheson, NA/RG 59 832.20 Missions/5-1749.
[730] Como na nota 728 acima.

públicos ou empréstimos como o Plano Marshall havia proposto para a Europa, mas estava basicamente restrito à concessão de assistência técnica e a estímulos ao investimento privado em áreas atrasadas. Além do mais, o programa "Ponto Quatro" estava direcionado principalmente a áreas subdesenvolvidas da África e da Ásia e grande parte seria dedicada ao desenvolvimento da exploração de matérias-primas.[731]

Apesar dessas cauções, que implicavam a necessidade política de uma frente unida de países latino-americanos para discutir e planejar as melhores maneiras de se tirar proveito dessa iniciativa estadunidense, o governo brasileiro insistiu que o Ponto Quatro seria mais bem discutido bilateralmente, já que esta era a melhor maneira de se alcançar "os interesses de cada país".[732] A mesma atitude se encontra na falta de interesse deliberada do Itamaraty na proposta de uma Conferência Econômica em Buenos Aires para melhorar algumas das propostas econômicas da Conferência de Bogotá, baseado no fato que "o governo brasileiro, no plano econômico do Continente, sempre se inclinou mais pelas soluções bilaterais, que pelas multilaterais".[733]

2.

Os Estados Unidos estavam determinados a negar ao Brasil quaisquer privilégios econômicos ou militares por meio de acordos bilaterais, já que os interesses maiores dos Estados Unidos estavam agora na Europa e na Ásia. A consolidação política do continente americano havia sido alcançada por meio do TIAR (1947) e a Organização dos Estados Americanos (1948). Não haveria, portanto, um "Plano Marshall" para a América Latina.

Em termos de assistência econômica, os Estados Unidos justificavam seus esforços fora do continente baseados no fato de que "nossa capacidade produtiva é limitada e... por enquanto, por motivos humanitários, assim como por motivos políticos vitais, a reabilitação das áreas de guerra é para o bem de todas as nações democráticas".[734] Por esta razão básica, Washington não se dispunha a fornecer assistência financeira em grande escala e se limitou ao programa contínuo de assistência técnica, particularmente o treinamento industrial e para a área de saúde sob o "Ponto Quatro". Não é

[731] Muniz (DELBRASONU) para o MRE, 5, 28 de fevereiro de 1949, AHI/DE/ONU/Cartas-telegramas Recebidas.
[732] MRE para a delegação brasileira na OEA, 2 de maio de 1949, AHI/DE/OEA/Cartas-telegramas Expedidas.
[733] H. Accioly (representante brasileiro na OEA) para o MRE, 11 de abril de 1949, AHI/DE/OEA/Ofícios Recebidos. MRE para a delegação brasileira na OEA, 18 de março de 1950, AHI/DE/OEA/Cartas-telegramas Expedidas.
[734] Memorando do DS, NA/RG 59 832.001 Dutra, G./5-1749.

de se admirar que o Departamento de Estado se opusesse consistentemente a quaisquer empréstimos de outros órgãos de governo estadunidenses para o governo brasileiro ligados ao desenvolvimento da exploração do petróleo.[735] O governo brasileiro conseguiu garantir somente recursos para a continuação dos projetos da siderúrgica de Volta Redonda e do complexo hidrelétrico de Paulo Afonso, no Nordeste. O governo Truman estava interessado principalmente em financiar a exploração de matérias-primas brasileiras (e de outros países latino-americanos).[736]

Como no passado, o governo Truman e o Congresso buscavam as melhores oportunidades para o investimento privado estadunidense para que ao capital estrangeiro investido no Brasil fosse "concedido um tratamento justo e não discriminatório, e que não houvesse barreiras discriminatórias impedindo a transferência ou repatriação de tal capital ou seus ganhos".[737] As empresas − em perfeita harmonia com o governo estadunidense – também queriam total liberdade de ação no Brasil. Os representantes do "big business" estadunidense disseram claramente aos diplomatas brasileiros que mesmo a exploração de recursos minerais brasileiros só melhoraria quando e se o governo brasileiro desse todas as garantias que eles pediam. Se estas não fossem concedidas, eles se voltariam para outras partes do mundo política e socialmente estáveis, mesmo que se revelassem mais custosas.[738]

Em termos de assistência militar bilateral, o grande número de oficiais estadunidenses servindo na Comissão Militar Mista Brasil-Estados Unidos no Rio de Janeiro poderia sugerir que o Brasil tinha um papel importante na política militar dos Estados Unidos para a América Latina. Na verdade, estes militares estavam preocupados principalmente com a organização, treinamento e doutrinação das forças armadas brasileiras no modelo estadunidense. As ligações estabelecidas entre as forças armadas brasileiras e estadunidenses relativas a suprimentos militares, a principal exigência brasileira, eram tão estreitas que "nenhuma grande decisão com relação às políticas gerais ou o reequipamento seria tomada por qualquer um dos ministérios das forças armadas brasileiras sem o aconselhamento e aprovação da US Service Mission para corroborá-la".[739] Não surpreende pois, que oficiais da Comissão confessassem a seus colegas britânicos no

[735] Accioly para o MRE, 9 de maio de 1949, AHI/DE/UPA-OEA/ Cartas-telegramas Recebidas.

[736] Mello Franco (ministro brasileiro plenipotenciário em Washington) para o MRE, 16 de agosto de 1950, AHI/MDB/Washington/ Cartas-telegramas Recebidas.

[737] "Draft of Policy Statement", DS, NA/RG 59 711.32/7-248. Ver também Fontoura para Vargas, GV 50.01.24/2; e Mello Franco para Fernandes, 28 de setembro de 1949, AHI/MDB/ Washington/Ofícios Recebidos.

[738] Correia da Costa (OEA) para o MRE, 23 de outubro de 1948, AHI/UPA-OEA/Cartas-telegramas Recebidas.

[739] Adido naval britânico para o *Foreign Office*, 7 de julho de 1950, FO 371 81287 (AB1192/1). O pessoal da Comissão Militar Mista Brasil-Estados Unidos no Rio incluía 105 oficiais (20 dos quais eram da marinha, 40 do exército e 45 da força aérea) e 180 soldados (dos quais 65 pertenciam à marinha, 35 ao exército e 80 à força aérea).

Rio de Janeiro que por motivos políticos, era impossível dar ajuda concreta a um país sul-americano em preferência a outro.[740] Ademais, o governo dos Estados Unidos havia decidido que "Washington não garantirá ao Brasil vis-à-vis a Argentina qualquer margem de superioridade militar que possa ter existido no final do conflito" (Segunda Guerra Mundial).[741] Na verdade, o grande elenco militar estadunidense na Comissão Militar Mista Brasil-Estados era meramente um meio pelo qual os Estados Unidos podiam controlar o "nível ideal" das forças armadas latino-americanas.

Em termos da América Latina como um todo, a cúpula militar estadunidense considerava o Tratado Interamericano de Assistência Recíproca necessário para assegurar "a segurança do hemisfério ocidental, e o acesso dos Estados Unidos aos recursos do hemisfério que seriam essenciais para qualquer projeção transoceânica de um grande poder ofensivo estadunidense."[742] Neste sentido, o Tratado deveria ser visto como um instrumento de objetivos estratégicos estadunidenses na América Latina. Estes objetivos incluíam:

- produção e entrega contínua e aumentada de matérias-primas estratégicas essenciais;
- manutenção em cada nação de estabilidade política e segurança interna para assegurar a proteção das instalações das quais a produção e entrega de materiais estratégicos dependia;
- cooperação mútua entre todas as nações latino-americanas em apoio aos Estados Unidos;
- proteção das linhas de comunicação vitais;
- provisão, desenvolvimento, operação e proteção pelas nações latino-americanas das bases que pudessem ser requisitadas pelos Estados Unidos;
- proteção coordenada por nações-membros de suas próprias áreas nacionais de invasão e ataque.[743]

Estes objetivos foram apresentados como parte das instruções dadas ao delegado-sênior dos Estados Unidos no Conselho Interamericano de Defesa pelo secretário de Defesa. Estas instruções ligavam o Tratado ao reforço das economias latino-americanas como produtoras de matérias-

[740] Como a nota 739.
[741] Lovett (DS) para AMEMBASSY Rio, 22 de outubro 1948, HTL/PSF.
[742] Relatório para o Conselho Nacional de Segurança redigido pelo Secretário de Defesa sobre a política de colaboração militar dos EUA sob o Tratado, 31 de agosto de 1949, HTL/PSF.
[743] Memorando para o delegado-sênior, delegação estadunidense, Conselho de Defesa Interamericano, Anexo ao Relatório (nota 742).

-primas, e ao mesmo tempo tentavam assegurar estabilidade social e econômica para proteger o modelo econômico de interesse dos Estados Unidos. O tratado também estava projetado para assegurar o apoio latino-americano aos Estados Unidos e às atividades estratégicas estadunidenses. As instruções incluíam ainda declarações de políticas sobre a defesa nacional dos países latino-americanos. Do ponto de vista dos Estados Unidos, o Tratado era mais um canal de articulação político-militar de sua hegemonia no continente que um tratado de defesa hemisférica. Ele visava consolidar as partes e a totalidade do sistema regional ao invés de defendê-lo contra uma ameaça externa.

3.

Para manter boas relações com o Brasil e se opor ao sentimento anti-EUA cada vez maior no país, gerado pelo movimento nacionalista, o governo dos Estados Unidos adotou mais uma vez uma política de gestos simbólicos com o propósito de restaurar um sentido de importância ao Brasil e assegurar sua boa vontade.

O melhor exemplo desta política foi a resposta estadunidense ao memorando do general Obino. Os brasileiros em geral estavam cientes da diferença entre como Estados Unidos estavam tratando a América Latina e os países europeus favorecidos pelo Plano Marshall. O Departamento de Estado estava completamente ciente do fato de que a resposta dos Estados Unidos à iniciativa brasileira representada pelo memorando de Obino não atendia às expectativas do Brasil e não melhoraria as relações Brasil-Estados Unidos. Algo tinha que ser feito para "provar" a posição inquestionável do Brasil.[744] Seguindo uma sugestão feita pelo Itamaraty, o governo estadunidense, então, convidou o presidente Dutra a visitar os Estados Unidos.

Feito este gesto, e com a visita planejada para maio de 1949, o Departamento de Estado se viu na curiosa posição de ter que organizar algo para apresentar como "resultado" da visita do presidente Dutra.[745] A solução foi pegar uma convenção sobre desenvolvimento econômico que já fora apresentada à Costa Rica, fazer pequenos ajustes e apresentá-la como um instrumento "para promover relações mais próximas entre o Brasil e os Estados Unidos".[746]

[744] Johnson para o Secretário de Estado, NA/RG 59 711.32/12-1648; Clark para Woodward, 711.32/12-1648; Daniels para Lovett, 711.32/2-1648; Clark para Woodward, 711.32/2-1148.
[745] Memorando de Clark, NA/RG 59 832.001 Dutra, G./1-3149; Clark para Woodward e Daniels, 711.32/2-1149.
[746] Memorando de Clark e anexo do "Draft of Convention", NA/RG 59 832.001/5-449.

A visita do presidente Dutra aos Estados Unidos ocorreu entre 18 e 27 de maio de 1949. Em sua conclusão, foi emitido um comunicado conjunto afirmando que as recomendações da Missão Abbink ao governo brasileiro seriam aperfeiçoadas: os investimentos estrangeiros privados no Brasil seriam estimulados por ambos os governos; seria firmada uma convenção sobre impostos; e seriam consideradas as possibilidades de empréstimos estadunidenses para o Brasil através do Eximbank e do Banco Mundial.[747] A visita de Dutra aos Estados Unidos foi considerada pelo Itamaraty como "um passo importante para a compreensão mútua e o fortalecimento econômico entre os dois países".[748]

Outra visita, desta vez pelo ministro da Fazenda brasileiro, para aperfeiçoar estes arranjos, revelou a verdadeira natureza das propostas estadunidenses. A ajuda financeira estadunidense através do Eximbank e do Banco Mundial estaria mais bem assegurada se fossem oferecidas condições favoráveis ao capital privado estadunidense no Brasil. Neste contexto, seriam firmadas algumas convenções pelos dois países para remover alguns pontos de incerteza, como a legislação brasileira sobre a repatriação dos ganhos em capital de investimentos estrangeiros.[749]

4.

O alinhamento oficial do Brasil aos Estados Unidos continuou a ser sinônimo de antissovietismo e medo da revolução social. Assim, a política externa do Brasil foi perfeitamente representada pelos pressupostos da guerra fria e as ações do Itamaraty foram consistentes com esta visão ideológica da política internacional até o fim da década.

Em 1949, o governo brasileiro decidiu reatar relações diplomáticas com a Espanha em nível de embaixada. Deve-se recordar que uma resolução das Nações Unidas em 1946 havia levado à retirada do embaixador brasileiro em Madri. De acordo com observações britânicas, a decisão do Brasil de retomar relações diplomáticas com a Espanha "na verdade foi ditada pela consideração de que a Espanha de Franco, quaisquer que fossem seus defeitos, era firmemente anticomunista e por isso deveria ser apoiada".[750] Desde 1947, o Itamaraty se opusera a quaisquer sanções adicionais à Espanha sob o argumento político da não intervenção.

[747] Relatório anual de 1949, 9 de janeiro de 1950, FO 371 81248 (AB1011/1).
[748] JORNAL DO COMMERCIO, *A Política Exterior do Brasil na Gestão do Chanceler Raul Fernandes* (Rio de Janeiro, 1951), pp. 75-76.
[749] Memorando de Bulhões, anexo. Nabuco para Fernandes, 19 de janeiro de 1950, AHI/MDB/Washington/Ofícios Recebidos.
[750] Relatório anual de 1949, 9 de janeiro de 1950, FO 371 81248 (AB1011 /1).

O não intervencionismo, contudo, era uma doutrina política e como tal, estava subordinado às principais considerações ideológicas brasileiras. O Itamaraty apoiava a intervenção ocidental na Grécia baseado no fato que "o caso grego era um reflexo da guerra política desencadeada pelo comunismo internacional nos diversos países, para dominar o mundo".[751] O Itamaraty igualmente lamentou a revolução socialista na China e estava "naturalmente oposto a conceder qualquer forma de reconhecimento à República Popular da China".[752]

A mesma coerência ideológica esteve presente caso coreano. O Brasil apoiou a posição dos Estados Unidos nesta questão e reconheceu o governo da República da Coreia (Coreia do Sul) em 1949.[753] Quando as tropas norte-coreanas cruzaram o paralelo 38 e a guerra estourou em meados de 1950, o Brasil apoiou uma resolução no Conselho da OEA declarando sua concordância com propostas estadunidenses de dar assistência à República da Coreia. Além disso, em novembro de 1950, quando o governo estadunidense propôs nas Nações Unidas uma resolução acusando a República Popular da China de ser culpada de agressão e exigindo a retirada de suas tropas, o Brasil votou com os Estados Unidos.[754] Porém, quando Washington pediu a colaboração militar brasileira, o governo Dutra se esquivou de dar uma resposta positiva, não somente por causa de problemas logísticos, mas também porque eleições presidenciais aconteceriam em outubro de 1950. Não seria justo fazer um compromisso que o próximo governo teria que honrar, já que este poderia ter uma visão diferente sobre a guerra da Coreia.[755] Como em outras repúblicas latino-americanas, criou-se um desconforto popular no Brasil com rumores de que tropas seriam mandadas à Coreia, e o ministro da Guerra teve que negá-los oficialmente.[756] O governo brasileiro, contudo, estava disposto a oferecer materiais estratégicos e outros suprimentos às tropas da ONU gratuitamente, e o presidente Dutra pediu ao Congresso Nacional que autorizasse a soma de 50 milhões de cruzeiros (cerca de 2,7 milhões de dólares) como contribuição para o esforço de guerra.[757] Depois que a China se envolveu no conflito em novembro de 1950, o ministro Fernandes defendeu a necessidade de novas iniciativas brasileiras e instou o novo governo a agir na mesma linha.[758] Apesar de certas limitações, o governo Dutra estava completamente comprometido com a causa da guerra fria.

[751] Fernandes para o MRE, 2 de novembro de 1948, AHI/DE/ONU/Cartas-telegramas Recebidas.
[752] Relatório anual de 1949, 9 de janeiro de 1950, FO 371 81248 (AB1011/1). Ver também JORNAL DO COMMERCIO, *op. cit.*, p. 61.
[753] Freitas Valle (MRE) para Nabuco (BRASEMB Washington), 13 de junho de 1949, AHI/MDB/Washington/Despachos.
[754] J. L. Mecham, *The United States and Inter-American Security, 1889-1960* (Austin, 1961), pp. 429-430.
[755] Mello Franco (BRASEMB Washington) para Fernandes, 15 de agosto de 1950, AHI/MDB/Washington/Ofícios Recebidos.
[756] F. Parkinson, *Latin America, the Cold War and the World Powers, 1945-1973* (Beverly Hills/Londres, 1974), p. 23.
[757] Butler para o *Foreign Office*, 9 e 14 de setembro de 1950, FO 371 81260 (AB1071/1, 3).
[758] Entrevista na *Tribuna da Imprensa*, Rio de Janeiro, 7 de dezembro de 1950. Ver também AHI/Maço nº 37944.

Conclusões

O estudo das relações internacionais do Brasil durante a década de 1940 sugere um conjunto de temas de interesse para historiadores e cientistas sociais. O tipo de relações exteriores que se estabeleceu entre o Brasil e outros países – especialmente os Estados Unidos – durante a década nos permite discutir não apenas o lugar do Brasil nas relações internacionais, mas também as íntimas inter-relações entre suas políticas externa e interna.

As relações Brasil e Estados Unidos durante a década de 1940 evidenciam a complexidade dos vínculos que têm que ser estabelecidos entre uma grande potência e seus aliados subordinados na criação de um *sistema de poder* no plano internacional. Uso a expressão *sistema de poder* para descrever uma constelação de estados composta por um centro (a grande potência) no qual as principais decisões são tomadas, e sua área de influência (os Estados aliados subordinados). Esta subordinação pode variar em natureza e grau, mas uma característica se mantém constante: o centro tem a capacidade de agir autonomamente como Estado soberano e, ao mesmo tempo, exercer algum nível de influência sobre os outros Estados do *sistema*. Esta capacidade foi chamada de *hegemonia* por alguns autores.[759]

O processo de implantação do *sistema de poder* dos Estados Unidos na Segunda Guerra Mundial e o papel desempenhado pelo Brasil neste processo sugere alguns pontos para discussão:

[759] A. Gramsci, *Maquiavel e a Política do Estado Moderno* (Rio de Janeiro, 1968), pp. 191-192. Na mesma linha, ver o conceito de "esfera de influência", T. G. Patterson, *On Every Front* (Nova York/Londres, 1979), p. 35.

a) a existência de uma clara intenção de criar um *sistema de poder* a partir da América Latina;
b) a natureza dos vínculos econômicos estabelecidos entre a grande potência e os aliados subordinados;
c) os esforços de articulação política e militar entre os dois polos do sistema;
d) a geração e disseminação de uma ideologia política que racionaliza a assimetria básica de poder que caracteriza o sistema.

a) O estudo das relações Brasil-Estados Unidos sugere que desde antes do irromper da guerra era evidente e clara a intenção dos Estados Unidos de se construir como grande potência. Não se tratava apenas de assegurar a *colaboração* política e econômica brasileira. A atuação estadunidense envolvia toda uma série de iniciativas para "eliminar" a influência do Eixo – o que implicava necessariamente o estabelecimento de sua própria influência – na economia, na organização militar, nos meios de controle social, na política externa e assim por diante. Esses esforços deliberados de manipular a política do Brasil (e de outros países latino-americanos) constituíram um passo importante na construção do *sistema de poder* dos Estados Unidos.

Pode-se argumentar que os *policy-makers* dos Estados Unidos *a priori* não tinham uma visão da dimensão e força do sistema que estavam edificando nestes anos. É certo que frequentemente eles atuaram em resposta a circunstâncias e acontecimentos fora de seu controle. Mas por outro lado, é também verdade que eles tinham objetivos concretos voltados à ampliação do poder dos Estados Unidos, e estes objetivos implicavam a criação de um novo *sistema de poder*, que substituiria o das potências europeias em declínio. De 1939 em diante, a preparação dos Estados Unidos para entrar na guerra foi cuidadosa.[760] Suas iniciativas nas conferências dos Aliados de 1943 em diante, que visavam estabelecer regulamentos supranacionais para ajudar a recuperação tanto das economias capitalistas quanto da ordem política internacional, iam muito além dos seus "interesses nacionais" e oferecem evidência clara de suas intenções na política internacional.[761]

[760] Richard Steele lembra que os planos militares para uma ação estadunidense que se antecipasse a uma possível expedição alemã ao Brasil "não satisfizeram o Presidente (Roosevelt), que buscava projetar o poder americano, e não somente proteger o território americano". R. Steele, *The First Offensive 1942: Roosevelt, Marshall and the Making of American Strategy* (Bloomington/Londres, 1973), p. 6.

[761] Em *The Logic of World Power* (Nova York, 1974), Franz Schurman frisa que a busca pelos Estados Unidos de regulamentação supranacional é a principal característica do imperialismo contemporâneo, em contraste com a busca de interesses puramente nacionais, que ele chama de expansionismo.

Algumas análises históricas e políticas, especialmente a abordagem da "política burocrática" desenvolvida pelo cientista político estadunidense Graham Allison, tendem a negar a natureza consistente das decisões políticas internacionais dos Estados Unidos ou até da política externa em geral. Em seu estudo da Crise dos Mísseis de 1962, Allison nega a existência de um ator claro e destacado ("a nação"), ou de uma diretriz ("o interesse nacional") no processo decisório da política externa. Ele se concentra nas divisões e lutas entre diversos atores do governo (órgãos e indivíduos) e argumenta que as políticas na sua forma acabada surgem dessas lutas, representando a vitória de um ator sobre os outros ou um acordo entre eles.[762] Ele dá ênfase, portanto, ao alto grau de indeterminação da decisão final. O extenso poder dos Estados Unidos no pós-guerra deve ser visto, por este tipo de interpretação, como mero resultado de decisões *ad hoc* e não de uma meta predeterminada. Esta abordagem foi aplicada às políticas estadunidenses na América Latina na década de 1940 por Christopher Mitchell, na tentativa de demonstrar que a política dos Estados Unidos era fragmentada, confusa e até contraditória, devido à variedade de coalizões entre atores no interior do governo.[763]

Que em certos níveis do processo decisório haja um alto grau de indeterminação, não resta dúvida. Que diferentes atores relevantes tenham diferentes perspectivas de ação e que se deva levar em consideração estas diferenças na análise histórica, também é ponto pacífico. Entretanto, quando se olha além das decisões cotidianas e se busca uma visão mais ampla do quadro geral – ou seja, os grandes objetivos dos Estados Unidos com relação à América Latina em geral e ao Brasil em particular – nota-se que os vários órgãos e indivíduos no governo dos Estados Unidos podiam até diferir nos métodos, mas perseguiam uma série bem definida de objetivos.

É lógico que existiam facções: o Departamento de Estado não concordava com o Tesouro sobre a melhor política econômica para o Brasil em 1939/40; em 1942, a Missão Cooke recomendava políticas que o Departamento de Estado não poderia aceitar; a embaixada estadunidense no Rio de Janeiro discordou da política petrolífera dos Estados Unidos para o Brasil em 1945; e as forças armadas dos Estados Unidos diferiam do Departamento de Estado sobre a FEB em 1942/43, e sobre a questão do fornecimento de armas no período posterior à guerra.[764] Havia, contudo,

[762] Ver G. Allison, *Essence of Decision* (Boston, 1971).

[763] C. Mitchell, "Dominance and Fragmentation in US Latin American Policy", in J. Cotler & R. Fagen (orgs.), *Latin America and United States. The Changing Political Realities* (Stanford, 1974).

[764] Critiquei a abordagem da política burocrática com mais detalhe em *Autonomia na Dependência*, pp. 29-32. Uma visão crítica semelhante pode ser encontrada em C. A. MacDonald, "The politics of intervention: The United States and Argentina,

objetivos de longo alcance compartilhados pelos "policy-makers". Este estudo mostra a consistência e deliberada persistência do governo Roosevelt na sua política brasileira e latino-americana na década de 1940. Assim, a abordagem da "política burocrática" pode servir como método para descrever fatos relevantes, mas é incapaz de oferecer uma explicação acurada.

b) Os ajustes econômicos entre Estados Unidos e seus aliados subordinados na América Latina, na moldura do "livre comércio", tinha-se iniciado em meados da década de 1930. A guerra significou tanto uma limitação quanto uma oportunidade de aperfeiçoar tais ajustes, necessários ao *sistema de poder*. Foi uma limitação na medida em que as relações comerciais foram drasticamente reduzidas, ocorrendo certa substituição de importações através de um processo de industrialização em diversos países latino-americanos, inclusive no Brasil. Por outro lado, a guerra melhorou a posição já existente do Brasil e de outros países latino-americanos como fornecedores de matérias-primas e alimentos aos Estados Unidos. A grande potência tentou manter este padrão após a guerra. Nos anos seguintes, ela insistiu consistentemente na manutenção da velha divisão internacional do trabalho em que os bens manufaturados eram produzidos pelos países desenvolvidos e os produtos primários, pelos países subdesenvolvidos. A falta de disposição dos Estados Unidos de prover empréstimos governamentais para projetos brasileiros de industrialização em larga escala tornou-se clara com a Missão Abbink em 1948.

Os ajustes econômicos entre o centro e seus aliados subordinados podem ser mal compreendidos de duas maneiras. A primeira consiste em considerá-los instrumento de criação de uma interdependência capaz de oferecer benefícios a todos os componentes do sistema, em termos da complementaridade harmoniosa de interesses. A noção do "caráter essencialmente agrícola" do Brasil (ou de sua "vocação agrícola") propalada na década de 1940 é exemplo dessa visão de "harmonia econômica", que embora fosse disseminada pelo centro do sistema, era também apoiada por setores políticos de importância nos Estados aliados subordinados. Na segunda maneira, as relações econômicas entre o centro e o restante do sistema seriam de pura exploração. Embora essa afirmativa seja genericamente verdadeira, pois não há dúvida quanto à assimetria

1941-1946", *Journal of Latin American Studies*, v. 11, n. 2, 1980. MacDonald também argumenta que a abordagem da política burocrática subestima os objetivos compartilhados por *policy-makers* rivais em Washington. As divisões sobre o problema da Argentina eram sobre como os objetivos podiam ser mais bem atendidos, mas não sobre os objetivos propriamente ditos.

das relações, tem que haver um mínimo de interesses comuns e benefícios mútuos para que o sistema opere. O ajuste não pode ser visto como simples imposição.

Várias circunstâncias, internas e externas, podem colocar um aliado fraco e subordinado numa posição de força relativa, que ele poderá manipular em seu benefício. Nesse sentido, as relações assimétricas podem pesar mais para certos países do que para outros. No caso brasileiro, embora as circunstâncias específicas da guerra permitissem uma ênfase no padrão *econômico* tradicional, as circunstâncias *políticas*, contudo, permitiam que o governo brasileiro prosseguisse com o projeto da usina siderúrgica de Volta Redonda. Através desta concessão, os Estados Unidos asseguraram os ajustes necessários à obtenção de outras metas econômicas no Brasil durante a guerra, particularmente o controle de suas matérias-primas estratégicas.

c) Uma análise semelhante pode ser feita da coordenação de interesses políticos entre o centro e os aliados subordinados. A grande potência era obrigada a oferecer benefícios aos aliados que fossem minimamente significativos para assegurar a estabilidade do *sistema de poder*. Por essa razão, apesar da diferença enorme de poderio militar entre a grande potência e seus aliados potenciais, a criação de um sistema de alianças entre eles passou por negociações políticas tanto multilaterais quanto bilaterais.

O ajuste político multilateral entre a grande potência e seus aliados consolidou-se rapidamente, no início da década de 1940. De um lado, os aliados mais fracos estavam interessados em participar no "sistema interamericano" por suas próprias razões de segurança. De outro, o sistema provia uma base em termos de recursos materiais e políticos para o desenvolvimento dos Estados Unidos como grande potência. O ajuste dos interesses dos países latino-americanos em âmbito continental se articulou por meio das conferências pan-americanas e se expressou nas resoluções, tratados e estabelecimento de mecanismos de consulta. Estes constituíam os instrumentos jurídicos mediante os quais a continuidade do "sistema interamericano" ficava assegurada. As relações políticas bilaterais tiveram que superar inúmeros problemas específicos, mas, nesse caso, a possibilidade de apoio estadunidense à permanência de regimes estabelecidos facilitava o entendimento. No caso brasileiro, por exemplo, a estabilidade do regime de Vargas era do interesse do governo dos Estados Unidos durante a guerra. De outro lado, o Brasil era um aliado fiel dos Estados Unidos na sua política latino-americana.

Em nível militar, o ajuste também avançou mediante negociação. Em termos multilaterais, a aliança proposta pela grande potência não objetivava a inclusão de seus aliados mais fracos no processo de tomada de decisões sobre a defesa continental. De seu ponto de vista, as *alianças* militares não visavam necessariamente o fortalecimento do sistema global com vistas à intervenção na guerra. George Liska sugeriu que a aliança entre um centro forte e um aliado fraco é mais bem compreendida como instrumento de *controle interno* do sistema como um todo e cada uma de suas partes.[765] Desse modo, o papel atribuído pela grande potência às forças armadas de seus aliados era o de manter a ordem interna em seus respectivos territórios. A análise do TIAR (1947) e seus desdobramentos apresentada aqui evidenciou exatamente essa dimensão. A questão do controle interno ficou também evidente nas relações bilaterais, desde a chegada das missões militares dos Estados Unidos ao Brasil em 1940. O ajuste nesse caso não foi facilmente atingido, porque as autoridades militares estadunidenses queriam ser as responsáveis pela defesa das águas territoriais brasileiras, já que estas eram vistas como parte integrante de sua estratégia global. Embora as conversações iniciais tivessem sido tensas e difíceis, elas foram afinal tão bem sucedidas que as autoridades militares brasileiras se tornaram o baluarte da política de alinhamento aos Estados Unidos nos anos que se seguiram à guerra. Nesse caso também, a grande potência foi instada a fazer certas concessões a seu aliado menor, como parte do ajuste.

d) As relações assimétricas entre o centro e os aliados subordinados do *sistema de poder* exigem algum tipo de legitimação à hegemonia como um fato natural ou necessário à existência do sistema, e cuja finalidade última consiste em evanescer a percepção de dominação política. Esta ideologia política se apresenta como sendo para o "bem comum" de todos os países envolvidos e não como benefício unilateral para a grande potência. Ela traduz em consenso o que de fato são aspectos contraditórios do *sistema de poder*, disseminando "valores", "pontos de vista" e "perspectivas" geradas pelo sistema.[766]

A criação e a disseminação de uma ideologia política articulada ao *sistema de poder* dos Estados Unidos podem ser detectadas em muitos centros de decisão do governo estadunidense. Um dos mais importantes,

[765] G. Liska, *Nations in Alliance* (Baltimore, 1962), parte I, cap. 3.

[766] A "ideologia política" como uma questão teórica foi discutida por Mário Machado em "Political Socialization in Authoritarian Systems" (Tese de doutorado, Universidade de Chicago, 1975) e em "Ideologia, socialização política e dominação", *Dados*, v. 23, n. 2, 1980. Uma comparação entre esta abordagem e a da "cultura política", frequentemente adotada por estudiosos estadunidenses, pode ser encontrada em G. Moura, *op. cit.*, pp. 35-37 e 45-47. George Liska também estudou a ideologia das alianças enfatizando a solidariedade e os interesses comuns. G. Liska, *op. cit.*, parte I, cap. 2.

embora não o único, no caso da América Latina, era o OCIAA, onde houve intensa discussão sobre "o melhor tema" para a coordenação de povos e governos de origem latina. A "filosofia" adotada e disseminada pelo OCIAA através do continente foi a da "colaboração hemisférica" e do "Pan-Americanismo".[767] Esta abordagem retórica foi amplamente adotada por departamentos e órgãos do governo estadunidense, bem como por chancelarias latino-americanas. Na medida em que a disseminação de uma ideologia política tornou-se de interesse vital para os Estados Unidos, passou a merecer um detalhado planejamento governamental. E essa tarefa foi desempenhada especialmente pelo OCIAA, por meio de atividades pervasivas em todos os níveis da vida social na América Latina. Estas traziam, juntamente com a mensagem de colaboração hemisférica, a convicção da *superioridade militar* dos Estados Unidos e a visão do país como *modelo civilizatório*. Desta forma, os interesses nacionais e internacionais dos Estados Unidos foram apresentados ao restante do continente como expressão da "colaboração hemisférica". A noção se adequava perfeitamente ao papel de ideologia política requerida pelo *sistema de poder* em formação.

O caráter instrumental da colaboração hemisférica ficou claro ao final da Segunda Guerra Mundial, quando os Estados Unidos ampliaram a esfera de seus interesses políticos e se tornaram uma potência mundial com intenções de estabelecer uma nova ordem internacional. O escopo desta regulação política tipicamente imperialista em natureza havia se ampliado e, por essa razão, as "mensagens" do *sistema de poder* igualmente se ampliaram. No início da década de 1940, a América Latina era a fronteira dos objetivos imperialistas dos Estados Unidos, e o Pan-Americanismo (ou a solidariedade hemisférica) era a sua ideologia correspondente. Depois da guerra, os Estados Unidos adotaram o papel de "defensores da civilização ocidental" ou "mundo livre" contra o "comunismo internacional". A esta altura, a "solidariedade hemisférica" perdeu sua principal razão de ser, tanto como política planejada como quanto ideologia a ser disseminada.

* * *

Outro tema de largo espectro das relações exteriores brasileiras é o grau de liberdade de que um país como o Brasil poderia usufruir nas conjunturas dos anos quarenta. A tentação aqui é de concentrar-se nas

[767] Reunião da *Policy Committee* da Divisão de Relações Culturais do Gabinete do Coordenador do OCIAA, 27 de setembro de 1940; reunião da *Policy Committee* do Gabinete do Coordenador, 14 de outubro de 1940; ambos em NA 229.10 – Minutes of meetings. Estas reuniões também consideraram o tema "democracia", mas concluíram que não teria muito apelo para muitos governos ao sul do Rio Grande.

formulações e iniciativas diplomáticas, que podem dar a impressão de um grau de liberdade bastante alto, ou de dar ênfase às limitações externas a essa liberdade, sugerindo que no fundo o Brasil não gozava de liberdade alguma. Na verdade, havia tanto limitações quanto possibilidades para a ação brasileira, mas isso nem sempre é reconhecido pelos estudiosos do período. Para Luciano Martins, por exemplo, o jogo político de Vargas entre a Alemanha e os Estados Unidos revelava algo mais que o desejo de tirar vantagens da situação, de modo a aumentar o seu poder de barganha. Segundo ele, o jogo revelava um grande temor de escolher o lado errado, o lado dos vencidos. Por esta razão, ele argumenta que o governo brasileiro somente chegou a uma decisão quando o resultado da Segunda Guerra tinha se tornado claro na Conferência de Casablanca em 1943.[768] O pressuposto de Martins é de que havia um amplo leque de opções aberto às elites brasileiras e que estas podiam aguardar o melhor momento para escolher o lado certo. Mas este não parece ter sido o caso. As exigências brasileiras aos Estados Unidos não encontraram ressonância favorável em função do poder do Brasil, mas pelo fato de terem sido feitas no momento adequado, ou seja, quando os Estados Unidos realmente *precisaram* assegurar-se da solidariedade continental e de uma contribuição decisiva do Brasil ao seu esforço de guerra. Como vimos, esse *turning point* ocorreu muito antes da Conferência de Casablanca, num momento determinado pela ofensiva maciça dos Estados Unidos e não pela livre escolha das "elites" brasileiras.

Se Luciano Martins dá ênfase à liberdade de escolha do Brasil, Roberto Gambini e Marcelo de Paiva Abreu sublinham as limitações da sua política exterior. Para eles, a economia brasileira estava submetida a tamanhas pressões das economias desenvolvidas, que não havia liberdade de ação para os líderes brasileiros. Para Gambini, a capacidade de barganha do Brasil somente ocorreu quando as grandes potências mergulharam na crise econômica.[769] No entanto, a crise econômica nos países desenvolvidos não beneficiou automaticamente a periferia do sistema. Os benefícios dependeram de *políticas* adotadas ou não pelos Estados; no caso brasileiro, constituíram o resultado de coalizões políticas do governo Vargas e sua operação no plano econômico. Já a interpretação de Abreu é que os ganhos brasileiros foram resultado do autointeresse esclarecido dos Estados Unidos com relação à situação latino-americana.[770] Mas a capacidade estadunidense de produzir alinhamentos à sua política

[768] L. Martins, *Pouvoir et Développement Économique* (Paris, 1976).
[769] R. Gambini, *O Duplo Jogo de Getúlio Vargas* (São Paulo, 1977).
[770] M. P. Abreu, "Brazil and the World Economy, 1930-1945" (Tese de doutorado, Universidade de Cambridge, 1977), pp. 7-9.

na América Latina tem que ser matizada no caso brasileiro. Washington necessitava de tantas concessões políticas e econômicas do Brasil e, ao mesmo tempo, encontrava tanta resistência, que foi obrigado a *negociar* seriamente com o Rio de Janeiro. E uma negociação pressupõe uma capacidade de barganha da parte do país mais fraco.

Portanto, é necessário reconhecer ao mesmo tempo as *limitações* e *possibilidades* do governo brasileiro na política internacional. Embora os líderes brasileiros pudessem agir apenas dentro de certos limites, eles não eram somente objeto das decisões de outros. A política externa brasileira não era totalmente autodeterminada nem inteiramente produzida por condicionamentos externos.

* * *

Aqui nos defrontamos com outra questão: as condições que permitem a um aliado subordinado, num dado *sistema de poder*, exercer alguma capacidade de ação independente. Uma resposta óbvia a esta questão estaria relacionada com o grau de abertura da situação internacional ou, de outro lado, o grau de consolidação do *sistema de poder*. Esta abertura pode ser, é claro, ampliada por um acontecimento particularmente importante como uma guerra. Se, por um lado, a guerra aumentou a polarização absoluta tornando a neutralidade difícil para países pequenos, por outro, dava inesperada importância a outros, em virtude de sua situação política, econômica ou estratégica. Este foi exatamente o caso do Brasil na década de 1940. Durante o processo de abertura relativa dos anos 30, o Brasil fez o jogo da equidistância ou equilíbrio pragmático face às grandes potências. A guerra pôs um fim a este jogo e forçou os políticos brasileiros a definir suas posições com clareza. Em contrapartida, estes logo se conscientizaram da importância do Brasil para o esforço de guerra estadunidense, uma circunstância que magnificou de forma clara a capacidade de negociação do Brasil em suas relações internacionais.

Outra condição para que um país mais fraco venha a desempenhar um papel significativo na política internacional é o equilíbrio político interno. Dependendo deste, o aliado subordinado pode simplesmente se acomodar às exigências da grande potência (uma integração silenciosa no *sistema de poder*) ou buscar ativamente a ampliação de seu campo de manobra, isto é, a ampliação de seu poder de barganha. A direção da política interna depende não somente dos interesses do Estado, mas também de como as diferentes classes sociais se relacionam com a política externa e

como atuam para atingir seus objetivos. Neste contexto, outro fator entra em jogo: até que ponto os valores fundamentais secretados do centro do *sistema* são assimilados e traduzidos no contexto nacional. Quanto maior o grau de assimilação, menor a capacidade de ação autônoma por parte do aliado subordinado.

A combinação destas várias condições externas e internas permite compreender as profundas mudanças ocorridas durante a transição do governo Vargas (1939-1945) ao de Dutra (1946-1950), a despeito de formalmente terem políticas externas semelhantes, ou seja, de alinhamento aos Estados Unidos. No entanto, o governo Dutra não tinha condições nem desejo de produzir a essência da política de Vargas. No tempo de Getúlio, o alinhamento aos Estados Unidos fora ditado pela necessidade politicamente bem sucedida de gerar ganhos econômicos, políticos e militares para o Brasil. O alinhamento no tempo de Dutra foi igualmente ditado pelas circunstâncias, mas tornara-se agora o próprio objetivo da política exterior; suas demandas econômicas, políticas e militares estavam submetidas ao objetivo maior. Enquanto no período 1939-1945 o governo brasileiro podia barganhar e obter alguns benefícios políticos e econômicos, de 1946 a 1950 a diplomacia brasileira não podia fazer nada, a não ser ter a esperança de que tais ganhos fossem concedidos. As referências ao Brasil como "potência" e "aliado especial" que ganharia "prestígio internacional" prosseguiam, mas tinham muito menos a ver com a realidade que no período Vargas.

A mudança nos objetivos estratégicos dos Estados Unidos, que se voltaram então para a Europa e a Ásia, vedaram um papel importante na política externa estadunidense à América Latina, já que esta se tornara área de hegemonia pacífica. Em termos da situação brasileira, havia elementos que contribuíam fortemente neste sentido. Primeiramente, o equilíbrio político que resultou do golpe de outubro de 1945 e das eleições de 1945 e 1947 manteve o poder nas mãos dos setores oligárquicos que haviam apoiado o Estado Novo. As mudanças políticas apenas arranhavam a superfície embora fossem chamadas de "democratização". A oposição liberal ao governo logo aceitou ter com ele relações cordiais. Esta nova aliança política, dominante no Brasil a partir de 1946, receava as mudanças sociais rápidas que se anunciavam ao final da guerra nas sociedades liberais do Ocidente e só aceitava reformas políticas que tivessem possibilidades de dominar totalmente. Os setores políticos dominantes não podiam aceitar a legitimidade dos conflitos sociais e tendiam a identificar as reivindicações sindicais e nacionalistas como resultados de maquinações exteriores. Neste sentido, e dentro daquela

visão globalizante a que já me referi aqui, a luta que travavam contra a "ação comunista" interna era entendida como a mesma que os Estados Unidos levavam a cabo em outras partes do mundo. Por isso, estavam dispostos a aceitar as prioridades estadunidenses na Europa e na Ásia, em detrimento da América Latina. Os melhores interesses do Brasil estariam assim contemplados.

Além disso, os setores políticos dominantes no Brasil digeriram rapidamente os novos valores disseminados pelas grandes potências ocidentais desde o final da Segunda Guerra e os retraduziram para o contexto da política interna brasileira. As teses de livre comércio oriundas de Bretton Woods encontravam acérrimos defensores no governo brasileiro, já que se compatibilizavam perfeitamente com o princípio da complementaridade entre as economias do Brasil e dos Estados Unidos, defendida por muitos políticos e *experts* em economia. A economia brasileira era "essencialmente agrícola" e deveria se concentrar na produção de bens primários para exportação, enquanto os bens manufaturados viriam dos países industrializados. No plano da política internacional, os ideais pan-americanos tratavam de se acomodar da melhor maneira possível à nova mensagem do "mundo livre" em oposição à "cortina de ferro". As doutrinas políticas e militares dominantes assimilavam noções de "segurança coletiva", "segurança nacional", "perigo amarelo", "perigo asiático", "civilização ocidental" e outras, que logo entraram para o repertório dos discursos dos formuladores e executores da política exterior do Brasil.

A posição do Brasil como aliado subordinado no *sistema de poder* estadunidense estava agora plenamente justificada nas formulações econômicas, políticas e militares dos ideólogos do regime. Os recursos de barganha haviam sido drasticamente reduzidos e o governo brasileiro não tinha mais meios para extrair benefícios especiais de seu alinhamento com os Estados Unidos.

* * *

Este estudo levantou também um tema sobre o qual pouca reflexão tem se produzido: o do significado da política externa para as várias classes e grupos da sociedade brasileira. Se o corte autoritário de nossa sociedade tem produzido uma imensa distância entre o Estado e a sociedade, mesmo nas questões de política interna, uma distância cósmica parece separar a sociedade brasileira da política exterior, posto que esta última é vista como campo de ação definido exclusivamente pelo Estado.

Frações sociais diminutas tomam conhecimento e assumem posição definida nestas questões. Mas este estudo mostrou quão profundamente a política exterior do Brasil na década de 1940 afetava a vida dos brasileiros, inclusive das classes subalternas. Estas, por suposto, eram as mais excluídas de participação no processo político. Pois exatamente estas foram convocadas a fazer os maiores sacrifícios e até mesmo a ir para os campos de batalha na Europa. Ao fim, foram rapidamente desmobilizadas e mandadas de volta para casa sem maiores compensações materiais ou culturais. Foi-lhes dito que os sacrifícios haviam sido necessários para dar ao seu país uma posição especial no mundo pós-1945, como parceiros dos Estados Unidos. Mas mesmo esse sonho distante era uma ilusão a mais.

Bibliografia

A. Fontes primárias

1. Não impressas

Brasil

ARQUIVO HISTÓRICO DO ITAMARATY, Rio de Janeiro.

Correspondência geral. Série Diversos no Exterior.

Correspondência geral. Missões diplomáticas brasileiras.

Correspondência geral. Representações estrangeiras.

Correspondência geral. Diversos no interior. Presidência da República. Ministério da Guerra.

Maços por assunto. Conferência de Paris (1946).

Maços por assunto. Conferência de Moscou (1947).

Maços por assunto. Conferência de Londres (1947).

Maços por assunto. Conferência do Rio (1947).

Maços por assunto. Ministério das Relações Exteriores.

Maços por assunto. Relações com a União Soviética.

ARQUIVO NACIONAL, Rio de Janeiro. Seção de Arquivos Privados. Arquivo Góes Monteiro.

CPDOC (Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil), Rio de Janeiro.

Setor de Documentação, Arquivo. Arquivo Getúlio Vargas, Séries correspondência, confidencial e jornais.

Setor de Documentação, Arquivo. Arquivo Osvaldo Aranha, Séries correspondência geral, documentos oficiais, produção intelectual e jornais.

Setor de Documentação, Arquivo. Arquivo Souza Costa, Série correspondência geral.

Setor de História Oral. Entrevistas de Alzira Vargas do Amaral Peixoto, Aristides Leal, Nelson de Mello, Renato Archer, Eugênio Gudin, Osvaldo Lima Filho, Juracy Magalhães.

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO, Rio de Janeiro. Biblioteca. Arquivo Estêvão Leitão de Carvalho.

Grã-Bretanha

PUBLIC RECORD OFFICE, London. Foreign Office. General correspondence.

PUBLIC RECORD OFFICE, London. Embassy and Consular papers.

PUBLIC RECORD OFFICE, London. Confidential printing.

PUBLIC RECORD OFFICE, London. Avon papers.

Estados Unidos

COLUMBIA ORAL HISTORY PROGRAM, University of Columbia, New York. Braden interview

FRANKLIN ROOSEVELT LIBRARY, Official File.

FRANKLIN ROOSEVELT LIBRARY. President's Personal File.

FRANKLIN ROOSEVELT LIBRARY. President's Secretary's File.

FRANKLIN ROOSEVELT LIBRARY. Berle's Collection.

FRANKLIN ROOSEVELT LIBRARY. Morgenthau's Collection.

HARRY TRUMAN LIBRARY. Official File.

HARRY TRUMAN LIBRARY. Confidential File.

HARRY TRUMAN LIBRARY. President's Secretary's File.

HARRY TRUMAN LIBRARY. White House Central File.

HOUGHTON LIBRARY. Harvard University, Cambridge (Mass.). Joseph Grew papers.

NATIONAL ARCHIVES. Washington, DC. General Correspondence of the State Department.

NATIONAL ARCHIVES. Record of the Office of Strategic Services.

NATIONAL ARCHIVES. Records of the Army Staff.

NATIONAL ARCHIVES. Records of the US Joint Chiefs of Staff.

NATIONAL ARCHIVES. Records of the Office of the Secretary of Defense.

NATIONAL ARCHIVES. R&A Reports.

NATIONAL ARCHIVES. Records of the Institute of Inter-American Affairs.

PRINCETON UNIVERSITY LIBRARY. Princeton (NJ). Bernard Baruch papers.

2. *Fontes impressas*

BRASIL. MRE. Relatório da Delegação do Brasil à Conferência de Paris, por João Neves da Fontoura, Rio de Janeiro, 1946.

BRASIL. MRE. Discursos em Montevidéu, por Raul Fernandes, Rio de Janeiro, 1947.

BRASIL. MRE. Ruptura de Relações Diplomáticas entre o Brasil e a URSS, Serviço de Publicações, Rio de Janeiro, 1947.

BRASIL. MRE. O Problema das Reparações de Guerra, Documentos VI, por Mario Calábria, Rio de Janeiro, 1948.

BRASIL. MRE. A Serviço do Itamaraty, por João Neves da Fontoura, Rio de Janeiro, 1948.

BRASIL. MRE. Relação entre o Estado e a Política Internacional, por João Neves da Fontoura, Rio de Janeiro, 1948.

BRASIL. MRE. Raul Fernandes, Nonagésimo Aniversário, v. I, Seção de Publicações, Rio de Janeiro, 1967.

UNITED STATES. Government Printing Office. Foreign Relations of the United States, 1940-1950, Washington DC.

THE WORLD PEACE FOUNDATION. Documents on American Foreign Relations, vols. VIII, IX, X, XI, Dennet, R. & Turner, R. (eds.), Princeton University Press, 1948-1950.

B. Fontes secundárias

1. Livros

ALLISON, G. *Essence of Decision: Explaining the Cuban missile crisis*. Boston, Little Brown, 1971.

ARRUDA, Demócrito C. et al. *Depoimentos de Oficiais da Reserva sobre a FEB*. Rio de Janeiro, Cobraci, 1949.

ATKINS, G. P. *Latin America in the International Polítical System*. New York, Macmillan, 1977.

BAER, Werner. *The Development of the Brazilian Steel Industry*. Nashville, University Vanderbilt, 1969. (Brazilian Edition: Rio de Janeiro, 1970).

BAILY, S. L. *The United States and the Development of South America, 1945--1975*. New York/London, 1976.

BANDEIRA, Moniz. *Presença dos Estados Unidos no Brasil*. Rio de Janeiro, ECB, 1973.

BARNET, R. *Intervention & Revolution*. New York, Mentor Books, 1972.

BARRACLOUGH, Geoffrey. *History in a Changing World*. Oxford, B. Blackwell, 1956.

BARRACLOUGH, Geoffrey. *An Introduction to Contemporary History*. London, C. A. Watts, 1964.

BARSTED, Leila A. L. "Legalidade e Conflito Social: Uma análise das práticas e representações sociais sobre o Direito", in Rosa, I. A. M. (org.), *Direito e Conflito Social,* Rio de Janeiro, Zahar, 1981.

BASBAUM, Leôncio. *História Sincera da República*. São Paulo, Alfa-Ômega, v. 3, 1977.

BEARD, Charles A. & BEARD, Mary R. *America in Midpassage*. London, Jonathan Cape, 1937.

BELLO, José M. *História da República*, São Paulo, CEN, 1964.

BENEVIDES, M. V. *A UDN e o Udenismo: Ambigüidades do liberalismo brasileiro (1945-1965)*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1981.

BETHELL, Leslie. *The Abolition of Brazilian Slave Trade*. Cambridge, Cambridge University Press, 1970.

BETTELHEIM, Charles. *L'Économie Allemande sous le Nazisme*. Paris, Maspero, 1971.

BRUNEAU, Thomas C. *The Political Transformation of the Brazilian Catholic Church*. Cambridge, Cambridge University Press, 1974.

BURDEN, William. *The Struggle for Airways in Latin America*. New York, Council on Foreign Relations, 1949.

BURNS, E. B. *The Unwritten Alliance*. New York, Columbia University Press, 1966.

BYRNES, James. *Speaking Frankly*. London, H. Heinemann, 1947.

CAMARGO, Aspásia A. & GÓES, Walder de. *Meio Século de Combate: Diálogo com Cordeiro de Farias*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1981.

CAMPBELL, John C. *The United States in World Affairs, 1945-1947*. New York/London, Council of Foreign Affairs, 1947.

CAMPBELL, Thomas M. *Masquerade Peace: America's United Nations Policy, 1944-1945*. Tallahassee, University Press of Florida, 1973.

CAMPBELL, T. M. & HERRING, George C. (eds.). *The Diaries of Edward Stettinius Jr., 1943-1946*. New York, New Viewpoints, 1975.

CAÓ, José. *Dutra: O presidente da restauração democrática*. São Paulo, I. P. Editorial, 1949.

CARDOSO, Fernando H. *O Modelo Político Brasileiro*, São Paulo, 1973.

CARONE, Edgard A. *O Estado Novo (1937-1945)*, São Paulo, Difel, 1976.

CARONE, Edgard A. *A Terceira República (1937-1945)*, São Paulo, Difel, 1976.

CARVALHO, E. Leitão de. *Petróleo! Salvação ou Desgraça do Brasil?* Rio de Janeiro, CEDPEN, 1950.

CARVALHO, E. Leitão de. *A Serviço do Brasil na 2ª Guerra Mundial*. Rio de Janeiro, A Noite, 1952.

CASTELLO BRANCO, M. T. *O Brasil na II Grande Guerra*. Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército Editora, 1960.

CASTRO, Ana Célia. *As Empresas Estrangeiras no Brasil*. Rio de Janeiro, Zahar, 1979.

CAVALCANTI, O. *Os Insurretos de 43 (O manifesto dos mineiros)*. Rio de Janeiro, ECB, 1978.

CHASIN, José. *O Integralismo de Plínio Salgado*. São Paulo, Ed. Ciências Humanas, 1978.

CHAUI, Marilena & FRANCO, Maria S. *Ideologia e Mobilização*. Popular, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978.

CHILD, John. *Unequal Alliance: The inter-American military system, 1938--1978*. Boulder (Col.), Westview Press, 1980.

CHURCHILL, Winston S. *The Second World War*. Vol. V. London, Cassel & Co., 1952.

CLISSOLD, Stephen (org.). *Soviet Relations with Latin America, 1918-1968*. London, Oxford University Press, 1970.

COHN, Gabriel. *Petróleo e Nacionalismo*. São Paulo, Difel, 1958.

COMPTON, James V. *The Swastika and the Eagle*. London, Bodley Head, 1968.

CONIL PAZ, A. & FERRARI, G. *Argentina's Foreign Policy, 1930-1962*. Londres, University of Notre Dame Press, 1966.

CONN, S. & FAIRCHILD, B. *The Framework of Hemisphere Defense*. Washington, DC, Office of the Chief of Military History, Dept. of the Army, 1960.

CONNEL-SMITH, G. *The United States and Latin America*. London, Heineman Educational Books, 1974.

COOKE, Morris L. *Brazil on the March*. New York/London, McGraw Hill, 1942.

COSTA, Emilia V. "Introdução ao Estudo da Emancipação Política", in Motta, C. G. (org.), *Brasil em Perspectiva*. São Paulo, Difel, 1969.

COTLER, J. & FAGEN, R. (orgs.). *Latin America and the United States: The changing political realities*. Stanford, Stanford University Press, 1974.

CROUZET, Maurice. *L'Époque Contemporaine*. Paris, PUF, 1958.

DALLEK, Robert. *Franklin D. Roosevelt and American Foreign Policy, 1932--1945*. Nova York, Oxford University Press, 1979.

DEUTSCHER, Isaac. *Stalin*. Rio de Janeiro, ECB, 1968.

DEUTSCHER, Isaac. *A Revolução Inacabada*. Rio de Janeiro, ECB, 1968.

DINIZ, Eli. *Empresário, Estado e Capitalismo no Brasil, 1930-1945*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978.

DIVINE, Robert (ed.). *Causes and Consequences of World War II*. Chicago, Quadrangle Books, 1969.

DUROSELLE, J. B. *L'Europe de 1815 à Nos Jours*. Paris, PUF, 1970.

FONTOURA, J. N. da. *Depoimentos de um Ex-Ministro*, Rio de Janeiro, O. Simões, 1957.

FREITAS, Caio de. *George Canning e o Brasil*. São Paulo, CEN, 1958.

FRIEDLANDER, H. E. & OSER, J. *Economic History of Modern Europe*. New York, Prentice Hall, 1953.

FRIEDLANDER, Saul. *Prelude to Downfall: Hitler and the United States, 1939-1941*. London, Chatto and Windus, 1967.

FRYE, Alton. *Nazi Germany and the American Hemisphere, 1933-1941*. New Haven, Yale University Press, 1967.

FURTADO, Celso. *Formação Econômica do Brasil*. São Paulo, CEN, 1967.

GAMBINI, Roberto. *O Duplo Jogo de Getúlio Vargas*. São Paulo, Símbolo, 1977.

GARDNER, Lloyd C. *Economic Aspects of New Deal Diplomacy*. Madison, University of Wisconsin Press, 1964.

GELLMAN, Irving F. *Good Neighbour Diplomacy*, Baltimore, The Johns Hopkins University Press, 1979.

GNACCARINI, José C. *Latifúndio e Proletariado*. São Paulo, Polis, 1980.

GOMES, Ângela M. C. *Burguesia e Trabalho*. Rio de Janeiro, Campus, 1979.

GOMES, Ângela M. C. et al. *Regionalismo e Centralização Política*. Nova Fronteira, Rio de Janeiro, 1980.

GOMES, Carlos A. *Lima, Chapultepec, Rio de Janeiro: La ley de colaboración militar interamericana y la soberanía nacional*. Buenos Aires, 1947.

GRAHAM, Richard. *Britain and the Onset of Modernization in Brazil*. Cambridge University Press, 1968.

GRAMSCI, A. *Maquiavel, a Política e o Estado Moderno*. Rio de Janeiro, ECB, 1968.

GREEN, David. *The Containment of Latin America*. Chicago, Quadrangle Books, 1971.

GREEN, David. "The Cold War Comes to Latin America", in Berstein (ed.), *Politics and Policies of the Truman Administration*. Chicago, Quadrangle Books, 1972.

GUÉRIN, Daniel. *Fascisme & Grand Capital*. Paris, Maspero, 1971.

HAGAN, Kenneth J. (ed.). *In Peace and War*, Westport/London, Greenwood Press, 1978.

HALPERÍN DONGUI, Tulio. *Historia Contemporánea de América Latina*. Madrid, Tecnos, 1970.

HAYES, Robert. "The Military Club and National Politics in Brazil", in H. Keith & R. Haynes (eds.), *Perspectives on Armed Politics in Brazil*. CLAS, Arizona State University, 1976.

HENRIQUES, Afonso (pseud.). *Ascensão e Queda de Getúlio Vargas: O Estado Novo*. Rio de Janeiro, Ed. Record, 1966.

HILTON, Stanley E. *Brazil and the Great Powers*. Austin, University of Texas Press, 1975.

HILTON, Stanley E. *Suástica sobre o Brasil*. Rio de Janeiro, ECB, 1977.

HOBBS, J. P. *Dear General*. Baltimore, The Johns Hopkins University Press, 1971.

HULL, Cordell. *The Memoirs of Cordell Hull*. Vol. 2. New York. The Macmillan Co., 1948.

HUMPHREYS, R. A. *Latin America and the Second World War*. London, The Athlone Press. Vol. I (1939-1942), 1981. Vol. II (1942-1945), 1982.

IANNI, Octávio. *Estado e Planejamento Econômico no Brasil (1930-1970)*. Rio de Janeiro, ECB, 1971.

JOHNSON, Walter (ed.). *The Papers of Adlai Stevenson*. Boston/Toronto, Little, Brown, 1972.

JORNAL DO COMMERCIO. *A Política Exterior do Brasil na Gestão do Chanceler Raul Fernandes*. Rio de Janeiro, 1951.

KOLKO, Gabriel. *The Politics of War*. London, Weindenfeld and Nicolson, 1968.

LA FEBER, Walter. *America, Russia and the Cold War, 1945-1966*. New York/London, J. Wiley Sons, 1967.

LAFER, Celso. *Comércio e Relações Internacionais*. São Paulo, Perspectiva, 1977.

LAFER, Celso. *Paradoxos e Possibilidades*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1982.

LAQUEUR, Walter (ed.). *Fascism*. London, Praeger, 1979.

LEVINE, Robert M. *The Vargas Regime*, New York, Columbia University Press, 1970.

LINHARES, M. Y. L. & SILVA, F. C. T. *História Política do Abastecimento (1918-1974)*. Brasília, Binagri, 1979.

LINS, Maria L. F. *A Força Expedicionária Brasileira*, São Paulo, Editoras Unidas, 1975.

LISKA, George. *Nations in Alliance*. Baltimore, The Johns Hopkins University Press, 1962.

MALAN, P. S. "Relações Econômicas Internacionais do Brasil 1945-1964", in B. Fausto (org.), *História Geral da Civilização Brasileira* (Volume XI). São Paulo, Difel, 1984.

MALAN, P. S. et al. *Política Econômica Externa e Industrialização no Brasil*. Rio de Janeiro, IPEA/INPES, 1971.

MANCHESTER, Alan K. *British Pre-eminence in Brazil: Its rise and decline*. Chapel Hill, University of North Carolina Press, 1933.

MARCONDES FILHO, A. *O Momento Constitucional Brasileiro*. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1943.

MARTINS, Luciano. *Pouvoir et Développement Économique*. Paris, Anthropos, 1976.

McCANN Jr., Frank D. *The Brazilian-American Alliance*. Princeton, Princeton University Press, 1973.

MECHAM, J. Lloyd. *The United States and Inter-American Security, 1889--1960*. Austin, University of Texas Press, 1961.

MORAIS, João B. Mascarenhas de. *Memórias*. Rio de Janeiro, BEE & José Olympio, 1969.

MORAIS, João B. *A FEB pelo seu Comandante*. São Paulo, Ipê, 1947.

MOURA, Gerson. *Autonomia na Dependência*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1980.

MOURÃO, Milcíades. *Dutra, História de um Governo*. Rio de Janeiro, José Olympio, 1955.

MITCHELL, C. "Dominance and Fragmentation in US Latin American Policy", in J. Cotler and R. Fagen (eds.), *Latin America and the United States: The changing political realities*. Stanford, Stanford University Press, 1974.

OLIVEIRA, Lúcia L., VELLOSO, Mônica P. & GOMES, Ângela M. C. *Estado Novo: Ideologia e poder*. Rio de Janeiro, Zahar, 1982.

PARKINSON, F. *Latin America, the Cold War and the World Powers, 1945--1973*. Beverly Hills/London, Sage, 1974.

PATTERSON, Thomas G. *Soviet-American Confrontation*. Baltimore/London, The Johns Hopkins University Press, 1973.

PATTERSON, Thomas G. *On Every Front*, New York/London, Norton, 1979.

PEIXOTO, Antonio Carlos. "Le Clube Militaire et les Affrontements au Sein des Forces Armées (1945-1964)", in A. Rouquié (ed.), *Les Partis Militares au Brésil*. Paris, Presses de la FNSP, 1980.

PEREIRA, Osny D. *Que é a Constituição?* Rio de Janeiro, ECB, 1964.

PHILIP, George. *Oil and Politics in Latin America*. Cambridge, Cambridge University Press, 1982.

PINHEIRO, José J. B. *A Força Expedicionária Brasileira na II Guerra Mundial*. Rio de Janeiro, Ivo Alonso Nunes Comércio de Livros, 1976.

PLATT, Desmond C. *Latin America and British Trade, 1806-1914*. London, Adam & Charles Black, 1972.

PRATT, Julius W. *The American Secretaries of State and Their Diplomacy* (Volume XIII on Cordell Hull). New York, Cooper Squares Publishers, 1964.

RENOUVIN, Pierre. *Historia de las Relaciones Internacionales: Las crisis del siglo XX* (Volume II). Madrid, Aguillar, 1960.

ROCHA, Hildon. *Memória Indiscreta*. Rio de Janeiro, Ed. F. Alves, 1981.

RODRIGUES, José H. *Independência, Revolução e Contra-Revolução* (5 volumes). Rio de Janeiro, Ed. F. Alves, 1976.

SCHURMANN, Frank. *The Logic of World Power*. New York, Pantheon Books, 1974.

SEITENFUS, Ricardo. *O Brasil de Getúlio Vargas e a Formação dos Blocos, 1930-1942*. São Paulo, Ed. Nacional, 1985.

SILVA, Golbery do C. *Geopolítica do Brasil*. Rio de Janeiro, José Olympio, 1967.

SILVA, Helio. *1935, A Revolução Vermelha*. Rio de Janeiro, ECB, 1969.

SILVA, Helio. *1942, Guerra no Continente*. Rio de Janeiro, ECB, 1972.

SILVA, Helio. *1944, O Brasil na Guerra*. Rio de Janeiro, ECB, 1974.

SILVA, Helio. *1945, Por que Depuseram Vargas*. Rio de Janeiro, ECB, 1976.

SILVA, Helio. *A Ameaça Vermelha*, Porto Alegre, L&PM, 1980.

SINGER, Paul. "O Brasil no Contexto do Capitalismo Internacional, 1889--1930", in B. Fausto (org.), *História Geral da Civilização Brasileira* (Volume 8). São Paulo, Difel, 1975.

SINGER, Paul. *Economia Política e Urbanização*. São Paulo, Brasiliense, 1976.

SKIDMORE, Thomas E. *Politics in Brazil, 1930-1964*, New York, Oxford University Press, 1967.

SODRÉ, Nelson W. *Memórias de um Soldado*. Rio de Janeiro, ECB, 1967.

SODRÉ, Nelson W. *História da Burguesia Brasileira*. Rio de Janeiro, ECB, 1967.

SODRÉ, Nelson W. *História Militar do Brasil*. Rio de Janeiro, ECB, 1968.

SODRÉ, Nelson W. *Formação Histórica do Brasil*, Rio de Janeiro, ECB, 1976.

SOLA, Lourdes. "O Golpe de 37 e o Estado Novo", in C. G. Motta (org.), *Brasil em Perspectiva*. São Paulo, Difel, 1976.

SOUZA, Maria do Carmo C. *Estado e Partidos Políticos no Brasil*. São Paulo, Alfa-Ômega, 1976.

SPINDEL, Arnaldo. "Do Estado Novo à Queda de Vargas", in A. Spindel (org.) *O Partido Comunista na Gênese do Populismo*. São Paulo, Símbolo, 1980.

STEELE, Richard W. *The First Offensive 1942: Roosevelt, Marshall and the making of American strategy*. Bloomington/London, Indiana University Press, 1973.

STEPAN, Alfred C. *The Military in Politics*, Princeton, Princeton University Press, 1973.

STUART, Graham H. *Latin America and the United States*. New York/London, Appleton-Century Co., 1943.

TRINDADE, H. *Integralismo*. São Paulo, Difel, 1974.

US Government Printing Office. *History of the Office of Inter-American Affairs*. Washington, DC, 1947.

US National Archives and Records Service, G.S.A. *Records of the Office of Inter-American Affairs*. Washington, DC, 1973.

VALLA, Victor. *A Penetração Norte-Americana na Economia Brasileira, 1898--1928*. Rio de Janeiro, Ao Livro Técnico, 1979.

VARGAS, Getúlio. *A Nova Política do Brasil*. Rio de Janeiro, J. Olympio, v. V (1939), v. VII (1940), v. IX (1943).

VELHO, Otávio. *Capitalismo Autoritário e Campesinato*. São Paulo, Difel, 1976.

VIANNA, Luis W. *Liberalismo e Sindicalismo no Brasil*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1976.

VICTOR, Mário. *A Batalha do Petróleo Brasileiro*. Rio de Janeiro, ECB, 1970.

WAGEMAN, E. *La Stratégie Économique*. Paris, Payot, 1938.

WAGNER, R. H. *United States Policy Toward Latin America*. Stanford, Stanford University Press, 1970.

WELLES, Sumner. The Time for Decision. New York/London, Harper & Brothers, 1944.

WELLES, Sumner. *Where Are We Heading?* New York/London, Harper & Brothers, 1946.

WIRTH, John D. *The Politics of Brazilian Development, 1930-1954*. Stanford, Stanford University Press, 1970.

WHITAKER, A. P. *Las Américas y Un Mundo en Crisis*. Lancaster, Lancaster Press, 1946.

WOOD, Bryce. *The Making of the Good Neighbor Policy*. New York, Columbia University Press, 1961.

YERGIN, Daniel. *Shattered Peace*. Boston, Houghton Mifflin Co., 1978.

2. Artigos

ARANHA, Oswaldo. "Relações diplomáticas com a União Soviética", *Revista Brasileira de Política Internacional*, v. I, junho de 1958.

ARAÚJO, Ricardo B. "As classificações de Plínio", *Revista Ciência Política*, Rio de Janeiro, 21 (3), julho/setembro de 1978.

CANYES, Manuel S. "A IX Conferência Internacional Americana", *Boletim da União Pan-Americana*, setembro de 1947.

CHILD, John. "From 'color' to 'rainbow': US strategic planning for Latin America, 1919-1945", *Journal of Inter-American Studies and World Affairs*, v. 21, n. 2, maio de 1979.

D'ARAÚJO, Maria Celina S. & MOURA, Gerson. "O Tratado Comercial Brasil-EUA de 1935 e os interesses industriais brasileiros", *Revista Ciência Política*, Rio de Janeiro, janeiro/março de 1978.

FRANCIS, Michael J. "The United States at Rio, 1942: The strains of Pan--Americanism". *Journal of Latin American Studies*, (6) 1, May 1974.

HILTON, Stanley E. "Argentine neutrality, September 1939-June 1940: A re-examination", *The Americas*, v. 22, January 1966.

HILTON, Stanley E. "Brazilian diplomacy and the Washington-Rio de Janeiro 'axis' during the World War II era", *Hispanic American Historical Review*, v. 59, May 1979.

FERNANDES, Raul. "A posição do Brasil na discussão de Trieste", *Boletim da Sociedade Brasileira de Direito Internacional*, Rio de Janeiro, 1947.

FONTOURA, João N. da. "Apreciação geral sobre a Conferência de Bogotá", *Boletim da Sociedade Brasileira de Direito Internacional*, Rio de Janeiro, 1948.

HAINES, G. K. "Under the eagle's wing: the Franklin Roosevelt administration forges an American hemisphere", *Diplomatic History*, 1 (4), 1977.

HANSON, Simon G. "The end of the Good Neighbor Policy", *Inter--American Economic Affairs*, v. VII (2), Autumn 1953.

LAFER, Celso. "Uma interpretação do sistema de relações internacionais do Brasil", *Revista Brasileira de Política Internacional*, n. 39/40, 1967.

MACDONALD, C. A. "The politics of intervention: the United States and Argentina, 1941-1946", *Journal of Latin American Studies*, v. 12, n. 2, 1980.

MACHADO, Mário B. "Ideologia, Socialização Política e Dominação", *Dados*, 23 (2), 1980.

McCANN Jr., Frank D. "Critique of Stanley E. Hilton's 'Brazilian diplomacy and the Washington-Rio de Janeiro 'axis' during the World War II era'", *Hispanic American Historical Review*, v. 59, n. 4, novembro de 1979.

MOURA, Gerson. "A Revolução de 1930, 50 anos depois", *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 5 de outubro de 1980.

QUINTANILLA, Luis. "Pan-americanismo e internacionalismo", *Boletim da União Pan-Americana*, fevereiro de 1947.

ROCHA, A. "O Pan-americanismo, uma força viva", *Boletim da União Pan-Americana*, outubro de 1947.

TRASK, Roger. "The impact of the Cold War on United States-Latin America relations, 1945-1949", *Diplomatic History*, v. 1, n. 3, 1977.

TULCHIN, Joseph S. "The Argentine proposal for non-belligerency, April 1940", *Journal of Inter-American Studies*, v. XI, n. 4, October 1969.

VALLA, Victor. "Subsídios para uma melhor compreensão da entrada do Brasil na Primeira Guerra Mundial", *Estudos Históricos*, n. 15, Marília, 1976.

3. Teses e Dissertações

ABREU, Alzira A. de. "Nationalisme et Action Politique au Brésil: Une étude sur l'ISEB". Tese de doutorado, Universidade René Descartes, Paris, 1975.

ABREU, Marcelo de P. "Brazil and the World Economy, 1930-1945". Tese de doutorado, Universidade de Cambridge, 1977.

ADERALDO, Vanda M. C. "A Escola Superior de Guerra: Um estudo de currículos e programa". Dissertação de mestrado, IUPERJ, Rio de Janeiro, 1978.

AZEVEDO, Fernando A. F. "As Ligas Camponesas: Campesinato e política, 1955-1964". Dissertação de mestrado, PIMES, UFPE, Recife, 1980.

BARROS, Alexandre S. C. "The Brazilian Military: Professional socialization, political performance and state building". Tese de doutorado, Universidade de Chicago, 1973.

CAMARGO, Aspásia A. "Brésil Nord-Est: Mouvements paysans et crise populiste". Tese de doutorado, Universidade de Paris II, 1974.

DAUGHERTY, Charles H. "Foreign Policy Decision-Making in Brazil: Case studies in Brazilian policy towards the Soviet Union, 1945-1961". Tese de doutorado, Universidade Georgetown, Washington DC, 1974.

FOX, Harding T. "The Polítical History of Organized Labor in Brazil". Tese de doutorado, Universidade de Stanford, 1973.

GIFFIN, D. W. "The Normal Years: Brazilian-American relations, 1930--1939". Tese de doutorado, Universidade Vanderbilt, Nashville, 1962.

HIRST, Mônica E. S. "O Processo de Alinhamento nas Relações Brasil--Estados Unidos, 1942-1945". Dissertação de mestrado, IUPERJ, Rio de Janeiro, 1982.

LEAL, Maria C. "Caminhos e Descaminhos do Brasil Nuclear". Dissertação de mestrado, IUPERJ, Rio de Janeiro, 1982.

MACHADO, Mário B. "Political Socialization in Authoritarian Systems: The case of Brazil". Tese de doutorado, Universidade de Chicago, 1975.

OLIVEIRA, Lucia M. L. "Partidos Políticos Brasileiros: O Partido Social Democrático". Dissertação de mestrado, IUPERJ, Rio de Janeiro, 1973.

NEVES, Delma P. "Crescentes e Minguantes: Estudo das formas de subordinação dos lavradores de cana ao capital". Dissertação de mestrado, PPGAS, Museu Nacional, Rio de Janeiro, 1979.

SEYFERTH, Giralda. "Nacionalismo e Identidade Étnica". Tese de doutorado, Universidade de São Paulo, 1976.

SOLA, Lourdes. "The Political and Ideological Constraints to Economic Management in Brazil, 1945-1963". Tese de doutorado, Universidade de Oxford, 1982.

RUDGERS, David F. "Challenge to the Hemisphere: Argentina confronts the United States, 1938-1947". Tese de doutorado, Universidade George Washington, Washington, DC, 1972.

WEFFORT, Francisco. "Sindicato e Política". Tese de livre docência, Universidade de São Paulo, 1972.

4. Trabalhos inéditos

ABREU, Marcelo P. "The Niemeyer Mission: An episode of British financial imperialism in Brazil". Centre of Latin American Studies, Universidade de Cambridge, 1970.

BOMENY, Helena M. B. "A política de mobilização da juventude". CPDOC, Rio de Janeiro, 1980.

LEOPOLDI, Maria Antonieta P. "The industrial bourgeoisie and political hegemony in Brazil (1920-1950)". Brazil workshop, LSE, Londres, 1982.

CAMARGO, Aspásia A. "Carisma e personalidade política: Vargas, da conciliação ao maquiavelismo". CPDOC, Rio de Janeiro, 1979.

CAMARGO, Aspásia A. "A questão agrária: Crise de poder e reformas de base, 1930-1964". CPDOC, Rio de Janeiro, 1979.

McCANN Jr., Frank D. "A influência estrangeira e o exército brasileiro". CPDOC, Rio de Janeiro, 1980.

MOURA, Gerson. "A revolução de 30 e a política externa brasileira: Ruptura ou continuidade?". CPDOC, Rio de Janeiro, 1980.

MOURA, Gerson. "O OCIAA e o império americano". CPDOC, Rio de Janeiro, 1981.

WEFFORT, Francisco. "Partidos, sindicatos e democracia: Algumas questões para a história do período 1945-1964". São Paulo, 1974.

Formato	15,5 x 22,5 cm
Mancha gráfica	12 x 18,3cm
Papel	pólen soft 80g (miolo), cartão supremo 250g (capa)
Fontes	Verdana 13/17 (títulos), Book Antiqua 10,5/13 (textos)